

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DISSERTAÇÃO**

**Os Tipos da Rua de Festas e Tradições Populares (1901)  
de Mello Moraes Filho: desafiando narrativas e relendo  
sujeitos.**

**Vitor Gurgel**

**2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Os Tipos da Rua de Festas e Tradições Populares (1901) de  
Mello Moraes Filho: desafiando narrativas e relendo sujeitos.**

**VITOR GURGEL**

*Sob a orientação da Professora:*

**Fabiane Popinigis**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre **em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, área de concentração Relações de poder e Cultura.

Seropédica, RJ

2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G978t Gurgel, Vitor, 1992-  
Os Tipos da Rua de Festas e Tradições Populares  
(1901) de Mello Moraes Filho: desafiando narrativas e  
relendo sujeitos. / Vitor Gurgel. - Rio de Janeiro,  
2021.  
166 f.

Orientadora: Fabiane Popinigis.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em  
História, 2021.

1. Nacionalidade. 2. Marginalidade. 3. Mello Moraes  
Filho. 4. Narrativas. I. Popinigis, Fabiane, 1972-  
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História. III.  
Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



**TERMO N 828/2021-PPHR (12.28.01.00.00.49)**

**Nº do Protocolo: 23083.053644/2021-66**

**Seropédica-RJ, 30 de julho de 2021.**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VITOR GURGEL DE OLIVEIRA

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de MESTRE, no Programa de Pós-graduação em HISTÓRIA, Área de Concentração em RELAÇÕES DE PODER E CULTURA

APROVADA EM 27 de julho de 2021

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Professora Doutora FABIANE POPINIGIS - orientadora - UFRRJ  
Professor Doutor CARLOS EDUARDO COUTINHO DA COSTA - UFRRJ  
Professora Doutora FERNANDA OLIVEIRA DA SILVA - UFRGS  
MARTHA CAMPOS ABREU - UFF

*(Assinado digitalmente em 30/07/2021 - 12:18)*

CARLOS EDUARDO COUTINHO DA COSTA  
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR  
DeptHRI (12.28.01.00.00.86)  
Matricula: 2649875

*(Assinado digitalmente em 02/00/ 2021 - 08:42)*

FABIANE POPINIGIS  
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR  
PPHR (12.28.01.00.00.49)  
Matricula: 1579919

*(Assinado digitalmente em 02/08/2021 - 09:36)*

MARTHA CAMPOS ABREU  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 674.110.967-66

*(Assinado digitalmente em 02/08/2021 16:3)*

FERNANDA OLIVEIRA DA SILVA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 009.573.530-57

Para verificar a autenticidade deste documento entre em  
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>, informando seu número; **828**, ano. **2021**,  
tipo: **TERMO**, data de emissão: **30/07/2021** e o código de verificação: **2e02d06857**

## **Agradecimentos:**

Certa vez me lembro de ver um vídeo em alguma rede social onde um rapper norte americano ao receber um prêmio em público agradece a si mesmo. Por um tempo eu realmente pensava que isso era um gesto egoísta, mas hoje vejo o quão importante é se agradecer por ter tido forças para continuar, apesar de todos os problemas e acontecimentos que possam te abalar, física, emocional, espiritual e psiquicamente. Às vezes é preciso ter coragem para se olhar no espelho e dizer que você não vai desistir, que aquela noite acordado não será em vão, sobretudo depois de uma jornada de dois dias trabalhando “no pesado”. Por isso, o primeiro agradecimento tem que ser para mim, por, apesar de tanta coisa, tantos testes, tantos entraves, chegar até aqui.

Após esse gesto “egoísta”, agradecer aos que regem os caminhos e descaminhos do universo pelas ajudas e ensinamentos aprendidos. Nem sempre é fácil, mas tenho fé que toda pedra no caminho terá serventia no devido tempo.

Sobre encontros, do professor senegalês que salvou a minha vida na graduação para que eu pudesse chegar até aqui; do professor negro que só de estar ali me impediu de desistir da pós graduação já no dia da entrevista no processo seletivo, às observações gentis e atentas de um trabalho apresentado durante a graduação; da professora que assumiu uma disciplina após um perrengue de saúde durante seu pós-doutorado, e foi uma das minhas maiores referências no espaço da academia, à primeira professora que me ouviu durante uma crise pessoal na graduação e escolheu me orientar até o mestrado. De um encontro no bar à uma compra cega de leilão e poder fazer algum dinheiro em tempos difíceis, de uma decepção afetiva a ganhar um irmão de outro país e três sobrinhos, além de lugares lindos para visitar. Da tradução de um evento internacional, uma rede de apoio e suporte imensa; de um convite para administrar um grupo de WhatsApp à parcerias com pessoas que, mesmo sem ter convivido pessoalmente, são tão queridas e deram muita força na caminhada. De fazer cachaças e cervejas à um tempo de isolamento por conta da pandemia. Tanta coisa, tanta gente.

Digo e repito, nem sempre é fácil, mas fato é que, essas encruzilhadas já me levaram a tantos lugares, tantas pessoas, tantos aprendizados ... chega a ser difícil falar pontualmente de alguns pois é certeza que eu esquecerei de muitos outros e outras nesse breve espaço. Mas, digo a você, a quem tiver oportunidade de ler esse breve texto, você

foi e é parte significativa dessa minha caminhada até aqui, até esse hoje, até esse amanhã que estou construindo. Por isso, o mínimo que eu posso expressar a você aqui é a minha gratidão, por não ter largado a minha mão, por ter me ligado tarde da noite para desanuviar a minha cabeça, por me chamar para passar um dia perto de você ou longe de tudo, por me ceder espaço e tranquilidade para poder escrever ou mesmo por ler esse texto.

Agradeço também aos meus parentes, consanguíneos, “do santo” e “do afeto”, por se fazerem presentes e contribuir de tantas formas. Perdoem pelas ausências. A vida no geral não tem sido muito tranquila. Tem uns dias brabos, de correria imensa, de “pegar no pesado”, uns dias de suar pelos olhos pensando no futuro, e os dias de rir junto. Na verdade, estar junto, sobretudo fisicamente, tem ficado mais difícil, e dias assim tem sido quase que extintos, eu diria. Mas, quando isso tudo passar, a gente faz aquele “junta prato” regado a comida de vó e mineirinho, com as crianças e as velhas todas que já fizeram parte do “team lacoste” e continuarem usando máscara quando houver necessidade de sair de casa, além de tomar todos os cuidados necessários quotidianamente durante essa pandemia. Saudades de vocês. Daqui a pouco a vacina chega.

Perdoem não colocar explicitamente seus nomes aqui, sei que alguns se importarão com isso mais que outros. Entretanto, sei que enquanto vocês liam esse texto, ao se identificar nele, vocês abriram um breve sorriso ao rememorar alguns desses momentos comigo. E mesmo essa brevidade do seu sorriso é motivo para o meu. Muito obrigado por tudo.

Gostaria de registrar o meu agradecimento também aos integrantes da banca de defesa e qualificação, às professoras Fernanda Oliveira e Martha Abreu, ao professor Carlos Eduardo Coutinho e à minha orientadora, a professora Fabiane Popinigis. Cada um de vocês contribuiu de forma inestimável para que esse trabalho pudesse ter o grau de maturidade e refinamento que ele alcançou, que eu alcancei. Gratidão imensa.

Por fim, dedico esse texto à pedra que entrou no caminho de larga parcela da população brasileira durante um descaminho de uma eleição há uns anos atrás. Apesar da sua política de morte, de adoecimento, de falta de transparência e mentiras, vai ter negro, periférico, candomblecista concluindo o mestrado, mesmo sem bolsa, sim! Como diria Conceição Evaristo, “eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer”.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível  
Superior – Brasil (CAPES) Código de financiamento 001*

*This study was financed in part by the Coordenação de  
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil  
(CAPES) – Finance Code 001*

## Resumo

GURGEL, Vitor. **Os Tipos da Rua de Festas e Tradições Populares (1901) de Mello Moraes Filho: desafiando narrativas e relendo sujeitos.** 2020. 167p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Soais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Em meio a conflitos entre forças políticas para se tomarem o substrato que move e ocupa as ruas do Rio de Janeiro dos anos finais do século XIX, em 1901, é lançada a “edição revista e ampliada” de *Festas e Tradições Populares do Brasil* de Mello Moraes Filho. Nessa obra, além de registrar como se davam algumas festas de rua com alta presença de público como o Carnaval ou a Festa do Divino, Moraes Filho também registra festas religiosas e tradições populares como “Um Casamento de ciganos”, a “Festa dos mortos”, “A Festa da Glória”, dentre outras.

Entretanto, há uma unidade que parece se desprender dessa proposta, de festas e tradições populares de seu livro, os “Tipos da Rua”, pessoas que ao longo do XIX ocupam diferentes espaços em diferentes tempos do XIX, mas que tem como o seu lugar de maior reconhecimento as Ruas do Rio de Janeiro.

O presente trabalho visa desenvolver um estudo sobre os Tipos da Rua, de forma a compreender a dinâmica a qual a narrativa sobre esses sujeitos foi construída dentro de um projeto de cultura nacional, estabelecendo contrapontos na historiografia e expandindo o entendimento acerca deles.

De forma complementar, através de estudos de caso, visou acrescentar substrato histórico a determinados sujeitos presentes nos Tipos da Rua, de forma a ampliar o campo de análise e debate acerca desses sujeitos que, dentro da história social, foram parcamente estudados.

Palavras-chave: Tipos da Rua; Narrativas; Mello Moraes Filho;

**Abstract:**

In the midst of conflicts between political forces to become the substratum that moves and occupies the streets of Rio de Janeiro in the final years of the 19th century, in 1901, the “revised and expanded edition” of *Festas e Tradições Populares do Brasil* of Mello Moraes Filho. This work, further on to recording how some street parties were held with a high public presence such as Carnival, the Festa do Divino, Moraes Filho also records religious parties and popular traditions such as “Um Casamento de Ciganos”, the “A Festa dos Mortos”, “A Festa da Glória”, among others.

However, there is a unity that seems to detach itself from this proposal of parties and popular traditions in his book, “Tipos da Rua”, people who throughout the XIX occupy different spaces in different times of the XIX, but who have as their place of greater recognition in the streets of Rio de Janeiro.

The present work aims to develop a study about the “Tipos da Rua”, in order to understand the dynamics from which the narrative about these subjects was built inside of a national culture project, establishing counterpoints in historiography and expanding the understanding about them.

In a complementary way, through case studies, I aim to add historical substratum to certain subjects present in Types of Street, in order to broaden the field of analysis and debate about these subjects who, within social history, have been poorly studied.

Keywords: Tipos da Rua; Narratives; Mello Moraes Filho;

## Sumário:

Introdução .....	10
<b>Capítulo 1-Quem nos convida à rua: um prelúdio .....</b>	<b>17</b>
1.1 - Breves contribuições à trajetória de Mello Moraes Filho .....	19
<b>Capítulo 2 - "Príncipes e Filósofos da Vadiagem" .....</b>	<b>49</b>
Rumo à rua: Abrindo o portão de casa.....	50
2.1 - Festas e Tradições populares do Brasil como um problema de seu tempo .....	55
2.2 - Reflexões de partida: O "Palácio aéreo dos Tipos da Rua" .....	61
2.3 - Entre Românticos, Folcloristas e Memorialistas: situando Mello Moraes Filho no debate.....	70
2.4 - Os Tipos da Rua de Mello Moraes Filho .....	80
2.4.1 - Os Tipos da Rua e o seu contexto: .....	81
<b>Capítulo 3 - Desafiando narrativas: Relendo sujeitos .....</b>	<b>89</b>
3.1 - Nem só de homens eram povoados os Tipos da Rua: A Forte-Lida e a Maria Douda.....	90
3.2 - Os vultos irrequietos, vesânicos das ruas: os homens sem cor identificada.....	97
3.3 - As sombras irrequietas, vesânicas das ruas: os homens de cor.. .....	110
3.3.1 - O principado Africano das Ruas do Rio de Janeiro .....	110
3.3.2 - O clérigo negro das ruas: o padre Kelé .....	123
3.3.3 - Louco, assassino ou curandeiro perseguido? O Dr. Pomada.....	137
<b>Considerações Finais: .....</b>	<b>148</b>
<b>Fontes .....</b>	<b>155</b>
<b>Bibliografia: .....</b>	<b>156</b>
<b>Anexos: Galeria dos Tipos da Rua .....</b>	<b>162</b>

## Introdução

Me permitam por alguns instantes conduzir vocês a um momento bem específico, uma festa cigana. Imaginem a fogueira e os estalos da madeira queimando e esse cheiro, bem característico de uma dessas madeiras bem aromáticas como carvalho, cedro, pinho ou eucalipto, se misturando ao perfume das mulheres e aos aromas das comidas e bebidas nos copos e nas garrafas das pessoas ao redor. Imaginem ainda o som dos passos de dança fazem na terra misturada à cascalhos, enquanto as pessoas ao redor conversam, sorriem, as crianças correndo... Tudo isso se misturando ao som da música festiva de fundo.

Agora, olhem ao redor. Ali onde a luz da fogueira quase não alcança, sentado em um tronco, um pouco à parte de toda essa festança, mas de olhar muito atento, e minucioso, fazendo notas sobre tudo o que via entre um gole e outro de vinho, que era gole a gole tomado de uma caneca qualquer erguida do chão de terra e cascalho. As crianças correndo, esbarrando em sua perna de apoio durante o registro do que acontecia ali, já nem o irritava mais, pelo contrário, pareciam ser mais elementos para dar a devida alegria ao relato do que ali presenciara ou, o lembrete que, mesmo daquele lugar, sem quase ser notado, ainda era parte do que acontecia ao seu redor. É assim, caros leitores, que eu imagino como tenha sido parte da aquisição de relatos de Moraes Filho em *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Um olhar tomado de um lugar fora do *senso comum* mas que, nem por isso, deixava de ser agente e cliente de certas minúcias de seu tempo.

Não quero que, com isso, o leitor confunda a amorosidade de um relato com a amorosidade da obra. Não falamos aqui apenas de festas, na verdade, diferente do que enuncia, ao menos num primeiro plano, o título da obra de Moraes Filho, *Festas e Tradições Populares do Brasil*<sup>1</sup>, sua obra não trata apenas de festas, ou tradições. Também podemos ver o registro de costumes africanos trazidos para o Brasil, até mesmo o doloroso processo de serem traficados para cá. Tudo isso em uma obra que se desenha ser um compilado sobre o que, sob os olhos e sob a escrita de Moraes Filho seriam essas tradições e festas características do Brasil, em outras palavras, um projeto de formação e registro dos costumes populares.

Ainda me recordo da primeira vez que me deparei com a obra, ou melhor, fui atingido por ela, após uma velha caixa de papelão romper seu fundo e todo o seu conteúdo cair sobre o

---

<sup>1</sup> MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro, Garnier, 1901.

meu pé. Se naquele momento havíamos começado com o pé esquerdo, literalmente, hoje, alguns anos depois, penso que não poderia ter sido melhor e mais providencial. Minha orientadora, costuma dizer aos seus alunos, "você não vai chegar numa biblioteca sem saber o que pesquisar e, do nada uma fonte vai cair dos céus para você; você tem que chegar com um problema e partir para a pesquisa". Não nego que ela está certa, mas, no meu caso, não foi bem assim. Por vezes, brinco com ela que dos céus não caiu, caiu de uma caixa velha, repleta de tranqueiras em meio a uma arrumação da casa de um velho amigo e mestre de capoeira, foi bem dolorido. A dor, talvez, tenha sido o preço a se pagar por contrariar as regras básicas do processo de pesquisa.

Após os palavrões sumirem da boca e ao ser tomado pela curiosidade de vasculhar tantos recortes de jornais marcando tantos livros, um livro sem capa e muito avolumado de recortes de jornais me chama a atenção. Estava todo despencando, mas em sua primeira folha era possível ler: "Mello Moraes Filho, Festas e Tradições Populares do Brasil - Nova edição revista e aumentada" e, grampeada de forma rude e sem cuidados, o índice já muito danificado, amarelado e com pedaços faltando pelas ações do tempo, anexado à primeira folha. Foi o começo de tudo.

O livro era de 1901 e estava numa caixa sobre uma laje de cimento a qual separava a casa do Mestre de seu telhado de telhas de amianto em reforma por conta de uma chuva forte que assolou o município de Duque de Caxias - Rio de Janeiro, naquele ano. Não é preciso dizer que, o estado de tudo naquela laje, era, no mínimo, péssimo. Após muito explorar parte do conteúdo daquela caixa e daquele livro, eles me renderam a pesquisa de monografia que veio a se desdobrar na pesquisa de mestrado. O mar de coisas e pessoas que essa caixa de bagulhos, e memórias, me permitiu conhecer, certamente fez quaisquer males de um primeiro, doloroso, encontro desaparecer. Por vezes, a nossa sorte se mistura à nossa ancestralidade e, juntos, operam coisas curiosas ao longo de nossa trajetória, as quais devemos sempre sermos muito gratos.

Embora Moraes Filho e eu tenhamos nos acidentado em nosso primeiro encontro, ao tomar tempo para melhor conhece-lo, pude constatar diversas coisas muito interessantes. Primeiro, além de um exímio cronista, tendo publicado artigos em diversos jornais ao longo da segunda metade do XIX, como abordarei nos dois primeiros capítulos, ele chega a ocupar o cargo de diretor do arquivo que hoje conhecemos como Arquivo Geral da Cidade do Rio de

Janeiro. Moraes Filho também se doutorou em medicina, na década de 1860 em Bruxelas, após ter largado o seminário religioso aqui no Brasil e ter contato com poetas naturalistas que certamente influenciaram, e muito a sua escrita. Reconhecido como médico, poeta, folclorista, historiador memorialista, arquivista, colecionador de documentos históricos e tantas outras coisas que tentei construir no primeiro capítulo. Lhes adianto, a conversa foi longa e, como vocês já sabem, ele deixou um presente para que pudéssemos ler suas peripécias no campo da escrita.

Toda vez que abro o livro das *Festas e Tradições Populares* de Moraes Filho, tenho a sensação que estou prestes a ir para a rua, aquela pausa longa antes de abrir o portão de casa, o tempo de se benzer e tomar as bênçãos dos mais velhos e tomar o rumo da rua, seja para trabalhar, estudar ou por divertimento. Ao começar a passear por entre as páginas, tenho a sensação de caminhar em um tubo de um aquário, só que, ao invés da fauna e flora aquática vista através de um longo e iluminado corredor com paredes de vidro, o lugar fora do tubo de vidro é repleto de pessoas, festas e monumentos registrados ali através de belíssimas narrativas. Em poucas palavras, sabem aquele relato de nossos avós? Aquele saudosismo e paixão dos relatos de que alguma coisa “na minha época era tão bom”? É essa a impressão que boa parte do livro me passa.

Esse passeio guiado nos transporta através desse corredor para momentos de celebração como o carnaval, festas religiosas, cívicas ou casamentos. Momentos iluminados e alegres, como repliquei no início dessa introdução. É também à semelhança dos relatos dos nossos avós sobre os perigos e riscos dos becos sombrios de suas épocas, há também momentos reflexivos e lúgubres na narrativa, como é o caso dos textos sobre o Cais do Valongo e sobre o Navio Negreiro<sup>2</sup>. Entretanto, em meio a isso tudo, há um conjunto de elementos, ou melhor, de sujeitos, que me despertou a maior das curiosidades em seu livro, os “Tipos da Rua”.

Por acaso você consegue se recordar de algum andarilho, pedinte, enlouquecido, “morador de rua”, cuja presença no seu cotidiano não tenha passado desapercibida ou mesmo ignorada? Temos hoje um novo aumento da população sem moradia que toma como lar as ruas, seja sob marquises de prédios e lojas, nas coberturas dos viadutos e pontes, isso para não falar dos que perdem a razão por diversas circunstâncias da vida, e se tornam andarilhos sem rumo

---

<sup>2</sup> MELLO MORAIS FILHO, A. J. “O Valongo”; “O Navio Negreiro”. In.: *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro, Garnier. 1901. Respectivamente, p. 393 e 418.

ou, até mesmo, suicidas. As circunstâncias das vidas dessas pessoas pioram em razão da crise econômica do país, agravada por uma pandemia global e um desgoverno cretino. Se, após muitos avanços sociais estamos nesse lugar, conseguimos imaginar como era a vida dessa população cerca de pouco mais de um século atrás?

Sim, eles não são novidade, muito menos uma invenção da contemporaneidade. Ouso aqui a dizer que, se a Rua pudesse falar, certamente, a primeira história que ela contaria não seria de um homem branco, bem vestido a transitar com sua companheira para um baile ou para a igreja. A primeira história que a Rua nos contaria seria do seu primeiro morador ou moradora, ou da primeira pessoa que fez dela, a Rua, tudo o que lhe era de mais precioso, até mesmo sagrado. Como alguns populares dizem, a rua não perdoa. Se isso é verdade, ela só não perdoa porque ela não esquece, pois, mesmo a Rua sendo sujeito, ela não é humana. Esquecer é de nossa natureza enquanto humanos, assim como é da nossa natureza o lembrar.

Você pode não recordar, mas Mello Moraes Filho, já nas décadas finais do XIX, fez um pouco mais do que se recordar dessas pessoas que tinham na rua o seu palco, morada e forma de subsistência. Ele os registrou em um de seus mais famosos livros, *Festas e Tradições Populares do Brasil*, como partes integrantes de um conjunto de patrimônios imateriais, tradições e festejos populares de sua época. Que intrigante, não? Pensar esses populares, esses “Tipos da Rua” dentro de um projeto de costumes, de construção de uma tradição nacional que, certamente, comunga com questões do seu tempo e, ao mesmo tempo, rompe ou se propõe a abalar determinados paradigmas de sua época. Compreender essa relação entre o autor e os Tipos da Rua é o principal problema que move esse trabalho de pesquisa.

Sobre o contexto que a pesquisa pretende se desenvolver, o recorte entre a década de 1880 se dá em razão das primeiras publicações de Moraes Filho relacionadas aos “Tipos da Rua” no jornal que seu pai era dono, *O Brasil Histórico*, e 1901, ano da publicação da edição “revista e aumentada” de *Festas e Tradições Populares do Brasil*. O que se desenha nesse espaço de tempo é algo, para dizer o mínimo, denso. No campo da política temos, por exemplo, a disputa em torno das leis emancipacionistas, o processo de deterioração da monarquia, a assinatura da Lei Áurea, instauração da república e do governo provisório.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Para um contexto mais amplo sobre as questões políticas das últimas décadas do XIX, ver: GOMES, Ângela de Castro; ALBUQUERQUE, Martha. *A nova "velha" República: um pouco de história e historiografia*. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 13, p. 11-24, 2009.

Já no campo das ideias temos o processo de ressignificação da rua<sup>4</sup>, de elaboração da cultura e tradições nacionais<sup>5</sup>, de repensar e ressignificar a mestiçagem, em torno de quem poderia fazer parte da cultura mestiça brasileira<sup>6</sup> e de quem seriam as almas que constituiriam a nação, tudo isso em meio à ampla circulação de teorias raciais<sup>7</sup> e higienistas que passam a circular mais na sociedade<sup>8</sup>. Por fim, no campo social há um processo ressignificação das ruas<sup>9</sup>, de luta pela cidadania de diversas camadas da sociedade. Temos também o aumento do número de escravizados libertos ao longo das últimas décadas do XIX<sup>10</sup>, por um lado, e, por outro, o problema de como lidar com esse novo elemento no cotidiano da vida urbana que encontrava expressão na repressão à ociosidade e à vadiagem.

Visando construir uma narrativa acerca desses sujeitos lidos por Mello Moraes Filho nos *Tipos da Rua em Festas e Tradições Populares do Brasil* de forma a adensar a trajetória de certos sujeitos em sua obra, parte da metodologia de análise desses sujeitos tem suas raízes nos estudos de Carlo Ginzburg<sup>11</sup>. Dessa forma me pauto em recolher, cruzar, comparar e relacionar registros relacionados aos sujeitos estudados por Moraes Filho nos *Tipos da Rua*. O que se espera como resultado dessa metodologia é, adensar a matéria histórica acerca desses sujeitos, dando às suas histórias possibilidades não simplificadas ou essencializantes de análise, conferindo-lhes a possibilidade de que, através da narrativa histórica que será construída aqui, seja recobrada a agência histórica desses sujeitos, permitindo que, futuramente, estudos mais aprofundados e específicos acerca deles sejam realizados.

Partindo de um processo analítico sugerido por Sandra Jatahy Pesavento<sup>12</sup> ao discorrer sobre formas de pensar a cidade como um problema, sobretudo quando nos voltamos para suas

---

<sup>4</sup> MELLO, M. T. C. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV/Edur/anpuh, 2007. p.52-62.

<sup>5</sup> Sobre o processo de formação da cultura nacional ver: CHAUI, Marilena. Seminário I. Seminários: o Nacional e o Popular na Cultura Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1984; ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>6</sup> Sobre os debates intelectuais acerca da mestiçagem ver: DANTAS, Carolina Vianna. *O Brasil café com leite: debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república*. Tempo, v. 13, n. 26, p. 56-79, 2009. Para um debate mais amplo ver: \_\_\_\_\_. *O Brasil café com leite: história, mestiçagem e identidade nacional em periódicos* (Rio de Janeiro, 1903-1914). Rio de Janeiro, Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2007.

<sup>7</sup> Ver: SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>8</sup> Ver: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>9</sup> Ver: MELLO, M. T. C. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV/Edur/anpuh, 2007. pp. 55-82.

<sup>10</sup> Sobre possibilidades de análise do contexto do pós emancipação ver: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. Políticas da raça: Experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. Selo Negro, 2014.

<sup>11</sup> GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; \_\_\_\_\_. *O fio e os rastros: Verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>12</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Editora da Universidade/UFRGS, 1999. p. 09-10.

representações, a autora afirma que uma vez que elas se tornam objeto de questionamento, elas – as representações – devem se tornar respectivamente objeto de análise e tema de reflexão. Para isso, há de se explicitar as formas como, nas palavras da autora “o escritor, como espectador privilegiado do social, exerce a sua sensibilidade para criar” essas representações.

Nesse sentido, pensando tanto a cidade quanto os sujeitos como agentes estruturados e estruturantes simbólica e materialmente, as representações desses sujeitos presentes nos Tipos da Rua, que em larga parcela parecem ser coetâneos à Mello Moraes Filho, aliados à busca por fragmentos que possam melhor explicitar suas escolhas narrativas para representa-los, são o fio que move a minha narrativa histórica nos dois primeiros capítulos de minha pesquisa em meio a um contexto histórico tão diverso e denso.<sup>13</sup>

Em meu primeiro capítulo a preocupação fundamental é traçar contornos a essa figura à sombra da fogueira enquanto os festejos acontecem e os sujeitos tomam parte na celebração de seus quotidianos. Mesmo a documentação disponibilizada para o público deixando diversas lacunas, além de possuir caráter extremamente fragmentado sobre a trajetória de Moraes Filho decidi compor esse capítulo de forma a contornar essas lacunas e oferecer ao leitor um vasto campo não de certezas, mas de possibilidades para compreender a polifonia e a pluralidade de Moraes Filho enquanto sujeito histórico.

A fim de atingir esse objetivo, tratei de delimitar, ainda que de forma imprecisa, seus contornos partindo dos fragmentos deixados pela participação em certos periódicos ou descrições de outros autores. Em razão dos espaços deixados para que outros preenchessem, até mesmo notas de agradecimento de suas obras tornaram-se objetos de análise do capítulo, dessa vez não com o intuito de delimitar ou mesmo delinear, mas, para problematizar junto do leitor o lugar plural que Moraes Filho ocupou ao longo de sua trajetória. De forma breve, busquei nesse capítulo recuperar a experiência do que, ao longo da trajetória de Moraes Filho, ao meu ver, alicerça sua escrita.

Já o segundo capítulo possui caráter iniciático às *Festas e Tradições Populares* do Brasil (1901). Nele tratarei de elucidar ao leitor certos pontos da obra como um problema mediante o contexto de seu próprio tempo. Era necessário desvendar e compreender o fio que conduz a narrativa do início ao fim, uma vez que os “Tipos da Rua” estão inseridos numa obra

---

<sup>13</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Op. Cit.* 1999. p. 09-10.

a qual podemos entender que lança mão de compor um quadro de tradições populares do XIX. Portanto, tratei de questões como a composição da obra, identificar a origem de alguns capítulos que a compõem e, ao longo da pesquisa foram identificados sendo publicados em jornais ou em outros livros de Moraes Filho anteriores à Festas e Tradições (1901), contextualizando-os historicamente. O percurso ao longo do capítulo será aos poucos afinado até chegar aos “Tipos da Rua”, os quais apresentarei brevemente, como tratei em maior ou menor medida ao longo do presente estudo, além de propor formas de ler esse conteúdo historicamente, pensando a inserção de Moraes Filho nos campos teóricos de sua época, abrindo caminho ao capítulo seguinte que tratará de estudos de caso.

O terceiro e último capítulo busca, fundamentalmente, compreender algumas dinâmicas de gênero e raça nos Tipos da Rua de Moraes Filho. Para isso, agrupei alguns dos estudos dos Tipos os quais pensei serem mais exemplares para compreender como eles, lidos partindo das questões de gênero e raça, atravessam o projeto de tradição nacional de Moraes Filho em Festas e Tradições Populares. Mais que isso. Compreender como esse debate sobre gênero e raça tem consequências sociais que são narradas através dos estudos de Moraes Filho sobre esses sujeitos que compõem seu projeto de tradições e cultura popular.

Por fim, convido você, caro leitor, cara leitora, a me acompanhar ao longo do percurso desse estudo que aqui será desenvolvido.

## Capítulo I – Quem nos convida à rua: um prelúdio

Certa vez, Machado de Assis escreveu em uma crônica: Não nos envergonhamos de viver na rua; é muito mais fresco<sup>14</sup>. Trata-se de uma crônica publicada no jornal *A Gazeta de Notícias* e assinada por Lélío, o pseudônimo utilizado por Machado na série *Balas de Estalo*.<sup>15</sup> Através da ambivalência da crítica estabelecida ao longo da crônica, podemos endereçar a crítica de Machado ao que Leonardo Affonso de Miranda chamou de “Geração de intelectuais boêmios”, jovens literatos que, mesmo ganhando pouco ou nenhum subsídio financeiro, constantemente enviavam seus textos às redações de jornais para ao menos vê-los publicados.<sup>16</sup>

Segundo Maria Tereza Chaves de Mello<sup>17</sup>, a ambiguidade que tais boêmios literatos condensaram em si, entre serem “pessoas pouco recomendáveis para a boa sociedade”, por vagar pelos bares e ruas, alcoolizados ou drogados pelo absinto, ao mesmo tempo em que, em virtude do seu nível cultural, eram “admirados”, se deu como sinal de ressignificação que a rua passava a apresentar em 1880. A rua passa de um espaço estigmatizado como lugar de doenças, sujeira, escravizados, criminosos e vadios, em suma, da desordem, opondo-se a ela o Estado e a Casa como espaços do governo e da ordem. Quando, em virtude do processo de modernização<sup>18</sup> que a segunda metade do XIX traz, a rua passa a ser ressignificada como espaço de uso público da razão e da crítica<sup>19</sup>, conserva ainda seus aspectos primeiros e os tais boêmios acabam por fazer de si parte e reflexo das mudanças e permanências das questões que envolviam a rua.

<sup>14</sup> ASSIS, Machado de (Lélío). “*Balas de Estalo*”. In: *Gazeta de Notícias*, 14 de março de 1885.

<sup>15</sup> Sobre as *Balas de Estalo* ver Ana Flávia Cernic Ramos: *História e crônica: “Balas de Estalo” e as questões políticas e sociais de seu tempo*; \_\_\_\_\_. *Política e humor nos últimos anos da Monarquia*. A série “Balas de Estalo”. In: CHALHOUN, S., NEVES, M. S., PEREIRA, L. A. M. (orgs). *História em Cousas Miúdas: Capítulos de História Social da Crônica No Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005; \_\_\_\_\_. *As máscaras de Lélío: política e humor nas crônicas de Machado de Assis (1883-1886)*. Editoria Unicamp, 2016; Deixo também como sugestão de leitura um texto onde há um estudo mais aprofundado sobre a crônica em questão: GURGEL, Vitor. “Um remédio contra os capoeiras”: Uma breve análise da atuação dos capoeiras cariocas na política da segunda metade do século XIX sob o olhar de uma crônica Machadiana. Seropédica: UFRRJ/ICHS, 2016.

<sup>16</sup> Leonardo Affonso de Miranda indica outra possibilidade de trabalharmos a “Geração de intelectuais boêmios”. O autor pontua que tais literatos poderiam ser observados dentro do espectro de popularização da possibilidade de acesso às letras. Sua avidez em publicar seus textos viria da importância observada por estes literatos que é a da formação proporcionada através do acesso às letras que essa geração experimenta. Ver: PEREIRA, Leonardo A. M. *O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. pp. 21-23; 58-61.

<sup>17</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV/Edur/anpuh, 2007. p. 67-70.

<sup>18</sup> Trato aqui como modernização as ações que visavam sincronizar as atividades do Brasil com as do mundo capitalista do velho continente promovendo assim sucessivas tentativas de equiparar a ex-colônia aos países da Europa. Ver: PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. 43ªed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 195

<sup>19</sup> MATTOS, Ilmar Rohlóff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. Acess, 1994. pp. 103-121 *Apud*. MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV/Edur/anpuh, 2007. p.29-30.

Acerca dos registros sobre os conflitos resultantes das mudanças e permanências nas ruas do Rio de Janeiro, chegamos ao seguinte relato:

[...]Ai! Naquele tempo é que era bom ver os barbeiros... Os barbeiros e os pedintes de missa!

Duas espécies que a civilização matou.

[...] O barbeiro ambulante [...] Não calça botins ou sapatos, anda de chinelos, porém chinelos de ourelo, grossos e fortes, como se por esta maneira pudesse conservar vestígios indeléveis da sua espécie, que o francesismo civilizador desmoronou para todo o sempre.

Vão se os tempos.

Dos nossos tipos de ruas já desapareceram o Filósofo da Praia, o Tangerina e o Padre Kelé; das nossas festas tradicionais foram sepultadas no olvido as procissões religiosas com os seus respectivos anjinhos e irmãos de opa, e com as procissões foram-se as barraquinhas do campo de Sant'Ana, a Festa da Independência, os Presepes, a visita dos reis magos; brevemente desaparecerão as fogueiras, as batatas, carás e canas assadas, de Santo Antônio e S. João! Que pena! ...

Por isso os Velhos torcem o nariz quando ouvem falar em progresso.

E tem muita razão. Oh! Muita, muita razão.

Thadeu.<sup>20</sup>

Em seu artigo, publicado na oitava edição do *Brazil Illustrado: Archivo de conhecimentos Uteis*<sup>21</sup>, tratando sobre o paulatino fim dos Barbeiros Ambulantes<sup>22</sup> nas ruas do Rio de Janeiro, o autor, que assinava sob o pseudônimo de “Thadeu”, acaba abordando brevemente o sumiço de algumas festas religiosas, tradições populares e também de alguns “Typos de ruas”. Além do tom nostálgico, Thadeu deixa transparecer seu descontentamento com o que ele chama de “francesismo civilizador” e, ao fim de seu texto, complementa que esse seria o motivo o qual os “velhos torcem o nariz quando ouvem falar em progresso”.

Acerca do progresso, alguns anos antes, 1883, “Mercurio”, outro pseudônimo da coluna *Balas de Estalo* também trata dessa ideia:

---

<sup>20</sup> Thadeu. Typos e costumes. In.: *O Brasil Illustrado*. Rio de Janeiro: 1887. Edição 008. p. 16.

<sup>21</sup> O periódico é lançado em 1887, publicado no Rio de Janeiro pelo Atelier artístico de Alfredo Pinheiro, na rua Sete de Setembro, tratava-se de um jornal com numeração contínua entre seus volumes, estimulando que fosse encadernado ou colecionado. Segundo Tania Regina de Luca, tanto o preço do periódico era modesto, tendo em vista outras publicações semelhantes que circulavam na mesma época e o volume final de páginas ao ano, que poderia chegar a mais de quatrocentas páginas. Sua periodicidade foi um bocado irregular, os exemplares não traziam a sua periodicidade, data de publicação ou outras formas de identificar esses dados, contudo, entre 1887 e 1888 foram publicados um total de dezesseis edições do jornal. Já a sua proposta acaba sendo um pouco diferente dos demais periódicos ilustrados que, segundo Luca acabam sendo folhas satíricas e de humor, a proposta do *Brasil Illustrado*, acaba sendo indicada pelo seu subtítulo, um arquivo de conhecimentos úteis e registros de fatos históricos que percorrem os anos de publicação do periódico. Para um estudo aprofundado acerca do periódico ver: LUCA, Tania Regina de. *Brasil Illustrado (1877 2 1878)* e Félix Ferreira. *Revista de História*, n. 179, p. 01-62, 2020.

<sup>22</sup> Segundo a edição supra referenciada do *Brasil Illustrado*, os barbeiros ambulantes eram, muito provavelmente em sua maioria, homens que circulavam pelas ruas levando pendurada uma bacia em uma das mãos, uma toalha de linho no braço e as tesouras e navalhas no bolso de suas calças de brim pardo, calçando chinelos de pano. Trabalhavam em cada esquina que poderiam ocupar brevemente e, segundo o texto do *Brasil Illustrado*, logo assentavam seus utensílios, eram envolvidos em uma roda viva de clientes por todos os lados para serem barbeados ao som de: “Figaro aqui, Figaro lá”. Thadeu. Typos e costumes. In.: *O Brasil Illustrado*. Rio de Janeiro: 1887. Edição 008. p. 16.

[...]os tempos mudaram. Veio o movimento político, que deslocou a atenção. Veio a imprensa jornalística e a sua polêmica acerba, a morfina, o folhetim, a pedido, o romance. Veio o teatro, a mágica, o acréscimo da população. Veio o vapor, o trato frequente e rápido com a Europa, colocar os dois continentes na situação de vasos de líquidos comunicantes que por fim se nivelam. Veio o bonde, a imensa, a maior força de transformação que já incidiu sobre essa cidade.

Pouco a pouco foi esboroando-se a velha organização. Sentimentos, ideias, ações, pontos de vista, intuítos, foi tudo mudando com maior ou menor lentidão[...].<sup>23</sup>

As expressões utilizadas por Thadeu, “francesismo civilizador” e sobretudo “progresso”, além da expressão de Mercutio, “colocar os dois continentes na situação de vasos de líquidos comunicantes que, por fim, se nivelam”, aparentarem ser utilizadas como sinônimos entre si e associadas à ideia a qual aparenta ser muito próxima do que compreendemos hoje como “modernização”.

Se por um lado a modernização trazia a série de avanços elencadas por Mercutio, como os avanços da medicina, a consolidação da imprensa, a melhoria da comunicação com a Europa através do cabeamento submarino de telégrafo inaugurado em finais da década de 70, avanço na tecnologia de transporte com a chegada do trem à vapor, o bonde como um transporte ágil para curtas distâncias; por outro lado, essa tentativa de colocar os dois continentes na condição de vasos comunicantes que por fim se nivelam, gerou o “francesismo civilizador” de Thadeu, o qual, em sua concepção, fez com que festas, costumes, tradições e personagens populares nas ruas do Rio de Janeiro, desaparecessem.

É esse o conjunto de contradições que, em um primeiro plano, forneceria substrato à escrita de Mello Moraes Filho e suas *Festas e Tradições Populares do Brasil*, as contradições entre tradições e modernidade, entre intelectuais e “tipos da rua” que acabam estabelecendo aproximações e distanciamentos com seus coetâneos da chamada Geração de 1870.

## **1.1 – Breves contribuições à trajetória de Mello Moraes Filho**

Prosseguindo ao que objetivo realizar nesse capítulo, como o título sugere, buscarei delinear a figura de Moraes Filho através de algumas fontes selecionadas e com o auxílio da historiografia que toma suas obras como objeto de estudo. Com isso, penso que eu possa trazer mais elementos para identificar o Mello Moraes Filho que escreve *Festas e Tradições e os Tipos da Rua*.

---

<sup>23</sup> Mercutio. Balas de Estalo. In. *Gazeta de Noticias*. Rio de Janeiro. 03-04-1883. p.2.

Caros leitores, não se enganem, aqui trataremos da trajetória de um sujeito que não deixa nada escrito sobre si, por isso, pensei que a melhor forma de tecer contornos à figura de Moraes Filho seria trabalhar com aquilo que está referenciado em suas obras ou que terceiros escrevem sobre ele. Em razão disso, para dirimir determinadas lacunas, foi necessário articular alguns tipos de fontes escritas, sobretudo livros e jornais, para compreender o contexto em que se inseria a trajetória de Moraes Filho.

A trajetória que será elaborada ao longo desse capítulo tem um fio condutor que, em maior ou menor medida, conduzirá a narrativa, a unidade dos Tipos da Rua em *Festas e Tradições Populares do Brasil* (1901)<sup>24</sup>. Em outras palavras, muito me interessa a construção de uma narrativa onde eu possa explicitar o momento, do que podemos chamar de amadurecimento intelectual de Moraes Filho, que está inserido nesse conjunto de textos dos Tipos da Rua.

Os “Tipos da Rua”, por sua vez, são uma seleção de textos publicados em alguns periódicos entre 1882 e 1889 e, nas últimas décadas do XIX, alinhavados em um livro, *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Nos “Tipos da Rua” estão registrados trechos da trajetória de vida de pouco mais de vinte sujeitos<sup>25</sup> que tem na Rua o espaço, não só de reconhecimento de suas existências, mas do registro de suas conturbadas trajetórias. Portanto, para melhor compreender o que se narra sobre esses sujeitos, é necessário compreender quem os lê e os eterniza nas páginas de um livro que se propõe a falar sobre tradições populares.

Dito isso, saltamos entre as lacunas deixadas pelo tempo na história do Rio de Janeiro, nos transportemos brevemente para o ano de 1901. Passou-se pouco mais de uma década desde a Lei Áurea, da instauração da República e da primeira publicação de *Festas e Tradições Populares do Brasil*<sup>26</sup> até a sua edição revista e aumentada<sup>27</sup> que é editada e publicada novamente pelo renomado livreiro H. Garnier<sup>28</sup> e sua editora. Na sua edição revista e ampliada,

---

<sup>24</sup> Tratarei de temas como a composição do livro, anos de publicação e edições no próximo capítulo.

<sup>25</sup> De acordo com a versão de 1901 de *Festas e Tradições*, sob o título de Tipos da Rua constam os seguintes estudos de Moraes Filho: Capoeiragem e capoeiras célebres; O capitão Nabuco; O Estrada de Ferro; O Filósofo do Cais; A Forte-Lida (manta de fogo); O miguelista; O policarpo; O Bolenga; O Pica-Pau; O Padre Kelé; A Maria Doida; O Praia-Grande; Barreto Bastos; O chico Cambraia; O "Não há de Casar"; O Thomás Cachaço; Castro Urso; O príncipe da Natureza; O Maia da Praia Grande; O Dr. Pomada; O Príncipe Obá. Ver: MELLO MORAIS FILHO, A. J. Tipos da Rua. In: \_\_\_\_\_. *Festas e tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro, Garnier, 1901.

<sup>26</sup> MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Festas Populares do Brasil: Tradicionalismo*. Rio de Janeiro, Garnier, 1888.

<sup>27</sup> MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Festas e tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro, Garnier, 1901.

<sup>28</sup> A edição de 1895 de *Festas e tradições* é editada e publicada pela Fauchon e Cia, já as edições de 1888 e 1901 são editadas e publicadas pela Garnier. Não fica explícita a razão da troca e retorno pela Garnier.

além do acréscimo de capítulos, gostaria de destacar também a permanência do prefácio de Silvio Romero<sup>29</sup>, que surge pela primeira vez na edição de 1895<sup>30</sup>.

A parceria de Silvio Romero e Mello Moraes Filho não se resumiu ao prefácio da de *Festas e Tradições*, mas materializou-se também em alguns outros prefácios e notas. Uma vez que Moraes Filho deixa pouca coisa escrita sobre si mesmo, cada vez que tentamos delinear a sua figura, temos que seguir trilhas de escritos de outros autores sobre ele, e, até onde a minha pesquisa identificou, Romero foi um dos que mais escreveu sobre Moraes Filho. Portanto, penso que alguns dos escritos de Romero acerca de Moraes Filho podem ser tomados aqui como pontos de partida para que possamos seguir em busca de quem nos convida à rua.

Durante a pesquisa me deparei com uma obra de Moraes Filho intitulada *Quadros e Crônicas*<sup>31</sup> a qual, ele também entregou aos cuidados da escrita de Silvio Romero o prefácio. Em *Quadros e Crônicas* encontramos desde pequenas poesias, histórias de monumentos, datas comemorativas, histórias sobre Ciganos, um breve histórico sobre a fazenda de Santa Cruz, narrativas sobre acontecimentos quotidianos em determinadas cidades ou narrativa de determinados personagens e acontecimentos históricos de relevância local e nacional<sup>32</sup>. Retornando ao prefácio de Romero intitulado: *Mello Moraes Filho – Estudo*, nele, além de um breve resumo e revisão crítica das obras publicadas, Romero tece algumas opiniões acerca das motivações de Moraes Filho em escrever tantas de suas obras, sobretudo na década de 80 do XX, expondo também alguns fragmentos da trajetória de vida de Moraes Filho.

Por exemplo, segundo o *Estudo* de Romero, Moraes Filho nasceu na Bahia em 1844<sup>33</sup>, tendo se mudado para o Rio de Janeiro em 1853. Após alguns estudos iniciais, matriculou-se

---

<sup>29</sup> Para um estudo aprofundado acerca da trajetória intelectual de Silvio Romero ver: MATOS, Cláudia. *A poesia popular na república das letras: Silvio Romero folclorista*. Editora UFRJ, 1994.

<sup>30</sup> MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Festas e tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro, Fauchon & Cia, 1895.

<sup>31</sup> MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Quadros e crônicas*. Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro, 1884.

<sup>32</sup> Os capítulos de *Quadros e Crônicas* são, respectivamente: *Quadros*: I – A noite de Natal; II – A Sociedade Santa (israelita – Chevera Kaduscha); III – Scenas de um Naufrágio; IV – O Baile da Lavadeira (Bahia); V – A Véspera de S. João; VI – Chisto; VII – Partidas de Ciganos; VIII – A Vespera de Reis no Norte; IX – Entre os Ciganos; X – O Entrudo (Rio de Janeiro); XI – Folk-lore Brasileiro (cantos); XII – Folk-lore Brasileiro (contos); XIII – Tiradentes; XIV – A Jornada dos Martyres (episódio da inconfidência); XV – O padre Roma (episódio da Revolução de 1817); XVI – Um Grupo de Suppliciados (episódio da Revolução de 1817); XVII – Frei Caneca (episódio da Revolução de 1824); XVIII – Ratcliff; XIX – A Morte; XX – A Miséria em Londres; XXI – O Domingo em Londres; XXII – A Chegança dos “Marujos”; XXIII – O Castro Urso; XXIV – O príncipe Obá; XXV – O Príncipe Natureza; XXVI – O Maia da Praia Grande; XXVII – O Dr. Pomada; XXVIII – Os Reisados; XXIX – O dia de Finados. *Crônicas*: I – A Fortaleza de Villegaignon; II – A Fortaleza da Conceição; III – A fortaleza de Santa Cruz; IV – A Fortaleza da Ilha das Cobras; V – Morros da Cidade; VI – Lagoas da Cidade e Ilhas Próximas; VII – Praias; VIII – Rios; IX – O convento de Santo Antônio e a Santa Sé; X – A Cadeia do Aljube; XI – O Sete de Abril; XII – A Fazenda de Santa Cruz; XIII – Os Archivos da Polícia.

<sup>33</sup> Segundo o dicionário bibliográfico brasileiro, de Augusto V. A. S Blake, Alexandre José de Mello Moraes Filho, nasceu em 23 de fevereiro de 1843, ao contrário do que indica Romero. Entretanto, segundo o estudo da Festa do Divino de Martha Abreu, em 1853 ele teria onze anos de idade e em 1867 vinte e sete anos. Já no Dicionário de Verbetes do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), o nascimento de Moraes Filho teria sido em 1843. Ver respectivamente: BLAKE, Augusto

no Seminário de S. José do Rio de Janeiro. Chegou até mesmo a pregar sermões em algumas igrejas do Rio de Janeiro, sendo em 1867 encaminhado para ser ordenado na Bahia.

A historiadora Martha Abreu afirma que, durante a sua juventude, Moraes Filho acompanhava seu pai, Alexandre Jose de Mello Moraes (1816-1882), nos encontros de literatura do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro (IHGB) com a presença de ilustres intelectuais da época como Varnhagen, Gonçalves Dias e Martins Pena. Mais tarde, quando retorna a Salvador para ordenar-se, já teria contato com a poesia em razão da influência de poetas românticos “mais ligados aos temas populares”.<sup>34</sup> Ainda, segundo Abreu, a formação de Moraes Filho recebeu grande influência do pensamento desses intelectuais, sobretudo no trato acerca das questões da formação do Brasil como nação em suas obras, traço também ressaltado por Romero.<sup>35</sup>

O pai de Moraes Filho, Alexandre Jose de Mello Moraes (1816-1882), segundo Romero<sup>36</sup>, teria decaído rapidamente de sua sorte por motivos os quais ele decidiu omitir do prefácio de *Quadros e Crônicas*. Mello Moraes, tornando-se órfão ainda na infância, é criado por tios frades, um carmelita e outro franciscano. Muda-se para Salvador em 1827, onde se forma em medicina e doutora-se em 1840, década em que inicia seus estudos sobre homeopatia, mudando-se para o Rio de Janeiro na década de 1850, onde rapidamente projeta-se como um expressivo intelectual no cenário nacional<sup>37</sup>.

Pedro Afonso dos Santos<sup>38</sup> trata que o Dr. Mello Moraes, teria seu nome proposto para sócio do IHGB, muito provavelmente em razão de sua vasta coleção de documentos históricos, chegando até mesmo a usufruir dos arquivos e da biblioteca do IHGB, entretanto não teria

---

Victorino Alves Sacramento. *DICCIONARIO BIBLIOGRAPHICO* Vol. 1. Conselho Federal de Cultura. 1970. P 39; ABREU, Martha. *O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. 1996. 2v. Tese (doutorado) – UNICAMP, IFCH. Sp. p. 102.

<sup>34</sup> Martha Abreu afirma que em 1867, Moraes Filho, por “declarada influência de Laurindo Rabelo e Bittencourt Sampaio”, poetas, que detinham maior ligação aos temas populares, Moraes Filho teria encaminhado suas obras por essas veredas. Abreu destaca, inclusive, que esses poetas, como mais tarde faria também Moraes Filho, acabam “abordando a especificidade negra”, o que “era bastante incomum na época”. ABREU, Martha. *Mello Moraes Filho: Festas, Tradições Populares e Identidade Nacional*. In.: CHALHOUB, Sidey; PEREIRA, L. A. M. (orgs). *A História Contada*. Capítulos de História Social da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. p. 181-182.

<sup>35</sup> Ver respectivamente: ABREU, Martha. *O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. 1996. 2v. Tese (doutorado) – UNICAMP, IFCH. Sp. pp. 103-104; ROMERO, Silvio. *Estudo – Mello Moraes Filho*. In.: MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Quadros e Chronicas*. Rio de Janeiro. Garnier 1885. p. III.

<sup>36</sup> ROMERO, Silvio. *Estudo – Mello Moraes Filho*. In.: MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Quadros e Chronicas*. Rio de Janeiro. Garnier 1885. p. I.

<sup>37</sup> JESUS, Simoneide Correia Araujo de et al. “O Intelectual Mello Moraes: Trajetória e produção histórica”. In.: Alexandre José de Mello Moraes e o Modelo de historiografia no Brasil–Império. UFAL. 2016. pp. 18-25.

<sup>38</sup> SANTOS, Pedro Afonso Cristovão. *De “Ramusio” a plagiário: apontamentos sobre a relação de Alexandre José de Melo Moraes (1816-1882) com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, ano, v. 176, p. 151-178, 2015.

chagado a fazer parte dos quadros da instituição. Ainda segundo o autor, isso se deu em virtude de uma querela acerca da forma de sua produção historiográfica<sup>39</sup>, a qual se focou, sobretudo, no estudo do que Santos chamou de “história pátria”, o que, muito provavelmente, teria influenciado a Moraes Filho seguir um caminho semelhante durante a sua trajetória intelectual.<sup>40</sup>

Avançando para a década de 1860, mais precisamente em 10 de janeiro de 1864, temos a primeira edição do *O Médico do Povo – Na terra de Santa Cruz: Jornal de Propaganda Homeopathica: Litterario, Scientifico, Noticioso e ás vezes Politico*<sup>41</sup>. O nome, “Médico do povo”, foi dado pelo proprietário e redator, Dr. A. J. Mello Moraes, em referência ao processo de Conjuração Mineira, no qual, segundo relato do mesmo, o periódico teria contribuído com muitos e importantíssimos resquícios históricos para os futuros estudos sobre o tema.

Inicialmente, segundo um informativo de autoria do próprio Dr. Mello Moraes que podemos encontrar na primeira página do *Médico do Povo*, se tratava de uma retomada de impressão de um jornal que, ao longo de dois anos circulou na imprensa baiana, tendo cessado suas impressões pelo o que ele chamou de “supor que a sua causa já ganha”. Sua causa, como há de se supor através do subtítulo de seu jornal, era romper “esforços em proveito da homeopathia”<sup>42</sup>, que ainda era bastante descreditada à época. Todavia, ao fim do mesmo texto, Mello Moraes trata que objetivo do periódico foi ao menos ver publicados “os documentos mais importantes da história natural, civil e política do império do Brasil, inteiramente desconhecidos, e importantíssimos”, uma vez que em razão de evitar excessos de materiais, esses documentos não poderiam entrar em sua obra mais recente sobre história do Brasil.<sup>43</sup>

---

<sup>39</sup> Em seu artigo, Santos (2015), trata de como a escrita de Mello Moraes teria gerado discussões sobre o modelo de historiografia presente à época no IHGB. Dentre os problemas, o autor trata sobre a acusação de plágio que Mello Moraes teria sofrido por dois integrantes do IHGB.

<sup>40</sup> Para um trabalho bibliográfico sobre Mello Moraes, o pai, ver: JESUS, Simoneide Correia Araujo de et al. Alexandre José de Mello Moraes e o Modelo de historiografia no Brasil–Império. UFAL. 2016.

<sup>41</sup> Segundo informações contidas na própria edição, o *Médico do Povo* se tratava de um jornal semanal, publicado aos domingos, com possibilidade de assinatura anual, semestral e trimestral, também era feita a venda de números avulsos por 120 réis, um valor alto para apenas quatro páginas. Não fica explícito se o endereço fornecido de onde o jornal era publicado, também era o local de venda dos números avulsos ou se haviam outras formas de adquiri-lo que não ali.

<sup>42</sup> Segundo Simoneide de Jesus, a carreira de medicina de Mello Moraes teria sido um dos fatores que teriam lhe garantido uma vida financeiramente estável, sendo um dos seus diferenciais em sua carreira a questão da divulgação da medicina homeopática, sobretudo com a publicação de guias práticos acerca dos benefícios da homeopatia. A autora trata ainda que em virtude disso, Mello Moraes teria se tornado um dos mais conhecidos médicos e com uma das maiores clientelas do Rio de Janeiro. Ver: JESUS, Simoneide Correia Araujo de. *Mello Moraes e o modelo de escrita científica historiográfica no Brasil – Império*. Dissertação – Mestrado em história. UFAL. 2016. Sobre os “esforços em proveito da homeopathia” ver: MELLO MORAES. A. J. *O Médico do Povo – Na terra de Santa Cruz: Jornal de Propaganda Homeopathica: Litterario, Scientifico, Noticioso e ás vezes Politico*. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1864. Ano I. N<sup>o</sup>1. p.1.

<sup>43</sup> À época, A. J. de Mello Moraes acabara de publicar sua *Chrorographia Histórica*, a qual se tratava de um grande apanhado de fontes e outros materiais sobre o XVII e início do XVIII.

Na sua vigésima edição, logo na primeira página há o seguinte aviso:

Aos meus assinantes.

Instado por alguns amigos, e movido por suas judiciosas reflexões, sou forçado a mudar o título deste meu periódico de *Médico do Povo*, para o de *Brasil Histórico*, visto ser ele dedicado principalmente à propagação da história pátria por todas as classes da sociedade, e a arquivar os inúmeros documentos inéditos que possuo. Continuarei, porém, do mesmo modo a publicar os fatos mais importantes da minha clinica homeopática, para manter a propaganda desta ciência. E para ir com os diferentes gostos dos meus leitores, também irei vulgarizando instrutivos pedaços de literatura, de poesias inéditas, de ciências abstrata, de geografia e botânica brasileira etc., etc., a fim de corresponder, quando me for possível ao bom acolhimento que tem tido esse periódico. Dr. Mello Moraes.<sup>44</sup>

Se na primeira edição, em janeiro, havia uma identificação maior com a questão da medicina homeopática, três meses depois, em maio, após a mudança de nome e de perspectiva, o periódico segue a numeração e periodicidade anterior, já com a inclusão de poesias naturalistas<sup>45</sup> de Mello Moraes Filho na última página do jornal.<sup>46</sup> O *Brasil Histórico* segue sua proposta semanal entre maio de 1864 e julho de 1865, sendo então suspenso em virtude do número decrescente de assinantes, o que tornava inviável a publicação do periódico, ao menos com a frequência desejada pelo Dr. Mello Moraes<sup>47</sup>.

Entre 1866 e 1868, na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional constam um tomo para cada ano com um média de duzentos e setenta páginas. Ainda que nas páginas iniciais do primeiro tomo (1866), conste que seriam publicadas oito páginas por número e quatro números mensalmente entre julho de um ano até junho do outro, editorado e publicado pela Tipographia dos Editores no Rio de Janeiro. O segundo tomo (1867), publicado e editado pela Fauchon e

---

<sup>44</sup> *O Médico do Povo – Na terra de Santa Cruz*: Jornal de Propaganda Homeopática: Litterario, Scientifico, Noticioso e ás vezes Politico. Rio de Janeiro, 22 de maio de 1864. Ano I. Nº 20. p.1.

<sup>45</sup> Uma vez que não era o foco da pesquisa, não tratei de mapear todos os poemas de Moraes Filho publicados, fosse no *Brasil Histórico*, fosse em outros jornais e periódicos. Todavia, deixo aqui para o leitor um breve apanhado das principais obras de poesia de Moraes Filho. Penso que, à exemplo de outras obras, nelas também podem constar alguns dos poemas publicados pelo autor em jornais e outros periódicos: Cantos do Equador. Rio de Janeiro, 1879; Sertões e florestas, Nocturnos e phantasias, Poemas da escravidão. Rio de Janeiro, G. Leuzinger & Filhos, 1881; MYTHOS e poemas; nacionalismo . . . Rio de Janeiro, G. Leuzinger & Filhos, 1884. POEMES de l'esclavage et légendes indiens. Traduction de la Revue Commerciale, Financière et Maritime. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1884; A MULATA, canção bahjana. Poesia de Mello Moraes Filho. Música de Xisto Bahia. Rio de Janeiro, Vieira Machado Sc C., n.º V

<sup>46</sup> As primeiras páginas da primeira edição do *Brasil Histórico*, além de trazerem agradecimentos aos assinantes, mais de cinquenta nomes entre instituições, como diversas bibliotecas do Rio de Janeiro, outros jornais como a *Semana Illustrada*. Ainda segundo a mesma lista, até mesmo o arcebispo da Bahia (1864) era um dos assinantes do jornal escrito pelo Dr. Mello Moraes. Um outro fato curioso é que há também nas primeiras páginas um índice de assuntos já publicados e ainda a publicar, contendo o número da edição e página. Penso que, à exemplo do que mais tarde se deu com o *Brasil Illustrado*, o propósito do jornal era ser encadernado em um único volume quando colecionado.

<sup>47</sup> Na edição de 2 de julho de 1865, há uma nota na primeira página: “Suspensão do periódico”. Nela, o Dr. Mello Moraes lista uma série de motivos pelos quais cessaria temporariamente a impressão do periódico, dentre os quais a necessidade de imprimir um dos volumes de sua *Chrorographia Histórica*, que aguardava sob a mesa de seu editor ter o financiamento apropriado para a sua publicação. Outro motivo exposto por Mello Moraes teria sido o volume cada vez menor de assinantes de seu periódico, fazendo com que, cada vez mais, expendesse mais de seu dinheiro para que as publicações fossem realizadas.

Dupont no Rio de Janeiro, retém poucas mudanças em relação ao número de páginas, quase duzentas e setenta, reunidas em um só volume, mesmo que, novamente, nas páginas iniciais conste a informação de que se trata de uma publicação mensal, dessa vez, não consta o número de páginas por edição. O terceiro tomo (1868), além das mudanças em relação ao número de páginas, somente duzentas e trinta e nove, sendo o menor entre os três, não constam outras mudanças de editoria, distribuição, periodicidade ou valor de venda, entretanto, esse tomo somente teve segmento cinco anos depois, em 1873 e se estende até 1874, tendo um total de vinte e duas edições ao longo desse último período e, suas publicações, novamente suspensas<sup>48</sup>.

Durante a década de 1860, Moraes Filho tem seus poemas publicados no *Brasil Histórico*, desiste da vida eclesiástica e viaja para a Europa para cursar medicina, vindo a doutorar-se na Universidade de Bruxelas. Antes de sua ida a Europa, publica alguns de seus poemas no jornal científico, recreativo e poético: *Estrea Litteraria*, em 1864, chegando a integrar a redação do periódico do qual, segundo Augusto Blake<sup>49</sup>, “poucos números viram a luz”. Retornando ao Brasil, já na década de 1870, dedica-se ao jornalismo, à medicina, à poesia e ao estudo do folclore, publicando novamente alguns poemas no jornal editado pelo seu pai.

Após outra suspensão de suas publicações em 1874, o *Brasil Histórico* retoma novamente suas publicações em 1882<sup>50</sup>, ano também que Mello Moraes Filho integra a redação, junto ao pai. Nessa época, Moraes Filho já era autor de diversos livros, tendo publicado seus textos e poemas em diversos jornais e periódicos, no Brasil e até mesmo no exterior, mais precisamente em Londres<sup>51</sup>. Moraes Filho, assume a coluna de Poesia Nacional, na qual, ainda segundo seu pai, incorreriam poesias americanas, lendas, cantos nacionais e poemas da escravidão.<sup>52</sup> Um dado muito interessante trazido por Mello Moraes é que seu filho teria se baseado “na observação da natureza, na autenticidade das tradições, e no estudo feito sobre tipos exatos”.<sup>53</sup> Guardemos esse dado por alguns instantes.

---

<sup>48</sup> Entre 1873 e 1874 o jornal ganha outro editor, D. L. dos Santos. A escrita do periódico permanece com Mello Moraes durante todos os períodos listados.

<sup>49</sup> BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *DICCIONARIO BIBLIOGRAPHICO* Vol. 1. Conselho Federal de Cultura. 1970. P. 39

<sup>50</sup> Segundo Mello Moraes, em um texto que consta na segunda página da primeira edição de 1882, a interrupção de 1874 teria se dado em razão da falta de um editor que se encarregasse da impressão e distribuição do jornal. A interrupção, a nova editoria e distribuição, contudo, não alteraram o objetivo do jornal que, ainda segundo Mello Moraes, seria a divulgação de documentos históricos que comprovem e deem subsídios aos seus escritos em outras obras.

<sup>51</sup> Segundo o *Catálogo da Exposição do Dia Internacional do Folclore e Mello Moraes Filho*, o autor publica cerca de 40 livros, excluídos aqui reedições, prefácios e textos jornalísticos. Além disso, segundo o mesmo catálogo, entre 1871 e 1872, Moraes Filho teria colaborado com o *Echo Americano: periódico ilustrado*, publicado em Londres.

<sup>52</sup> Ver: O Brasil Histórico. Ano V. Edição número 001, 5ª Série. 5 de fevereiro. 1882. p. 02.

<sup>53</sup> O Brasil Histórico. Ano V. Edição número 001, 5ª Série. 5 de fevereiro. 1882. p. 02.

Segundo Romero, no prefácio de *Quadros e Chronicas*, as melhores obras de Moraes Filho teriam sido as de contribuição etnográfica e de poesia, sendo *Festas e Tradições Populares do Brasil*, uma das obras de etnografia elogiadas por Romero em virtude da sua contribuição para o que o autor chama de “esclarecimento das populações nacionais”<sup>54</sup>. Ainda segundo Romero, os problemas que moveriam as pesquisas de Moraes Filho envolveriam sobretudo as questões de mestiçagem entre os diversos povos da Europa, Africanos, a população indígena do território brasileiro e os ciganos<sup>55</sup>.

Mais especificamente sobre *Festas e Tradições Populares do Brasil*, Romero oferece diversos elogios a Moraes Filho, dentre eles o de não procurar “um ideal, ou de norma no estrangeiro”, ao contrário do que a maioria dos autores de sua época sobre temas ligados à história da nação buscavam<sup>56</sup>. Algumas críticas de Romero tratam de que talvez fosse necessário distinguir algumas das festas presentes em seu livro, sobretudo algumas das festas patrióticas e religiosas, uma vez que, mesmo sendo “queridas do povo”, ele, o povo, seria “simples espectador”<sup>57</sup>. Ou seja, para Romero, o chamado “popular” não é sinônimo da presença de multidões ou de um grande volume de população, mas sim, está diretamente articulado à participação dos populares nos festejos e celebrações, à exemplo das festas cívicas, quando assumiam o lugar de “simples espectadores”, ao contrário do que parece articular Moraes Filho sob a ótica de Romero<sup>58</sup>.

Outra crítica de Romero à questão do “popular” em Moraes Filho é a de não ter frequentado “vilas e aldeias do interior, fazendas nos engenhos, sítios agrícolas, sertões, praias de pescadores, etc.”. Para Romero, o fato de Moraes Filho nunca sair de grandes centros que, em sua concepção, seriam impróprios ao estudo do que Romero se refere como “nosso povo”. Ainda segundo o autor, a investigação realizada no Rio entre “as classes proletárias, ciganas, negros, velhas pedintes” não seria suficiente como “recursos e meios de análise”. Mais adiante, Romero conclui:

É uma pena que nosso poeta e imaginoso escritor, com a perspicácia de observação de que é dotado, não haja tido amplos ensejos de estudar as nossas

---

<sup>54</sup> ROMERO, Silvio. *Estudo – Mello Moraes Filho*. In.: MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Quadros e Chronicas*. Rio de Janeiro. Garnier 1885. p. VII

<sup>55</sup> ROMERO, Silvio. *Estudo – Mello Moraes Filho*. *Idem*. 1885. p. IX.

<sup>56</sup> ROMERO, Silvio. *Estudo – Mello Moraes Filho*. *Idem*. 1885. p. XII-XIII.

<sup>57</sup> ROMERO, Silvio. *Estudo – Mello Moraes Filho*. *Idem*. 1885. 1885. p. IX.

<sup>58</sup> Sobre a polissemia do conceito de “Cultura Popular” ver: ABREU, Martha. Cultura popular, um conceito e várias histórias. In: \_\_\_\_\_. SOIHET, Rachel, *Ensino de História, Conceitos, Temáticas e Metodologias*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003. p. 83.

gentes onde elas se apresentam estremes, puras, originais, não mescladas às classes aleatórias da Capital.

Dispondo apenas dos recursos que pode aqui concentrar, é admirável que haja conseguido tantas informações, como aquelas que nos deparam nas Festas Populares e nos Ciganos do Brasil

O autor tem recorrido a velhos do Norte, atualmente residentes nesta cidade, e por via tradicional construiu alguns artigos de seu livro das Festas. Por esta forma descreveu muito bem, por exemplo, o brinqueado dos Congos também chamados Cucumbis.<sup>59</sup>

O relato de Romero é muito rico por nos auxiliar a melhor compreender a forma a qual Moraes Filho teria construído as suas *Festas e Tradições Populares do Brasil* e, também, melhor compreender como foi realizada a pesquisa para os registros de certos temas, sejam eles festas nacionais, religiosas, monumentos, tradições populares ou sujeitos. Um ponto chama bastante a atenção que é sobre os relatos de “velhos do Norte” para, através destes, compor seus artigos e estudos em *Festas e Tradições Populares*. Esse ponto vai de encontro ao que o Dr. Mello Moraes traz sobre a natureza da origem dos relatos que se encontram nos estudos de seu filho<sup>60</sup>. Portanto, de forma breve, podemos tomar as informações como contraditórias ou complementares entre si, todavia, não me debruçarei sobre essas possibilidades nesse momento<sup>61</sup>. Nesse sentido, retornemos brevemente ao Brasil Histórico.

Segundo os indícios encontrados, a sessão a qual Moraes Filho era responsável no *Brasil Histórico*, de fato, eram somente os Poemas Nacionais, como teria, ao menos em parte, ficado responsável em outras edições do periódico. A aparente diferença entre os demais

---

<sup>59</sup> ROMERO, Silvio. *Estudo – Mello Moraes Filho*. In.: MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Quadros e Chronicas*. Rio de Janeiro. Garnier 1885. p. XIV; Sobre Cucumbis, Eric Brasil afirma que eram grupos carnavalescos, ou ao menos que tomavam as ruas durante os carnavais compostos sobretudo por africanos que adotavam para si identidades bastante específicas enquanto grupo ou coletivo. Para estudo aprofundado sobre os cucumbis ver: NEPOMUCENO, Eric Brasil. *Cucumbis Carnavalescos: Áfricas, carnaval e abolição* (Rio de Janeiro, década de 1880). Afro-Ásia (UFBA. Impresso), p. 273-312, 2014; NEPOMUCENO, Eric Brasil. *Carnavais da abolição: diabos e cucumbis no Rio de Janeiro (1879-1888)*. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado–Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Niterói. 2011

<sup>60</sup> Segundo o pai de Mello Moraes, os textos de seu filho se baseavam “na observação da natureza, na autenticidade das tradições, e no estudo feito sobre tipos exatos”. O texto completo pode ser encontrado em: *O Brasil Histórico*. Ano V. Edição número 001, 5ª Série. 5 de fevereiro. 1882. p. 02.

<sup>61</sup> Acredito que tratam-se de possibilidades muito amplas para o debate e que acabariam direcionando o texto para fora do mapeamento da trajetória de Moraes Filho, sendo talvez até necessário um estudo específico em razão das possibilidades de acesso à fontes históricas por Moraes Filho. Por exemplo, seu pai era um colecionador de documentos históricos, sua profissão de formação lhe permitia contato com diversas pessoas e passagem em diversos lugares como cadeias, casas de saúde, comunidades de ciganos e afins, ao atingir certa idade foi empregado do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Em poucas palavras, a possibilidade de acesso a fontes é imensa. Pessoalmente, advogarei em favor da complementaridade das informações, até em razão da possibilidade da existência desses “velhos do norte” pode também significar o transporte de determinadas tradições suas para o Rio de Janeiro, fazendo com que Moraes Filho, ao ter contato com esses velhos do Norte, pode ter sido levado a assistir algumas de suas tradições, o que acabaria fazendo sentido levando os dois relatos em consideração. “Sobre os velhos do Norte”, há a possibilidade de que através de suas redes de contatos, usando Romero como intermediário, Moraes Filho tenha sido apresentado à autores que estudavam tradições populares do Norte do Brasil, como explorarei mais à frente, o que talvez tenha levado à conhecer esses “Velhos do Norte” que Romero trata na citação. Contudo, são apenas suposições que carecem de um estudo mais aprofundado.

períodos de publicação era que, nas edições de 1882, a sua frequência de publicações era mais assídua, com um artigo em cada uma das catorze edições de 1882.

Nas duas primeiras edições de 1882 temos a coluna intitulada “Poemas Nacionais” com a assinatura de Moraes Filho. Na terceira edição, no lugar do Poema, há uma coluna que ocupa boa parte da última folha do jornal. Seu nome? *Typos da Rua*. O primeiro texto, que mais tarde integrou a versão definitiva de *Festas e Tradições Populares do Brasil* (1901), é o estudo sobre o “Philosopho do Caes” ou do Largo do Paço, o Barão de Schindler, João Adalberto Mathias, uma figura da realeza alemã que teria sido mandada para o Rio de Janeiro em 1824 como soldado, sendo encaminhado para o Rio Grande do Sul logo em seguida. Após ter vivido em uma tribo indígena e retornado à uma cidade no sul do País, recebe a notícia do falecimento de sua prometida esposa e, a partir daí, se torna andarilho. Foi diversas vezes encaminhado à casa de correção penal, vindo a falecer em decorrência de uma “febre perniciosa” em abril de 1855.<sup>62</sup>

Mais tarde, o mesmo texto foi publicado na *Tribuna Liberal* nos dias 1 e 2 de fevereiro de 1889<sup>63</sup>. Dessa vez, Moraes Filho, em uma nota preliminar, afirma que o texto era de autoria de seu falecido pai, o Dr. Mello Moraes. O único texto sobre os *Tipos da Rua no Brasil Histórico* assinado por Moraes Filho é o estudo “Capoeiragem e Capoeiras célebres – Rio de Janeiro”, publicado primeiramente na sexta edição do *Brasil Histórico*, correspondente ao dia 21 de março de 1882.<sup>64</sup> Posteriormente todos os artigos que fizeram parte do *Brasil Histórico* e integraram *Festas e Tradições Populares* foram expandidos ou aprofundados.

Penso que, mesmo larga parte dos textos sobre os “Tipos da Rua” no *Brasil Histórico* não sendo de autoria de Moraes Filho, talvez eles representem um vínculo entre pai e filho, o qual teria lançado este último em um caminho de pesquisa acerca de sujeitos marginalizados pela sociedade de sua época, incluindo aqui não somente os “Tipos”, mas negros, indígenas e ciganos.

Não é possível identificar quais mudanças teriam provocado sua vontade de enveredar pelos temas da cultura, costumes e história nacional. Temos o falecimento do seu pai em 1882, a mudança de carreira, do seminário religioso para a medicina, mesmo Romero afirmando que

---

<sup>62</sup> Ver: “O Philosopho do Caes”. In.: *O Brasil Histórico*. Rio de Janeiro. 19 de fevereiro de 1882. Nº. 003. p.4

<sup>63</sup> Typos da Rua: O Philosopho do Caes. In.: *Tribuna Liberal*. Edição n. 61 e 62 em 01 e 02 de fevereiro de 1889. p. 02.

<sup>64</sup> Posteriormente, além da publicação em *Festas e Tradições Populares*, o texto “Capoeiragem e Capoeiras célebres (Rio de Janeiro)” seria publicado na *Tribuna Liberal* em duas partes, respectivamente em 10 e 13 de abril de 1889.

o fato de ter abandonado o seminário religioso não quer dizer que Moraes Filho tenha deixado de “ser padre”<sup>65</sup>. Com os vestígios que tenho em mãos, me parece que o *Brasil Histórico* e os “Tipos da Rua” podem ter sido os catalizadores para que, partindo de um campo de experiências compartilhadas, Moraes Filho se mobilizasse para dar continuidade aos textos e trabalhos sobre os Tipos da Rua.

Nesse sentido, dos cinco<sup>66</sup> textos publicados no *Brasil Histórico* que integram *Festas e Tradições* sobre os “Tipos da rua”, é possível identificar a autoria de dois, “Os Capoeiras”, de Moraes Filho e “Filósofo do Cais – O Barão de Schindler” de Mello Moraes. Portanto, o fato de artigos como “O não há de Casar - Brigadeiro Montenegro”, “O Barreto Bastos” e “O Policarpo” podem ter representado a porta de entrada de Moraes Filho para o universo dos “Tipos da Rua”. Mais que isso, esses estudos podem ter sido parte dos últimos desejos de pesquisa de seu pai e, em virtude disso, ampliados, aprofundados e publicados segundo a vontade de Moraes Filho.

Mais tarde, em 1889, já tendo publicado *Festas Populares – Tradicionalismo*<sup>67</sup>, Moraes Filho passa a publicar seus textos novamente em jornais, dessa vez na *Tribuna Liberal* – RJ. A publicação do periódico se inicia em 1 de dezembro de 1888, ocupando quatro páginas por edição, sempre aos domingos. Mesmo sendo o “órgão oficial do Partido Liberal”, ou seja, um jornal de cunho político, que visava a articulação entre integrantes de diferentes províncias, contava com artigos de temas diversos como, por exemplo, a própria coluna ocupada por Moraes Filho que, em sua primeira edição, trata dos Rios da cidade<sup>68</sup>.

Propriedade do Visconde de Ouro Preto – Afonso Celso de Assis Figueiredo<sup>69</sup> – e publicada entre os anos de 1888-89, a missão da *Tribuna Liberal*, como indica seu nome, era

---

<sup>65</sup> Romero afirma em seu texto que mesmo tendo renunciado à sua carreira, às vésperas de tomar as ordens de presbítero, “no fundo, intimamente, continuou a ser, o que ainda hoje é, um verdadeiro padre, mais padre do que muitos dos que aqui aí andam de batina e dizem missas”. ROMERO, Silvio. *Estudo – Mello Moraes Filho*. In.: MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Quadros e Chronicas*. Rio de Janeiro. Garnier, 1885. p.II.

<sup>66</sup> “Filósofo do Cais” – 19 de fevereiro de 1882. p. 4; “O ‘não há de casar’” – 12 de março de 1882. p. 4; “Os Capoeiras” – 12 de março de 1882. p. 4; “O policarpo” – 05 de abril de 1882. p. 4; “Barreto Bastos” – 29 de abril de 1882 p. 4.

<sup>67</sup> MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Festas Populares do Brazil - Tradicionalismo*. Rio de Janeiro, B. L. Garnier. 1888.

<sup>68</sup> O artigo escrito por Moraes Filho foi publicado sendo dividido em três partes respectivamente na primeira, segunda e terceira edição da *Tribuna Liberal*. Para a primeira parte do artigo, ver: MORAES FILHO, A. J. M. *Notas de um Chronista – Rios da Cidade I*. In.: *Tribuna Liberal*. Rio de Janeiro. 1 de dezembro de 1888. p. 2-3.

<sup>69</sup> Afonso Celso de Assis Figueiredo, nascido em 21 de fevereiro de 1836, Ouro Preto, Minas Gerais. Realiza seu Bacharelado em Direito na Faculdade de Direito de São Paulo. Por Minas Gerais foi eleito Deputado Provincial em duas legislaturas, Deputado Geral em quatro oportunidades: 1864 a 1866, 1867 a 1868, 1877, 1878a 1879, e Senador em 1879 e 1889. Seu nome é frequentemente lembrado na história pela criação da taxa de impostos sobre o transporte que ficaria conhecida como “imposto do vintém”. Recebe o título de Visconde de Ouro Preto em 1888 e, em virtude do fim da monarquia, por ser um ferrenho defensor desta, fica exilado até 1891. Pouco mais de duas décadas depois, falece em dezembro de 1912 na cidade de Petrópolis.

ser o porta-voz oficial do Partido Liberal. Dessa forma, diversas de suas publicações serviam como demonstrativo da oposição à causa republicana e também aos conservadores, sendo seu proprietário um monarquista liberal convicto e defensor de reformas para a modernização do aparato estatal<sup>70</sup>.

Lucas Suzigan Nachtigall afirma que o ideal liberal do periódico era constantemente reafirmado nas edições da *Tribuna Liberal*, fosse na apresentação e defesa do programa da agenda do Partido, em artigos em prol da emenda constitucional que referendou o período regencial ou mesmo em relatos de correspondentes das províncias sobre a ação do partido nelas.<sup>71</sup> Além das críticas, em seus artigos, segundo levantamento de Nachtigall, estavam presentes também artigos que apresentavam as perspectivas liberais e de expansão do liberalismo no país, como “a luta pela implementação do sufrágio universal, ou ao menos, uma maior aproximação desse ideal”, além das supracitadas críticas ao movimento republicano, aos conservadores e à aspectos da monarquia.<sup>72</sup>

A *Tribuna Liberal* interrompe suas edições em 30 de junho de 1889. Naquela ocasião Nachtigall afirmou que, após as tentativas de atrair outros jornais à oposição ao Governo Provisório, houve diversos cerceamentos em relação à liberdade de expressão do jornal, chegando até mesmo a receber ameaças por parte de republicanos exaltados. Em virtude disso e de pressões políticas de militares e republicanos, alguns dos integrantes da redação da *Tribuna Liberal* foram exilados do país, incluindo aí correspondentes de outras províncias e até mesmo o seu proprietário, o então Visconde de Ouro Preto.<sup>73</sup>

Posteriormente, em 1890, os monarquistas se organizam novamente e iniciam a publicação de outro jornal, dessa vez *A Tribuna*, que, exercendo o que Nachtigall chama de

---

<sup>70</sup> NACHTIGALL, Lucas Suzigan. “Mas, e depois?”: o Terceiro Reinado nos horizontes de expectativa do final do Império (1888-1893). São Paulo, UNESP, 2015. p. 148.

<sup>71</sup> NACHTIGALL, Lucas Suzigan. *Op. Cit.* p. 149.

<sup>72</sup> Na primeira edição da *Tribuna Liberal – RJ*, logo em sua primeira página consta um artigo de Francisco Octaviano cujo título é “Carta à Redação da Tribuna Liberal”. Nela, Octaviano, que era deputado e membro do Partido Liberal, expõe um interessante ponto de vista acerca de quem seriam os republicanos contemporâneos a ele. Para Otaviano, estes, no geral, seriam liberais facciosos e fazendeiros que após o 13 de maio teriam se convertido ao republicanismo por desgosto. Para ele, ainda que a administração atual fosse, em suas palavras, “viciosa”, à imagem da administração francesa a qual o Brasil buscava imitar, suas leis “imperfeitas”, havia de se retirar bons resultados dali, com um pouco de boa vontade, lhes propondo mudanças e rompendo com o modelo francês de administração. OCTAVIANO, F. Carta à Redação da TRIBUNA LIBERAL. *In.*: Tribuna Liberal. Rio de Janeiro. 1 de dezembro de 1888. p. 1-2.

<sup>73</sup> Ainda segundo o autor, o momento de fechamento da *Tribuna Liberal* seria paralelo à uma forte atividade do Governo Provisório em consolidar a república, dessa forma, aplica censura à imprensa visando evitar críticas ao regime e suas políticas. Nachtigall argumenta ainda que não somente a *Tribuna Liberal* teria sido alvo das políticas de censura, mas diversos outros jornais em todo o país, alguns, chegaram até mesmo a ter suas tipografias destruídas. NACHTIGALL, Lucas Suzigan. *Op. Cit.* Pp: 152-153.

“oposição coerente ao regime republicano”, mantendo o “teor militante, monarquista e liberal do periódico anterior”, seguindo suas publicações até 1891. Entretanto, em última análise, o periódico cria na verdade uma divisão entre o público que visava contemplar: os monarquistas. Ainda que, segundo o autor, os pontos centrais das críticas acerca da legitimidade do regime republicano e dos abusos autoritários por parte do Governo Provisório aglutinassem boa parte dos monarquistas, diversas opiniões, expressas no próprio jornal, pelo seu tom diverso e às vezes “polêmico”, acabam por separá-los.<sup>74</sup>

Retomando os paralelos entre *A Tribuna Liberal* e Moraes Filho, algo que muito me intrigou foi o fato de não localizar durante as pesquisas publicações assinadas por Moraes Filho no sucessor da *Tribuna Liberal*, *A Tribuna*. Somente foi possível localizar uma menção<sup>75</sup> ao nome de Mello Moraes Filho, ainda que por vias de terceiros.

O que isso pode nos dizer? Primeiro, e mais óbvio, pode indicar a possibilidade de que Moraes Filho não tenha tido participações na *Tribuna*, nem mesmo para publicar textos sobre assuntos diversos, como fizera na *Tribuna Liberal*. Segundo, a menção elogiosa do trabalho de Moraes Filho<sup>76</sup> em uma das edições pode sinalizar que integrantes da redação do jornal ainda tinham certo apreço tanto por ele quanto por suas obras. Então, qual seria o motivo da descontinuidade do acompanhamento de Moraes Filho no periódico sucessor da *Tribuna Liberal*?

Infelizmente, como disse anteriormente no texto, não foi possível encontrar fontes históricas de cunho pessoal de Mello Moraes Filho que indicassem suas preferências ou simpatias políticas. Algumas fontes que estão à disposição acabam por trazer mais dúvidas do que certezas acerca do tema. Por exemplo, em *Festas e Tradições Brasileiras – Tradicionalismo*, publicada em 1888, Moraes Filho rende o seguinte agradecimento:

---

<sup>74</sup> A exemplo de assunto “polêmico” para os monarquistas, o autor elenca alguns como a laicidade do Estado e a federação, por exemplo. Para melhor compreensão do debate situado pelo autor, ver: NACHTIGALL, Lucas Suzigan. *Op. Cit.* Pp: 152-154.

<sup>75</sup> Salpicos. *In.: A Tribuna*. Rio de Janeiro. 07 de outubro de 1890. p. 1.

<sup>76</sup> “Hoje ou amanhã há de vir um cigano, desses bons homens imortalizados pelo meu velho amigo Dr. Mello Moraes Filho, e com muitas mesuras e salamaleques far-nos-há, com todas as formalidades do Código, uma intimação em regra, marcando-nos dia e hora para irmos ali assim a polícia exhibir autógrafos, sermos em seguida autuados e, vermo-nos processados pelo inqualificável desaforo de termos tido a ousadia de contar história antiga aos nossos amáveis e bondosos leitores”. Salpicos. *In.: A Tribuna*. Rio de Janeiro. 07 de outubro de 1890. p. 1.

Ao Excelentíssimo Senhor, Barão de Cotegipe.

O passado suspende sobre a fronte de V. Ex., a coroa de bronze das imortalidades políticas, e o presente apregoa as levantadas qualidades do estadista à reedificação Moral desse país.<sup>77</sup>

O Barão de Cotegipe, que faleceria<sup>78</sup> no ano seguinte à publicação da supracitada obra de Moraes Filho, além de ser um dos senadores que assinam contra a Lei Áurea, era a “testa do governo conservador”<sup>79</sup>. Nas palavras de Mary del Priore, a imprensa o descrevia como o mais ferrenho dos defensores da escravidão, criando diversos obstáculos para aplicação de leis contra a escravidão desde a Lei dos Sexagenários<sup>80</sup>, chegando a afirmar que, ao assinar a Lei Áurea, Princesa Isabel estaria “redimindo uma raça” e perdendo seu trono.

Certamente Cotegipe teria mais complexidades, qualidades e defeitos, enquanto sujeito histórico do que ser um ferrenho defensor da manutenção do elemento servil no Brasil do XIX, sendo descrito como “um velho septuagenário que[...] tinha o segredo de interessar na sua conversação todos aqueles que o ouviam, desde o menino ao ancião; do sertanejo ao diplomata. Do político aspirante ao argentário analfabeto”, o alcance de suas conexões, amizades e relações é tão amplo na corte ao ponto que Priore chega a firmar que “todo mundo comia em suas mãos”.<sup>81</sup> Entretanto, ao menos aparentemente, nada disso configuraria “levantadas qualidades” de um estadista que conduziria “à reedificação moral desse País”.

Portanto, quais seriam essas qualidades mencionadas por Moraes Filho? Elas teriam alguma influência ou mesmo seriam compartilhadas por Moraes Filho? Infelizmente, em razão da carência de relatos pessoais produzidos pelo próprio Moraes Filho, não é possível responder com precisão a nenhuma das perguntas elencadas aqui. O que pode ser feito é atribuir possibilidades de sentidos às evidências encontradas, seguindo a trilha dos vestígios no livro.

---

<sup>77</sup> MELLO MORAES FILHO, A. J. *Op. Cit.* 1888. p. XVI.

<sup>78</sup> Sobre o falecimento do Barão de Cotegipe, em 14 de fevereiro de 1889, na edição de número 79 da *Tribuna Liberal*, Moraes Filho dedica suas “Notas de um Cronista” ao falecimento do Barão de Cotegipe, onde lemos: “O Barão de Cotegipe representava, de superior altura, as mais gloriosas tradições parlamentares e políticas desse país. Com sua morte, um pedaço de pátria baixou ao túmulo, e um grande espírito se transpôs laureado de imortalidade aos domínios da história. Diante de seu sepulcro a crônica inclina-se respeitosa e, coma a mão na face, deixa rolar por entre os dedos os fios de seu pranto. Ao combatente, que não caiu vencido, porém que descansa na terra do último sono – paz. Mello Moraes Filho.” Não desejo aqui entrar pensar o papel que tal referência cumpra na trajetória de Moraes Filho, uma vez que faltam vestígios documentais para compor afirmações mais precisas. Entretanto, há de se investigar futuramente esses vestígios com cautela e mais profundidade, a fim de que a análise não seja prejudicada.

<sup>79</sup> DEL PRIORE, Mary. *O Castelo de Papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d’Eu*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013. p. 183.

<sup>80</sup> DEL PRIORE, Mary. *Op. Cit.* p. 188.

<sup>81</sup> *Cf.* DEL PRIORE, Mary. *Op. Cit.* p. 185.

Ainda em *Festas e Tradições Brasileiras – Tradicionalismo*, poucas páginas após o agradecimento feito ao Barão de Cotegipe, Moraes Filho traz dessa vez uma nota dedicatória:

Aos meus amigos,  
os  
Notáveis Escritores  
Franklin Távora  
Joaquim Serra  
L. J. Pereira da Silva  
e  
José Ferreira de Sousa Araújo<sup>82</sup>

Sobre as pessoas listadas na dedicatória, primeiro temos Franklin Távora, um dos propulsores do projeto literário *Literatura do Norte*, o qual proporcionava ao público alguns romances pautados em um programa vinculado às discussões sobre cultura popular e literatura nacional, originalmente publicado em 1876. Dessa forma o autor é um dos primeiros a priorizar em suas obras literárias ideias do que Cristina Bertioli Ribeiro chama de “Movimento Folclorista do Norte”<sup>83</sup>, chegando a ser convidado por Silvio Romero a dar contribuições em um estudo crítico sobre escritores do Norte<sup>84</sup>. Em outras palavras, é possível que a amizade de Moraes Filho e Franklin Távora se dê pela correlação entre as pesquisas de tradições e cultura popular.

Joaquim Maria Serra Sobrinho, conhecido apenas como Joaquim Serra foi professor e jornalista, tendo contribuído para diversos periódicos ao longo de sua vida, incluindo: *A Coalizão: órgão do partido progressista* (Maranhão, 1862-1865) e *O Abolicionista: Órgão da Sociedade brasileira contra a escravidão* (Rio de Janeiro, 1880-1883), sendo, segundo o verbete da Academia Brasileira de Letras, onde se tornou patrono de uma das cadeiras da academia, combatente tenaz na campanha abolicionista e “o publicista brasileiro que mais escreveu contra os escravocratas” nas palavras de André Rebouças.<sup>85</sup> Joaquim Serra, segundo verbete da Câmara dos Deputados, também era teatrólogo brasileiro e político, sendo eleito Deputado geral pelo Maranhão entre os anos de 1871 e 1878. Posteriormente, em março de 1878, é nomeado Diretor do diário Oficial, pedindo exoneração em janeiro de 1882 em razão de um “desacordo com o gabinete”.<sup>86</sup>

---

<sup>82</sup> Além de manter a formatação original, tomei a liberdade de explicitar os nomes quando foi possível, uma vez que todos tinham demasiadas abreviaturas.

<sup>83</sup> RIBEIRO, Cristina Bertioli. *Um norte para o romance brasileiro: Franklin Távora entre os primeiros folcloristas*. Campinas, São Paulo, 2008. p.50.

<sup>84</sup> Cf. RIBEIRO, Cristina Bertioli. *Op Cit.* 2008. pp. 60-61.

<sup>85</sup> Ver: <https://www.academia.org.br/academicos/joaquim-serra>. Acesso em 13 de março de 2021.

<sup>86</sup> Ver: <https://www.camara.leg.br/deputados/1082/biografia>. Acesso em 13 de março de 2021.

Sobre L. J. Pereira da Silva não foi possível encontrar outras informações além de que se tratava de um poeta da geração dos românticos e homem de letras, associado a figuras como Tristão de Alencar Araripe Júnior, que era um advogado, crítico literário e escritor Brasileiro que integrou a academia Brasileira de Letras.

Já José Ferreira de Sousa Araújo, diretor e fundador do Jornal *Gazeta de Notícias*<sup>87</sup>, um dos mais populares periódicos da segunda metade do XIX. Segundo o *Dicionário Histórico-biográfico da Primeira República*, o objetivo do periódico no momento de sua fundação era lutar pela abolição da escravatura e pela instauração da República e, para isso, reuniu uma equipe que incluía nomes como Silva Jardim, José do Patrocínio e Quintino Bocaiuva.<sup>88</sup> Ferreira de Araújo, tido como um dos mais brilhantes diretores de Jornal de sua época, não poupava perspicácia e elegância, fazendo com que a *Gazeta de Notícias* ostentasse certa independência de opinião.<sup>89</sup>

Quando ocorreu a *Tribuna Liberal*, é fechada à força, segundo Matias Molina<sup>90</sup>, boa parte da imprensa escolheu calar suas críticas ao governo provisório, instaurado com a Proclamação da República em 1889, amedrontada pela violência sofrida, não somente pela *Tribuna Liberal*, mas por diversos outros jornais e periódicos do país. Mesmo nesse cenário, ainda segundo o autor, Ferreira de Araújo, como era mais comumente conhecido, não se ausentava das críticas, provocando comoção e apoio de outros jornais, incluindo o seu principal concorrente, o *Jornal do Comércio*.<sup>91</sup> Vale ressaltar ainda que, na última década do XIX, Moraes Filho chega a publicar alguns textos de assuntos diversos na *Gazeta de Notícias*.

O cenário que temos até agora, é, para dizer o mínimo, confuso. Pensando no contexto apresentado, temos: de um lado, o apoio à “restauração moral” do país por vias da retidão de um defensor da manutenção do elemento servil na sociedade brasileira, além de ser um dos articuladores políticos de defesa da Monarquia; isso para não falar da associação de Moraes Filho à *Tribuna Liberal*, um jornal que defendia abertamente a causa monarquista. De outro,

---

<sup>87</sup> Considerado um dos jornais mais populares da segunda metade do XIX, além da publicação de romances, colunas sobre atualidade, artes, literatura, teatro, modas, acontecimentos notáveis, a forma e valor de venda contribuíram, e muito para a rápida popularização do periódico. Além disso, suas opiniões políticas satíricas e perspicazes davam um tom mais leve à crítica posta em suas páginas. Para estudo mais aprofundado sobre o jornal consultar o verbete: *Gazeta de Notícias*, In: BELOCH, Israel, ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.

<sup>88</sup> *Gazeta de Notícias*, In: BELOCH, Israel, ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.

<sup>89</sup> MOLINA, Matias M. *Um choque de renovação*. Entre Aspas. Ed. 644. Observatório da Imprensa. 30 de maio de 2011.

<sup>90</sup> MOLINA, Matias M. *Op. Cit.* 2011.

<sup>91</sup> MOLINA, Matias M. *Idem*.

temos a associação de Moraes Filho com figuras ligadas ao abolicionismo, à instauração da República e crítica ao Governo Provisório, o que não impede que Moraes Filho, mais tarde, tome posse de um cargo público na “municipalidade do Rio de Janeiro”, como trataremos em breve. Portanto, uma vez que carecem as fontes escritas pelo autor que melhor possam delinear seu posicionamento político, e suas relações mais revelam complexa teia de relações construídas por ele e a pluralidade de espaços nos quais o autor transitava, deixo aqui esse trabalho aos historiadores do futuro. Que essa parca contribuição acerca do posicionamento político de Moraes Filho possa lhes indicar caminhos possíveis de análise.

Entre os anos de 1893 e 1900 Moraes Filho, segundo o dicionário do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, ocupou o cargo de Diretor-Arquivista do Arquivo do Distrito Federal, que mais tarde se tornaria o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.<sup>92</sup> Em 1895 publicou a primeira edição de *Festas e Tradições Populares do Brasil*<sup>93</sup>, uma de suas obras de natureza etnográfica mais populares. Ao que me parece, o cargo de Diretor do Arquivo pode ter oferecido a oportunidade de acesso a fontes históricas que ampliaram e enriqueceram o seu trabalho anterior de cunho semelhante, *Festas Populares – Tradicionalismo* (1888), portanto, em sua ótica poderia ser pouco vantajoso, ao menos profissionalmente, o esforço de se enveredar pelas contendas de conflitos ou bandeiras políticas, até mesmo em virtude do cargo que veio a ocupar ele pode ter escolhido se ausentar dessas discussões publicamente.

De maneira complementar, penso ainda que, tendo em vista a caracterização de Romero acerca de Moraes Filho em *Festas e Tradições Populares*, onde o autor é descrito como “um homem do passado, um homem para quem o Brasil só tem atrativos nos tempos que já se foram”<sup>94</sup>, é possível cogitar que, talvez, esse passado não esteja caracterizado somente pelo tempo em que as tradições registradas pelo autor estavam “vivas”. O elogio ao passado, em alguma medida, pode ser em razão de ser um tempo onde não somente as tradições estariam vivas, mas a forma de governo que teria fornecido terreno fértil e proporcionado esse tempo de vida das tradições, o que, de alguma forma poderia explicar sua breve filiação à redação da *Tribuna Liberal*. Contudo, tratam-se apenas de conjecturas.

---

<sup>92</sup> Moraes Filho toma posse em 15 de agosto de 1893 através de um ato do então prefeito Henrique Valadares, a quem presta homenagens e agradecimentos nas edições de 1895 e 1891 de *Festas e Tradições Populares do Brasil*.

<sup>93</sup> MELLO MORAES FILHO, A. J. *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Op. Cit. 1895.

<sup>94</sup> SILVIO ROMERO. Prefácio. In.: MELLO MORAES FILHO, A. J. Op. Cit. 1901. p. XIV.

Cristina Bertoli Ribeiro caracteriza Moraes Filho como um “folclorista’ peculiar”<sup>95</sup> no cenário de seu tempo, uma vez que é um dos percussores nos estudos das populações de origem africana no Brasil, seus costumes, culturas, as violências sofridas ao longo dos anos de escravização e afins. Além disso, ao contrário do que faziam grande parte dos “primeiros folcloristas”, como afirma a autora, seus relatos de “Tradições Populares” não estariam relegados somente ao Norte e ao interior do país, como Romero criticaria em *Quadros e Chronicas*<sup>96</sup>.

Avançando no argumento de Bertoli, a autora conduz seu texto em direção à perspectiva de Moraes Filho relativa à mestiçagem, traçando paralelos com o pensamento de Romero e elencando as mudanças que o pensamento de Moraes Filho teria sofrido ao longo dos anos. Tratemos brevemente da questão tendo como auxílio o texto da autora.

Em *Festas e Tradições*, ao tratar da “Véspera de Reis na Bahia”<sup>97</sup>, Moraes Filho afirma que um dos elementos diferenciais entre as festas de Natal do Brasil e “no estrangeiro” seria a questão do elemento nacional, sendo uno em países do estrangeiro e no Brasil sendo tripartido, composto, nas palavras de Moraes Filho em *Festas e Tradições*, respectivamente pelo “elemento branco ou português, o africano, e a resultante de ambos – o mestiço. Ou seja, de forma a concordar com Ribeiro, podemos tratar que à época que o livro é escrito, o autor trata da ideia de “mestiçagem” do povo brasileiro e sendo um dos elementos desta, o “elemento africano”.<sup>98</sup> Todavia, vale ressaltar que, seu livro foi publicado em 1895 e reeditado, com o acréscimo de alguns capítulos em 1901.

Tendo conhecimento de que diversos dos artigos de Moraes Filho foram publicados em mais de uma obra ou em jornais, pensei que também poderia ser o caso de “A Véspera de Reis (Bahia)”. Infelizmente não consegui localizar em jornais o referido capítulo, entretanto, cheguei à *Festas Populares do Brasil – Tradicionalismo*<sup>99</sup> publicada, em 1888, ano da Lei Áurea. Podemos supor, levando em conta a prioridade do elemento africano tratada por Bertoli

---

<sup>95</sup> RIBEIRO, Cristina Bertoli. *Alexandre José de Melo Moraes Filho (1844-1919): a prioridade da contribuição africana na formação da literatura e da cultura brasileiras*. Remate de Males, v. 39, n. 1, p. 423-439, 2019. p. 424.

<sup>96</sup> ROMERO, Silvio. *Estudo – Mello Moraes Filho*. In.: MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Op. Cit.* 1885. pp. XIV-XVI.

<sup>97</sup> Segundo as palavras de Moraes Filho, a Véspera de Reis na Bahia é um “corolário da Noite de Natal”. Na Bahia, os “cantares de Reis” se prolongam até o carnaval, os “cantadores de Reis” percorrem a cidade cantando versos de memória e de longa data, por vezes sendo acompanhados por pessoas de diversas idades e camadas sociais. Ver: MELLO MORAES FILHO, A. J. *A Véspera de Reis (Bahia)*. In.: \_\_\_\_\_. *Festas e tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro, Garnier, 1901. pp. 74-76.

<sup>98</sup> MELLO MORAES FILHO, A. J. *Festas e tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro, Garnier, 1901. p. 74-75

<sup>99</sup> MELLO MORAES FILHO, A. J. *A Véspera de Reis (Bahia)*. In.: \_\_\_\_\_. *Festas Populares do Brasil*. Rio de Janeiro, Garnier. 1888. p. 19.

Ribeiro, que talvez se tratasse de um posicionamento de Moraes Filho acerca do que ocorria no contexto do seu presente, a abolição do elemento servil da sociedade brasileira.

Para Bertioli Ribeiro, nas obras de Moraes Filho podemos notar as contribuições do elemento português e do elemento africano, o elemento indígena, nas palavras da autora “não contracenava como fator étnico relevante”<sup>100</sup>. Segundo a autora, ao tempo em que há uma consonância em relação à “predileção pela região Norte”, configura um fator “notoriamente atípico na tradição de estudos folclóricos constituídos desde a década de 1860” a supressão do elemento indígena.<sup>101</sup> Acerca da “supressão do elemento indígena”, ao meu ver, há alguns pontos que a autora parece não ter levado em consideração. Para explicitar meu argumento, me permitam fazer uma breve digressão e, assim, trazer certos elementos muito interessantes para o debate.

A publicação inicial de “A Véspera de Reis”, de 1888, na qual Moraes Filho trata da contribuição dos elementos português e africano na mestiçagem, traz uma das primeiras referências à questão mestiçagem nas obras do autor. O mesmo artigo é publicado novamente ao menos outras duas vezes, na primeira edição de *Festas e Tradições Populares do Brasil*, em 1895, e em sua “edição revista e aumentada” em 1901. Guardemos por alguns instantes essas informações.

Mapeando os livros de Moraes Filho, a referência mais antiga que consegui localizar em relação à miscigenação entre as “três almas”, está no prefácio à segunda edição do *Curso de Litteratura Brasileira*, publicado em 1882, onde temos:

Antes de sermos arrebatados por essa corrente de filosofia literária, paremos um instante e lancemos um olhar retrospectivo sobre as raças que nos precederam; escutemos nas nascentes marulhosas de formação a voz já quase extinta daquelas que nos aninharam sob suas asas, e das quais recebemos preciosos legados, quer na ordem das ideias, quer na dos elementos de nossa organização.

No esplendor da natureza adornada de todas as magnificências e errando na maravilha das florestas primitivas encontramos o índio, cujo gênio mitológico e guerreiro criava deuses nômades como ele, povoando de seres imaginários a montanha e mais o vale, o bosque e mais o despenhadeiro, o rio e mais as solidões, dando interpretações absurdas as forças ocultas da natureza[...].

Ao português com seu caráter genealógico, e numeroso pero arruído de suas conquistas e descobertas, veio antepor-se o gênio mítico do caboclo; depois apareceu o negro trazido para a escravidão e com ele o sofrimento sem eco no acanhado horizonte de sua inteligência, e o fetichismo grosseiro que suavizava as suas lembranças nostálgicas de cabana de seus pais e dos céus de sua terra.

---

<sup>100</sup> RIBEIRO, Cristina Bertioli. *Alexandre José de Melo Moraes Filho (1844-1919): a prioridade da contribuição africana na formação da literatura e da cultura brasileiras*. Remate de Males, v. 39, n. 1, p. 423-439, 2019. p. 428.

<sup>101</sup> RIBEIRO, Cristina Bertioli. *Op. Cit.* 2019. pp. 428-429.

[...] Modificado o português e o negro pelo clima e pelas condições de vida, e o consorcio de ambos com o indígena, originou-se, como elemento de transmissão um sentir que não é peculiar a cada um desses povos, mas a resultante das três almas.

O brasileiro é o mestiço; se não o é pela cor, é pelas ideias.<sup>102</sup>

No trecho aqui destacado Moraes Filho atribui respectivamente ao índio, ao europeu/português, ao “caboclo”, visto como mestiço de portugueses e indígenas, por último “o negro trazido para a escravidão” e podemos dizer que há uma predileção pelo elemento português – branco no processo de mestiçagem, posição semelhante à de outros intelectuais da mesma época, como o próprio Romero. Bertioli Ribeiro retrata o mesmo e salienta o quão diferente a posituação da mestiçagem em Moraes Filho era em relação ao discurso vigente em sua época e, em seguida, questiona a razão da possível mudança no pensamento do autor em relação à supressão do fator indígena e priorização da cultura africana nesse processo. A autora afirma que, seu pensamento “aparentemente se modificou, na medida em que passou a defender as etnias africana e europeia como prevaletentes na formação do brasileiro”<sup>103</sup>.

Entretanto, mesmo levando em consideração que “A Véspera de Reis” é reproduzida em obras de Moraes Filho desde 1888 até 1910, a autora parece esquecer que o referido prefácio à segunda edição, em 1882, foi reproduzido, até onde consegui localizar, em sua quinta edição, publicada na década de 1910.<sup>104</sup> E mais. Todas as edições, desde a segunda são, revistas e “consideravelmente melhoradas”, ou seja, há um trabalho de revisão do produto final do livro múltiplas vezes. Isso não denotaria que o autor ainda reproduziria aquele pensamento ou ainda concordava com ele? O mesmo ocorre com *Pátria Selvagem*, cujas reedições ou reimpressões remontam, variavelmente, às décadas de 1890 e 1900, sendo a primeira publicação de alguns dos textos referentes à tradição dos povos indígenas mencionados por Moraes Filho lá presentes, observada na *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*<sup>105</sup>, a qual ele teria dirigido e colaborado, isso já em 1882.

---

<sup>102</sup>MELLO MORAES FILHO, A. J. *Curso de Litteratura Brasileira, ou Escolha de vários trechos em prosa e verso de autores nacionaes antigos e modernos*. Rio de Janeiro, 2. ed. consideravelmente melhorada. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1882. pp. 4-6.

<sup>103</sup> RIBEIRO, Cristina Bertioli. *Idem*. 2019. p. 429.

<sup>104</sup> MELLO MORAES FILHO, A. J. *Curso de Litteratura Brasileira, ou Escolha de vários trechos em prosa e verso de autores nacionaes antigos e modernos*. Rio de Janeiro, 5. ed. consideravelmente melhorada. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 191?. pp. VI-VIII.

<sup>105</sup> *Revista da exposição anthropologica brasileira*. Rio de Janeiro. Typ. de Pinheiro & Company, 1882.

Além disso, na primeira década de 1900 Moraes Filho publica novamente<sup>106</sup> sua obra, *Pátria Selvagem*<sup>107</sup>. Nela, Moraes Filho faz o registro de história do que ele chama de “Nações Amazônicas”, da língua de certos povos, analisando criticamente as “causas da extinção dos índios”, onde comenta:

Mesmo que não fossem as guerras intestinas, guerras prolongadas e repetidas, fazendo estacionar ou extinguindo lentamente as raças indígenas do Brasil, em presença de duas raças novas, o português e o negro, o caboclo capitularia fatalmente, por isso que, causas fisiológicas e mórbidas, o tornam incompatível à adaptação dos meios.

[...] Pelo inconsciente da história, pelo providencial do acaso, o europeu, e o africano antepuseram-se ao índio.

As correrias, a caça das *bandeiras*, as grandes epidemias importadas pelo europeu, dizimavam os indômitos aborígenes, ao passo que o jesuíta aldeava a custo, e que o negro associava-se ao branco nas fadigas do labor e na conquista do território.

[...] Fala-se por aí que nas províncias do norte a mestiçagem do caboclo avulta, o que não nos parece exato, porquanto por mestiçagem compreendemos o produto resultante da aproximação de tipos zoológicos, ainda que pouco afastados. O que sucede no Pará, Ceará, Amazonas, Piauí, etc, é a união entre tipos mais ou menos distantes, com referência a localidades, porém, do índio com o índio, o que é diferente.

[...] Depois, crescendo eles tão numerosos em todo o Brasil como as folhas das arvores, no dizer de um dos nossos cronistas, quem nos apresenta um terceiro ou quarto avô indígena, não sendo o próprio tapuío?<sup>108</sup>

Moraes Filho registra em seu livro desde a caça aos indígenas feitas pelos bandeirantes, à importação de doenças de portugueses e africanos que resultaram em grandes epidemias que, hoje, temos conhecimento de serem um dos fatores que contribuíram no alto índice de mortes da população indígena não somente em solo brasileiro, mas por toda a América. Outro ponto importante no texto é a questão da mestiçagem entre indígenas, africanos e portugueses, no norte do país. Em sua percepção, o que ocorreria lá não seria entre índios e os demais componentes da mestiçagem, mas entre diferentes populações de indígenas que ocupam, sobretudo, estados do Norte do país. Ou seja, podemos considerar, ao passo em que, no centro sul do país, para o autor, parece haver uma prioridade da contribuição portuguesa e africanas,

---

<sup>106</sup> Ao pesquisar sobre o ano de publicação da obra, o qual não constava no exemplar em mãos, foi inicialmente sugerido por sistemas de arquivamento de bibliotecas como a Brasileira ou a biblioteca do Senado Federal, onde constavam a obra digitalizada, que ela teria sido publicada entre as décadas de 1890 e 1900, entretanto, no posfácio de: *O Cancioneiro dos Ciganos*, assinado por Silvio Romero em 1885, já consta nele uma crítica ao texto de Moraes Filho “Escravos vermelhos”, que integra a obra *Pátria Selvagem*. Portanto, podemos ou assumir que, à exemplo de diversas obras de Moraes Filho, o texto já existia e foi compilado em uma obra posteriormente, ou, em 1885, ano que Silvio Romero menciona a referida obra no posfácio de *O Cancioneiro dos Ciganos*, a obra já existia. Essa última premissa altera, em parte, a linha do tempo da produção do autor e estabelece outra possibilidade de crítica à construção dos temas abordados por ele ao longo de suas obras. Por hora me resguardarei de adentrar por esses caminhos, deixando-os abertos à futuras pesquisas. Ver: SILVIO ROMERO. Os Ciganos, Contribuição Etnográfica por Mello Moraes Filho. In.: MELLO MORAES FILHO, A. J. *O Cancioneiro dos Ciganos – Poesia popular dos ciganos da Cidade Nova*. Rio de Janeiro. Garnier. 1885. pp. 7-8.

<sup>107</sup> MELLO MORAES FILHO, A. J. *Pátria Selvagem*. Rio de Janeiro, Garnier. s.d.

<sup>108</sup> MELLO MORAES FILHO, A. J. *Pátria Selvagem*. Rio de Janeiro, Garnier. s.d. pp. 18-20.

ao norte do país, há uma prioridade indígena. Neste interim, cabe lembrar, como já tratado aqui, que são, segundo Romero, os “velhos do Norte, atualmente residentes nesta cidade” são a fonte de coleta de diversos relatos que integram as obras de Moraes Filho, sobretudo em *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Portanto, ainda que não trate disso explicitamente, ao menos seu projeto de registro das tradições nacionais traz em seu bojo as contribuições não somente de Africanos, portugueses e indígenas, também traz consigo a contribuição da população mestiça e cigana.

Suas contribuições etnográficas não cessam no registro de costumes, histórias e lendas da população indígena, ou da contribuição africana na composição mestiça do brasileiro. Entre 1885 e 1886 o autor publica duas obras sobre a população cigana no Brasil, *O Cancioneiro dos Ciganos – Poesia popular dos ciganos da Cidade Nova*<sup>109</sup> e *Os Ciganos no Brasil – Contribuição Etnográfica*<sup>110</sup>. O Prefácio de *O Cancioneiro dos Ciganos – Poesia popular dos ciganos da Cidade Nova*, traz um texto muito interessante intitulado, “Cancioneiro dos Ciganos e a Genealogia de seu Caráter Poético” onde o próprio Moraes Filho afirma como sendo a principal de suas preocupações em publicar tal obra: “escrever sobre o cancionero de um povo é contribuir de alguma sorte para a história de uma raça[...]”<sup>111</sup>. Já em *Os Ciganos no Brasil – Contribuição Etnográfica*, Moraes Filho nos aponta o seguinte:

Pelo que ainda resta, e pela descrição de uma contemporânea Cigana, restauremos esses quadros do passado, essas pinturas de gênero, prestes a desaparecerem, como tem desaparecido entre nós as tradições nossos pais, as tribos dos nossos índios, o braço titânico dos nossos negros, ensanguentado e enfraquecido por quase quatro séculos de escravidão.<sup>112</sup>

Inegavelmente, suas contribuições são demasiadamente importantes, sobretudo no campo da história e da etnografia, ainda que tomem o lugar que Certeau chamou de “a beleza do Morto”<sup>113</sup>. Contudo, é igualmente inegável que Moraes Filho também partilhava referenciais de seu próprio tempo, como pode evidenciar esse trecho da mesma obra:

No baixo nível do seu desenvolvimento intelectual, os índios não possuem culto pátrio, divindades nacionais. Mais retardatários que os negros da Polinésia, como os egípcios, tributam ao rio que fertiliza as terras as oferendas de sua adoração[...].

---

<sup>109</sup> MELLO MORAES FILHO, A. J. *O Cancioneiro dos Ciganos – Poesia popular dos ciganos da Cidade Nova*. Rio de Janeiro. Garnier. 1885.

<sup>110</sup> MELLO MORAES FILHO, A. J. *Os Ciganos no Brasil – Contribuição Etnographica*. Rio de Janeiro. Garnier. 1886.

<sup>111</sup> MELLO MORAES FILHO, A. J. *Op. Cit.* 1885. p. VII.

<sup>112</sup> MELLO MORAES FILHO, A. J. *Idem*. p. 42.

<sup>113</sup> CERTEAU, Michel de. A beleza do Morto. In: \_\_\_\_\_. *A cultura no plural*. Campinas – SP, Papirus. 1993. p. 55-86.

A noção da ideia de Deus é tão vaga, tão indefinida nas populações do vale do Amazonas, que os simulacros são tomados pela divindade, não conseguindo desatar-se pensamentos religiosos mais elevados.<sup>114</sup>

Como disse há pouco, de fato existe uma contribuição significativa de Moraes Filho em alguns campos como antropologia e história, por exemplo. Ao tempo em que não devemos deixar de lado as marcas do discurso que privilegiam uma tradição euro-cristã que hierarquiza populações de diferentes culturas mediante sua experiência. Em poucas palavras, mesmo as importantes contribuições de Moraes Filho explorando temas e recortes cuja relevância só seria notada e aprofundada nas gerações vindouras, esse lugar não o isenta de, em dada medida, compactuar com ideias de seu próprio tempo.

Sobre o tema da mestiçagem e das contribuições de determinadas populações à formação do “povo brasileiro”, a sua principal adição ao tema é levar em conta as contribuições de europeus, africanos, indígenas, ciganos e dos mestiços. Mas, levando em consideração o exposto até aqui, penso que, longe de expressar uma linha de pensamento constante em relação às obras de Moraes Filho, na verdade, trata-se de uma série de momentos específicos no que podemos chamar de “seu processo de amadurecimento intelectual”. Em outras palavras, o que Bertioli Ribeiro apresenta não deve ser tomado como geral, mas precisa ser devidamente localizado em um determinado tempo ou em determinadas obras de Moraes Filho.

Essa contradição, se assim devemos chamar, entre a prioridade das diversas populações à formação do povo brasileiro e o eurocentrismo também pode ser explicada por uma característica que Bertioli Ribeiro nos lembra ao final de seu artigo, o pertencimento à “Geração de 1870”. Essa associação feita pela autora pode elucidar alguns aspectos da trajetória de Moraes Filho.

Iniciemos esse trecho da análise com uma passagem de Moraes Filho extraída da *Tribuna Liberal* em 1889<sup>115</sup>:

Entre as nossas classes populares a dos capoeiras avultou sempre n'este país, assinalando nos primeiros tempos costumes de uma torrente de imigração africana, e depois uma herança da mestiçagem no conflito das raças.

---

<sup>114</sup> MELLO MORAES FILHO, A. J. *Pátria Selvagem*. Rio de Janeiro, Garnier. S.D. 23-24.

<sup>115</sup> O trecho extraído da *Tribuna Liberal* também consta no livro: MORAIS FILHO, Melo J. A. *Capoeira e capoeiragem* (Rio de Janeiro). In: \_\_\_\_\_. *Festas e tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro, Garnier, 1901; Consta também na *Tribuna Liberal* na edição de 10 de abril de 1889, na segunda página.

Como a febre amarela, que não sabemos porque espanta a tanta gente e quer-se a todo o transe debelar, a capoeiragem, que é uma luta nacional, degenerando em assassinatos, tem merecido perseguição sem descanso, guerra sem condições.

Entretanto na Europa o tifo, a difteria, a cólera e mais epidemias produzem anualmente grandes destroços e a ciência não cogitou nunca do seu extermínio, mas de preveni-las; os jogos de destreza e de força são regulados em seu exercício, disciplinados pela arte, não havendo quem se oponha senão aos abusos.

[...] Na Inglaterra há famílias de remadores, de jogadores de soco[...]. Os portugueses têm o jogo do pau, os franceses a savate, etc.<sup>116</sup>

Essas lutas, essas aptidões, que variam de povo para povo, mas com o fim (defensivo) que acima indicamos, concorrem para reunir mais um traço a fisionomia nacional, e têm merecido de espíritos eminentes sérias reflexões: Darwin e Ribot socorreram-se d'esses elementos no estudo da generalização das leis de hereditariedade.

No Brasil, e especialmente no Rio de Janeiro, há uma subclasse que reclama distintíssimo lugar entre as suas congêneres e que tem todo o direito a uma nesga de tela no quadro da história dos nossos costumes – a dos capoeiras.<sup>117</sup>

O texto publicado na década de 1880 explicita questões como a perseguição dos praticantes da capoeira e a necessidade de que se regulasse a capoeira como uma prática esportiva, numa época onde publicamente havia uma demanda pela sua criminalização. Notamos um apelo à questões de diversas áreas de conhecimento como medicina, destacando dados sobre epidemias na Europa; história, quando trata do passado dos “jogos de destreza e de força” que somente sofrem oposição quando seu uso é abusivo em outras partes do mundo; biologia e psicologia ao citar Darwin e Ribot<sup>118</sup> e seus estudos sobre a “generalização das leis de hereditariedade”. Além disso, o texto em questão trata de uma série de viradas analíticas as quais, em última análise, deslocam a capoeira do campo de uma prática criminosa<sup>119</sup> em direção à um costume de certas camadas da população, sobretudo no Rio de Janeiro, conforme o autor circunscreve.

---

<sup>116</sup> O “Jogo de páo” referenciado por Moraes Filho também é conhecido na atualidade como esgrima lusitana. Trata-se da mais antiga arte marcial Portuguesa. Segundo relatos, trata-se de um esporte marcial de origem popular onde uma dupla se enfrenta utilizando varas de madeiras de certo comprimento, tentando acertar o adversário utilizando-se de movimentos circulares. Há a possibilidade também de que mais de serem enfrentados mais de um oponente ao mesmo tempo.

<sup>117</sup> MORAIS FILHO, Melo J. A. Typos da Rua: O Capoeira. In: *O Brasil Histórico: Jornal Histórico, Político, Litterario, Científico e de Propaganda Homoeopathica*. Ano V. Nº 6. Rio de Janeiro. 21 de março de 1882. p. 3-4.

<sup>118</sup> Théodule Ribot foi um estudioso da psicologia nascido em 1836 na França. Além da formação em psicologia, também possuía formação em filosofia e foi um dos principais teóricos das bases orgânicas das doenças psíquicas durante o XIX, base de estudos que alguns estudiosos aliam às teorias evolucionistas de Darwin para pensar questões como hereditariedade de certos traços comportamentais ou mesmo de doenças. Ver: FREZZATTI JR, W. A.. O papel da evolução na construção da psicologia científica na França do século XIX: Théodule Ribot contra a metafísica. In: XIV Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2014, Belo Horizonte. Anais Eletrônicos do XIV Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2014. v. 01. p. 1-10; \_\_\_\_\_. Science in The Genealogy of Morals: Ribot's experimental psychology. *Filosofia Unisinos*, v. 20, p. 165-174, 2019.

<sup>119</sup> Sobre a criminalização da capoeira ao longo do XIX, ver SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro (1850-1890). Dissertação apresentada no programa de Pós-Graduação em filosofia da UniCamp - Sp. 1993.

Não é preciso dizer que se trata de um posicionamento inovador para a época e que vai ressoar com a sua tese de “múltiplas raças” na formação da alma do brasileiro e auxiliar no processo de delimitação do projeto de tradições de sua obra. Essa multiplicidade de campos de conhecimento que Moraes Filho recorre para explicitar suas teses acerca da capoeira no trecho acima, não deve ser vista de forma inócua, ou recurso estético para exacerbar certa intelectualidade em seu campo. Essa esquematização de pensamentos Ângela Alonso<sup>120</sup> oportunamente chamou de “caixa de ferramentas”.

Através de um extenso trabalho sobre a “geração de 1870”, Alonso argumenta que esses literatos, por estarem imersos em um contexto de crise política e mudanças sociais, faziam uso de “um conjunto de esquemas de pensamento”, os quais se configuravam partindo de recursos teóricos e retóricos que mais funcionavam como, nas palavras da autora, uma “caixa de ferramentas”. Nela poderiam escolher elementos conforme a necessidade e fornecer interpretações do contexto em que viviam ou definir estratégias de ação. Nesse repertório estavam presentes autores e teorias do que Alonso chamou de “atualizações das fontes de formação da elite imperial, as linhagens francesa, inglesa e portuguesa”, se interessando de maneira crescente também pelo “mundo americano”.<sup>121</sup> De forma complementar, destaca Hebe Mattos<sup>122</sup>, há também a influência crescente de outros fatores como a experiência política inglesa no Caribe, a guerra civil norte-americana, no pensamento da “geração reformista de 1780”<sup>123</sup>.

Fazer uso da chave interpretativa da “caixa de ferramentas” proposta por Alonso é, segundo a autora em outro de seus textos, pensar a relevância das estratégias de ação dos agentes e o uso que dão a certos elementos do referido repertório. Isso, faria com que o problema identificado pela autora de notar a geração de 1870 como imitadora de ideias internacionais seja, se não repensado, ao menos deslocado para o campo da apropriação dessas ideias. A autora conclui que isso significa “supor dos agentes a capacidade de escolha interessada de ideias conforme experiências e dilemas próprios”, uma vez que, para a autora, não houve por parte

---

<sup>120</sup> ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 70 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

<sup>121</sup> ALONSO, Ângela. *Op. Cit.* 2002. p. 176.

<sup>122</sup> MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles. (Org.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. III, p. 22.

<sup>123</sup> ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 70 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002. p. 176. pp. 330-334

dos integrantes da geração de 1870 um uso de “ideias europeias” para a construção de teorias abstratas, mas, “como meios de contestação política ao Segundo Reinado”.<sup>124</sup>

Ou seja, nas obras de diversos integrantes dessa geração de intelectuais, inclusive nas obras de Moraes Filho, sobretudo em *Festas e Tradições* como é o caso a ser estudado aqui, podemos notar que há um processo de mudança de paradigmas analíticos para pensar os problemas e crises que a sociedade enfrentava naquela época, no caso problemas que pensam um projeto de cultura nacional. Sobre os paradigmas, eles por sua vez, encontram sua ancoragem, sobretudo, no discurso científico a fim de que, através dessa apropriação e interação de ideias “pudessem ser solucionados os males do Brasil” conforme assinalam Flavio Gomes e Petrônio Domingues<sup>125</sup>. Essa ancoragem científica, essa atualização e ampliação de certas discussões confere a essa geração a possibilidade de criticar e reinterpretar a “tradição imperial e a história nacional”<sup>126</sup>. No caso, tomamos a capoeira e seus praticantes como exemplo no trecho um pouco acima, mas, certamente podemos tomar outros exemplos:

O Rio de Janeiro Subterrâneo: O Capitão Nabuco.

O pedantismo raquítico de nossa sociedade atual não cessa de apregoar o trecho latino *mens sana in corpore sano*, ao mesmo tempo que em desprezo do próprio corpo entulha o cérebro de asneiras, de uma ciência indigesta, não se lembrando que a grande parte de atrofia de que se ressent o povo da capital fluminense é devida a um trabalho incompleto de civilização.

À semelhança de abortos, de fetos que se desenvolveram fora da vida uterina, mais do terço desta população faz maldizer o sol que deixara de ser escultor para constituir-se fabricante de caricaturas, de indivíduos amarelos, de pernas finas, espingolados e míopes, verdadeiros símbolos da degeneração da mestiçagem brasileira, tão correta e distinta nos seus troncos primitivos.

Essas considerações que podem ser constatadas a qualquer momento, que se verificam em presença de nossa mocidade, entre a qual se podem escolher livremente esqueletos ambulantes, cor de *lobis-homem*, nos surpreenderam de improviso, ao recordarmos um *Hercules* de Puget, nas formas e na força — o capitão Nabuco.<sup>127</sup>

O extrato do texto acima que, numa primeira impressão, mais parece uma propaganda contra a mestiçagem, traz novamente em seu repertório de críticas um forte apelo à questões

---

<sup>124</sup> ALONSO, Ângela. Apropriação de Ideias no Segundo Reinado. In: Grinberg, Keila; Salles, Ricardo. (Org.). *O Brasil Imperial*. Volume III (1870-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 87-88.

<sup>125</sup> GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da raça: Experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. Selo Negro, 2014. p. 21-23.

<sup>126</sup> ALONSO, Ângela. *Op. Cit.* 2002. p. 332.

<sup>127</sup> MORAES FILHO, A. J. M. O Rio de Janeiro Subterrâneo: O Capitão Nabuco. In: *Tribuna Liberal*: Rio de Janeiro. ed. 135. 14 de maio de 1889. p.2. O texto também pode ser encontrado em: MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Festas e tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro, Fauchon & Cia, 1895; e também em: MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Festas e tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro, Garnier, 1901.

referentes à medicina para expressar sua opinião. Ao mesmo tempo, critica os seguidores de uma “ciência indigesta” que “entulha o cérebro de asneiras” em razão de uma arrogância fraca, que mais parece ser um comportamento pernóstico e forçado. Tudo isso e uma horda de “verdadeiros símbolos da degeneração da mestiçagem brasileira” contrapõem a imagem do “Hércules de Puget”<sup>128</sup> na figura do Capitão Nabuco<sup>129</sup>.

O conjunto de “considerações que podem ser constatadas a qualquer momento, que se verificam em presença de nossa mocidade” chama bastante atenção pois parece circunscrever um determinado conjunto da população, ao mesmo tempo que isola o autor desse conjunto. Para pensar possibilidades de lidar com a “mocidade” referenciada por Moraes Filho, talvez seja interessante resgatar a pesquisa de Leonardo Affonso de Miranda trazido lá no início do texto. De certo não é possível circunscrever essa mocidade somente pelo o autor chamou essa mocidade de “Geração de intelectuais boêmios”<sup>130</sup>, entretanto, trata-se de uma possibilidade muito interessante de análise que discorrerei brevemente a seguir.

Eram desordeiros, pessoas de costumes poucos recomendáveis para a boa sociedade. Entretanto, devido ao seu nível cultural — membros que eram da Cidade das Letras, muitos deles com curso superior —, eram respeitados e o que é mais... admirados!<sup>131</sup>

Esses Intelectuais Boêmios, jovens literatos que na segunda metade do XIX, sobretudo na década de 1880, avultam as ruas próximas às sedes dos principais jornais de sua época. Sempre circulavam mal vestidos e em péssimas condições de higiene. Quando empregados, mesmo ganhando pouco ou nenhum subsídio financeiro, se permitiam viver da imprensa, do contrário até mesmo enviavam seus textos às redações de jornais para ao menos vê-los publicados. Seus locais mais frequentes de encontro eram bares e as ruas de diversos locais, noites à dentro, sempre retornando alcoolizados e ou drogados pelo absinto.<sup>132</sup> Esse não parece

---

<sup>128</sup> Pierre Puget foi um escultor do século XVII que esculpiu diversas estátuas com poses de Hércules, um personagem heroico da mitologia Grega. Dentre as poses esculpidas a mais famosa talvez seja: “Hercules em descanso”. Atualmente a estátua se encontra no museu do Louvre, na França.

<sup>129</sup> Ao longo da pesquisa uma dúvida que sempre pairou quando havia a presença do “Capitão Nabuco”, era se o referido na verdade se tratava de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910). Entretanto, em pesquisas posteriores, como explorarei no terceiro capítulo, não se trata da mesma pessoa. O Capitão Nabuco referenciado por Moraes Filho fez parte da comitiva que foi à Nápoles e trouxe a futura imperatriz Teresa Cristina de Bourbon em 1844 e Joaquim Nabuco nasceria somente cinco anos após a chegada de Teresa Cristina ao Brasil.

<sup>130</sup> Leonardo Affonso de Miranda indica outra possibilidade de trabalharmos a “Geração de intelectuais boêmios”. O autor pontua que tais literatos poderiam ser observados dentro do espectro de popularização da possibilidade de acesso às letras. Sua avidez em publicar seus textos viria da importância observada por estes literatos que é a da formação proporcionada através do acesso as letras que essa geração experimenta. Ver: PEREIRA, Leonardo A. M. *O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. pp. 21-23; 58-61.

<sup>131</sup> MELLO, M. T. C.. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV/Edur/Anpuh, 2007. p. 69-70.

<sup>132</sup> Cf. MELLO, M. T. C.. *Op. Cit.* 2007. p. 79-80.

ser o caso de Moraes Filho. Pelo contrário. Os passos de Moraes Filho, ao menos os documentados, seguem em direção à uma trajetória sóbria que se pauta pela necessidade de dar conta de certas questões como documentar festas e celebrações religiosas ou nacionais, monumentos ou mesmo sujeitos que remetessem à uma noção de originalidade. Por isso, faz sentido que ele se coloque à parte, delineando, sobretudo, seu objeto de crítica na chamada “mocidade”.

Esses intelectuais, para Maria Teresa Chaves de Mello, também podem ser incluídos na Geração de 1870. Entretanto, entre as suas especificidades estava o fato de que, diferente do nacionalismo romântico, haveria um aprofundamento de questões ligadas, sobretudo, ao sistema político e ao monarca, os quais gerariam em suas concepções um atraso ou “letargia” no processo de, nas palavras da autora, “alcançar o país ao nível do século”.<sup>133</sup> Portanto, constantemente questões ligadas ao universo do que passa a se desenhar como a formação de cultura nacional passam a ser constantemente acionadas, de forma a destacar essa estagnação no fluxo de ideias do projeto político vigente na época.

Faz sentido também que essa geração se debruce sobre temas como mestiçagem, a história dos costumes e a construção do que seria a nacionalidade do povo brasileiro, assim sendo, Moraes Filho se aproxima novamente da “Geração de 1870”. Um tendência dessa geração, sinalizada por Alonso, é apropriação da categoria de “povo”<sup>134</sup> e questionamento acerca da capacidade da “elite imperial” em “efetivar um projeto civilizatório”, sem contudo abandonar a distinção de classes entre “povo e elite”.<sup>135</sup> Ora, esse projeto civilizatório referido pela autora pode ter paralelos com o que Moraes Filho apresenta no texto sobre o Capitão Nabuco como um “trabalho incompleto de civilização” e, de forma complementar, podemos tomar o que Bertoli Riberiro observa como sendo vínculo cosmopolita civilizador versus o “imaginário de pureza”<sup>136</sup>.

A autora conclui ainda que, muito provavelmente, segundo a ótica de Moraes Filho, a agenda palaciana de civilização não contemplava a “valorização das práticas populares ‘genuínas’”, pelo contrário. O foco estava em “um progresso europeizado” que, em última análise, faz com que a pátria, nas palavras de Romero em relação a Moraes Filho, “deixe de ser

---

<sup>133</sup> MELLO, M. T. C.. *Op. Cit.* p. 70.

<sup>134</sup> Conforme assinalam GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da raça: Experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. Selo Negro, 2014. p. 22

<sup>135</sup> ALONSO, Ângela. *Op. Cit.* 2002. p. 334.

<sup>136</sup> RIBEIRO, Cristina Betioli. *Op. Cit.* 2019. p. 425.

o que ele queria que ela sempre ficasse sendo”, “esquecendo seu passado”, “perdendo seu caráter nativo, seus costumes as suas festas” e “mascarando sua fisionomia” em prol de “umas estrangeirices importunas”<sup>137</sup>.

Resumindo, há aspectos que aproximam e distanciam a pertença de Moraes Filho à Geração de 1870 como a discussão sobre a mestiçagem ou pureza racial, a discussão de um projeto que contemple uma nacionalidade onde as festas, tradições e certos tipos de sujeitos como os Tipos da Rua não tivessem sua existência extinta das ruas e do imaginário popular. Todavia, mesmo levando em consideração todas as importantes contribuições de Moraes Filho, não devemos perder de vista que, mesmo identificando as diversas almas que formam a do brasileiro, explicitando o doloroso processo de inserção do escravizado negro africano na sociedade Brasileira e suas contribuições nesse processo, mediante as evidências apresentadas até aqui, é quase inegável dizer que ele também compactua, em certa medida, com a teoria da degenerescência racial em razão da mestiçagem.

Por fim, o perfil que temos de Moraes Filho é o de um intelectual com um vasto conhecimento da cultura e das tradições populares de sua época, que, muito provavelmente, ou herda de seu pai essa vontade e esse intuito de pesquisa ou partindo do compartilhamento de experiências. Sua trajetória como médico e como seminarista cristão são algumas das chaves de leitura para os seus textos e, caso notemos com mais atenção, certamente podemos avistar esses traços em suas obras, como observado por Romero e por Martha Abreu. Já sua trajetória intelectual, apesar de apresentar diversas lacunas, é aquela de um intelectual com alto nível de aceitabilidade por parte do público leitor e, entretanto, não ocupa lugares de destaque de sua época como a Academia Brasileira de Letras, o IHGB ou mesmo a Escola de Medicina. Pelo contrário, é muito curioso que após escrever para uma série de jornais e periódicos, alguns com um explícito vínculo com a causa monárquica, em 1893, poucos anos após a instauração da república, Moraes Filho é empossado como diretor do que mais tarde se tornou o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, onde fica até a sua aposentadoria em 1918.

Minha principal hipótese em relação a isso é que, de fato, o maior interesse de Moraes Filho era em documentar as coisas que eram mais caras a ele, evitando posicionamentos explícitos acerca de temas mais ligados ao campo da política de sua época. Dessa forma, o

---

<sup>137</sup> ROMERO, Silvio. Prefácio. In: MELLO MORAES FILHO, A. J. Festas e tradições Populares do Brasil. Rio de Janeiro, Garnier, 1901. p. XIII

acesso aos documentos históricos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e da biblioteca pessoal de seu pai podem ter sido decisivos para que o seu volume de produção intelectual não somente aumentasse, esses acessos contribuíram para que suas obras fossem refinadas durante esse período. Nesse sentido, os debates sobre a mestiçagem ocupam um plano de fundo nos seus escritos, ora com sentidos positivos pela contribuição dos diversos povos de África, dos ciganos e indígenas, ora com sentidos desfavoráveis para tratar da forma a qual certas camadas sociais e faixas etárias se banham de “estrangeirismos científicos” que ridicularizam o resultado da mestiçagem no Brasil, mesmo sendo figuras que, nas palavras de Moraes Filho, mais parecem caricaturas, “indivíduos amarelos, de pernas finas, espingolados e myopes”.

Fato é que, em meio a essa trajetória rica de um sujeito histórico complexo, por vezes contraditório, repleta de lacunas documentais que nos levam, por diversas vezes, por caminhos opostos, ainda nos resta analisar parte de sua produção como um produto e problema de seu tempo, o que faremos no capítulo a seguir.

## Capítulo II – “Príncipes e Filósofos da Vadiagem”

Em meados do XX, a revista ilustrada semanal *O Cruzeiro*, já famosa por sua tradicional coluna sobre os “Segredos e revelações da história do Brasil”, publica mais uma edição. Dessa vez em 23 de fevereiro de 1952, Gustavo Barroso, que já havia sido presidente da Academia Brasileira de Letras em 1950 e ao longo de sua carreira literária se dedicou a escrever romances que tinham como plano de fundo a história do Brasil e conspirações políticas, escreve um artigo de três páginas intitulado “Príncipes e Filósofos da Vadiagem”, título que decidi replicar no presente capítulo da dissertação.

No referido artigo, Gustavo Barroso faz um passeio pelo o que o autor chama de tipos populares da Cidade do Rio de Janeiro, atribuindo ao seu artigo o lugar de “mais interessante documento de sua vida íntima”. Ele rapidamente trata de localizar geográfica e historicamente larga quantidade de figuras populares a fazerem sua fama pelas ruas do Rio de Janeiro durante o Primeiro e, sobretudo, no Segundo Reinado do Império.

Ao fim de seu artigo, o autor afirma que retirou de livros, jornais e documentos iconográficos, alguns deles deixados pelos próprios populares, e cooperaram para gerar as descrições colocadas em sua galeria. Não podemos aqui afirmar que trata-se de um projeto de continuidade ou complementaridade ao trabalho de Mello Moraes Filho em *Festas e Tradições Populares no Brasil*, publicado em 1901, todavia, são inegáveis os paralelos do artigo de Barroso e os conteúdos presentes nos *Tipos da Rua* e de outras obras que tratam sobre as ruas do Rio de Janeiro e seu habitantes. Entretanto, este não é o foco da deste capítulo. Trata-se de identificar possibilidades de adentrar, de ler o mundo construído pela narrativa de Mello Moraes Filho sobre os *Tipos da Rua* e contextualizá-las historicamente.

Dessa forma, um dos principais nortes do capítulo é encarar a estrutura da obra como um problema. Uma vez que já no título de seu livro, Moraes Filho estabelece que se trata da possibilidade de construção de um projeto que traz, no bojo das “Festas e Tradições” observadas pelo autor como “populares”, uma identidade mestiça para cultura popular Brasileira. O esforço de Moraes Filho é desempenhado em meio a um contexto histórico extremamente diverso no qual há, de forma geral, um enorme esforço em delimitar ou, ao menos, elucidar o que e quais seriam os costumes, as tradições e culturas que fundariam o povo brasileiro como uma nação.

A fundamentação da mestiçagem esboçada por Mello Moraes Filho ao longo de *Festas e Tradições Populares do Brasil*, se apresenta de forma inovadora para a época, ela dá conta da mestiçagem de basicamente dois grandes grupos étnicos, os africanos, escravizados e libertos, e os portugueses. Essas seriam, para o autor, e com base em *Festas e Tradições Populares do Brasil*, as bases da mestiçagem no Brasil. Entretanto, gostaria de ressaltar que, conforme apontado no capítulo anterior, existem outros textos do mesmo autor que tratam sobre a população indígena. Publicados sob o título de *Pátria Selvagem*<sup>138</sup>, está um conjunto de notas de estudos de campo em meio a territórios indígenas da floresta amazônica entre meados e últimas décadas do XIX. Além disso, a obra também trata de mitos, formas de organização, costumes e o processo da escravização dos indígenas; nela, porém, não encontrei vestígios que pudessem remeter a alguma relevância atribuída por Mello Moraes Filho à população indígena no processo de construção da identidade mestiça no Brasil como ele faz com os negros em diversos trechos de *Festas e Tradições*.

Por fim, para melhor desempenhar a tarefa do capítulo, primeiramente me proponho a mapear, ainda que de forma breve, a produção sobre esses *Tipos da Rua*. O recorte feito por mim foi pautado de forma a contemplar obras que tenham paralelos quaisquer com algum dos citados na unidade de Mello Moraes Filho ou que o citem, direta ou indiretamente, como fonte das informações contidas nos artigos, livros ou afins. Outro passo a ser realizado no presente capítulo é apresentar as *Festas e Tradições Populares no Brasil* de Mello Moraes Filho para melhor situar o leitor.

### **Rumo à rua: Abrindo o portão de casa.**

Quem não lembra da sensação de pela primeira vez em sua vida ter a autonomia de ir para a rua? Ainda me lembro do senso de responsabilidade que eu sentia quando, entre os meus seis ou sete anos de idade me delegaram a compra do pão na padaria vizinha à minha casa. A sensação mista de liberdade e ter que exercitar a observação do contexto de coisas ao meu redor, ao pedido e ao troco do pão para complementar a compra do dia seguinte.

Conforme vamos ganhando mais idade, as responsabilidades e o tamanho do percurso crescem, junto com o poder de observação do caminho. Em razão desses crescimentos, cedo ou tarde esbarramos ou nos deparamos com o primeiro morador de rua. Da primeira vez, você, como eu, certamente acelerou o passo, olhou para baixo ou para outro lugar e seguiu o seu

---

<sup>138</sup> MELLO MORAES FILHO. A. J. *Pátria selvagem*, a floresta e a vida - mythos amazonicos - os escravos vermelhos. sd.

caminho até que chegou o momento em que você simplesmente já nem notava mais a presença daquela pessoa ali. Em algum momento entre o se incomodar e o ignorar, nos indagamos sobre o tipo de desventuras na história de vida daquela pessoa que a conduziram para aquele lugar. Mas o olhar para baixo a fim de evitar o contato visual permanece, seja por medo de ser importunado por uns trocados ou por medo pelas histórias de moradores de rua loucos atirando pedras ou assaltando pessoas que nossos mais velhos sempre nos contam.

Como se o olhar para baixo fosse uma capa, ou melhor, uma máscara de invisibilidade para passar incólume por essas pessoas que fazem da rua sua fuga, seu lar e seu ganha-pão, nós seguimos com o nosso caminho pelas ruas e pelas nossas vidas. O que não nos damos conta quando crianças é que esse “olhar para baixo” realmente é uma capa de invisibilidade, não para nós, mas para as pessoas que moram nas ruas, um filtro que invisibiliza, que ignora a pobreza e a situação dessas pessoas aos nossos olhos. Uma ferramenta desenvolvida por alguns a fim de prover algum conforto em meio ao trânsito pelas ruas, ou de simplesmente ignorar o que está diante dos seus olhos.

Se hoje, ou há pouco mais de duas décadas, já nos deparamos frequentemente com esses tipos da rua nos subúrbios e áreas periféricas do Rio de Janeiro, vocês conseguem imaginar como era a situação dessa gente entre a segunda metade do XIX e as primeiras décadas do XX? Ou melhor, imaginem o seguinte, se hoje essa parcela da população é demasiadamente negligenciada como deveria ser para eles na segunda metade do XIX e primeiras do XX? E por fim, quem guardaria as histórias dessa parcela da população?

De certo o cenário para a população de rua desde a metade do XIX sempre foi muito precário, tecendo redes para garantir o mínimo de possibilidade de sobrevivência, ganhando alguns trocados aqui e ali. Mas, sobre quem guardaria as memórias, as histórias dessa população, penso que as únicas a deterem o direito disso sejam as próprias Ruas. Nesse sentido, como nos aponta Luiz Antônio Simas:

As ruas são como arquivos, verdadeiras bibliotecas da história que pesquiso, escrevo e pela qual sou apaixonado. Ela, afinal, é ancorada em um princípio: crianças, sambistas, funkeiros, amantes desesperados, a beata, a prostituta, a minha mãe, a passista da Mangueira, a filha de Deus e o filho do Diabo, o bicheiro, o empurrador de carro alegórico, o macumbeiro, o portuga do botequim, o Rei Momo, o Menino Jesus do teatrinho da quermesse e a rezadeira suburbana não são objetos da história. São sujeitos dela.<sup>139</sup>

---

<sup>139</sup> SIMAS, Luiz Antônio. *O corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2019. p. 109.

E o que os relatos históricos tem a nos dizer sobre esses sujeitos?

Buscarei aqui, de forma breve, traçar um perfil de como diferentes autores conseguem, não somente adentrar no universo das ruas do Rio de Janeiro, mas retratar em suas obras, a Rua e os sujeitos que nela transitam ou mesmo fazem morada. Penso ser pouco produtivo adensar de matéria histórica esse breve trecho da análise que mais cumpre a função de um intervalo lúdico para situar o leitor de uma produção que pensa tanto a rua quanto as pessoas como sujeitos e arquivos de uma história por vezes tão negligenciada.

Os chamados *Tipos da Rua* há muito figuram na literatura crônica e na história dos memorialistas do Rio de Janeiro desde a segunda metade do XIX. Sobre algumas dessas narrativas temos alguns exemplos como: *Factos e Memórias, a mendicância do Rio de Janeiro*, também de Mello Moraes Filho, publicado em 1904, temos João do Rio e sua *Alma encantadora das Ruas*, primeira vez publicado em 1908, e, por fim, entre os mais populares, *O Rio de Janeiro do meu Tempo* de Luiz Edmundo em 1938. Tais obras nos trazem abordagens diversificadas para tratar das ruas do Rio de Janeiro da segunda metade do XIX e seus diversos habitantes.

Ao tratar de *Fatos e Memórias*<sup>140</sup>, Mello Moraes Filho, num trabalho que parece dar continuidade e aprofundamento da unidade *Tipos da Rua* publicada no livro, *Festas e Tradições Populares no Brasil* ele narra o cotidiano das ruas em dois nortes: o primeiro tem por foco alguns grupos específicos, dentre os quais, *quadrilhas de ciganos*<sup>141</sup>, um breve estudo sobre os mendigos e ladrões nas ruas da Cidade do Rio de Janeiro em finais do XIX; o segundo norte da obra é um conjunto de narrativas de cunho memorialista, escritas em primeira pessoa<sup>142</sup> divididas em dois capítulos os quais se subdividem em diversos pequenos textos, um sobre a Rua do Ouvidor e outro sobre o Largo do Rocio.

As unidades que compõem esses capítulos tratam de momentos envolvendo um maior volume da população, como a repercussão da revolta do vintém na Rua do Ouvidor, prisão de ilustres, morte de donos de lojas na rua do Ouvidor, o apedrejamento de sede de jornais republicanos, funerais de heróis militares. No caso da narrativa sobre o Largo do Rocio, esta

---

<sup>140</sup> MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Factos e Memórias*. Paris: H. Garnier Livreiro-Editor. Rio de Janeiro, 1904.

<sup>141</sup> Pelos relatos de Moraes Filho, não fica explícita se a palavra quadrilha teria um caráter criminoso ou se teria sentido de bando

<sup>142</sup> A segunda parte do livro, a qual traz memórias sobre acontecimentos e pessoas na Rua do Ouvidor e no Largo do Rocio, ainda que Mello Moraes Filho tenha publicado indicando autoria própria sobre todo o conteúdo, ao que parece, há contribuições de seu pai, já falecido à época da publicação do livro. Mello Moraes Filho nasce em 1844 e há acontecimentos narrados em primeira pessoa que remetem ao ano de 1842 como a inauguração do *Cafê com Leite*, uma cafeteria nas imediações do Largo do Rocio, a inauguração de uma Loja de Chá, ou peças de teatro ocorridas entre 1837 no teatro S. Pedro.

parece estar mais atrelada a ações de atores sociais dos extratos mais pobres da população, como no caso de episódios envolvendo o apedrejamento de um chefe de polícia, saída em massa de cabelereiros das redondezas do Largo, prisão de ciganos, surras públicas, ou o cotidiano de mendigos, prostitutas, ladrões e pobres. Nas páginas finais de sua obra, Mello Moraes Filho lança mão de um pequeno vocabulário específico dos ladrões contendo mais de cem vocábulos.

Se para Mello Moraes Filho as ruas representam um meio para chegar aos seus ocupantes, para João do Rio, ao nos apresentar *A Alma encantadora das Ruas*, a rua é o fio condutor de sua narrativa, e, seus ocupantes são partes que integram a sua peça principal, o fluido que pulsa e dá vida ao seu objeto. A narrativa de João do Rio privilegia a segunda metade do XIX na Cidade do Rio de Janeiro, sobretudo as três últimas décadas do século. O livro compõe-se, em sua maioria, de crônicas publicadas na revista *Kosmos* e no Jornal *Gazeta de Notícias* em 1904 e 1908.

*A Alma Encantadora das Ruas* se subdivide em cinco unidades, a saber: 1. "A Rua - e seus flâneurs"<sup>143</sup> - um itinerário do que seria a rua em diversos lugares do mundo ocidental e da essência das ruas no Rio de Janeiro, o que elas trazem, para onde elas levam, o que se encontra nelas; 2. "O que se vê na Rua", um apanhado de profissões e costumes populares a habitarem as ruas; 3. "Três aspectos da miséria", a narrativa entre os extremos, das mariposas ao luxo, mulheres de certa condição social que paqueram as vitrines de joalherias e artigos de luxo, vai até as moradoras de rua e a exploração sexual de crianças de rua; 4. "Onde às vezes termina a Rua", crônicas sobre a população nos presídios, seu cotidiano após cometer algum crime e alguns personagens ícones da população carcerária; 5. "A Musa das Ruas", uma crônica que, partindo da elaboração de uma Musa anônima das ruas, João do Rio discorre sobre os elementos populares, como as músicas, pequenos folguedos, poemas, toda a cultura que move a Encantadora Alma das Ruas.

No *Rio de Janeiro do meu Tempo*, Luiz Edmundo, traz a história do lugar de observador e agente dos fatos por ele narrados. Em sua narrativa deixa transparecer seu entusiasmo com o ritmo que a cidade tomara com o processo de modernização das primeiras

---

<sup>143</sup> Segundo João do Rio os chamados *Flâneurs* seriam os praticantes da arte de *flanar*, verbo o qual, para João do Rio, não existia em dicionário nenhum, entretanto um verbo universal. Numa das diversas frases de definição do que seria a arte de flanar João do Rio caracteriza que, "Flanar é ser vagabundo e refletir, é ser basbaque e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem. [...] É vagabundagem? Talvez. Flanar é a distinção de perambular com inteligência." (João do Rio, 1908. p.5)

décadas do XX, em meio a reforma urbana, o combate à tuberculose e à febre amarela.<sup>144</sup> Nos relatos contidos em seus quase quarenta capítulos, temos como objetos privilegiados lugares como cafés, praças, teatros e confeitarias, e alguns aspectos da vida intelectual como os jornais, revistas e livrarias. A preocupação do registro de Luiz Edmundo parece residir no que lhe é mais próximo, seus locais de circulação mais frequente, seus veículos de notícias e informações mais comumente lidos. Há, entretanto, outros poucos capítulos que tratam de temas com maior adesão da população como política, carnaval, esportes e jogos de azar. Tudo isso observado e registrado através do seu olhar de historiador e cronista da vida cotidiana do Rio de Janeiro.

Ainda que em tempos diferentes, e sob diferentes perspectivas, esses autores trazem consigo a perspectiva de atribuir à rua algum sentido de importância acerca de sua forma de ocupação ou transitoriedade. Todavia, ao tempo que a rua para Luiz Edmundo é o lugar de trânsito, o entre-lugares<sup>145</sup>, para João do Rio é o fio condutor de sua narrativa, e ao mesmo tempo coautora de seu texto. Mello Moraes Filho parece conjugar ambas as perspectivas, ainda que *Festas e Tradições* tenha sido publicada antes das outras duas. Os três autores estão conectados por uma característica narrativa que traz as memórias e vivências do cotidiano para o texto e tentam, em maior ou menor grau, associar fatos que agregam uma ideia de contexto histórico à sua narrativa.

Luiz Edmundo e João do Rio trazem objetivos bem definidos em suas obras, nos apresentam caminhos narrativos que conectam toda a narrativa presente em seus textos. João do Rio nos conta a história das ruas do Rio de Janeiro, partindo da lógica da rua como cenário e narradora da história, em outras palavras, a rua como leitora dos sujeitos. Luiz Edmundo, objetiva partindo de uma narrativa do cotidiano, retratar suas memórias acerca de fatos, coisas e lugares<sup>146</sup>. Entretanto, o caso de Mello Moraes Filho pode ser um pouco mais complexo.

---

<sup>144</sup> Pensando as dinâmicas de planejamento versus vivência das reformas urbanas do início do XIX, sobretudo pautando as experiências vividas pelas camadas populares da sociedade, ver: ANDRADE, Vanessa de Araújo. *A reforma Pereira Passos, a memória da escravidão e algumas implicações sociais e raciais*. Mosaico, v. 9, n. 15, p. 86-104, 2018. Para um debate mais aprofundado sobre o a questão da reforma urbana ligada à problemática da saúde pública, ver sobretudo os dois primeiros capítulos de: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>145</sup> O conceito de “entre-lugares” deve ser lido à luz de Homi Bhabha, onde, os “entre-lugares” trazem a possibilidade de “elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade”. Ver: BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. p. 19-20.

<sup>146</sup> O primeiro volume de *O Rio de Janeiro do meu tempo*, publicado em 1938 contém uma compilação de artigos originalmente publicados no jornal carioca *Correio da Manhã* e no *Estado de S. Paulo* entre os anos de 1936 e 1937. o objetivo de sua narrativa, segundo texto na orelha do livro do era de compor um “simples livro de memória”, onde se encontrariam relatos de coisas que Luiz Edmundo teria visto, sabido ou guardado como lembrança. Todavia, diferente de outras edições posteriores, a edição de 1938 traz um pequeno texto cujo título é “*Olhando para Atraz*”. Nesse texto o autor arrola os primeiros momentos da cidade do Rio de Janeiro, descreve os nativos, seus costumes e como os Europeus modificaram o ambiente ao longo do século. Num segundo momento do texto, o autor trata da virada do XIX para o XX e sua insatisfação decorrente do que o autor

*Festas e Tradições populares do Brasil* é construída sendo basicamente uma colcha de retalhos de outras obras e artigos do autor.<sup>147</sup>

## 2.1 – Festas e Tradições populares do Brasil como um problema de seu tempo

Em sua primeira edição publicada no ano de 1888, a obra aqui em questão de Mello Moraes Filho tinha por título *Festas Populares do Brasil – Tradicionalismo*<sup>148</sup>, a questão do “popular” emerge novamente no título que a obra recebe em sua edição de 1895, dessa vez acompanhando o que o autor veio a chamar de “Tradições”, *Festas e Tradições populares do Brasil*. Outra hipótese para a composição de 1895 contemplar a questão “tradições populares” e também defendida por Martha Abreu<sup>149</sup> é a de que *Festas do Natal – Costumes e tradições do Brasil*, contendo dezoito capítulos ordenados em três unidades<sup>150</sup>, também fez parte da compilação de artigos feita na edição de 1895, sobretudo pelos capítulos tratando de costumes e festas populares. Todavia, ao que tudo indica, *Festas e Tradições Populares do Brasil* somente ganha sua versão completa na edição de 1901<sup>151</sup>, mesmo atualmente encontrando algumas reedições contemporâneas da versão editada em 1895.

Durante o processo de pesquisa, dois problemas surgiram de forma demasiadamente constante, o primeiro foi a adaptação da escrita do nome em algumas fontes de pesquisa e obras mais recentes. Originalmente o nome do autor em fontes digitalizadas e em outras referências de jornais da época escrevia-se: Alexandre Jose de Mello Moraes Filho, aqui trataremos por

---

chama de “morrinha colonial” (EDMUNDO, 1938. p.25.), exaltando Oswaldo Cruz e, sobretudo, Pereira Passos, pois teriam transformado a “cidade pocilga em Éden maravilhoso” (Idem. p.26.) e feito “em três anos, mais que os nossos colonizadores durante quase quatro séculos” (Idem. p.47). É um tanto curiosa a inserção desse texto no lugar do que seria uma introdução ou um prefácio, uma vez que “*Olhando para Atraz*” posteriormente foi acrescido de volume de texto e editado como um livro em 1939. Todavia discutir ou devagar sobre as razões do presente fato não repercutem como objetivos do presente trabalho, mas trazer esse fato trata-se de trazer algo que pairou no horizonte da dúvida no percurso do processo de pesquisa.

<sup>147</sup> Para estudos mais aprofundados acerca dos autores e livros citados ao longo da unidade, recomendo a leitura de: BARROSO, Eloísa Pereira. A alma encantadora das ruas do Rio de Janeiro. Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade, n. 9, 2012. Nesse texto, a autora faz uma aproximação muito interessante entre análise literária, história cultural e história urbana partindo das possibilidades oferecidas pelas crônicas de João do Rio; Sobre Luiz Edmundo e *O Rio de Janeiro do Meu tempo*, recomendo a leitura de BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. Luiz Edmundo e a boemia do Rio de Janeiro do seu tempo. Maracanã, v. 12, p. 167-183, 2015. Nesse artigo o autor, partindo do conceito de boemia no livro de Luiz Edmundo, Barra analisa a polissemia do conceito empregado por Edmundo que, para Barra, pode de alguma forma traduzir a forma a qual Edmundo lê, tanto o seu contexto histórico quanto o espaço urbano o qual tinha contato, e, por consequência os sujeitos ligados a ele.

<sup>148</sup> Ainda que não seja propriamente a obra, uma vez que o título e a composição dos capítulos não é inteiramente o mesmo, considero aqui que esta foi a obra a qual teve mais peso e mais contribuiu para a construção da versão final publicada no ano de 1901.

<sup>149</sup> ABREU, M.. Melo Moraes Filho, Festas, Tradições Populares e Identidade Nacional. In.: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Afonso de M.. (Org.). *A História Contada: Capítulos da História Social da Literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pp. 171-173; 187-188.*

<sup>150</sup> **Descrições:** *A noite de Natal no Rio de Janeiro; A véspera de Reis no Norte; O Reisado da Cachoeira. Poesia Bárdica: Baile das Quatro partes do Mundo; Baile do Mineirinho; Baile da Lavadeira; Baile de Elmano; Cantigas de Reis; Reisado do Zé do Valle; Chegança dos Mouros; o Bumba-meu-boi; Notas: Figuras para o natal; Bailes Pastoris; Ranchos de Reis; Reisado do Zé do Valle; Chegança dos Mouros; o Bumba-meu-boi; Poesia Bárdica.*

<sup>151</sup> MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Festas e tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro, Garnier, 1901.

vezes Mello Moraes Filho ou somente Moraes Filho. Entretanto, nas obras de edições mais recentes e em algumas bases de dados, seu nome foi modificado. Por vezes seu nome era encontrado como Melo Morais Filho, Mello Morais Filho, ou ainda Melo Moraes Filho, o que acabou em maior ou menor instância alongando a procura por algumas informações do autor e/ou obras escritas por ele.

O segundo problema, extremamente recorrente, foi a questão da referência às versões de *Festas e Tradições Populares do Brasil*. As edições mais recentes da obra (2002/2005) pela editora do Senado Federal<sup>152</sup>, não reproduziram a versão “revista e ampliada” da obra, correspondente a edição reproduzida no ano de 1901. Ao que parece, a versão reproduzida em 2002/2005 pela editora do Senado Federal é a versão de 1895, a qual não contava com alguns capítulos, sobretudo, dentro da unidade dos *Tipos da Rua*.

Um detalhe interessante sobre essa unidade é que em 1886 ao lançar um livro de homenagens, juízos póstumos e últimos deveres de seu pai<sup>153</sup>, Dr. Mello Moraes, logo nas primeiras páginas, Moraes Filho tem anexado um breve índice de obras intitulado “Trabalhos de Mello Moraes Filho”. Dentro dele constavam alguns títulos como *Curso de Literatura Brasileira; Pátria Selvagem – Os escravos Vermelhos; Os Ciganos do Brasil; Typos da Rua – Brazil Histórico*.

Sobre *Typos da Rua – Brazil Histórico*, até o momento em que eu encontrei o referido índice, não havia indícios concretos de que a unidade “Tipos da Rua” fosse publicada, mesmo parcialmente, em outros locais que não *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Em “O Brasil Histórico: Jornal Histórico, Político, Literário, Científico e de Propagandas Homeopáticas”,<sup>154</sup> foram publicados alguns artigos ao longo de 1882, iniciando na quinta edição do mesmo o qual também marcou a retomada das edições do referido periódico pelo Dr. Mello Moraes, com o

---

<sup>152</sup> MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Festas e tradições populares do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. 2002/2005.

<sup>153</sup> MELLO MORAIS FILHO, A. J. *O Dr. Mello Moraes: homenagens, juízos posthumos, ultimos deveres*. Rio de Janeiro : Lombaerts & Comp. 1886.

<sup>154</sup> O jornal “O Brasil Histórico: Jornal Histórico, Político, Literário, Científico e de Propagandas Homeopáticas” foi primeiramente publicado semanalmente entre os anos de 1864 e 1874, nessa primeira fase os primeiros 20 números da edição do periódico em 1864 contavam com outro título, “Médico do Povo”. O título foi atribuído numa referência ao processo da Conjuração Mineira no qual, segundo relato do Dr. Mello Moraes na primeira edição de 1882, o periódico teria contribuído com muitos e importantíssimos requisitos históricos. Algumas das mudanças mais importantes na reimpressão do Brasil Histórico no ano de 1882 foram a adesão de Moraes Filho ao corpo editorial e a supressão das partes que tratavam sobre medicina e literatura no periódico, como já ocorria desde a edição de número 22 do ano 5 do periódico, dando lugar ao que o Dr. Mello Moraes chamou de “documentos históricos inteiramente ignorados”, para oferecer ao leitor “um copioso arquivo de notícia dos primitivos tempos de Brasil”, pois “tem se perdido valiosíssimas monográficas e documentos que esclareceriam os tempos escuros de nossa história”. Ver: O Brasil Histórico. Ano V. Edição número 001, 5ª Série. 5 de Fevereiro. 1882. p. 02.

auxílio de Moraes Filho. Posteriormente, artigos sobre Tipos da Rua seriam publicados por Moraes Filho em outro jornal carioca, a “Tribuna Liberal” ao longo de 1889.<sup>155</sup>

Retomando os títulos ausentes na obra editada em 2002, alguns deles também foram encontrados na obra *Quadros e Chronicas* cuja primeira edição data de 1885<sup>156</sup>. Ou seja, os textos podem ter sido publicados novamente em alguns periódicos e, posteriormente, incorporados à obra publicada em 1901, como os casos dos capítulos ausentes na edição reproduzida pelo senado federal. Na unidade Tipos da Rua, faltam os seguintes capítulos: “O castro Urso”, o “Príncipe Natureza”, “O ‘Maia’ da Praia Grande”, “O doutor Pomada” e “O príncipe Obá”. Na unidade Festas Populares e na de Tradições há outros capítulos que também não foram reproduzidos nas edições de 2002/2005: “Reisados e Cheganças”, “Motins da Anarquia”, “Episódios da Regência” e “Cemitérios e Monumentos”.

Em buscas posteriores, foram encontradas outras edições pela editora Itatiaia com as mesmas ausências de capítulos. Outras edições de diferentes editoras<sup>157</sup> contam ainda com notas explicativas e comentários de Luís da Câmara Cascudo ao longo do texto. Sobre essas edições com a revisão e notas de Câmara Cascudo, o índice contempla todos os mesmos capítulos da edição de 1901, todavia, em razão da impossibilidade de acessar aos livros completos com as notas e comentários de Câmara Cascudo, não foi possível dizer se há alterações de conteúdo que não somente as notas e comentários referidos na folha de rosto da obra<sup>158</sup>.

Elaborar a razão das ausências dos referidos capítulos, sobretudo nas edições publicadas pelo senado é um assunto demasiado complexo, uma vez que há diversos fatores que podem ter influenciado para que isso ocorresse e penso ser pouco frutífero enveredar por esse assunto. Todavia, o fato é que os capítulos ausentes em sua maioria tratam de sujeitos

---

<sup>155</sup> A primeira edição da Tribuna Liberal que Moraes Filho se ocupa dos Tipos da Rua é a edição 54, publicada em 25 de janeiro no ano de 1889, após essa edição, a publicação sobre o tema varia ao é alternada com outros temas de interesse ao longo das 176 edições do ano, sem esboçar um padrão, ocupando por vezes a coluna Notas de um Cronista e outras a coluna Folhetim. Textos de Festas e Tradições Brasileiras também foram avistados em outra na sessão do jornal intitulada: O Rio de Janeiro Subterrâneo, a qual ocupava a coluna Folhetim e também era da autoria de Moraes Filho. Alguns exemplos são: Um Funeral em Moçambique, em 12 de março de 1886, edição 99 da Tribuna; O Valongo, publicado em 16 de março de 1886, na edição 103; Na Terra e no Mar, em 19 de março de 1886, edição 106. Ver: Notas de um Cronista. *In.*: A Tribuna Liberal. Edição n. 54 de 25 de janeiro. 1889. p. 02.

<sup>156</sup> MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Quadros e Chronicas*. Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro, 1885.

<sup>157</sup> MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Revisão e notas de Câmara Cascudo. Rio de Janeiro, Briguet e CIA – Editores. 1946; MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Festas e tradições Populares do Brasil*. Revisão e notas de Câmara Cascudo. São Paulo, Itatiaia. 1976.

<sup>158</sup> Em razão do fechamento das bibliotecas e arquivos públicos por conta do COVID-19, foi inviável no momento de pesquisa e escrita realizar a pesquisa sobre o conteúdo da referida edição.

negros de certa relevância social e observada intelectualidade, vide os casos do Príncipe Obá<sup>159</sup>, Príncipe Natureza e o Dr. Pomada.

O primeiro, Príncipe Obá, alistou-se espontaneamente para servir na Guerra do Paraguai, com o retorno da guerra, foi promovido a alferes e se declarou publicamente como membro integrante da realeza africana. O segundo, Príncipe Natureza, um africano escravizado por frades de S. Bento e liberto como servente em uma das repartições da marinha, versado na arte de promover imensos discursos e conferências públicas sobre os mais diversos temas, sobretudo política. O caso do Dr. Pomada é algo ainda mais grave, um negro preso e acusado de homicídio que, além de refutar o ocorrido, diz ter sido vítima de “inveja e calúnias”, uma vez que se tratava de um curandeiro e sabedor de rezas que, por vezes, fazia com que fosse mais procurado do que o médico do local.

Outros capítulos ausentes tratam de festas populares no norte do país, como o reisado, uma festa popular com grande influência africana, segundo Moraes Filho<sup>160</sup>, que ocorre na véspera do dia de Reis e da chegada de marinheiros com seus cantos de viagem no Sergipe; uma rebelião violenta de portugueses extremistas em 1831 visando que o Brasil fosse “recolonizado” pelos portugueses, os quais deveriam assumir novamente o trono no Brasil intitulada no livro como “Motins da Anarquia”; o 7 de Abril de 1831 e o fim desse motim durante o período da regência.

Portanto, se trata de um objetivo demasiado complexo concluir algo acerca do motivo da não inclusão desses capítulos na publicação mais recente. Deixo aqui à cargo do(a) mais atento(a) ou célebre leitor que melhor conheça as conjunturas do universo editorial no país elaborar conclusão acerca do problema que aqui expus. Por hora, retomemos a questão anterior, da diferença entre as publicações referentes aos anos de 1901 e 1888.

---

<sup>159</sup> Eduardo Silva faz um estudo de referência sobre o Príncipe Obá que busca analisa-lo sob o prisma de homem livre em meio ao contexto histórico de homem negro livre na cidade do Rio de Janeiro nos anos que sucederam o seu retorno da Guerra do Paraguai e sua declaração pública enquanto parte da realeza africana. Ver: SILVA, Eduardo. *D'ÁFRICA, Dom Obá II. o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

<sup>160</sup> “[...] derivando do português e do negro, esse último elemento aniquilava-se no Sul nas torturas da senzala, no martírio forçado da escravidão. [...] Sendo nosso povo assim constituído, claramente se vê que os costumes tradicionais daquelas terras são a resultante da liberdade que ali gozavam os escravos, embora restrita, relativa. Dos reisados e cheganças, a classe popular a que nos referimos e a gente pobre eram e são os donos.” MELLO MORAES FILHO, A. J. Reisados e Cheganças. In.: \_\_\_\_\_. *Festas e tradições Populares do Brasil. Nova edição revista e aumentada. Prefácio de Sylvio Romero, desenhos de Flumen Junius. Rio de Janeiro, H. Garnier. 1901.* p.131.

Reavendo a questão das distinções entre as edições também possuem outras diferenças em relação ao volume de conteúdo, a de 1888<sup>161</sup> conta com 13 capítulos narrando datas festivas religiosas ou não como “O Carnaval”, “O Sete de Setembro”, “A Noite de Natal”, “A Quinta-feira Santa”, “O dia de Finados”, dentre outros, todos agrupados em somente uma unidade<sup>162</sup>. Não há prefácio ou introdução nas obras físicas e digitais encontradas da versão de 1888. Trata-se de uma obra conjugada. Sua primeira metade corresponde à obra de Mello Moraes Filho e a outra uma descrição geográfica e política, extremamente detalhada, da província do Ceará correspondente ao ano de 1887, escrita por José Pompeu de A. Cavalcanti<sup>163</sup>, cujo título é *Chrorographia da provincia do Ceará*.

A edição de Festas e Tradições do ano de 1901 é uma edição mais robusta, possui 61 (sessenta e um) capítulos e foi dividida em quatro unidades: *Festas Populares*, *Festas Religiosas*, *Tradições* e *Tipos da Rua*. Além de uma versão revista e ampliada, essa edição parece objetivar uma narrativa que visa salvaguardar práticas populares em diversos locais do Brasil, mais enfaticamente no norte/nordeste do país.

Outro acréscimo à edição de 1901<sup>164</sup> foi o prefácio de Silvio Romero. Nele podemos ter mais pistas acerca do que Mello Moraes Filho buscaria ao lançar essa edição:

[...]por mais que tenha se acidentado o caminho do Brasil através dos tempos, quaisquer que tenham de ser as desilusões que os destinos históricos lhe reservem, a nossa raça há de sobreviver no futuro, e, lá bem longe, quando os sonhadores do passado houverem de rastejar o fio de ouro de nossas tradições, quando houverem de estudar o povo, não no ruído das batalhas e nas chicanas da política, mas sim nas efusões da alma, nas energias do sentimento, os dois livros de Mello Moraes Filho, onde seu coração palpita inteiro, [...] suas descrições de costumes, que todas podem ter o nome só de Festas e Tradições Populares do Brasil, hão de ser chamados a depor, como documentos autênticos; porque neles vive a grande alma desse país; porque neles canta e folga, ou geme e chora este misto de entusiasmo e melancolia, de saudade e intrepidez que é o gênio lusitano transfigurado na América.<sup>165</sup>

---

<sup>161</sup> MELLO MORAES FILHO, A. J. *Festas Populares do Brasil - Tradicionalismo*. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1888.

<sup>162</sup> A noite de Natal (Bahia); A véspera de Reis (Bahia); S. Sebastião (Fundação da Cidade do Rio de Janeiro); O Entrudo (Bahia); “O carnaval” (Rio de Janeiro); “Quinta-feira Santa”; “Sexta-feira da Paixão” (A procissão do Enterro); A festa do Divino; “Corpus-Christi” (A procissão de S. Jorge); “A véspera de S. João”; “O Dous de Julho” (Bahia); “O Sete de Setembro”; “O Dia de Finados” (Rio de Janeiro).

<sup>163</sup> CAVALCANTI, José Pompéu de Almeida. *Chrorographia da provincia do Ceará*. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1888. Pompeu foi importante engenheiro do Ceará, chegando a ocupar o posto de Intendente de Patrimônio em 1891, vindo a falecer no mesmo ano.

<sup>164</sup> MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Nova edição revista e aumentada. Prefácio de Sylvio Romero, desenhos de Flumen Junius. Rio de Janeiro, H. Garnier. 1901.

<sup>165</sup> Silvio Romero. Prefácio. In: MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro, H. Garnier. 1901. p. 18.

Silvio Romero foi importante homem de letras na segunda metade do XIX e a primeira década do XX, falecendo em 1914. Seu principal tema de estudo foi a cultura nacional brasileira em suas mais diversas formas de expressão.<sup>166</sup> Alguns elementos no prefácio de Romero merecem maior atenção: o primeiro elemento se trata da preocupação que Romero tem em demarcar a obra de Mello Moraes Filho. Ao construir essa afirmativa, Romero dá a entender que *Festas e Tradições* (1901) seria uma obra inevitável no percurso dos estudos das origens do que seria a cultura brasileira. Mais do que isso, sua posição de exaltar os relatos de *Festas e Tradições* por Mello Moraes Filho é tomada em necessário detrimento para com os relatos que possam ter privilegiado as disputas no campo da política para “estudar o povo”, uma vez que segundo palavras de Romero, em determinado momento, o caminho do Brasil teria se acidentado através dos tempos. Há ainda a questão da visão romântico-naturalista presente no relato de Romero, contudo, aprofundaremos o tema mais à frente em nossa narrativa.

Como já mencionado anteriormente, *Festas e Tradições populares do Brasil* foi dividida em quatro tópicos, “Festas Populares”, “Festas Religiosas”, “Tradições” e “Tipos da Rua”. Ainda que divididos nessas unidades, há capítulos que, por sua temática, não parecem obedecer à separação proposta por Moraes Filho, podendo transitar entre um tema e outro, e se fazem presentes por toda a obra, englobando os mais diversos temas, do carnaval de rua no Rio de Janeiro ao Navio Negreiro, por exemplo.<sup>167</sup> Contudo há o curioso caso nesse livro da unidade sobre os “Tipos da Rua”. Uma unidade pitoresca de sujeitos que transitaram pelas ruas do Rio de Janeiro na segunda metade do XIX e, num olhar mais superficial, não faria sentido algum que tal unidade fizesse parte de uma obra que fala sobre festas e tradições populares.

---

<sup>166</sup> Ver por exemplo: *Etnologia selvagem: estudo sobre a memória, região e raças selvagens do Brasil do Dr. Couto de Magalhães* (1875); *A poesia popular do Brasil* (1879); *Cantos populares do Brasil* Vol. I e II (1883); *O Naturalismo em literatura* (1882); *Cantos populares do Brasil* (1885); *Estudos sobre a poesia popular do Brasil* (1888). Um dado muito interessante colocado por Angela Alonso sobre Romero seria um dos principais expoentes da chamada Geração de 1870, sobretudo com a “invenção da tradição da “Escola de Recife”. A autora pontua que a “escola do Recife” foi uma tradição inventada, sobretudo por Romero após a publicação de um artigo intitulado, *A prioridade de Pernambuco no Movimento Espiritual brasileiro*. Nele, Romero lança, segundo a autora, uma plataforma geracional onde se autoproclama, conjuntamente ao seu grupo de observada renovação intelectual no Brasil de “Escola do Recife” que, na verdade longe do caráter geracional suscitado por Romero, na verdade era, além de uma cópia do elenco que compunha a faculdade de direito do Recife, quase que exclusivamente ocupava seus textos de descrição das façanhas intelectuais de Romero e o que a autora chamou de “amplificação dos acanhados feitos de seu ‘mestre’ Tobias Barreto”. ALONSO, Angela. *Op. Cit.* 2002. pp. 25, 134-135

<sup>167</sup> Alguns capítulos como A noite de Natal, “A Festa da Penha” e “A Festa do Divino” mesmo sendo festas religiosas, estão na unidade de Festas Populares; Os capítulos “Encomendações as almas” e “Preces para pedir chuva”, estão na unidade de Festas Religiosas, mesmo narrando costumes populares ou podendo se alocar na unidade de Tradições; Há outras narrativas que se encontram na obra sem contudo obedecerem a qualquer nexos entre as unidades do livro, entretanto constam na unidade de Tradições, como o caso do capítulo sobre “A coroação de um Rei negro em 1748” no Rio de Janeiro, ou sobre o comércio de escravos na costa Africana intitulado “Na terra e no Mar”, sobre “O Valongo” e sobre “O navio Negreiro”. In: MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro, H. Garnier. 1901.

Nos capítulos dessa unidade escrita por Mello Moraes Filho residem diversos personagens comuns no cotidiano: enlouquecidos, viúvas, andarilhos, nudistas, príncipes, médicos naturalistas, padres, músicos, lutadores e capoeiras, os *príncipes e filósofos da vadiagem* do presente estudo.

## 2.2 – Reflexões de partida: O “Palácio aéreo dos Tipos da Rua”

A presente unidade é tomada pelo sentimento de delimitar as transigências e recusas acerca de como pensar o objeto uma vez que, alguns dos estudos que tomam a fonte a pensam dentro de basicamente dois polos principais: o da loucura/ enlouquecimento dos sujeitos nas últimas décadas do XIX e anos iniciais do XX<sup>168</sup> ou o da cultura popular e tradições.<sup>169</sup> Dessa forma, busco aqui, partindo de um breve mapeamento dos campos teóricos já mencionados, reconhecer e melhor expender as justificativas de aceites e recusas teóricas.

Os capítulos da unidade podem ser divididos em dois grandes grupos: maníacos/enlouquecidos e tipos célebres. É importante frisar que, não busco aqui traçar diálogos diretos com o campo da psicologia clínica ao trazer a questão dos maníacos/enlouquecidos ou das doenças da psique para dentro da dos *Tipos da Rua* de Mello Moraes Filho, considero que tal missão já fora desempenhada pelas historiadoras Maria Clementina Pereira Cunha e Magali Gouveia Engel<sup>170</sup>. O que aqui se tratou foi de trazer uma referência de nomenclatura partindo da fonte, da mesma forma separo os tipos célebres<sup>171</sup>, com

---

<sup>168</sup> ABREU, Martha. *Festas e Cultura Popular na Formação do Povo Brasileiro*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, PUC/SP -São Paulo, v.16, p. 143-167, 1996; \_\_\_\_\_. Mello Moraes Filho: Festas, Tradições Populares e Identidade Nacional. In.: CHALHOUB, Sidey; PEREIRA, L. A. M. (orgs). *A História Contada. Capítulos de História Social da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. NEPOMUCENO, Eric Brasil. *Carnavais da abolição: diabos e cucumbis no Rio de Janeiro (1879-1888)*. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado–Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Niterói. 2011; RIBEIRO, C. B. *Alexandre José de Melo Moraes Filho (1844-1919): a prioridade da contribuição africana na formação da literatura e da cultura brasileiras*. Remate de Males, Campinas, SP, v. 39, n. 1, p. 423–439, 2019

<sup>169</sup> ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Editora Fiocruz, 200; CHAVES, Fábio César. *Crime e loucura: as relações entre medicina e justiça penal no Rio de Janeiro*. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

<sup>170</sup> Respectivamente: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O outro lado do espelho: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. ; \_\_\_\_\_. *Cidadelas da ordem: a doença mental na República*. Editora Brasiliense, 1990. ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Editora Fiocruz, 2001. Ver sobretudo os três capítulos da parte I.

<sup>171</sup> Os tipos célebres aqui referidos são personagens os quais, ainda que segundo a narrativa sejam de alguma forma atrelados à loucura, à mania, são socialmente aceites, possuindo relações quotidianas comuns, exceto pelo o que Moraes Filho vai tratar como sendo a “mania” desses sujeitos, como no caso do *Policarpo*, de se pôr em dueto e perturbar a vizinhança com desafinadas serenatas; do Capitão Nabuco, um “Hércules de Puget” lusitano, narrado como delinquente na carreira militar, sendo retirado e ficando conhecido como lutador, companheiro de um famoso capoeirista, Manduca da Praia e que se punha à constantes mostras públicas de força de destreza corporal; ou em outros casos como *O Dr. Pomada*, um negro curandeiro com um crime de homicídio atribuído à ele o qual, a narrativa deixa indícios que não teria sido ele o verdadeiro culpado e que o verdadeiro “crime” do Dr. Pomada seria ter mais clientes do que um médico formado.

os quais busco tecer um diálogo de forma mais direta colocando-os dentro do prisma da cultura popular e tradições.

Sobre os maníacos/enlouquecidos, ainda que não sendo o norte de pesquisa do presente trabalho, é necessário tecer algumas considerações. Primeiramente vejamos um breve exemplo de um dos que podem ser categorizados como enlouquecidos dentro da narrativa de Mello Moraes Filho:

[...] Célebre *Policarpo*, estimado músico da capela imperial. Quando nos contaram sua vesânia, achamos interesse no tipo, digno certamente de figurar nesta pequena galeria de monomaniacos, alguns dos quais retratam com a maior fidelidade certo lado especial da época em que viveram. Não é precisamente este o caso do músico acima; porém o que é fora de dúvida é que o *Policarpo dá a medida da importância que se ligava aos alienados, no tempo em que ele viveu livremente com a sua enfermidade, com a sua mania.*

E como se revelaram as perturbações mentais que o constituíam alvo das atenções populares, e lhe davam entrada no palácio aéreo dos tipos da rua? Do modo mais simples e original; sob forma palpitantemente nova e característica: *O Policarpo não implicava com os vizinhos, não provocava os transeuntes, não descompunha a ninguém. Até aí fora injustiça qualquer acusação, qualquer censura, a mínima desconfiança a respeito de sua integridade moral.*

Das cinco horas da tarde, por diante, o negócio complicava-se: o *Policarpo tomava um largo paletó de padrão escocês, enfiava a cabeça em uma carapuça de baeta vermelha, pegava na rabeca, metia-a debaixo do braço e saía...*

Mas onde ia o *Policarpo* com o seu sonho insensato? [...] À casa do meu amigo *Paiva*, empregado no correio e residente à Rua das Marrecas.

[...] o *Policarpo* e o *Paiva* andavam em amoladora serenata, desde o escurecer até à meia-noite, executando apenas duas peças de música, aborrecidas e desconchavadas.

Imagine-se um instante o suplício da vizinhança!<sup>172</sup>

*Policarpo* é um dos pontos de intercessão entre os enlouquecidos e os tipos célebres. Foi figura conhecida por ser músico da capela imperial e, exceto por seu comportamento, como retrata a narrativa, não havia outra razão de ser versado como louco, com algum tipo de problema de ordem cognitiva ou psíquica. Segundo Engel<sup>173</sup>, ao trazer para o debate alguns cronistas que também narravam alguns episódios ligados ao *Policarpo* e o *Paiva*, fomenta a narrativa de Mello Moraes Filho, dizendo que estes personagens não eram alvo de agressões populares, ao contrário de outros enlouquecidos presentes na narrativa da unidade dos *Tipos da Rua*.

---

<sup>172</sup> Ver: *O Policarpo*. In: MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro, H. Garnier. 1901. p. 354-357. Grifo meu.

<sup>173</sup> ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios* (Rio de Janeiro, 1830-1930). Editora Fiocruz, 2001. p. 36-38.

Ainda segundo Engel, utilizando-se de alguns cronistas, certo dia, por intervenção da polícia, foi dada ordem para que os músicos findassem as “serenatas” que atormentavam os moradores da Rua das Marrecas.<sup>174</sup> A autora cita que para Mello Moraes Filho, este seria um bom exemplo da pouca importância dada aos “alienados” pelo “tempo em que ele viveu livremente com sua enfermidade”, conforme tratei de grifar no extrato da fonte acima. Entretanto, valendo-se de trechos de outros cronistas, Engel argumenta que nunca se soube ao certo se eram propriamente loucos ou se era uma atitude jocosa por parte dos músicos que, com isso, buscavam atormentar alguém que morava na vizinhança por alguma razão que lhes era particular.

Seguindo essa questão, posteriormente em sua obra, Engel<sup>175</sup> trata de outro ponto que merece destaque dentro do extrato da fonte é o da associação da loucura à violência/agressividade dos *Tipos da Rua*. Moraes Filho parecia já ter em mente um determinado padrão atribuído aos loucos, mais do que isso. Ele parece esboçar certo grau de surpresa ao relatar que até certo período do dia, ninguém poderia se colocar como contrário de “sua integridade moral” até o momento em que se punha a desempenhar serenatas pela rua. Todavia temos casos na unidade que ressaltam esse elo, da associação da agressividade com loucos, mas, fazem surgir uma outra questão, a violência exercida por esses sujeitos como possível resposta a agressividade de outros sujeitos para com eles, o que acabava por gerar “ataques de fúria” no ambiente público, o que, por si já os categorizava como loucos.

Há alguns exemplos muito interessantes que podemos apreender dos *Tipos da Rua* acerca dessa associação, citada no parágrafo anterior. O primeiro deles é “o Miguelista”: Um ferreiro português com o costume de se embriagar, caracterizado como “alto, musculoso, barbado” e possuía uma “mania” bem peculiar:

[...]quando estava na *chuva* metia-se em casa, ia para o quintal, punha-se nu como para tomar banho, e, levantando os braços, arriando-os, batendo com as mãos nas nádegas, gritava a ensurdecer: — Vizinhas! Estou na área! Os moleques, que sabiam da história, encontrando-o na rua, pregavam-lhe pedras, ouvindo-se daqui e dali: — “Ó Miguelista! Ó Miguelista!...” E ele disparava atrás, corria em ziguezagues, desencadeava o vocabulário da pornografia, atirando-lhes às pernas um grande cacete de castão de ferro com que andava.  
O Miguelista era um tipo de rua, completo e conhecidíssimo!<sup>176</sup>

---

<sup>174</sup> . ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios* (Rio de Janeiro, 1830-1930). Editora Fiocruz, 2001. pp. 36-37.

<sup>175</sup> ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios* (Rio de Janeiro, 1830-1930). Editora Fiocruz, 2001. pp. 46-47;123-127.

<sup>176</sup> MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Op. Cit.* 1901. p. 353.

Segundo a narrativa de Moraes Filho o Miguelista além de muito conhecido, seria um “tipo de rua completo”, o que nos dá a entender que, possivelmente, pela soma dos seus comportamentos ele fora classificado como um tipo da rua. Entretanto, como no caso do Policarpo, não fica devidamente evidente a razão de ele, o Miguelista, ocupar “o palácio aéreo dos tipos da rua”. Se pela popularidade que o seu banho de chuva com um nudismo anunciado para a vizinhança feminina tomou, pelos ataques públicos de fúria, seguidos do “vocabulário da pornografia”, enquanto lhe “pregavam pedras” e o chamavam de Miguelista de forma a suscitar o fato de saberem da história, ou ainda pela soma desses fatores e a embriaguez frequente.

Segue outro exemplo, dessa vez de uma mulher chamada *Forte-Lida*. Uma viúva que transitava pelas ruas com uma roupa pouco comum de cores vivas, que segundo Moraes Filho, o fazia lembrar das “pretas baianas”, o que teria lhe imputado fato de também ser conhecida como *Manta de Fogo*:

A história desta mulher talvez fosse um desses dramas ignorados que conduzem o protagonista ao suplício da loucura.

Nunca conseguimos descobrir o segredo daquela existência voltada aos assobios dos moleques, às apupadas dos meninos, às provocações da vadiagem, que anunciavam-lhe a entrada nas ruas. Batedores turbulentos da alienada irascível, os bandos de ociosos tomavam-lhe a frente, atiravam-lhe pedras, em uma algazarra seguida e infernal.

[...]O seu trajar, ainda mais que sua fisionomia, revelava um estado mental em desordem, ou antes a perda absoluta da razão.

Vestia saia de cores vivas, camisa entremeada de rendas, pendia-lhe da cinta uma enorme rosca e uma grande chave, jamais esquecendo a vara de marmelo com que se defendia dos moleques.

Todos os meses, impreterivelmente ao meio-dia, a Forte-Lida apresentava-se no Tesouro, onde recebia uma pensão que lhe deixara o marido. O mais do tempo gastava ela em percorrer os cartórios, a fim de saber de uma demanda na qual se achava envolvida.

Nessas ocasiões a molecada a precedia e seguia, correndo, saltando, gritando: — Ó Forte-Lida! Ó Manta de Fogo!... E a pobre louca esbravejava, descompunha, tangia a vara, queixando-se repetidas vezes aos pedestres, aos inspetores de quarteirão e até aos ministros de Estado.<sup>177</sup>

Em ambos os casos aqui tomados como exemplo, a agressividade ou o comportamento violento parece ser um comportamento reativo, ou seja, tomado mediante uma determinada ação ou ações.

Maria Clementina Pereira Cunha através de extenso trabalho com prontuários de um asilo para alienados defende ainda que características como o alcoolismo, uso de outros

---

<sup>177</sup> MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Op. Cit.* 1901. p. 351-352.

entorpecentes como cocaína ou ópio, estavam associadas a internação de diversos homens na virada do XIX para o XX e que, tais internações, visariam defender a sociedade de comportamentos degenerativos e viciosos por parte de alguns sujeitos. A autora trata ainda que uma outra série de características nosográficas como “espírito fraco”, “idiota”, “degenerado”, “tarado” se tratavam de formas comuns dos alienistas descreverem as patologias, demonstrando assim – afirma ironicamente – um enorme vínculo da “ciência” com o senso comum.<sup>178</sup> Para além disso, mostrava como, possivelmente, partindo de conhecimentos comuns, do quotidiano, ou até mesmo credíes sem o menor grau de fundamento científico, uma ciência diagnóstica foi construída para dar conta de sujeitos que possuíam comportamentos fora do padrão aceito socialmente e retirá-los da sociedade através da internação em hospícios.

Ao passo que nas narrativas construídas por Moraes Filho sobre o Miguelista e o Policarpo nos deixam lacunas para outras interpretações da causa que justificaria a inclusão deles nos Tipos da Rua, sendo aqui pensados como enlouquecidos ou maníacos, o contrário ocorre com a Forte-Lida. Logo nas primeiras linhas já se fala que a personagem fora acometida pela loucura em razão de, talvez, um drama ignorado, contudo, não se sabia ao certo o motivo daquele comportamento dela. Contudo, no decorrer do capítulo são expostos alguns motivos os quais associam essa personagem à loucura como “o seu trajar, ainda mais que sua fisionomia, revelava um estado mental em desordem, ou antes a perda absoluta da razão”.

Nos casos aqui trazidos, a loucura está associada diretamente a comportamentos ou hábitos não convencionais, alterações no semblante ou acessos públicos de fúria, ainda que provocados por terceiros<sup>179</sup>. Por outro lado, suas narrativas nos dão a possibilidade de argumentar em favor da presença rotineira desses sujeitos enlouquecidos no quotidiano dos espaços públicos ao longo do XIX e primeiras décadas do XX; mais do que isso, nos dão margem para pensar o processo de permanência desses sujeitos nesses espaços e como a sociedade, de forma mais genérica, lidava com eles – ao menos segundo a narrativa que aqui estamos tomando por base.

---

<sup>178</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O outro lado do espelho*: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 136-139.

<sup>179</sup> Cunha defende ainda outras formas do que a autora chama de “visibilidade imediata da loucura”, além das alterações de fisionomia, vestuário incomum ou exótico, hábitos e atitudes estranhas, a autora fala a questão do vocabulário e gestos incompreensíveis e o delírio como características chave da caracterização de loucos. Ver: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O outro lado do espelho*: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. pp. 76-79

Cunha<sup>180</sup> e Engel<sup>181</sup> argumentam que, apesar dessa associação à violência ou agressividade, alguns desses personagens presentes na narrativa de Moraes Filho eram profundamente respeitados e, segundo Engel, alguns chegavam a ser admirados pela população. A argumentação de ambas as autoras é fundamentada pela capacidade de interação social necessária a esses sujeitos como uma das principais possibilidades de sua sobrevivência nas ruas. As autoras suscitam que, tal interação com a população no cotidiano se dava de diversas formas, na venda de bilhetes de loteria, pedindo esmolas, alimentos ou teto para se abrigarem temporariamente.

É interessante aqui fazer um breve parêntesis e pensar também a especificidade de alguns casos dos *Tipos da Rua*, uma vez que, mesmo alguns, ou a maior parte dos sujeitos dessa unidade, dependessem da caridade de terceiros, alguns sujeitos como *Príncipe Obá*, *Príncipe Natureza*, *Manta de Fogo*, *Policarpo* e até mesmo o *Miguelista* possuíam alguma fonte de renda ou profissão. Os dois primeiros tinham ligação com o militarismo e viviam de seus títulos militares, inclusive, Príncipe Obá alcançou título de Alferes dentro da armada imperial após a guerra do Paraguai. O Príncipe Natureza, além de realizar conferências públicas, trabalhava no arsenal da marinha.<sup>182</sup> O policarpo sendo músico da capela imperial; O Miguelista é descrito como um ferreiro português; A Forte-Lida ou Manta de Fogo era viúva e vivia da pensão deixada por seu falecido marido, cuja retirada sempre ocorria por parte dela religiosamente no mesmo dia todos os meses.

O fato de associar tais personagens que ganham notoriedade nas ruas a uma profissão ou a uma fonte de renda é extremamente interessante do ponto de vista argumentativo, uma vez que os códigos penais do Império (1830) e da República (1890) trazem artigos de repressão à vadiagem e à mendicância<sup>183</sup> e os artigos de Mello nos trazem personagens datados desde a primeira metade do século, como por exemplo o Príncipe Obá, e sua obra é publicada pela primeira vez, ainda que não de forma completa em 1893. Podemos até mesmo conjecturar que

---

<sup>180</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O outro lado do espelho*: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. pp. 7-14.

<sup>181</sup> ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão*: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Editora Fiocruz, 2001. pp. 48-49.

<sup>182</sup> Em investigações posteriores, encontrei fontes que mencionam o fato de Miguel Manoel Pereira da Natureza ser marinheiro desde 1853 e, posteriormente, empregado no quartel general da marinha, entretanto, carecem de análises mais apuradas. Ver: M. M. P. N. Publicações a pedido. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 09 de Janeiro de 1878. Ed. 9. p. 4; M. M. P. N. Ao Público. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 03 de julho de 1880. Ed. 198. p. 6; Ver também: L. Fernandes. *Folhetim Fluminense*. O Fluminense. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1881. Ed. 457. p. 2.

<sup>183</sup> Código Criminal do Império do Brasil. Decreto Lei de 16 DE DEZEMBRO DE 1830. CAp. IV. Art. 295 e 296; Código Penal de 1890, [sic.] Estados Unidos do Brasil; Livro I; Dos Crimes e das Penas. CAPITULO XIII: Dos Vadios e capoeiras. In: DECRETO N. 847. DE 11 DE OUTUBRO DE 1890, Cap. XIII.

Moraes Filho – intencionalmente ou não<sup>184</sup> – tentou atribuir um contexto a esses personagens cuja história, por vezes, deveria ser pouco ou mesmo desconhecida e, talvez, até mesmo tentar desassociar tais personagens da imagem de vadiagem e mendicância.

Portanto, os desenhados como integrantes do “Palácio Aéreo” dos *Tipos da Rua* não devem ser vistos somente dentro do espectro de andarilhos de rua, mendicantes, desocupados, enlouquecidos ou vadios, mas de indivíduos complexos com histórias de vida, como no caso da Forte-Lida, repletas de dramas ignorados que poderiam levar seus protagonistas a certos revezes no percurso de vida.

Retomemos a questão da tipificação como louco ou lunático dentro desse contexto. Para além de uma análise foucaultiana, a qual pensaria esse processo de rotulação de determinados sujeitos através de uma ciência que os diagnosticava se baseando em conceitos nosográficos<sup>185</sup>, originados sobretudo no senso comum e saberes leigos como uma forma da instituição de um domínio e da domesticação desses corpos; o sujeito, através da tipificação da loucura ou da alienação era desligado da categoria do que Engel<sup>186</sup> vai chamar de “ser humano completo” e, abriria “brechas profundas para o exercício de um poder irrestrito sobre ele”.

Dentro do contexto histórico ao qual se fala desses sujeitos, tal possibilidade de análise, de uma nova fase da domesticação dos sujeitos, se trata de algo demasiadamente possível, uma vez que, tratando aqui dos anos de publicação dos textos que compunham a obra e a edição do livro, entre 1886<sup>187</sup> e 1901, tratam-se de anos extremamente densos em debates sobre o elemento servil e como lidar com esses sujeitos, com o fim do trabalho escravo.

A segunda metade do século XIX foi de crise para a instituição da escravidão, e o chamado “problema do elemento servil” ocupou grande parte dos debates parlamentares, que encaminharam estratégias legais de emancipação gradual dos escravos. Por outro lado, como mostrou Chalhoub, a pressão de escravizados, libertos e abolicionistas acabou por fazer ruir o

---

<sup>184</sup> Penso que discursos construídos em quaisquer meios de dispersão e popularização de conhecimento são estruturados mediante questões históricas de seu próprio tempo e, de forma intencional ou não, acabam por se posicionar mediante à essas questões. De certo não se trata aqui de trazer novidades, uma vez que autores como Certau, Bakhtin e Ginzburg em algumas de suas obras tratam da questão do vínculo indissociável entre discurso, história e narrativa, se trata aqui de explicitar determinadas escolhas teóricas para que não haja possíveis falhas no entendimento do argumento que venho construindo.

<sup>185</sup> Referente a tratado médico com explicação e classificação de doenças para facilitar o diagnóstico.

<sup>186</sup> ENGEL, Magali Gouveia. *Op. Cit.* 2001. p. 121.

<sup>187</sup> Como apontado anteriormente, a unidade *Tipos da Rua* foi construída partindo de uma compilação de textos publicados anteriormente no periódico revista O Brasil Histórico. Tal evidência foi introduzida à pesquisa por um breve índice de obras publicadas de Mello Moraes Filho que ocupava uma das páginas iniciais de uma obra de juízos póstumos sobre seu pai, Dr Mello Moraes, publicado em 1886.

poder da ideologia senhorial.<sup>188</sup> Com o advento das leis contra o tráfico atlântico de escravos e abolicionistas no Brasil ao longo da segunda metade do século, culminando com a Lei Áurea em 1888, há uma nítida necessidade de se reinventar a forma de dominação e domesticação sobre uma massiva parte da sociedade representada pelos escravizados, os não seres ou avessos a sociedade, somados aqui aos loucos e alienados.

Na virada do século reascende-se o debate sobre a construção da ideia de nação como um sistema simbólico que pretendia unificar diferentes sujeitos de um vasto território. Segundo Lucia Lippi de Oliveira,<sup>189</sup> o nacionalismo seria a “elaboração racional da identidade coletiva” que é acionada em meio a momentos de crise do país e, dessa forma, busca através de símbolos afetivos fazer com que, nas palavras da autora, a busca pela identidade nacional predominasse sobre as visões e interesses parciais.<sup>190</sup> Segundo a autora, a valorização da ideia de nação visa imprimir sentimentos, não somente de identidade, mas de alteridade a uma população a qual vive ou se originou em um determinado território. A “nação”, como relativa ao universo simbólico, trataria de um símbolo que “pretende organizar os espaços públicos”<sup>191</sup> e, ao meu ver, os sujeitos que mais ocupam esses espaços.

Podemos tomar aqui como exemplo mais concreto dessa nova forma de ordenar os espaços públicos a mudança do sistema político e o processo de modernização<sup>192</sup> da ocupação e acesso às ruas do Rio de Janeiro. Durante grande parte do XIX, as ruas eram ocupadas predominantemente pela movimentação de escravos ao ganho e de aluguel, somente quebrado pelo “canto monótono”<sup>193</sup> dos carregadores. Com a chegada dos bondes, na metade do XIX, movidos por tração animal, algumas crônicas já tratam da mudança de ritmo das ruas e conseqüentemente ampliando o acesso aos espaços públicos<sup>194</sup>.

---

<sup>188</sup> CHALHOUB, Sidney. *A Força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>189</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A Questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>190</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Op. Cit.* 1990. p.13-15.

<sup>191</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Idem*. 1990. p.14.

<sup>192</sup> De forma breve, pois nesse momento da escrita penso ser pouco frutífero aprofundar questões sobre o processo de modernização do Brasil da metade do XIX ao início do XX, adoto aqui a explicação de Caio Prado sobre o referido tema. Tal processo pode ser caracterizado, sobretudo, pelas ações que visavam sincronizar as atividades do Brasil com as do mundo capitalista do velho continente promovendo assim sucessivas tentativas de equiparar a ex-colônia aos países da Europa. Ver: PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. 43ªed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 195.

<sup>193</sup> DIAS, Luiz Sérgio. *Quem tem medo da capoeira? 1890-1906*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, departamento de história da UFRJ, 1993. p. 23.

<sup>194</sup> Cf. RAMOS, Ana Flávia Cernic. Política e humor nos últimos anos da Monarquia. A série “Balas de Estalo”. In. CHALHOUB, S., NEVES, M. S., PEREIRA, L. A. M.(orgs). *História em Cousas Miúdas: Capítulos de História Social da Crônica No Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005. p. 89.

As últimas décadas da monarquia marcam, dentre outras coisas, o processo de ressignificação da rua, já encaminhada segundo Maria Tereza Chaves de Mello desde a metade da década de 1870. Durante esse processo a rua passa a ser entendida como um espaço público e de uso da palavra através da exposição do pensamento crítico com as leituras públicas de jornais, *meetings* republicanos e, através dos discursos públicos, inflamavam multidões nas ruas em diversos pontos da cidade<sup>195</sup>.

Com a chegada da República, chega também a sua obrigação em adotar determinados símbolos e formas de ler o mundo que pudessem inserir o Brasil na agenda de um mundo ocidental livre. Dessa forma, o código penal de 1901 vai, em parte, reler novamente os espaços públicos, tornando alvo preferencial de suas ações determinados ocupantes das ruas:

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes:

Pena - de prisão celular por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condenar o infrator como vadio, ou vagabundo, será ele obrigado a assignar termo de tomar ocupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 anos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, onde poderão ser conservados até á idade de 21 anos.

Art. 400. Si o termo for quebrado, o que importará reincidência, o infrator será recolhido, por um a três anos, a colônias penais que se fundarem em ilhas marítimas, ou nas fronteiras do território nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presídios militares existentes.<sup>196</sup>

Se, segundo o Código Penal de 1830, havia uma preocupação com a mendicância, sendo pena do referido crime a prisão com trabalho, isso dependendo de uma série de fatores como: o “estado de forças do mendigo”<sup>197</sup>, se andam em grupo, desde que não sejam familiares ou excluindo-se mulheres e guias de cegos para que seja configurado o crime de vadiagem; com a república, qualquer um que não possua ocupação ou meio de subsistência que esteja de acordo com a “moral bons costumes” ou mesmo não possuir residência poderia ser conduzido a

---

<sup>195</sup> MELLO, M. T. C.. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV/Edur/Anpuh, 2007. pp. 52-62.

<sup>196</sup> Código Penal de 1890, [sic.] Estados Unidos do Brazil; Livro I; Dos Crimes e das Penas. CAPITULO XIII: Dos Vadios e capoeiras. In: DECRETO N. 847. DE 11 DE OUTUBRO DE 1890, CAP. XIII.

<sup>197</sup> **Art. 295.** Não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta, e útil, de que passa subsistir, depois de advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda suficiente. Pena - de prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias; **Art. 296.** Andar mendigando:

1º Nos lugares, em que existem estabelecimentos públicos para os mendigos, ou havendo pessoa, que se ofereça a sustentá-los.

2º Quando os que mendigarem estiverem em termos de trabalhar, ainda que nos lugares não hajam os ditos estabelecimentos.

3º Quando fingirem chagas, ou outras enfermidades. 4º Quando mesmo inválidos mendigarem em reunião de quatro, ou mais, não sendo pai, e filhos, e não se incluindo também no número dos quatro as mulheres, que acompanharem seus maridos, e os moços, que guiarem os cegos. *Penas - de prisão simples, ou com trabalho, segundo o estado das forças do mendigo, por oito dias a um mês.* Ver: Código Criminal do Império do Brazil. Decreto Lei de 16 DE DEZEMBRO DE 1830. Cap. IV. Arts. 295 e 296.

trabalho forçado em colônias penais em ilhas marítimas como, por muitos anos, foi o caso de Fernando de Noronha, do Calabouço e do Aljube no Rio de Janeiro.<sup>198</sup>

Por fim, tratei aqui de trazer tais elementos ao debate pensando algumas recusas metodológicas, ainda que parciais, para com a análise da narrativa. Torna-se um exercício, para dizer o mínimo, interessante de pensar partindo das recusas que, em certa medida, empobrecem a análise de sujeitos atrelados a essa narrativa. Portanto são formas as quais eu não concordo plenamente, ao menos nesse momento de escrita, que a narrativa a qual pesquiso deva ser analisada.

É inegável a pertinência desse espectro de análise que privilegia a questão da saúde mental se utilizando da narrativa de Moraes Filho. Como demonstraremos adiante, contudo, há muito mais que isso em *Tipos da Rua*. Trata-se de uma narrativa cujo objetivo é alinhar uma proposta de cultura popular nacional que passa por celebrações, festas, lugares e sujeitos que obedecem a um determinado nexos. Nesse sentido, penso que simplesmente encaixotá-los dentro do Palácio Aéreo dos Tipos da Rua e jogar a chave fora, se trataria de desconsiderar a riqueza que a fonte possui. Buscaremos aqui, portanto, pensar a complexidade dessas narrativas não tomando somente a unidade dos Tipos da Rua, mas tomando a obra como um nexos em si e que não pode ser dissociado, uma vez que até sua compilação final a obra teve diversos formatos, com a ausência de muitos capítulos e unidades que, portanto, merecem ser pensados em conjunto.

### **2.3 – Entre Românticos, Folcloristas e Memorialistas: situando Mello Moraes Filho no debate:**

Amantes do Brasil em grau extremo e achando-o desviado daquilo que sonhavam em seu patriotismo, tornaram-se a nosso respeito verdadeiros pessimistas; [...] porque ela [a pátria] tinha deixado de ser o que ele queria que ela sempre ficasse sendo. [...] concentrado na história, na tradição, quase também desespera de sua terra, que vai esquecendo o seu passado, perdendo o seu caráter nativo, olvidando suas lendas, os seus costumes, as suas festas, mascarando a fisionomia tão singela prazenteira na sua originalidade, com os ouropéis de umas estrangeirices importunas.

Recuperando um trecho do prefácio de Silvio Romero para *Festas e Tradições populares do Brasil*, gostaria aqui de evidenciar alguns debates que se fazem presentes no referido trecho. Os mais evidentes seriam o entrelaçamento da perspectiva do que estaria sendo

---

<sup>198</sup> Sobre as colônias penais, sobretudo o calabouço e o Aljube, ver: HOLLOWAY, T. “O calabouço e o aljube do Rio de Janeiro no século XIX,” *In*: Clarissa Nunes, Flávio Neto, Marcos Costa & Marcos Bretas, eds., *História das prisões no Brasil*, 2 vols, Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009, vol. I, pp. 253-281.

construído como a pátria, em que medida tal construção desagradaria tanto Moraes Filho quanto Silvio Romero e o que esse descontentamento pode explicitar acerca dos rumos e escolhas adotadas pela narrativa de *Festas e Tradições* em sua versão final. Outro debate a ser explicitado no decorrer do texto gira em torno da questão colocada como o esquecimento do passado, das tradições e como esse “caráter nativo” parece ter um tom de solução para tais esquecimentos.

Sob o meu ponto de vista, partindo desses problemas, penso que poderemos desenvolver um debate mais encorpado acerca de questões a permearem a narrativa de Moraes Filho, uma vez que tais problemas estão ligados diretamente à metodologia adotada para trabalhar o conteúdo produzido pelo autor. Trata-se, portanto de uma importante chave de análise a qual pode modificar completamente a forma como o enunciado é compreendido e interpretado. Isto posto, uma das tarefas a qual me proponho ao longo da unidade é de situar Moraes Filho em meio ao debate o qual o atribui as categorias folclorista, romântico e de memorialista, explicitando

Tratemos primeiro da questão dos rumos da pátria, abordados por Romero. Para isso, devemos proceder de forma a situar Moraes Filho no debate da cultura popular e identidade nacional pois, acredito que sejam os nortes que sua narrativa tentaria abarcar. Em seguida, pensar de que forma ele está presente na obra e o que nela pode indicar as escolhas feitas por Moraes Filho para se posicionar nessa querela, e, por fim, indicar caminhos para melhor analisar a fonte com base no que foi exposto ao longo da unidade.

Para dar conta de tais tarefas, trouxe aqui, como aporte teórico, alguns autores que pudessem me prestar auxílio e indicar caminhos em meio a essa densa discussão teórica sobre cultura popular e identidade nacional no Brasil, são alguns deles: Renato Ortiz<sup>199</sup>, Nestor Garcia Canclini<sup>200</sup> e Marilena Souza Chauí<sup>201</sup>. A fim de pensar esse debate, sobretudo sob a lente da mestiçagem e do hibridismo, que permeia a escrita dos dois primeiros autores e, também a fonte em questão. Para pensar especificamente as disputas em torno da figura de Mello Moraes Filho, trazemos aqui as discussões desempenhadas por Martha Abreu<sup>202</sup> em algumas de suas obras.

---

<sup>199</sup> ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985; \_\_\_\_\_. *Cultura Popular: Românticos e Folcloristas*. Editora olho d'água. São Paulo, 1992.

<sup>200</sup> GARCÍA CANCLINI, Nestor. *Culturas Híbridas*. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EdUSP, 2013.

<sup>201</sup> CHAUI, Marilena. *O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira*. Seminários. São Paulo: Brasiliense, 1983.

<sup>202</sup> ABREU, Martha Campos. *O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. 2v. Tese (doutorado) IFCH – UNICAMP, Sp. 1996; \_\_\_\_\_. *Festas e Cultura Popular na Formação do Povo Brasileiro*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, PUC/SP -São Paulo, v.16, p. 143-167, 1996; \_\_\_\_\_. *Mello Moraes Filho: Festas, Tradições Populares e Identidade Nacional*. In.: CHALHOUB, Sidey; PEREIRA, L. A. M. (orgs). *A História Contada*.

Devo dizer que uma das impressões constantes que tive ao longo de *Festas e Tradições* (1901) é a de que o trabalho objetiva trazer para a superfície ou fazer ressurgir algo que não está mais ali, algo que desaparece brusca ou paulatinamente do tempo o qual se compõem as narrativas. Esse argumento se faz presente, mesmo de forma mais condensada sobretudo, na introdução de Silvio Romero, como o próprio autor nos escreve, há algo que se busca resgatar do passado pois parece carecer no presente. Segundo alguns autores como Canclini e Ortiz, esse saudosismo em relação ao passado, não seria exclusividade de Moraes Filho ou de Romero, mas de boa parte dos que se propuseram a registrar e estudar manifestações da chamada cultura popular em suas respectivas épocas. Aqui se apresentam os primeiros problemas a serem debatidos: devemos partir de, ou eleger qual chave teórica para ler as *Festas e Tradições Populares* de Mello Moraes Filho? Os Tipos da Rua podem, sem prejuízos, ser lidos através desse mesmo prisma?<sup>203</sup>

Como o próprio título desse trecho de análise deixa explícito, as chaves as quais penso ser pertinente problematizar a leitura são respectivamente a de folclorista, romântico e de memorialista. Tratem-se delas a seguir.

Ao pensarmos sob o viés do folclorista, é importante que situemos algumas questões. Essa terminologia, segundo Ortiz<sup>204</sup>, trata-se de um neologismo inglês da segunda metade do XIX o qual agrupou sob o mesmo guarda-chuva sujeitos que, através de uma associação fundada em 1878 na Inglaterra buscava transformar o folclore em uma ciência de um conjunto de pensamentos gestados pelas Ciências Sociais, sobretudo no positivismo comtiano e de Spencer. Em meio a tempestade de ciências pautadas no positivismo, os folcloristas teriam ocupado o meio do caminho entre o “universo das ciências e a popularização do saber”.<sup>205</sup>

Durante o período no qual o folclore tentava se consolidar como ciência, havia um esforço em delimitar os contornos dessa nova ciência e tentar reconhecer sua extensão. Para

---

Capítulos de História Social da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998; \_\_\_\_\_. *Cultura Popular*, Um Conceito e Várias Histórias. In: \_\_\_\_ e SOIHET, Rachel, Ensino de História, Conceitos, Temáticas e Metodologias. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003.

<sup>203</sup> Oferto aqui ao leitor uma chave de leitura do meu objeto de análise, os “Tipos da Rua” de Mello Moraes Filho, entretanto, devo sublinhar que ofereço uma possibilidade a qual é, quase que completamente, alicerçada em meu percurso de pesquisa e vida. Entretanto gostaria de destacar que longe de se tratar de uma proposta final de análise, ela tem como último objetivo ampliar o campo de possibilidades para pensar os sujeitos estudados por Moraes Filho.

<sup>204</sup> ORTIZ, Renato. *Cultura Popular*. Românticos e Folcloristas. Editora olho d’água. São Paulo, 1992. pp. 28-33.

<sup>205</sup> ORTIZ, Renato. *Op. Cit.* 1992. p. 30.

isso, segundo Ortiz<sup>206</sup>, houve a necessidade de se diferenciar das correntes as quais alimentavam reflexões anteriores, dentre elas, especialmente o romantismo.

O romantismo entra em declínio entre meados do XIX por diversos fatores, dentre os quais gostaria de sublinhar, os excessos literários da segunda metade do século que teriam provocado um distanciamento dos escritores para com o seu público.<sup>207</sup> Todavia, Ortiz<sup>208</sup> nos alerta para o seguinte, ainda que tal argumento possa ser insuficiente para compreender como o processo ocorre em sua totalidade, o cerne da questão deve ser pensar “como o processo é rebatido para o plano do folclore”. Ou seja, o importante em sua análise é compreender de que forma a crise e declínio do romantismo vai influenciar o campo dos estudos sobre o folclore.

Avançando em seu argumento, o autor situa duas etapas nos estudos do folclore. A primeira estando atrelada ao que Ortiz vai chamar de “imitadores românticos”, preocupados com um embelezamento estético da literatura produzida acerca de seus objetos de estudo, sobretudo as tradições das camadas mais populares da sociedade. A segunda, estaria ligada à reprodução do conteúdo aprendido dos populares através de uma “fidelidade escrupulosa”. Em suma, um grupo reproduziria com veracidade a cultura popular enquanto outro a “desvirtuaria”.

209

Acerca dos “imitadores românticos”, Ortiz propõe ainda que haveriam dois tipos distintos dentre estes, o primeiro trataria de utilizadores os quais, ainda que carecessem de técnicas científicas para a coleta de dados, eram munidos de boas intenções nos seus fazeres, a estes é dado o nome de “utilizadores simpatizantes”, um grupo de autores que, para Ortiz, estariam mais próximos à vertente romântica dos folcloristas.<sup>210</sup> Opostos a eles estaria um outro grupo composto por pesquisadores, escritores e afins que “adulteravam sem nenhum escrúpulo o saber popular”, a estes é conferido o nome de “utilizadores egoístas” os quais por sua vez estariam ligados aos falsários e alguns antiquários.

A consequência de ambos os tipos de análise está situada, sobretudo, no entendimento que ambas as leituras podem conferir ao que era o folclore e, conseqüentemente, aos sujeitos

---

<sup>206</sup> ORTIZ, Renato. *Idem*.

<sup>207</sup> Para um panorama sobre o romantismo em termos mais gerais ver: GUINSBURG, Jacó. *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1993. pp.13-20; 295-320; Para um contexto que privilegia mais o cenário brasileiro ver: CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 1999; CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2002.

<sup>208</sup> ORTIZ, Renato. *Cultura Popular: Românticos e Folcloristas*. Editora olho d'água. São Paulo, 1992. p. 30.

<sup>209</sup> ORTIZ, *Op. Cit.* pp. 31-32.

<sup>210</sup> ORTIZ, *Idem*. pp. 31-32.

estudados. Para esses dois grupos de estudiosos, românticos e folcloristas, o folclore poderia ser entendido como o estudo das sobrevivências consideradas arcaicas no mundo moderno, somente sendo modificado o modo o qual esse estudo era realizado. Ou seja, se a análise era pautada em um embelezamento estético, por vezes inverídico, do que estava narrado e estudado, ou a reprodução escrupulosamente fiel do que estava sendo documentado.

Dessa forma, quando compreendemos os estudos acerca do folclore como o evidenciamento do elo contrastante entre a civilização e barbárie, podemos notar também que esse elo somente se forja partindo de um processo cujas bases estão na necessidade de construir uma nacionalidade. Nacionalidade essa pensada pelas camadas intelectuais e letradas em direção às bases da sociedade, consideradas ignorantes e/ou arcaicas. Tomando esse princípio em pauta, o folclore também ganharia uma “função pedagógica”, pois ele teria também por função documentar determinadas práticas consideradas parte essencial da sobrevivência do pensamento ou das práticas das populações arcaicas na sociedade moderna. Nessa ótica, “o povo” passa a ser um “relicário de reminiscências, hábitos e pensamentos”.<sup>211</sup>

Ao passo em que o folclorista, quando atrelado à algum princípio científico ou de verdade, tem a preocupação documentar de forma rigorosa o que se propõe a análise ou registro, o memorialista precisaria primeiramente ser reconhecido pelas suas negativas. Ele não é o historiador, muito menos um cronista, na verdade, ele não estaria ligado à qualquer ciência. O memorialista é, antes de tudo, uma testemunha da história que se debruça sobre o seu espaço de experiência para dissertar acerca de acontecimentos ou fatos os quais, ao menos em tese, ele estaria ligado, na qualidade de sujeito passivo ou ativo, podendo recorrer a testemunhos de fontes documentais ou pessoas para preencher eventuais lacunas de sua narrativa marcadamente em primeira pessoa. De forma simples, o memorialista elabora ou cria textos narrando ou documentando fatos partindo de sua memória<sup>212</sup>.

A memória, por sua vez, tem algumas marcas próprias como a imprecisão e o esquecimento. Dessa forma, as práticas do memorialista ao narrar sua fratura de tempo e espaço, além de estarem condicionadas à essas marcas, também se condicionam ao fato do narrador da memória eleger a si mesmo ou ao seu ponto de vista como centro de um apanhado narrativo

---

<sup>211</sup> ORTIZ, Renato. *Op. Cit.* 1992. p. 34-37.

<sup>212</sup> MENDES, Maria Lúcia Dias. *No limiar da história e da memória: um estudo de Mes mémoires*, de Alexandre Dumas. 2007. Tese (Doutorado em Letras Modernas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p.36-39.

vivido por ele mesmo, com ou sem a intervenção de relatos de terceiros para suprir as imprecisões ou esquecimentos. Portanto, além da imprecisão acerca dos fatos, outra característica da narrativa elaborada pelo memorialista está no processo inacabado de sua análise, quando se propõem a isso.

O viés inacabado das análises dos memorialistas se daria em razão de determinados fatos desfrutarem de clivagens potencialmente imperceptíveis ao narrador, seja por um deslocamento do espaço onde ocorrem os fatos ou por uma amplitude temporal demasiada extensa e, portanto, escapando-lhe à análise ou documentação. Tais clivagens também podem ser geradoras de acontecimentos futuros os quais, por sua vez, podem alterar os sentidos dos acontecimentos vivenciados pelo narrador e, conseqüentemente, alterar o sentido de sua análise sobre eles.<sup>213</sup>

Sobre os sentidos de análise, é importante ressaltar que os aspectos trazidos até aqui foram selecionados de forma a pensar certas características avistadas na obra de Moraes Filho e, partindo desse avistamento, estabelecer paralelos no campo teórico de forma a tecer uma breve análise entre as partes. Com isso em mente, devo dizer que todos os aspectos trazidos aqui podem ser encontrados, em maior ou menor medida, no texto de Moraes Filho. Em virtude disso, penso que a marca principal de sua narrativa talvez não seja pertencer estritamente em uma ou duas das caracterizações aqui elencadas, mas transitar dentro delas e de outras aqui não listadas como literatura<sup>214</sup>, antiquário ou colecionador.

Acerca da inclusão das últimas categorias no debate, a de antiquário ou colecionador, devo dizer que foram pensadas partindo do tom nostálgico impresso na narrativa de Moraes Filho. Elas operam de forma reveladora. Partindo delas ganhamos a noção de que a narrativa

---

<sup>213</sup>Sobre as categorias de memória e relatos do tempo presente, ver: RICOEUR, Paul. *Memória, história, esquecimento*. 2003. Unicamp, Campinas, 2015. p. 350-352.

<sup>214</sup> Em sua tese de doutorado e alguns textos posteriores, Martha Abreu também destaca a indefinição dos escritos de Mello Moraes Filho e trata como, partindo das contradições de seu próprio tempo, espelhadas em sua escrita, ele conseguiu, através de sua “sensibilidade em relação a esse público popular” até mesmo resgatar a “experiência dos ‘tipos da rua’”. A autora, além de chegar nesse ponto encaminhando sua análise em favor de pensar Moraes Filho dentro do campo da literatura, ela também fornece uma possibilidade interessantíssima de análise a qual leva em consideração a formação de Moraes Filho e a contextualização partindo de outras fontes como descrições de outros memorialistas, viajantes e notícias de jornais para melhor incorrer um estudo histórico acerca das festas, que eram seu objeto de estudo nas obras as quais citarei à seguir. Ver: ABREU, Martha. *O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. 1996. 2v. Tese (doutorado) – UNICAMP, IFCH. Sp. p. 116-121; \_\_\_\_\_. *Mello Moraes Filho: Festas, Tradições Populares e Identidade Nacional*. In.: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, L. A. M. (orgs). *A História Contada*. Capítulos de História Social da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. p. 179-184.

de Moraes Filho em *Festas e Tradições* era construída de forma que parecia se tratar de estabelecer uma luta contra o tempo.

Numa paráfrase de Ortiz, o esforço colecionador identifica-se à ideia de salvação; a missão é agora congelar o passado, recuperando-o como patrimônio histórico. Congelar provavelmente não seja a melhor palavra, ao menos não no contexto de Moraes Filho, ao mesmo tempo que dar outro sentido às suas ações em *Festas e Tradições* (1901) tem influência direta na percepção do que lá está escrito pois, isso implicaria dizer que por toda a obra incorre o mesmo intuito e, como já explicado aqui, a obra na verdade deve ser vista como um grande compilado de artigos publicados em jornais e outros livros.

Alguns podem advogar que meu argumento pode ser esvaziado, em maior ou menor medida, ao colocarmos em pauta o caráter de seleção que o construir uma obra traduz. Ou ainda que o livro não se trata de uma publicação compulsória de todos os artigos já publicados por Moraes Filho em um periódico ou livro específico, o que, novamente, implica no caráter de seleção por parte do autor. A estes dois grupos, elucidarei algumas coisas. Primeiramente, os textos do livro, não obedecem a nenhuma ordem cronológica quando comparados aos artigos originais publicados em outros veículos, somente há um arranjo temático entre “Festas populares”, “Festas religiosas”, “Tradições” e “Tipos da Rua”. Entretanto, é necessário salientar que mesmo esse arranjo temático, aparentemente idealizado pelo autor, não se trata de um arranjo estritamente sólido, de forma que alguns textos poderiam tranquilamente pertencer a outros capítulos ou mesmo, ter um capítulo à parte voltado para eles.<sup>215</sup>

Pensar limitadamente em escolhas, implicaria em pensar que havia minimamente um projeto prévio para a publicação da obra, o que, ao meu ver, pode não traduzir uma realidade no caso de Moraes Filho. Afirmo isso sobretudo em razão dos acréscimos na obra, como foi o caso dos Tipos da Rua, da ampliação desse capítulo e de outros no livro. Isso pode querer dizer que havia, não um caráter inacabado da obra, mas um caráter de constante ampliação ou refino, tanto da obra, quanto do projeto o qual essa obra estava inserida. Em outras palavras, esse caráter de ampliação, pode também implicar que o projeto o qual a obra foi desenhada, em

---

<sup>215</sup> Talvez o caso mais gritante seja o “Lucas da Feira”. A narrativa desse artigo trata da vida de crimes de um sujeito chamado Lucas da Feira que, após cometer diversos crimes, foi delatado por um companheiro e, em seguida enforcado. Curiosamente, esse artigo ocupa o capítulo de *Tradições*, não o dos Tipos da Rua. O capítulo de tradições também possui outros artigos de temática diversa como *Motins da Anarquia*, *Na terra e no Mar* e *O navio negreiro*. Para mais informações sobre as narrativas aqui elencadas, favor consultar o respectivo capítulo de tradições na referida obra de Moraes Filho.

algum ponto, também foi ampliado, extrapolado ou mesmo que poderiam haver diversos projetos diferentes entre si e, ao mesmo tempo, complementares entre si.

Ademais, há a possibilidade das categorias dispostas pelo autor<sup>216</sup> serem, na verdade, projetos diferentes entre si<sup>217</sup>. Construir essa possibilidade denota necessariamente afirmar que, a obra não se trata de um projeto monolítico, mas, como assinalado anteriormente, de uma série de projetos pensados para coexistir e coabitar um mesmo lugar, sem que, necessariamente, haja disputa ou conflito entre eles, mas sim uma presumível complementaridade. Mais que isso, caso sigamos em direção a pensar qual projeto se desenvolve no livro, o único projeto “monolítico” muito provavelmente seja dado polissemia de projetos coexistentes na obra, uma definição pela indefinição. Por isso, pensar somente em favor da seleção de artigos da obra de forma a serem encaixados no projeto, o qual primeiramente o livro se desenhava ou buscava atender, pode ser insuficiente para compreender os arranjos da obra. Considero que há uma necessidade de, em estudos futuros para uma melhor compreensão da obra, identificar esses projetos nela e como eles se apresentam.<sup>218</sup>

Em virtude da polissemia observada em Moraes Filho, Martha Abreu em alguns de seus trabalhos opta por caracterizá-lo, dentre outras coisas, como um historiador memorialista<sup>219</sup>, conferindo, apesar dos juízos de valor, imprecisões e a falta de rigor em seu registro, um caráter científico tanto à obra e ao trabalho do autor.<sup>220</sup> Em dado ponto, a autora identifica como um problema a compreensão do “papal do autor baiano no mundo intelectual

---

<sup>216</sup> Festas populares, Festas religiosas, Tradições e Tipos da Rua,

<sup>217</sup> Adiantando uma parte da argumentação de um dos próximos capítulos, algo que me deixou extremamente curioso nos *Tipos da Rua* foi o fato que, quando recorri aos jornais visando encontrar possíveis alterações entre textos lá publicados versus textos publicados no livro, alguns dos artigos encontrados foram publicados em colunas de diferentes nomes e que suscitavam objetivos diferentes, ou seja, dois diferentes projetos, falo aqui da coluna Rio de Janeiro Subterrâneo e da coluna Tipos da Rua. A primeira visava desempenhar um estudo da psique dos tipos lá alocados, já a segunda, era um registro do cotidiano de determinados sujeitos que marcaram as ruas do Rio de Janeiro desde a metade do XIX.

<sup>218</sup> Conforme avanço na pesquisa, mais estou convencido de que a compreensão de artigos dentro da obra amplia demasiadamente o campo das possibilidades e oferecendo poucas certezas ao leitor. Não que isso seja algo ruim, afinal de contas, é da dúvida que surgem coisas novas, entretanto, confesso que às vezes, ao menos até o presente momento que escrevo essa nota, sinto falta de algumas certezas no estudo dessa obra, ao mesmo tempo em que fico maravilhado em pensar a diversidade de possibilidades de interpretações que essa fonte pode oferecer ao leitor.

<sup>219</sup> ABREU, Martha. *O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. 1996. 2v. Tese (doutorado) – UNICAMP, IFCH. Sp. p.130; \_\_\_\_\_, *Mello Moraes Filho: Festas, Tradições Populares e Identidade Nacional*. In.: CHALHOUB, Sidey; PEREIRA, L. A. M. (orgs). *A História Contada*. Capítulos de História Social da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. p. 182.

<sup>220</sup> Conferir aos escritos de Moraes Filho caráter científico não significa atrelar seu pensamento ou seus escritos ao cientificismo, muito comum nos escritos de intelectuais de sua época. Trata-se de atribuir um caráter de estudo atrelado à diversas ciências, incluindo, mas não se limitando, a ciência dos estudos sobre o folclore, que se desenhava na época, e também à história como, apesar das imprecisões e “falta de rigor” em seus relatos.

brasileiro do período” e estabelece alguns paralelos e diferenças com um autor francês que, tal qual Moraes Filho, era apaixonado pela cultura popular.

Certamente, podemos ler o texto de Moraes Filho através de seu saudosismo e nostalgia, além da noção de resgate, que também não deve ser ignorada como parte do motor que gera a obra, por isso, pessoalmente, tendo à concordar com a argumentação da autora. Entretanto, quando Ortiz, de forma muito assertiva trata que os estudiosos do folclore, ao menos conceitualmente, estariam muito próximos aos intelectuais de província descritos por Gramsci. Por conseguinte, estariam atrelados à uma “noção de resgate, caminhando contra as correntes do tempo e da história”, procurando através de suas ações “armazenar, em seus museus e bibliotecas, a maior quantidade possível de uma beleza morta”.<sup>221</sup> Esse encaminhamento de Ortiz, me faz atentar a uma categoria complementar à tratada por Abreu, a de intelectual.

Não visio aqui classificar como algo de maior ou menor importância categorias como intelectuais ou historiadores, folcloristas ou memorialistas e afins, pelo contrário. Penso que diversos sujeitos, em diferentes épocas podem ter se valido da multiplicidade de conhecimentos que adquiriam ao longo de suas vidas para transitar em determinados lugares, acumulando funções, posições, de forma a criar uma interlocução entre públicos variados e a cultura de sua época. Esse grupo de sujeitos pode ser pensado como integrante da categoria criada por Ângela de Castro Gomes, intelectuais mediadores.<sup>222</sup>

A categoria inaugurada por Gomes trata justamente dessa possibilidade de analisar práticas culturais de difusão e transmissão que, sob sua ótica, fazem circular determinados produtos culturais em grupos sociais mais amplos e não especializados. Ainda segundo a autora, esses intelectuais seriam fundamentais para compreender como determinados bens culturais, quando recepcionados ou conhecidos pela sociedade ganham novos sentidos pois, ao que parece, a autora propõe que a categoria de intelectuais mediadores seria uma das responsáveis pela comunicação da esfera da cultura com a esfera social.<sup>223</sup>

Confrontando Ortiz e Gomes em direção a Moraes Filho e *Festas e Tradições*, mais especificamente em direção aos “Tipos da Rua”. É possível que, diferentemente do que propõe Ortiz, não se tratava de “armazenar, em seus museus e bibliotecas, a maior quantidade possível

---

<sup>221</sup> ORTIZ, Renato. *Op. Cit.* 1992. p.40.

<sup>222</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Editora José Olympio, 2016.

<sup>223</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Op. Cit.* 2016. p. 26.

de uma beleza morta”. Pode se tratar da resignificação de sujeitos, cuja própria existência era negligenciada, em bens culturais, como propõe Gomes, retirando suas existências da efemeridade e lhes conferindo outro caráter aos olhos da história.

Por fim, penso que a melhor chave teórica para a leitura de Moraes Filho seja a categoria proposta por Gomes de intelectual mediador, em razão da polissemia de sua escrita, de sua obra e de sua trajetória enquanto intelectual. Já sobre a possibilidade de utilizar essa categoria para que possamos dar um sentido de leitura aos “Tipos da Rua” sem perdas de qualquer espécie, talvez seja assunto mais delicado.

Como já debati aqui, há uma série de hiatos sociais que proporcionam tanto a possibilidade que esses sujeitos existam, assim como há uma série de arranjos sociais operados por esses sujeitos para que possam sobreviver, ainda que se encontrem em situação de desalento. Quanto a necessidade que Moraes Filho traz consigo em registrar suas trajetórias, há vários pontos possíveis que podem ter servido de gatilho para o processo de registro dos “Tipos”, que não se resumiu somente aos Tipos da Rua que se encontram na edição definitiva de *Festas* (1901). O falecimento de seu pai, por exemplo, pode ser um dos gatilhos, isso pensando uma ideia de dar continuidade ao legado de um trabalho não finalizado pelo seu pai. O argumento pode encontrar mais base ao nos reportamos aos primeiros textos sobre os Tipos, no *Brasil Histórico* já em 1882.

Entretanto, mesmo essa conjuntura de fatos, o jornal onde os textos são publicados ao longo das últimas décadas do XX, sua organização em um livro que foi reeditado e ampliado sucessivas vezes, ao meu ver, ainda não fornecem possibilidades precisas de um caminho uníssono que os Tipos possam ser lidos ou analisados. Pelo contrário. Somente ressaltam a necessidade que sejam pensados como parte de um projeto em comum, desenhado por Moraes Filho, de “patrimonializar sujeitos”<sup>224</sup> à margem da sociedade de seu tempo dentro de um projeto de registrar práticas e tradições, observadas pelo autor como “nacionais”.

---

<sup>224</sup> Tenho acompanhado, nos últimos anos, o crescimento do volume e da qualidade dos debates acerca do patrimônio cultural brasileiro. Considero que o campo tem tido importantes avanços, sobretudo com o volume crescente de patrimônio cultural de Matrizes Africanas sendo acrescentado, tanto aos livros de Tombo, quanto aos livros de Registro. Nesse sentido, a noção de patrimonializar sujeitos perpassa aqui pela noção que, dentro da área do patrimônio, é conhecida como registro. Compreendo que, atualmente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional conta com os seguintes livros de Registro: “Saberes”, “Celebrações”, “Formas de Expressão” e “Lugares”, não havendo, ainda, um livro de registro para sujeitos ou forma de se atribuir à sujeitos a categoria de patrimônio, ainda que determinadas trajetórias de sujeitos ou grupos de sujeitos, sobretudo dentro das comunidades de Terreiros e da cultura afro-brasileira, se confundam com a história de determinado bem. Nos casos aqui estudados, penso que esses sujeitos se confundem com estruturas e instituições do seu tempo, e, em última análise, se confundem com a Rua. Por isso, o que eu chamo aqui de “patrimonializar sujeitos” precisa ser pensado não somente como o

## 2.4 - Os Tipos da Rua de Mello Moraes Filho

As ruas são como arquivos, verdadeiras bibliotecas da história que pesquiso, escrevo e pela qual sou apaixonado. Ela, afinal, é ancorada em um princípio: crianças, sambistas, funkeiros, amantes desesperados, a beata, a prostituta, a minha mãe, a passista da Mangueira, a filha de Deus e o filho do Diabo, o bicheiro, o empurrador de carro alegórico, o macumbeiro, o portuga do botequim, o Rei Momo, o Menino Jesus do teatrinho da quermesse e a rezadeira suburbana não são objetos da história. São sujeitos dela.<sup>225</sup>

Pensei ser interessante iniciar esse trecho da análise retomando a citação de Luiz Antônio Simas, um dos mais respeitados historiadores a tratar da cultura popular e de rua do Rio de Janeiro em nossa contemporaneidade. Nesse trecho, Simas elenca boa parte dos personagens que no cotidiano habitam as ruas e em seguida lança sua proposta de análise para pensar o “Corpo Encantado das Ruas”, ou seja, todos os sujeitos que transitam pela rua, sendo esta última, em suas palavras, um arquivo ou verdadeiras bibliotecas da história, não são objetos da história, são sujeitos dela.

A premissa, a qual mais parece um verso de insurgência de Simas acerca de pensar determinados sujeitos não mais como objetos passivos da história, mas como sujeitos agentes da, e na, história, trata-se na verdade da delimitação epistemológica de seu lugar quanto historiador social e também de sua base metodológica de análise dos sujeitos nas fontes. Mais do que isso, o verso do autor expressa de forma simples e plena uma das preocupações centrais de uma pesquisa de história social.

O objetivo aqui é compreender o processo de construção da unidade “Tipos da Rua” no livro de Mello Moraes Filho, através da proposta de Simas: avistar esses sujeitos não mais como objetos passivos à história de seu tempo, loucos ou doidos, mas como sujeitos históricos que tem sua agência pautada no lugar onde eles ganham sua notoriedade: as ruas.

---

registro dessas pessoas que fazem parte dos “Tipos da Rua” de Moraes Filho. Trata-se de pensar que esses sujeitos detêm tamanha importância ao ponto de que, *Festas e Tradições Populares do Brasil* somente tem sua edição final após o surgimento e complementação dos capítulos da unidade dos Tipos da Rua. Uma vez que compreendo *Festas e Tradições* como uma obra que carrega consigo o intuito de registro de formas de expressões, saberes, celebrações e lugares, compreendo também que o intuito do registro histórico perpassa da mesma forma sobre os Tipos da Rua, o que, dentro dessa ótica, torna esses sujeitos patrimônio das Ruas do Rio de Janeiro para Moraes Filho. Esse processo de avistamento dessa importância desses sujeitos e registro deles, chamei aqui de patrimonializar sujeitos.

<sup>225</sup> SIMAS, Luiz Antônio. O corpo encantado das ruas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2019. p. 109.

Uma vez que se trata de uma unidade com vinte e um textos, parti, primeiramente, de problemas que atravessam os artigos contidos na unidade dos *Tipos da Rua* de Mello Moraes Filho. Em seguida, os sistematizei para melhor visualização e desenvolvimento do estudo.

#### 2.4.1 – Os tipos da rua e o seu contexto:

Durante o processo de pesquisa, a fim de identificar elementos os quais acrescentassem substrato histórico a unidade dos Tipos da Rua, acabei encontrando diversos artigos da autoria de Mello Moraes e Mello Moraes Filho em alguns jornais do XIX que circulavam no Rio de Janeiro. Alguns desses artigos encontrados nos jornais *Tribuna Liberal* e *Brasil histórico* apresentam conteúdo correlato à diversos capítulos da unidade dos Tipos da Rua.

Foram encontrados 208 volumes do jornal *Tribuna liberal*, publicado entre 1888 e 1889 e 89 volumes do *Brasil Histórico*<sup>226</sup>, publicado primeiramente entre 1864 e 1874. Posteriormente, em 1882, o *Brasil Histórico* foi reeditado, ganhando 14 volumes. Sobre as publicações de autoria de Moraes Filho na *Tribuna Liberal* foram localizadas no ano de 1889, inicialmente na edição publicada em 25 de janeiro de 1889. Não foi detectado por mim um padrão de periodicidade na publicação dos artigos assinados por Mello Moraes Filho.

A coluna onde os artigos<sup>227</sup> foram encontrados, estavam alternadamente sob o título de “Folhetim” e “Notas de um cronista”. O título principal do texto também sofria variações

---

<sup>226</sup> O jornal “*O Brasil Histórico: Jornal Histórico, Político, Literário, Científico e de Propagandas Homeopáticas*” foi primeiramente publicado entre os anos de 1864 e 1874, nessa primeira fase os primeiros 20 números da edição do periódico em 1864 contavam com outro título, “Médico do Povo”. O título foi atribuído numa referência ao processo da Conjunção Mineira no qual, segundo relato do Dr. A. J. de Mello Moraes na primeira edição de 1882, o periódico teria contribuído com muitos e importantíssimos requisitos históricos. A primeira edição com o nome de *O Brasil Histórico* disponível na Hemeroteca digital é a de número 21, publicada em 29 de maio de 1864, constando ser publicado semanalmente aos domingos e a autoria do Dr. A. J. de Mello Moraes. Em 1866, o Dr. Mello Moraes lança o primeiro tomo com quase 300(trezentas) páginas pela Tipographia dos Editores no Rio de Janeiro – Rua Sete de Setembro, nº 165, com editoria de Pinheiro & Cia. Em 1867, no segundo tomo constam a autoria do Dr. A. J. de Mello Moraes e editoria de Fauchon e Dupont no Rio de Janeiro – Rua Gonçalves Dias, nº 75, o volume de páginas permanece o mesmo, em torno de 300(trezentas). Não ocorrem mudanças de editoria ou de autoria no terceiro e último tomo, lançado em 1868, somente no volume de página que, dessa vez, fica em torno das 240(duzentos e quarenta) páginas. Nos anos em que são publicados os tomos, consta a assinatura mensal, contudo, é estranho o fato de que nesses anos somente consta um volume com um grande número de páginas, que mais parecem um livro. O jornal volta a ser publicado somente em 5 de agosto de 1873, com a editoria de D. L. dos Santos, editoria essa que segue até a edição de número 13, publicada em 31 de dezembro de 1873. No ano seguinte, 1874, na primeira edição do ano, a de número 14 dessa série, somente consta a autoria de A. J. de Mello Moraes, ganhando somente 09 (nove) edições, sendo a última publicada em 5 de julho de 1874. Já em 1882, algumas das mudanças mais significativas ocorreram com a reimpressão do Brasil Histórico naquele ano, além da editoração e distribuição ficar à cargo dos Srs. Fonseca, Irmão & Souza Lima, donos da Tipographia Camões, houve a adesão de Mello Moraes Filho na autoria do jornal, até então, ele publicava esporadicamente poemas naturalistas em algumas edições e de forma irregular, sobretudo do primeiro ano, 1864. Outra mudança no Jornal foi a supressão das partes que tratavam sobre medicina e literatura no periódico, como já ocorria desde a edição de número 22 do ano 5 do periódico, dando lugar ao que o Dr. Mello Moraes chamou de “documentos históricos inteiramente ignorados”, para oferecer ao leitor “um copioso arquivo de notícia dos primitivos tempos de Brasil”, pois “tem se perdido valiosíssimas monográficas e documentos que esclareceriam os tempos escuros de nossa história”. Ver: *O Brasil Histórico*. Ano V. Edição número 001, 5ª Série. 5 de fevereiro. 1882. p. 02.

<sup>227</sup> Referente aos artigos que integraram a edição definitiva de 1901.

entre “O Rio de Janeiro Subterrâneo”, mais comumente encontrado quando a coluna era denominada “Folhetim” e “Typos da Rua” mais comumente nas “Notas de um Cronista”.

Alguns dos textos encontrados na *Tribuna Liberal* sob a autoria de Moraes Filho faziam referência ao fato de terem sido publicadas total ou parcialmente no *Brasil Histórico*. O dado se confirmou em pesquisas posteriores no referido periódico. Foram encontrados seis textos sobre os Tipos da Rua, todos encontrados em algumas das edições de 1882, ano que marcou a reimpressão do *Brasil Histórico* com a participação de Mello Moraes Filho na redação do periódico, o qual teria somente 14 edições nesse ano, possivelmente em razão da morte do Dr. Alexandre Jose de Mello Moraes, pai de Mello Moraes Filho. Seguem os dados:

Edição	Data	Título do artigo	Assinatura	Consta no livro
3	19 de fevereiro de 1882	Filósofo do cais - Barão de Schindler	Não consta	Sim/ idêntico
4	26 de fevereiro de 1882	O Repolho roxo - padre Antonio Joaquim	Não consta	Não
5	12 de março de 1882	O não há de Casar - Brigadeiro Montenegro	Não consta	Sim/ expandido
6	21 de março de 1882	Os Capoeiras	Mello Moraes Filho	Sim/ expandido
7	5 de Abril de 1882	O Policarpo	Não consta	Sim/ expandido
9	29 de abril de 1882	Barreto Bastos	Não consta	Sim/ idêntico

Tabela 1: Tipos da Rua no *Brasil Histórico*

Na tabela estão dispostos cronologicamente os artigos com o título “Tipos da Rua” encontrados no *Brasil Histórico*. Uma constante muito curiosa que pode ser observada é a ausência de assinatura na maioria quase absoluta dos artigos encontrados no jornal, somente o artigo sobre os capoeiras se encontra com a assinatura de Mello Moraes Filho. Não é possível afirmar com clareza a razão dessas ausências. Uma possibilidade seria supor que se tratavam de estudos realizados conjuntamente entre pai e filho. Todavia, quando segui para a *Tribuna Liberal* e alguns dos textos haviam sido publicados novamente, me inquietou o fato de que somente o artigo sobre o “Filósofo do Cais – Barão de Schindler”, sem assinatura no *Brasil Histórico* foi identificado no *Tribuna Liberal* como de autoria do Dr. Mello Moraes o que me leva a crer que, ou ele assumiu parte dos textos para si quando o seu pai faleceu, ou que de fato alguns dos textos tenham sido construídos de forma conjunta entre ambos.

Algo que muito me intrigou durante a pesquisa foi o processo de tentar encontrar conexões entre o tema publicado e o grande panorama histórico, algum fato marcante retratado em jornais de maior circulação nos dias anteriores ou mesmo na semana para justificar o tema escolhido na coluna de Mello Moraes Filho e, simplesmente não ter sucesso.

Seguindo novamente para a Tribuna Liberal, tratei então de mapear possíveis publicações as quais pudessem ser de autoria de Mello Moraes Filho, numa tentativa de atribuir matéria histórica ao que ele escrevia em outros momentos. Dessa forma, o primeiro parâmetro de pesquisa foi localizar através da ferramenta de busca da Hemeroteca Digital o nome “Mello Moraes” em publicações, e em seguida, refinar essa busca para encontrar os Tipos da Rua. Durante esse processo de busca, mecanicamente foram encontradas cento e setenta e cinco referências para “Mello Moraes” entre os dois anos (1888-1889) de publicação e mais de 200 volumes da Tribuna Liberal digitalizados pela Biblioteca Nacional. As referências encontradas para os Tipos da Rua ultrapassam cinquenta.

Mais tarde percebi ainda que, na coluna intitulada “Notas de um Chronista”, na Tribuna Liberal, na qual ele publicou ao longo de 1888 grande parte de seus textos de dezembro a assinatura de Mello Moraes Filho era simplesmente “M. M.”<sup>228</sup>, assinatura essa que apareceu em larga parcela das trinta primeiras edições, o que contabilizou ao menos mais quinze menções aos *Tipos da Rua*.

Uma vez que a quantidade de menções, ainda que com os cruzamentos de referências, revelou-se de um volume surpreendentemente expressivo, buscando refinar as referências pautei por encontrar manualmente os títulos da unidade Tipos da Rua na Tribuna Liberal. Dessa vez, foram encontrados dezessete dos vinte e um títulos. Numa tentativa de pensar locais possíveis da publicação dos cinco títulos faltantes, busquei nas obras de Mello Moraes Filho algumas referências que pudessem localizá-las em jornais ou outros veículos de publicação como revistas e folhetins, contudo também não tive sucesso.

---

<sup>228</sup> A mesma assinatura incorre em todas as trinta primeiras edições da Tribuna Liberal, publicadas ao longo de dezembro de 1888, exceto a segunda edição a qual traz a segunda parte de uma crônica intitulada “Rios da Cidade”, e a edição de número 25, com o tema da crônica voltado à noite de natal, onde podemos encontrar a assinatura de “Mello Moraes Filho”. Na edição de número 19 não foi encontrada nenhuma coluna. Na obra *Festas e tradições – tradicionalismo*, há um artigo semelhante sobre a noite de natal, o artigo também se encontra na edição definitiva de Festas e tradições, todavia sofreu ampliações. Todavia, só tive certeza em atribuir o M. M. a Mello Moraes Filho se dá pelo texto publicado na edição de número 14, publicada em 14 de dezembro de 1888. Nessa edição o autor trata que reservaria para “o Rio de Janeiro Subterrâneo o estudo da psicologia” de indivíduos de certas classes. As publicações do Rio de Janeiro Subterrâneo foram anunciadas pela primeira vez em 25 de dezembro e a autoria das publicações foi atribuída à Mello Moraes Filho. Ver respectivamente: Tribuna Liberal. Rio de Janeiro. 2, 25, 19 e 14 de dezembro de 1888. p.2.

Os títulos não encontrados na *Tribuna Liberal* foram respectivamente: “Castro Urso”, “O Príncipe Natureza”, “O Maia da Praia Grande”, “O Dr. Pomada” e “O Príncipe Obá”. Tais capítulos, coincidentemente ou não, não apareciam nas primeiras edições, surgindo na edição final de 1901 de *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Ao perceber essa questão, comecei a me indagar sobre a validade de encontrar umnexo entre notícias do cotidiano nas colunas de jornais em datas próximas das publicações dos textos acerca dos Tipos da Rua publicados e o conteúdo dessas colunas sobre esses Tipos.<sup>229</sup>

O momentâneo insucesso desdobrou-se em uma série de questões acerca da forma de produção do conteúdo no livro e também sobre o que a seleção do que lá está implica, tendo em vista os outros artigos produzidos e não selecionados para o livro, alguns acréscimos e exclusões sofridas pelo texto de certos capítulos da unidade e, por último, o processo de implementação e ampliação que a unidade sofre na obra. O problema ganha maiores proporções quando, ainda seguindo o rastro das publicações, encontrei alguns textos que ocupam a unidade dos Tipos da Rua publicados em 1882 no jornal *O Brasil Histórico*<sup>230</sup>, escrito por Mello Moraes Filho e seu pai.

Nesse sentido, retomo o objetivo do capítulo e o coloco como uma pergunta: de que ponto iniciar um processo de contextualização histórica de uma série de textos, primeiramente publicados em jornais, os quais não possuem umnexo direto com notícias do cotidiano de onde foram publicados, foram reeditados algumas vezes e publicados em diferentes lugares ao longo de, até onde eu pude identificar, duas décadas?<sup>231</sup> Em poucas palavras, como contextualizar historicamente um conjunto de textos sem provas de que havia de fato algumnexo entre a realidade testemunhada naquele momento e o que estava sendo descrito?

---

<sup>229</sup> Outra razão que me fez questionar esse nexos foram os fragmentos de acontecimentos históricos que, por vezes, surgiam na narrativa, fazendo com que trechos da origem do texto pudessem ser localizados cronologicamente distantes do período em que foram publicados. Por exemplo, o Thomaz Cachaço. Sua narrativa ao tratar da ligação do personagem com o tráfico de escravos do Valongo, e seu falecimento em 1852, obviamente o situa na primeira metade do século XIX no Rio de Janeiro. Entretanto, segundo Silvio Romero, na introdução de *Quadros e Chronicas* de Mello Moraes Filho, Romero afirma que Moraes Filho nasce na Bahia em 1844, vindo para o Rio de Janeiro em 1853 o seu texto é publicado pela primeira vez em 09 de fevereiro de 1889 na *Tribuna Liberal*.

<sup>230</sup> O jornal *O Brasil Histórico*: Jornal Histórico, Político, Literário, Científico e de Propaganda Homeopática – RJ.

<sup>231</sup> A primeira coluna sobre os Tipos da Rua foi encontrada no jornal *O Brasil Histórico* em 19 de fevereiro 1882, uma coluna sobre o Barão de Schindler, conhecido como o Filósofo do Cais. Tal figura, segundo o relato de Mello Moraes Filho, teria sido um membro da família real alemã que teria sido mandado para o Rio de Janeiro em 1824 como soldado e após a notícia do falecimento de sua prometida esposa se tornou andarilho, foi diversas vezes encaminhado à casa de correção penal e faleceu em decorrência de uma “febre perniciososa” abril de 1855. Ver: *Typos da Rua: O Phylosopho do Caes. In.: O Brazil Histórico*, 19 de fevereiro de 1882. p. 4.

A resposta para parte do problema talvez esteja na proposta metodológica de Carlo Ginzburg exposta na introdução e no apêndice de *O Fio e os Rastros*<sup>232</sup>. Trata-se de trabalhar com os vestígios, elaborando um campo de possibilidades acerca do que se propõe analisar, de forma que eles possam fazer sentido tanto nos macrocampos quanto nos microcampos da narrativa histórica. Talvez mais que isso, trata-se de compreender o nexos que os vestígios deixam para explicar as contendas acerca das representações inseridas dentro de um projeto de tradições e costumes populares. Esse conjunto de representações, por sua vez, para além de festas, ritos e costumes, concentram um conjunto de narrativas sobre personagens à margem da sociedade naquele momento da história.

Voltando à citação de Simas, a qual foi epígrafe da presente unidade, numa tentativa de reunir fragmentos de matéria histórica para trazer esses sujeitos da rua para o texto, construí uma pequena tabela de forma a otimizar a visualização dos dados sobre os sujeitos presentes do texto de Mello:

---

<sup>232</sup> GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Título - livro	Nome	Sexo	Cor	Título - Tribuna Liberal
Capoeiragem e Capoeiras célebres	-	-	-	O Rio de Janeiro Subterrâneo
O capitão Nabuco	"J. C. Nabuco"	Masc.	-	O Rio de Janeiro Subterrâneo
O Estrada de Ferro	Emiliano	Masc.	<b>Negro</b> – “crioulo”	Tipos da Rua
O Filósofo do Cais	João Adalberto Matias - Barão de Schindler	Masc.	Branco – “Alemão”	Tipos da Rua
A Forte-Lida (Manta de Fogo)	-	Fem.	<b>Negra</b> – “Trigueira”	Tipos da Rua
O Miguelista	-	Masc.	Branco – “Português”	Tipos da Rua
O Policarpo	Policarpo	Masc.	Branco	Tipos da Rua
O Bolenga	Antonio Francisco de Paula	Masc.	(?) – “Pele clara”	Tipos da Rua
O Pica-Pau	-	Masc.	(?) – “Pálido”	Tipos da Rua
O Padre Kelé	Sr. Claudino - Claudino Alves de Lima	Masc.	<b>Negro</b> – “Pardo”	Tipos da Rua
A Maria Doida	Maria	Fem.	<b>Negra</b> – “Parda”	Tipos da Rua
O Praia Grande	-	Masc.	<b>Negro</b> – “Acaboclado”	Tipos da Rua
Barreto Bastos	Barreto Bastos	Masc.	Branco – “Português”	Tipos da Rua
O Chico Cambraia	Chico	Masc.	<b>Negro</b> – “Pardo”; “Cor de formiga”	Tipos da Rua
O "Não há de Casar"	Montenegro	Masc.	“Branco”	Tipos da Rua
O Thomaz Cachaço	Thomaz	Masc.	Branco – “Português”	Tipos da Rua
Castro Urso	Castro	Masc.	“Branco”	-
O Príncipe Natureza	Miguel Manoel Pereira da Natureza	Masc.	<b>Negro</b> – “Africano”	-
O Maia da Praia Grande	Maia	Masc.	<b>Negro</b> – “Pardo acaboclado”	-
O Dr. Pomada	-	Masc.	<b>Negro</b>	-
O Príncipe Obá	Candido Fonseca Galvão	Masc.	<b>Negro</b>	-

Tabela 2: Dados acerca dos Tipos da Rua

Os dados presentes nessa tabela privilegiam, além de uma caracterização breve dos sujeitos através de parâmetros como raça e sexo, resgatar os seus nomes, por vezes negligenciados em narrativas que trazem esses sujeitos como objetos de estudo para embasar determinados argumentos. Seguindo com a tabela, na coluna “cor”, ao lado da leitura contemporânea sobre a cor desses sujeitos, coloquei entre aspas termos utilizados por Moraes Filho para definir a cor dos sujeitos em seu texto.

Onde se lê “Título - Tribuna Liberal” trata-se de um breve cruzamento de dados onde tratei de mapear dentro da *Tribuna Liberal* o título da coluna onde eram publicados os textos, a fim de identificar, quando possível. O objetivo da coluna ao fazer esse cruzamento de dados foi facilitar o processo de leitura e análise dos conteúdos das colunas e, conseqüentemente, da unidade dos *Tipos da Rua*. Assim sendo, na primeira coluna, da esquerda para a direita, ordenei os capítulos na mesma forma que do livro, ainda que não corresponda cronologicamente a ordem de publicação na *Tribuna Liberal*. Na segunda, trouxe os nomes dos sujeitos, em seguida seu sexo, cor e por último o título da coluna quando identificada na Tribuna Liberal, como já dito anteriormente.

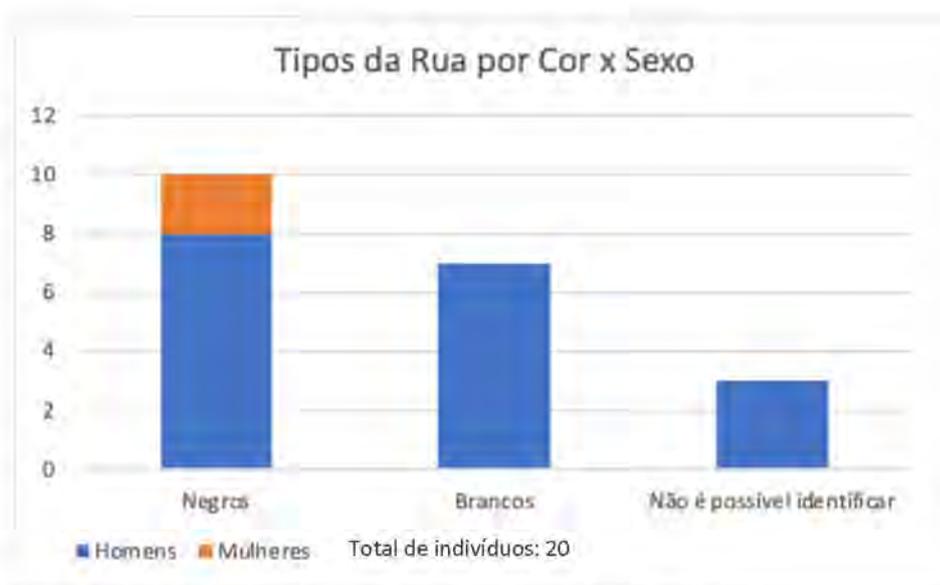


Gráfico I: Contagem de indivíduos por cor e sexo na unidade *Tipos da Rua*

Dos vinte<sup>233</sup> indivíduos listados na tabela acima, temos apenas *duas mulheres*, ambas negras: Forte-Lida e Maria Doida; dentre os dezoito homens, temos *oito negros* (um dos quais

<sup>233</sup> Deixo de lado na quantificação da tabela e do gráfico a primeira unidade do capítulo dos Tipos da Rua, *Capoeiragem e capoeiras célebres (Rio de Janeiro)*, por se tratar de um grupo de sujeitos. Ainda que em determinado trecho da narrativa, Mello Moraes Filho se ocupe em trazer uma breve trajetória de um famoso capoeirista, o Mânduca da Praia, não penso que eu

africano): O estrada de Ferro; O Padre Kelé; O Praia Grande; O Chico Cambraia; O Príncipe da Natureza; O Maia da Praia Grande; O Dr. Pomada; O Príncipe Obá; seis brancos (três dos quais portugueses e um alemão): O Filósofo do Cais; O Miguelista; O Policarpo; Barreto Bastos; O "Não há de Casar"; O Thomaz Cachaço; O Castro Urso. Não é possível identificar uma cor através das características oferecidas pela narrativa e/ou não foram encontradas imagens no caso de três indivíduos: Capitão Nabuco; O Bolenga; O Pica-Pau. Em poucas palavras, tratamos aqui de uma maioria de pessoas negras, sobretudo do sexo masculino, as quais tem como seu principal espaço para o reconhecimento de sua existência e história as ruas do Rio de Janeiro.

---

possa contabilizar esse capítulo como um sujeito. Ver: MORAIS FILHO, Melo J. A., *Capoeira e capoeiragem* (Rio de Janeiro). In: *Festas e tradições Populares do Brasil*. Op. Cit. 1901. p. 431-443.

### **CAPÍTULO III – Desafiando narrativas: Relendo sujeitos.**

Após as devidas apresentações mais gerais sobre os Tipos da Rua, penso que seria proveitoso seguir com estudos de caso da referida unidade a fim de aprofundar certas questões a serem desenvolvidas ao longo do capítulo. Sendo assim, tentando melhor viabilizar o estudo, privilegiarei a análise de sujeitos cuja cor foi listada como negra ou sua cor não pôde ser distinguida com base nas informações contidas na narrativa da unidade dos Tipos da Rua.

Compreendo que aqui estamos tratando de sujeitos construídos socialmente como “outros”, avessos à sociedade, alvos de chacota, pilhérias, pedradas e trotes por apresentarem comportamentos em ambiente públicos que eram considerados impróprios ou fora da norma da época, ou ainda por ter características físicas, as quais constantemente eram bestializadas a fim de que fosse mais um argumento em favor da possível deterioração de seu estado mental e psíquico. Todavia é sempre importante lembrar que em diversos estudos ao longo de um largo período de tempo dentro do percurso da historiografia brasileira sujeitos, homens e mulheres, negros e negras tem sido negligenciados, e portanto, os Tipos da Rua que compreendem esse recorte podem ser considerados “os outros dos outros”<sup>234</sup> e *sim*, merecendo seu momento, ainda que breve, de destaque dentro das encruzilhadas das páginas da pesquisa que escrevo.

A principal preocupação das próximas unidades de texto é, partindo da narrativa desenvolvida por Moraes Filho, apresentar estudos de caso sobre alguns dos Tipos da Rua, de acordo com o recorte explicitado no parágrafo anterior, acrescentando substrato histórico às suas trajetórias. Contudo, não se trata de realizar uma extensa biografia acerca deles, mas de, tomando como ponto de partida a narrativa de Moraes Filho, cruzando informações e dados com outras fontes relacionadas diretamente aos sujeitos, ao autor ou ao contexto que estão inseridos, oferecer ao leitor a possibilidade de extrapolar a leitura feita por Moraes Filho nos anos finais do XIX e corroborada por estudos históricos realizados nas últimas décadas.

Por fim, além dos sujeitos de cor e sem cor identificada, dos quais a minha pesquisa conseguiu localizar mais fontes diretamente ligadas às suas trajetórias e ao contexto, que eles estavam inseridos, penso que é necessário também, mesmo que de forma exploratória, tecer algumas considerações acerca das duas mulheres presentes nos Tipos da Rua.

---

<sup>234</sup> Ver: NASCIMENTO, L. S.; DOS SANTOS, M. *A Linguagem da Mulher Negra: Vozes que Transcendem o Silenciamento*. Revista Água Viva, v. 3, n. 3, 31 dez. 2018; MORRISON, Toni. Narrar o outro. In: \_\_\_\_\_. *A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

### 3.1 – Nem só de homens eram povoados os “Tipos da Rua”: A Forte-Lida e a Maria Douda.

No primeiro capítulo, relembramos de forma breve alguns dos narradores das ruas do Rio de Janeiro, dentre eles, Luiz Edmundo e João do Rio, e é com este último que nos lembramos que existem ruas tristes, alegres, ruas de trabalho, ruas de festas, ruas de pecado<sup>235</sup>. Martha Abreu, Sueann Caulfield, Cristiana Schettini<sup>236</sup> nos chamam a atenção do processo de ocupação por parte das mulheres nos espaços públicos e locais de “divertimento” de homens de diversas classes, como a Lapa e o Mangue<sup>237</sup>. Mais do que isso, como a cor e classe dessas mulheres seriam por vezes fator determinante para uma sentença favorável tão logo um crime fosse cometido contra alguma dessas mulheres que escolhiam ou tinham necessidade de ocupar espaços públicos, ou por elas<sup>238</sup>.

Dentro desse breve panorama, trataremos aqui das duas únicas mulheres da unidade dos Tipos da Rua, a Forte-Lida<sup>239</sup> e Maria Douda<sup>240</sup>, afinal, nem só de homens eram povoadas as ruas. As duas mulheres negras desfrutavam de realidades sociais quase que completamente distintas. Tinham em comum, contudo, as pilhérias que sofriam, além dos trotes de natureza muito semelhantes. Iniciemos tratando da “Forte-Lida”, também conhecida como Manta de Fogo:

A história desta mulher talvez fosse um d'esses dramas ignorados que conduzem o protagonista ao suplício da loucura. Por mais que tentássemos, nunca conseguimos descobrir o segredo daquela existência votada aos assobios dos moleques, às apupadas dos meninos, às provocações da vadiagem, que anunciavam-lhe a exibição nas ruas.<sup>241</sup>

---

<sup>235</sup> Cf. DIAS, Luiz Sérgio. *Quem tem medo da capoeira?* 1890-1906. Rio de Janeiro, tese de mestrado, departamento de história da UFRJ, 1993.

<sup>236</sup> CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: 2000

<sup>237</sup> Para um aprofundamento do tema ver: CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: 2000. p.136-147.

<sup>238</sup> Ao longo do quinto capítulo de seu livro supracitado, Caulfield (2000) trata da “importância da cor no sexo e no casamento”, construindo a problemática da raça e classe nos processos de defloramento de mulheres nas primeiras décadas do XX. A autora também trata que alguns juristas da época advertiram que diversas jovens “usavam” a acusação de defloramento como forma de “obter casamentos vantajosos”, todavia, é interessante pensar que há o que podemos chamar de tradição, uma vez que parece se perpetuar desde os tempos da colonização do Brasil, de homens, sobretudo donos de escravos, e mais tarde oriundos de famílias escravagistas, abastadas em violentar sexualmente mulheres não-brancas, leia-se negras, índias, escravizadas e mais tarde também as “pardas” – como trata Caulfield utilizando-se das categorias presentes nos processos. Não digo com isso que homens não-brancos estavam isentos de cometer tais abusos, todavia, quase que certamente não eram estes que saíam impunes de tais crimes, até por conta de suas condições financeiras indubitavelmente não conseguirem arcar com advogado para a defesa, caso o crime fosse denunciado.

<sup>239</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. *A Forte-Lida*. In.: \_\_\_\_\_. *Festas e tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Garnier, 1901. p. 465-467.

<sup>240</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. *A Maria Douda*. In.: \_\_\_\_\_. *Festas e tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Garnier, 1901. p. 487-489.

<sup>241</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. *A Maria Douda*. Op. Cit. p. 487.

Logo nas primeiras linhas do texto em questão, Mello Moraes Filho nos fala acerca do desconhecimento dos suplícios que teriam levado àquela mulher ao que ele chama de “suplício da loucura”. No decorrer da narrativa são apresentadas algumas características da Forte-Lida: “uma mulher de não mais do que quarenta e poucos anos”, viúva de “estatura acima da mediana, magra, trigueira, bexigosa” e de “cabelos grisalhos”.

A associação da Forte-Lida com o que o autor chama de “estado mental de desordem” ou “perda absoluta da razão” está vinculada com o “seu trajar, ainda mais que a sua fisionomia”. Ela vestia uma saia de cores vivas, camisa de renda, uma cinta na qual carregava uma argola e uma chave de tamanho grande. Por cima de um de seus ombros um xale que chegava à altura de sua cintura, provavelmente também em cores vivas, sobretudo amarelo, laranja e vermelho, o que teria lhe conferido o segundo apelido, “Manta de Fogo”. À mão, no mesmo lado em que carregava sua manta, trazia consigo uma vara de marmelo com a qual Moraes Filho alega que Forte-Lida se defendia das pedradas e gritarias dos moleques, sobretudo nos dias em que ia ao Tesouro para receber uma pensão deixada pelo falecido marido.

Outra característica curiosa da Forte-Lida diz respeito à sua companhia quando nos espaços públicos. Para além “dos moleques, meninos e provocações da vadiagem”, por vezes ela estava acompanhada de uma escrava presa por uma corda no pescoço<sup>242</sup>. No momento em que o autor traz essa característica da Forte-Lida ele parece ter o intuito de sugerir ao leitor o fato de que apesar da “alienação” a qual ele atribui a Forte-Lida, ela “tinha alguma coisa de seu”, alguma propriedade, o que incluía também uma casa na rua Matacavalos<sup>243</sup>. Não fica explícito se o fato dela trazer a escrava amarrada pelo pescoço é, dentro da narrativa, um fato que corrobore para que Moraes Filho ratifique o seu diagnóstico de alienada à Forte-Lida, ou uma forma a mais de demonstrar que, apesar de sua alienação, ela possuía alguma saúde financeira ou ambas alternativas.

Lembremos então que falamos aqui da segunda metade do século XIX, tendo aqui como marco, segundo Moraes Filho, que o falecimento de Forte Lida teria ocorrido “muito tempo após a Guerra do Paraguai”. Falamos de um Rio de Janeiro com alta presença de sujeitos negros escravizados; uma época a qual, ainda que a adesão aos movimentos abolicionistas tenha crescido expressivamente, era fato extremamente comum que pessoas ainda possuíssem

---

<sup>242</sup> “A Forte-Lida Residia em Matacavalos; era viúva, tinha alguma coisa de seu, e andava às vezes acompanhada de uma escrava sostida por uma corda no pescoço”. Cf. MORAES FILHO. Melo J. A. *A Forte-Lida. Op. Cit.* p. 465.

<sup>243</sup> Atual rua Riachuelo em Santa Teresa – Rio de Janeiro.

escravizados<sup>244</sup> e, como expressei no parágrafo anterior, o fato de exibir publicamente uma escrava pode sim denotar a necessidade dela ostentar marcadores de diferenciação social por ser uma mulher, viúva, “trigueira”<sup>245</sup> e considerada socialmente como alienada.

Ou seja, apesar dessas caracterizações estereotipadas da Forte-Lida, ela fugia do estado social de empobrecimento de larga parcela das “pessoas de cor” daquela época. Em outras palavras, a narrativa abre outras possibilidades de análise, que não só a alienação. Devemos lembrar que antes de tudo, como disse Machado de Assis em uma de suas crônicas<sup>246</sup>, a maior característica das pessoas é viver com o seu tempo. Portanto, longe de ser uma contradição, trata-se de uma pessoa vivendo as experiências de seu próprio tempo.

A problematização mais apurada acerca desse relato, ao meu ver, deveria ser quanto ao tipo de sociedade que é construída para normatizar o elemento servil, e que sujeitos corroboram para que essa normatização se perpetue ao longo de mais de trezentos anos. Mais do que isso, como, partindo dessa normatização, mesmo “pessoas de cor”, ainda que se vejam com alguma semelhança à quem é escravizado, não ousou chamar aqui tal semelhança de consciência racial ainda que me pareça uma possibilidade demasiadamente idiossincrática e plausível, mantém e exibem escravizados(as) como forma de demonstrar ou ostentar símbolos de diferenciação social, garantir passagem.

Podemos aprofundar ainda mais essa crítica e tecer possibilidades para esse relato. Recapitulando os elementos que temos sobre a Forte-Lida, uma mulher, viúva, “de cor”, com uma residência fixa, que segundo a narrativa indica, era mais comumente vista quando se encaminhava para o Tesouro a fim de receber certa quantia em dinheiro deixada na forma de pensão pelo falecido marido.

Se, por diversos fatores, já era perigoso para uma mulher transitar sozinha pelas ruas nas primeiras décadas do XX, imaginem ao longo da segunda metade do XIX, onde a rua passa

---

<sup>244</sup> Um exemplo muito interessante da própria fonte é o da família França Leite. Quando Moraes Filho (1901, 455-457) trata do Estrada de Ferro, ele relembra que o estrada de ferro e sua mãe, a escrava Rosa, pertenciam a família França Leite e que, em dado momento quando o Estrada de Ferro ganha uma quantia considerável na loteria e solicita ao Major França Leite que tal quantia fosse trocada pela sua liberdade

<sup>245</sup> Segundo o *Dicionário da língua portuguesa* de Antônio de Moraes Silva, a palavra “trigueiro” aparece com o significado de “pouco branco, cor de mulato, negro amulatado ou tirante a pardo”. De forma complementar, ao buscar o dicionário *Piberam*, trigueira é um adjetivo feminino referente a que ou quem é da cor do trigo maduro, podendo ser utilizado como sinônimo de “morena”, em outras palavras negra de pele clara. Ver respectivamente: SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. Editora - Empresa Litteraria Fluminense, Rio de Janeiro. 8ª Ed. Vol. 3. 1890; <https://dicionario.piberam.org/trigueira>. Acesso em 19/05/2020

<sup>246</sup> Ver: *Balas de Estalo*. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14 de março de 1885. p. 2.

por um enorme processo de ressignificação<sup>247</sup>, qual o lugar de uma mulher de cor, desacompanhada, portando, em determinada data do mês, uma quantia significativa de dinheiro? Talvez portar-se como desequilibrada pudesse ser na verdade uma estratégia a fim de evitar roubos e furtos uma vez que se tratava de uma viúva que, aparentemente morava sozinha e trazer consigo uma escravizada seriam formas de obter companhia e, de alguma forma, segurança, também evitando roubos quando fosse receber a pensão de seu falecido marido.

A segunda mulher presente nos Tipos da Rua é Maria Doida<sup>248</sup>, uma viúva, negra, com cerca de cinquenta anos. Constantemente usava roupas pretas, “três ou quatro saias, duas camisas e diversos pares de meia”, sempre com uma trouxa com mais roupas para uso e um embrulho de papel com tabaco. Em sua cabeça, dois longos cachos de cabelos finos e grisalhos os quais, segundo Moraes Filho, “contrastavam sensivelmente com a sua cabeleira dura e incorrigível, de verdadeira mestiça”.

Dizem que a pobre da velha perdera a razão em consequência de lhe haverem roubado algum dinheiro, que lhe deixara o marido.  
Seja como for, essa infeliz andava de casa em casa, visitando esta ou aquela família, passando dias aqui e ali, comendo, bebendo e dormindo onde a levava o acaso.<sup>249</sup>

A respeito do motivo de sua pecha de louca, o autor não explica a razão a qual Maria teria, em suas palavras, perdido a razão, atribuindo a terceiros o relato de que sua loucura foi acarretada pelo roubo de algum dinheiro que seu falecido marido teria lhe deixado. Tal roubo faz com que Maria torne-se uma andarilha, ganhando abrigo e comida em diferentes casas nas quais tratava de lavar e secar seu enxoval enquanto fumava tabaco.

[...] encaminhava-se para o quintal, abria a trouxa, mudava a roupa suja, pedia sabão, e lavando o enxoval o estendia em cordas, nos corredores, nas áreas, nas janelas, sempre falando, sempre tomando rapé.  
No meio dos desarrazoados, saía-se com pilhérias que faziam rir as pedras.  
A meninada, já se sabe, cercava-a; as moças divertiam-se à sua custa, e as donas de casa ficavam de sobreaviso com as suas levadas.<sup>250</sup>

---

<sup>247</sup> Segundo Maria Tereza Chaves de Mello em *A República consentida*, a rua passa por um processo de ressignificação desde a segunda metade da década de 1870. Esse processo gera uma série de disputas pelo espaço público entre forças antagônicas as quais, em maior ou menor medida, também poderiam estar espelhadas nos conflitos entre forças políticas, sobretudo republicanos e liberais versus monarquistas. Portanto, a rua, tida como ambiente relegado ao universo do profano, dos escravos, vadios e prostitutas, passa a ser compreendida também como um espaço para uso e exposição de saberes, ideias, e pensamento crítico. MELLO, M. T. C. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV/Edur/ampuh, 2007. p.52-62

<sup>248</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. *A Maria Douda*. In.: \_\_\_\_\_. *Festas e tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Garnier, 1901. p. 487-489.

<sup>249</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. *A Maria Douda*. In.: \_\_\_\_\_. *Festas e tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Garnier, 1901 p. 487.

<sup>250</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. *A Maria Douda*. In.: \_\_\_\_\_. *Op. Cit.* 1901. p. 488.

Ainda segundo Moraes Filho, outra característica de sua narrada alienação seriam os repentes e “frases equivocadas”:

Um dia, a Maria Doida, que passava a semana com a família F . L<sup>251</sup>, investe pela escada do quintal, aproxima-se da Sra. D... que se achava na varanda com suas filhas, e lhe diz, arrepiando-se toda: — Sinhá dona, sabe de uma coisa?  
— Ora, Senhora dona Maria...  
— O seu peru me galou!  
— Pelo amor de Deus, deixe-se de inconveniências...  
— Escute, retorquiu ela. Eu estava agachada, lavando os meus paninhos...  
— Cale a boca, senhora.  
— E veio o seu peru... arrastou a asa... trepou no meu ombro... e batendo com o bico na minha cabeça, fez: *toc!*  
A mãe e as filhas não puderam conter as gargalhadas.  
— Já vê, portanto, afirma ela, que seu peru me galou!<sup>252</sup>

Temos aqui um breve trecho do final do capítulo que trata sobre Maria. Nele, Moraes Filho resgata a passagem de nossa personagem pela casa da família F. L. na qual Maria diz ter sido fecundada por um peru através de uma bicada em sua cabeça enquanto lavava suas roupas. Tal fato, ainda que seja um elemento da narrativa utilizado pelo autor para que o leitor corrobore com o argumento de que Maria era uma alienada ou desequilibrada, pode tratar-se, ao menos nesse caso, apenas de uma perceptível falta de conhecimento formal ou científico, que pode ser explicado por outro elemento da narrativa, o fato de ser mestiça e, provavelmente, não ter tido acesso ao letramento ou educação formal.

Não sendo possível encontrar nenhuma outra referência direta sobre Maria em outras fontes, torna-se inviável oferecer ao leitor algum veredito favorável ou contrário a qualquer posição. Em outras palavras, somente com os elementos da narrativa, não podemos simplesmente tarja-la como louca por ter seu dinheiro roubado, não ter residência fixa e proferir impropérios de qualquer natureza, os quais mais revelam uma possível falta de saber formal do que qualquer loucura, perda de razão ou alienação. O caso torna-se mais complexo quando a única associação com algum tipo de comportamento violento em público, trata-se da defesa de “negras e negrinhas” sendo agredidas e apadrinhá-las de alguma forma.

A defesa de “negras e negrinhas” é um fato interessantíssimo acerca da narrativa de Maria. Pensem nisso, para além da possibilidade de ter passagem, abrigo e comida em diversas

---

<sup>251</sup> Suponho aqui que trata-se da família França Leite, que também foi referenciada em outro capítulo do livro, mas por extenso. Todavia, não fica explícita a razão dessa mudança ou do ocultamento do nome.

<sup>252</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. *A Maria Doida*. In.: \_\_\_\_\_. *Op. Cit.* p. 488-489.

casas, Maria é uma figura que defendia publicamente “negras e negrinhas”<sup>253</sup>, quando sofriam agressões, intercedendo, esbravejando e, mais intrigante, sendo acatada. Maria também foi descrita por Moraes Filho como estimada e zelada, o que explicaria o fato de receber abrigo de diversas famílias ou o contrário, o fato de ela ser estimada e zelada somente poderia ser observado partindo do fato que ela ganhava abrigo de diversas famílias.

Fazendo um breve contraponto à Forte-lida, no caso da narrativa de Maria há uma identificação de uma identidade de cor relativa à sua mestiçagem, enquanto o marcador de diferenciação de Forte-Lida é a exibição de uma escravizada em espaço público. Os marcadores utilizados para caracterizar ambas como alienadas são muito próximos, ainda que bastante diferentes. Ambas são viúvas, mas na Forte-Lida, temos a vestimenta, o semblante, e, talvez, o fato de andar com uma vara de marmelo e uma escravizada amarrada pelo pescoço. Já em Maria, além do marcador da vestimenta, temos o fato de ela ser andarilha, buscar abrigo em casas de diversas pessoas e falar coisas consideradas sem sentido as quais, mais revelavam a ausência de sua educação formal do que qualquer estado de alienação.<sup>254</sup>

As tipologias, utilizadas para caracterização dessas mulheres também nos fazem atentar para certas coisas acerca do contexto em que a obra foi produzida. Giovana Xavier<sup>255</sup> ao investigar os usos de algumas tipologias relativas à situação de escravização da população negra lançadas em diversas literaturas, a autora constata a necessidade de que fossem historicizadas e questiona seus usos. Ainda que o principal objeto de seu artigo seja a literatura fictícia, é inevitável que tracemos paralelos com o que a autora desenvolve e o texto de Mello Moraes Filho. Compreendo que a literatura não pode ser tratada como um espelho da realidade, como nos elucidam Erick Auerbach<sup>256</sup>, Toni Morrison<sup>257</sup> todavia, todo processo de escrita, ficcional ou científica trata-se de um processo datado de representação, seja de um indivíduo,

---

<sup>253</sup> No texto não fica explícito se as “negras e negrinhas” tratavam-se de escravas ou libertas, ou faixa etária das mulheres negras a sofrerem agressões, mas talvez denote que Maria já ostentava certa idade avançada em relação às “negras e negrinhas”. Ou seja, além de viúva, de cor, livre, andarilha, Maria poderia ser uma senhora de idade avançada.

<sup>254</sup> Considero que haja ainda a possibilidade que tais “impropérios”, ainda que verídicos, uma possibilidade de entreter quem lhe cedia espaço em suas residências, conquistando assim através do humor, em alguma medida, a empatia de seus benfeitores, vide o fato que ao narrar o ocorrido sobre o peru, Moraes Filho parece ratificar o humor que a família F.L. teria recebido o impropério de Maria.

<sup>255</sup> XAVIER, Giovana. *Entre personagens, tipologias e rótulos da “diferença”: a mulher escrava na ficção do Rio de Janeiro no século XIX*. In: *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, p. 67-83, 2012.

<sup>256</sup> Ver “Introdução”, “A ceia interrompida” e “Posfácio” de: AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. Editora Perspectiva, 1971. pp. I-IX; 345-377;486-489.

<sup>257</sup> MORRISON, Toni. *Narrar o outro*. In.: \_\_\_\_\_. *A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura*. São Paulo: Companhia das letras, 2019. pp. 56-63;

ou grupo, nos quais saliento aqui a questão racial e, nesse momento, de gênero, buscando historicizar brevemente tais representações em Festas e Tradições de Moraes Filho.<sup>258</sup>

Ainda segundo Xavier, ao longo do XIX, tais tipologias são utilizadas por diversos escritores como metáfora de primitivismo, corrupção, dentre outras tantas coisas degradantes, as quais associam diretamente, em maior ou menor medida, o corpo da mulher negra ou de cor como “doente e, portanto, nocivo à saúde de uma nação em construção”<sup>259</sup>. Xavier ainda afirma que a associação de características animais à população negra e escrava, tratou-se de algo muito comum, podendo ser avistado em diversos escritores da época. Tal recurso, relata a autora, se desenvolve devido ao “diálogo crescente entre literatura e ciência”, o qual teria culminado na “construção de tipologias que inferiorizavam o negro”.<sup>260</sup>

Martha Abreu afirma que o pensamento cientificista no meio intelectual sempre se apresentava na companhia de teorias acerca da inferioridade das raças não-brancas e culturas não-europeias, fosse no discurso médico, etnológico ou jurídico.<sup>261</sup> À vista disso, tal pensamento elege determinados expoentes nas últimas décadas do XIX, dentre eles, os estudos literários e folclóricos de Sílvio Romero, de quem Mello Moraes Filho era amigo e discípulo nos estudos folclóricos.

Consideramos, portanto que, longe de serem somente duas “alienadas”, “loucas” ou “desprovidas de razão”, são mulheres negras, viúvas, as quais, através de suas ações, poderiam estar em busca de possibilidades de sobrevivência no cotidiano, seja garantindo abrigo, comida em casas de diversas pessoas, intervindo quando “negras e negrinhas” sofriam agressões nas ruas; ou exibindo publicamente marcadores sociais de diferença para garantir passagem, ainda que aos gritos e chacotas de crianças e jovens nas ruas. Em outras palavras, quando consideramos a possibilidade de que os gestos e ações dessas mulheres não se tratem

---

<sup>258</sup> Ainda que não pense como adequada a inserção de Moraes Filho no campo da literatura, penso que certas referências acabam por instrumentalizar acerca de determinadas balizas teóricas que podemos aplicar na pesquisa, ainda que com certas ressalvas. Por isso, de maneira mais geral, sobre questões acerca da representação como uma função simbólica de apreensão do real e seus usos na história cultural, recomendo a leitura de “A história cultural entre práticas e representações” de Roger Chartier e “Olhos de Madeira” de Carlo Ginzburg, sobretudo os capítulos 1 e 3 que falam sobre estranhamento e representação. Ainda sobre história e literatura, penso que seja proveitoso olhar com atenção às outras contribuições de Ginzburg feitas em *O Fio e Os Rastros*. Ver respectivamente: CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990; GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; \_\_\_\_\_. *O fio e os rastros: Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>259</sup> XAVIER, Giovana. *Op. Cit.* p. 67-68.

<sup>260</sup> XAVIER, Giovana. *Idem.* p. 70-71.

<sup>261</sup> Acerca do pensamento científico ABREU, M. C.. “Mello Moraes Filho, Festas, Tradições Populares e Identidade Nacional”. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Afonso de M.. (Org.). *A História Contada: Capítulos da História Social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 180-182.

de ações da ordem do acaso, mas de escolhas, não estamos mais lidando tão somente com um universo de pessoas enlouquecidas ou com problemas psíquicos, estamos pensando sujeitos históricos que, mesmo com algum grau de desordem psíquica, traçam estratégias complexas de sobrevivência nas ruas do Rio de Janeiro.

### **3.2 – Os vultos irrequietos, vesânicos das ruas: os homens sem cor identificada.**

Em várias épocas notavam-se transitando nas praças e ruas desta cidade, indivíduos cujos nomes ou alcunhas eram populares.

Cada qual, portador de uma característica bizarra, preocupado com uma ideia fixa, trajado deste ou daquele modo, a sua passagem levantava grande alvoroço dos moleques que os perseguiam, vaiavam, apedrejavam, provocando-os, enfurecendo-os.

Eram os Typos da Rua, os maníacos ambulantes a quem o hospício de Pedro II fechava as suas portas, para dar-lhes geralmente por enfermaria e por leito de morte os adros das igrejas e as calçadas das ruas.

Nesse Bando agitado da loucura, alguns havia que se se destacavam pelas exterioridades singulares, por uma psicologia acentuada e curiosa.

Atores sempre pateados no tablado esguio da desgraça, rolavam todos nas valas do Caju, onde iam pedir abrigo piedoso e seguro.

De muitos desses infelizes conserva memória a tradição popular, não sendo raros, porém os que atravessam as cenas da nossa primeira mocidade.

Mas o passado é um vácuo. Quando se está no vácuo fala-se das sombras.

E são sombras que passam irrequietas, vesânicas.<sup>262</sup>

Nesse trecho, extraído da primeira publicação de Moraes Filho sobre os *Tipos da Rua* na Tribuna Liberal no ano de 1889, o autor nos traz um breve panorama do que a coluna analisará em suas próximas edições. De forma breve, como relata o autor, o perfil que temos dos personagens que estariam presentes nos artigos seriam “apenas” loucos(as), maníacos(as) os quais o “Hospício Pedro II fechava suas portas” e que, apesar disso, a tradição popular conservava a memória de sua passagem pelas ruas do Rio de Janeiro.

Se fazem presentes estudos de dezessete homens na unidade, dentre os quais, oito negros: O Estrada de Ferro; O Padre Kelé; O Praia Grande; O Chico Cambraia; O Príncipe da Natureza; O Maia da Praia Grande; O Dr. Pomada; O Príncipe Obá. Alguns dos demais presentes não foi possível identificar sua cor, nem através das características oferecidas pela narrativa nem de imagens ou outras descrições em jornais, revistas e periódicos sobre estes sujeitos. São eles: Capitão Nabuco; O Bolenga; O Pica-Pau.

---

<sup>262</sup> MELLO MORAES FILHO, A. J. Tribuna Liberal. Edição n. 54. Rio de Janeiro. 25 de janeiro. 1889. p.2.

De forma objetiva, tratarei aqui dos três sujeitos dos quais não foi possível identificar a cor. Acerca dos deles, iniciemos com o Capitão Nabuco<sup>263</sup>.

O pedantismo raquítico de nossa sociedade atual não cessa de apregoar o trecho latino *mens sana in corpore sano*, ao mesmo tempo que em desproveito do próprio corpo entulha o cérebro de asneiras, de uma ciência indigesta[...].

Essas considerações que podem ser constatadas a qualquer momento, que se verificam em presença de nossa mocidade entre a qual[...] nos surpreenderam de improviso, ao recordarmos um Hercules de Puget, nas formas e na força – o Capitão Nabuco.

[...]Perguntai aos habitantes desta cidade, cuja idade exceda dos cinquenta anos, quem foi ele, e de noventa por cento ouvireis casos assombrosos de suas lutas atléticas, de sua dinâmica de bronze<sup>264</sup>

O seu relato é um dos mais extensos dentre os *Tipos da Rua* de Moraes Filho. Ele trata sobre um sujeito notório em sua forma física e força, as quais teriam lhe conferido fama internacional e colocado diversos desafiantes à frente, dos quais teria saído vitorioso em sua absoluta maioria, um “Hércules fluminense”. Capitão Nabuco “descendia de uma família ilustre”, filho de um membro do Supremo Tribunal de Justiça. Tornou-se praça no exército e no ano de 1842 fez parte da comitiva brasileira despachada para Nápoles para buscar a futura imperatriz, Teresa Cristina das Duas Sicílias.

O prelúdio do texto sobre o Capitão Nabuco também é o lugar para Moraes Filho se posicionar acerca do que ele compreende como a consequência de um “processo civilizatório incompleto”. Esse processo estaria pautado, ao menos naquele momento e para Moraes Filho, em um saber científico não correspondente às possibilidades que a realidade do local apresentava e, por fim, geraria figuras deformadas, mas em contraponto, gerou o capitão Nabuco, um homem dotado de notória força muscular e com “fortes tendências aos excessos”.

Sentando praça no exército, o cadete Nabuco teve de seguir para Nápoles, fazendo parte da comitiva que foi buscar Sua Majestade a Imperatriz [...].

Desde que chegou ao Rio de Janeiro, o capitão Nabuco atirou-se ao tumulto e aos desregramentos, acompanhado de rapazes destemidos e valentes. Arrojado aos excessos, às imoderações bacchicas [...]. No meio de seus sonhos, de suas fantasias loucas, o seu gênio deixava-se arrastar na torrente dos caprichos que o tornava delinquente.<sup>265</sup>

Em razão de um infortúnio amoroso, quando chega novamente ao Rio de Janeiro, capitão Nabuco atira-se ao tumulto, desregramentos e excessos, acompanhando figuras como a

<sup>263</sup> Para o texto completo ver: MORAES FILHO, Melo J. A. O Capitão Nabuco. *In: Festas e tradições Populares do Brasil*. p. 445-454.

<sup>264</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. O Capitão Nabuco. *Op. Cit.* 1901. p. 445-446.

<sup>265</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. O Capitão Nabuco. *In: \_\_\_\_\_, Op. Cit.* 1901. p. 446-447.

de um famoso capoeirista de sua época, Manduca da Praia<sup>266</sup>. Conta-se que sua carreira militar foi pouco fortuita uma vez que o Capitão Nabuco tinha negação ao que Moraes Filho chamou de “obediência passiva à um labirinto de leis” e à “atividade disciplinar de soldado”.

Pensando a totalidade do texto sobre o capitão Nabuco, algumas coisas são constantemente destacadas: sua força, forma física e “deficiência moral”, a qual, mesmo sendo justificada através de um “infortúnio amoroso” e da sua miserabilidade em somente ser apto a apanhar quando envolvido em uma contenda – pois caso agredisse poderia matar alguém<sup>267</sup> –, lhe atirava aos vícios, excessos, à uma vida desregrada que “o tornavam delinquente”. Outra perspectiva que pode ser construída em relação à narrativa da “existência mais ou menos acidentada” de Capitão Nabuco, trazendo aqui um viés de subjetividade para a análise, é o de notar as antíteses que permeiam a sociedade de sua época. Uma sociedade a qual comunga com uma ciência que introjeta na população *mens sana in corpore sano* e concomitantemente produz, através de um “processo civilizatório inacabado” nas palavras de Moraes Filho<sup>268</sup>, sujeitos torpes e deformados, seja fisicamente ou, de acordo com o pensamento da época, moralmente. Nesse sentido, Capitão Nabuco pode ser avistado como a materialização dessa antítese, um *corpore sano* em uma mente não tão sana.

O nosso Hércules Fluminense teria falecido entre 1863 ou 1864 segundo Moraes Filho. Contudo encontrei, uma nota no Diário de Pernambuco a qual tratava de seu falecimento em 31 de dezembro de 1869:

Deixou hoje de existir (falecendo repentinamente) o capitão Nabuco do 2º de linha, oficial que estava prestando seus bons serviços no 30º de voluntários da pátria. Deixa entre seus numerosos amigos um vácuo difícil de preencher-se. A terra lhe seja leve!<sup>269</sup>

A nota também traz uma importante característica da personalidade do Capitão Nabuco, ratificada por Moraes Filho, ele era extremamente estimado como “cavaleiro e amigo exemplar, sendo respeitoso com a população em geral e demasiadamente respeitado pelas

---

<sup>266</sup> Sobre o Manduca da Praia, há um pequeno trecho dentro do capítulo: Capoeiragem e capoeiras célebres o qual trata brevemente de sua trajetória. Manduca da Praia era um pardo de pele clara, alto, olhos grandes e barba crescida em ponta, grisalha e cor de cobre. Comumente visto usando chapéu de castor branco ou de palha, de andar compassado e resoluto. Segundo a tradição, ele jamais teria sido condenado à mesma pena, além de ser respeitado como homem de negócios e temido como capoeirista. Teria respondido à, ao menos, 27 processos por ferimentos graves e leves, tendo sido absolvido em todos pelo o que Moraes Filho trata como sendo a influência pessoal de Manduca e de seus amigos, dentre eles, o capitão Nabuco. Para o texto completo sobre o Manduca da Praia ver: MORAES FILHO, Melo J. A., *Capoeira e capoeiragem no Rio de Janeiro*. In.: \_\_\_\_\_. *Op. Cit.* 1901. p. 441-443.

<sup>267</sup> “Olhem meus amigos, sou tão desgraçado que só posso apanhar; porque se eu der, mato”. MORAES FILHO, Melo J. A. O Capitão Nabuco. *Op. Cit.* 1901. p. 451.

<sup>268</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. O Capitão Nabuco. *Op. Cit.* p. 446.

<sup>269</sup> Ver: Diário de Pernambuco. 31 de dezembro de 1866. p. 02.

turbas, as quais festejavam suas proezas”. Em suma, exceto pela sua tendência à atirar-se ao tumulto<sup>270</sup>, ser uma negação ao grau de obediência exigidas pelas forças militares, frequentar casas de bilhar e festas em salões de hotéis, o que de certo não caracteriza nenhum aspecto de loucura, insanidade ou alienação, não fica explícita a razão da inclusão desse sujeito em um capítulo no qual, caso sigamos a orientação de interpretação fornecida pela primeira edição da coluna de jornal homônima, também escrita por Moraes Filho<sup>271</sup> trataria de vultos que passam irrequietos, enlouquecidos em um passado não tão distante das ruas do Rio de Janeiro.

À vista disso, considero ser importante citar um trecho da obra de Lima Barreto a fim de evidenciar determinadas dinâmicas da sociedade, sobretudo a questão de atribuir determinados rótulos à indivíduos de certas camadas da sociedade do XIX:

[...]. Sem fazer monopólio, os loucos são da proveniência mais diversa, originando-se em geral das camadas mais pobres da nossa gente pobre. São imigrantes italianos, portugueses e outros mais exóticos, são os negros roceiros, que teimam em dormir pelos desvãos das janelas sobre uma esteira esmolambada e uma manta sórdida; são copeiros, cocheiros, moços de cavalaria, trabalhadores braçais. No meio disto, muitos com educação, mas que a falta de recursos e proteção atira naquela geena social.<sup>272</sup>

O trecho acima tem sua origem no diário que Lima Barreto escreveu durante uma de suas internações no hospício Pedro II, O Cemitério dos Vivos, nessa obra, o autor relata o cotidiano desde a sua chegada ao hospício, a forma como era atendido, tratado, descreve as alas as quais percorria e quase todo tipo de coisa ligada ao tempo em que lá esteve. Consideremos aqui esse trecho em conjunto com a primeira citação da unidade, a introdução de Moraes Filho acerca do que seriam os Tipos da Rua. É sabido que tratamos aqui de um momento de medicalização da sociedade<sup>273</sup>, ou melhor dizendo tratava-se da medicalização – e criminalização – da pobreza e de fora do padrão de aceitação social, o que fica extremamente

---

<sup>270</sup> Um fato muito curioso acerca desse personagem é que ao mesmo tempo em que Moraes Filho o descreve como propenso a se atirar ao tumulto, ele o descreve como uma pessoa extremamente pacífica e de natureza quase que imperturbável, não constando que tenha sido “agressor ou provocador de lutas ou desordens” nenhuma vez, ainda que, segundo posto por Moraes Filho, não fossem raros os relatos comprovando a assombrosa força de Capitão Nabuco em locais públicos, arrancando colunas de granito do caminho, destruindo portas de madeira rija e chapeada de ferro, erguendo mesas de bilhar.

<sup>271</sup> A coluna dos *Tipos da Rua* na verdade foi primeiramente localizada no jornal *O Brasil Histórico*, em sua edição 003, publicada em 19 de fevereiro de 1882, página 04. O primeiro Tipo da Rua descrito, ou estudado, na coluna foi o Filósofo do Cais – Barão de Schindler. O texto, sem assinatura, é idêntico ao encontrado no artigo publicado na Tribuna liberal nas edições 061 e 062 correspondentes aos dias 01 e 02 de fevereiro de 1889 na qual Moraes Filho atribui o estudo do Filósofo do Cais ao seu falecido pai, Dr. Alexandre Jose de Mello Moraes. O primeiro texto de Tipos da Rua no qual documentadamente aparece a assinatura de Moraes Filho é o texto sobre Capoeiragem e Capoeiras célebres – Rio de Janeiro, publicado inicialmente na edição 006 do *Brazil Histórico*, correspondente ao dia 21 de março de 1882. Entretanto, é na Tribuna Liberal, mais especificamente na edição de 25 de janeiro de 1889, que Moraes Filho trata, pela primeira vez, sobre o que seriam os estudos presentes sob o título *Tipos da Rua*.

<sup>272</sup> Lima Barreto. *Diário do hospício; O cemitério dos vivos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de editoração, 1993. p. 25.

<sup>273</sup> Sobre o tema da medicalização da sociedade ver: MACHADO, Roberto et. al. *Danação da Norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal. 1878.

evidente quando Lima Barreto trata de quem seriam os loucos no Hospício Pedro II e, de forma conjunta com a primeira citação, notamos que estes sujeitos, antes do seu paradeiro no hospício, circulam pela sociedade entre piadas trotes e pedradas. Todavia, não parece ser o cotidiano de todos *Tipos da Rua*.

Além do que podemos notar explicitamente nos trechos referidos no parágrafo anterior, temos outros elementos como a necessidade da criação de um lugar específico para o abrigo de alienados(as) que leva o nome do governante da época que foi inaugurado, Pedro II. Moraes Filho trata aqui do que pode ter sido o fim mais comum das pessoas estudadas sob o título de *Tipos da Rua*, ter como leito de morte os “adros das igrejas e as calçadas das ruas”, o que não parece ter sido em nenhuma hipótese o caso do Capitão Nabuco, cuja morte ganha nota em jornal o descrevendo como um amigo querido.

Quando retornei à coluna escrita por Moraes Filho buscando confirmar algumas informações, me deparei com algo curioso. A grande maioria<sup>274</sup> dos capítulos dos Tipos da Rua, encontra-se na Tribuna Liberal em uma coluna homônima ao capítulo do livro e à unidade ou personagem estudado por Moraes Filho<sup>275</sup>. Todavia, o título da coluna que a história do Capitão Nabuco ocupava encontra-se não como Tipos da Rua, mas sob o título de *O Rio de Janeiro Subterrâneo*.

Segundo Moraes Filho, em suas *Notas de um Cronista*, publicadas na Tribuna Liberal em 14 de dezembro de 1888, ao tratar brevemente sobre um histórico da Rua do ouvidor, o autor nos traz a curiosa afirmação:

“Evitando discriminações de indivíduos e classes, reivindicando para a *Rio de Janeiro Subterrâneo* o estudo de sua psicologia, a rua do ouvidor, segundo o historiador meu pai, foi aberta em 1590, recebendo o nome de Aleixo Manoel”.

<sup>276</sup>

E a informação é complementada posteriormente através da seguinte chamada, publicada alguns dias depois também na Tribuna Liberal:

---

<sup>274</sup> Dentre os 20 capítulos da unidade *Tipos da Rua* os que não constam sob o referido título e foram publicados na *Tribuna Liberal* são respectivamente o capítulo sobre o *Capitão Nabuco* e *Capoeiragem e Capoeiras celebres – Rio de Janeiro*. Outros capítulos que não foram publicados na Tribuna Liberal e constam na ampliação de 1901 da obra são: O castro Urso, O Príncipe da Natureza, O Maia da Praia Grande, O Dr. Pomada e O Príncipe Obá.

<sup>275</sup> A coluna ocupava alternadamente o espaço do Folhetim ou das Notas de um Cronista na Tribuna Liberal, variando entre a primeira página e mais comumente encontrado na segunda. O título geralmente era o nome da coluna – Folhetim ou Notas de um Cronista; seguido da espécie de estudo Tipos da Rua ou, como posteriormente descobri, O Rio de Janeiro Subterrâneo; e, por fim, o personagem a ser analisado, O capitão Nabuco, O padre Kelé... e etc.

<sup>276</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. *Notas de um Cronista – A rua do Ouvidor*. Tribuna Liberal – Rio de Janeiro. Edição n. 14 de 25 de janeiro. 1889. p. 02.

Começaremos brevemente a publicação deste notável trabalho sociológico, no qual serão estudados certos dramas da vida fluminense Escrito de observador duplamente habilitado a narrar as cenas que tem por teatro esta capital, O RIO DE JANEIRO SUBTERRÂNEO [grifo do autor] desvendara aos leitores pontos de vista desconhecidos acidentados por onde uma boa parte desta sociedade transita as ocultas nas lutas penosas pela existência. História, Etnografia, Filosofia e sociologia, terá o trabalho cuja publicação vamos encetar a amenidade de forma necessária a agradar aos nossos leitores. Dele poderão derivar ensinamentos e correções. O Rio de Janeiro Subterrâneo corresponderá, nós o esperamos, à expectativa do Público. E seu autor nosso colega Dr. Mello Moraes (Filho).<sup>277</sup>

Ambas as citações nos dão breves panoramas acerca do que será tratado no *Rio de Janeiro Subterrâneo* e quais expectativas os leitores devem ter acerca do conteúdo que tomará a coluna. Na primeira citação Moraes Filho exprime uma curiosa preocupação no tocante à possibilidade de discriminar “indivíduos e classes” e prossegue, nos dizendo que irá estudar a psicologia de determinados indivíduos, possivelmente também ligados à Rua do Ouvidor, em sua coluna. Tal preocupação revela a possibilidade que pudesse ter havido alguma repreensão em relação aos conteúdos produzidos por ele na *Tribuna Liberal* ou em outro momento de suas publicações, infelizmente não foi possível localizar possíveis diálogos nas colunas de cartas de leitores nos intervalos de publicações das colunas de Moraes Filho.

É intrigante também notar o viés científico que os artigos assumem através dessas citações, tanto no campo de serem avistadas como pertencentes ao que hoje compreendemos como ciências humanas quanto se auto identificar como parte dessas ciências. Assim sendo, os artigos ganham nova roupagem, a de *estudo* da área de ciências humanas já na concepção construída na própria época, ou seja, não trabalhamos aqui com artigos de jornais que buscavam – somente – alimentar ou saciar determinadas curiosidades de autor e leitores. Estamos aqui no processo de analisar um conteúdo que, desde a sua concepção, se apresenta como conteúdo científico e traz para si a possibilidade de ser atravessado por diversas ciências humanas.

Sobre a segunda citação, a chamada para a série de artigos do Rio de Janeiro Subterrâneo, temos um breve anúncio que foi reproduzido algumas vezes<sup>278</sup> até que, finalmente, em 05 de fevereiro de 1889<sup>279</sup> é publicada na *Tribuna Liberal* a edição inicial dos estudos sobre o Rio de Janeiro Subterrâneo a qual trata de uma Rebelião de 1817 no Recife. O anúncio traça

---

<sup>277</sup> O Rio de Janeiro Subterrâneo. *Tribuna Liberal* – Rio de Janeiro. Edição n. 25. 25 de dezembro de 1888. p. 02.

<sup>278</sup> O mesmo anúncio foi feito nas edições de 25 e 28 de dezembro de 1888 e também nas edições de 02, 06 e 30 de janeiro de 1889

<sup>279</sup> Ver: O Rio de Janeiro Subterrâneo – Mártires e bandidos. *Tribuna Liberal*. Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 1889. Edição n. 65. p. 2.

um breve panorama do que será apresentado na série de artigos, salientando que, segundo o autor do anúncio, o principal propósito da série de artigos seria desvelar determinadas narrativas desconhecidas e pertencentes a um Rio de Janeiro “onde uma boa parte desta sociedade transita as ocultas nas lutas penosas pela existência”. Para desempenhar o trabalho, o narrador trata que os escritos de Moraes Filho seriam conjuntamente trabalhos que envolveriam História, Etnografia, Filosofia e Sociologia, além de psicologia, como dito pelo próprio Moraes Filho na primeira nota.

O fato de alguns capítulos da unidade *Tipos da Rua* terem sido concebidos fora da perspectiva a qual Moraes Filho tratou na primeira edição de estudos da série pode nos indicar alguns caminhos de compreensão dos conteúdos selecionados para estarem ali. Penso que podemos considerar a informação de duas formas. A primeira seria que, Moraes Filho selecionou esses capítulos para compor os *Tipos da Rua* em suas *Festas e Tradições populares*, mesmo fazendo parte de outro universo de pesquisas em razão de serem dois dos estudos mais detalhados e aprofundados, produzidos e publicados por ele na *Tribuna Liberal*. Com isso talvez ele buscasse, de alguma forma, um aumento no número de vendas dos exemplares de sua obra. Tal passo pode ter sido uma das chaves do sucesso de sua obra, tendo em vista que o livro é reeditado ao menos duas vezes antes de sua versão final, a qual posteriormente ganhou uma edição com notas de Luís da Câmara Cascudo. Todavia, quando adotamos essa perspectiva, há de se questionar o motivo o qual para Moraes Filho poderia ser interessante um maior volume de vendas dos números da *Tribuna Liberal* e, infelizmente, não foi possível traçar paralelos entre o Visconde de Ouro Preto, dono do jornal e Moraes Filho.

A segunda forma é pensar que, para o autor, os dois estudos – “Tipos da Rua” e “Rio de Janeiro subterrâneo” –, ainda que sob propostas diferentes de análise, estavam interligados por tratar de figuras, de sujeitos que transitavam nas sombras da sociedade, em sua margem, se ocupando em narrar brevemente parte de suas trajetórias no cotidiano conturbado do Rio de Janeiro do XIX. Essa ligação dos estudos pode nos mostrar não somente que a lente a qual os estudos sobre esses sujeitos, estudados por Moraes Filho e abrigados em *Festas e Tradições Populares*, poderia mudar, mas também mostra como eles poderiam fluir sob diferentes formas de análise, mesmo quando narrados por estudiosos de seu próprio tempo.

Por fim, é relevante observar que ambas as possibilidades aqui propostas não são excludentes entre si, pelo contrário, são complementares, podendo até mesmo ser configuradas

como uma terceira possibilidade, quando vistas de forma conjunta: tanto ele buscava alavancar suas vendas com textos de sucesso, quanto, para Moraes Filho, a linha entre os sujeitos no Rio de Janeiro Subterrâneo e os Tipos da Rua, era tão tênue que poderia a qualquer momento ser transposta para esse ou aquele lado. Contudo mesmo tal combinação de possibilidades ainda não explicita a razão da inclusão dos *Tipos da Rua* em um livro sobre “festas e tradições populares”, isso caso ela exista fora de um senso estético do escritor, ou pela sua pura e simples vontade de não deixar que os sujeitos desses estudos, mais uma vez, padecessem nas valas do caju ou nas escadarias das igrejas. Discorreremos sobre isso em breve.

Retomando a caminhada com nossos sujeitos, ao passo em que podemos afirmar com certo grau de certeza que o destino de capitão Nabuco não foi perecer em valas comuns no Caju ou ocupar as escadas das igrejas em seus momentos derradeiros, não podemos afirmar o mesmo sobre o Bolenga e o Pica-Pau.

O Bolenga é um dos poucos que aparece com o nome completo na unidade, Antônio Francisco de Paula, “por antonomásia, o Bolenga”<sup>280</sup>. Descrito como uma pessoa “baixa, clara, olhos verdes e semblante oval”, nascido em Itaboraí, constantemente visto trajando preto e que chegando a receber uma das ordens menores para se tornar frade, interrompe o seminário e se junta ao convento de Santo Antônio na qualidade de Donato<sup>281</sup> e, por fim, em algum ponto de sua trajetória, torna-se sacristão da capela imperial.

Moraes Filho trata que o Bolenga trazia consigo a “mania religiosa de ordenar-se”, constantemente pleiteando uma vaga como bispo para a primeira diocese que fosse possível que uma vaga fosse aberta. Contra ele faziam todo tipo de pilhéria, constantemente lhe enviavam falsos ofícios, decretos de nomeação relativos ao cargo que exerceria, cartas de congratulações e até mesmo um falso chamado de comparecimento ao tesouro para receber “um caixão de libras esterlinas” como auxílio para sua ida para o Maranhão, onde teria sido ordenado Bispo.

Chegando lá, com a demora no recebimento, o padre Paula recorria a diversos funcionários das secretarias do Império, persistindo a demora ele chegou a recorrer até mesmo para o Imperador a fim de receber mais rapidamente seu cargo e seu dinheiro imaginários. Um

---

<sup>280</sup> MORAES FILHO, Melo J. A., “O Bolenga”. In: *Festas e tradições Populares do Brasil*. 1901. p.475-477.

<sup>281</sup> Segundo a tradição eclesiástica, donatos são comumente homens considerados leigos ou que não foram plenamente iniciados nos preceitos da fé cristã para se tornarem frades, mas que trabalham dentro da comunidade religiosa, fosse ela convento ou outro tipo de comunidade eclesiástica usando roupas semelhantes às de frade.

fato curioso é que, segundo Moraes Filho o Imperador o recebia, mesmo “sabendo da maluquice” de Bolenga e, ao que parece o tratava com “favor e bondade”, tratamento esse que, ainda segundo a narrativa, parecia ser partilhado pela sociedade em geral, de forma que “no seu caráter de tipo da rua”, o Bolenga pode ter sido um dos poucos que “passou incólume das pedradas dos moleques e das surriadas dos vadios”, falecendo em 1879.

Ao passo em que o Bolenga pode ter passado incólume às pedradas e perseguições nas ruas, o mesmo não ocorria com o Picapau<sup>282</sup>. Um indivíduo de andar veloz, de nariz enorme com formato semelhante ao do bico de uma águia, o qual teria lhe conferido o seu apelido. Descrito como “deformado, feio, pálido, magro, murcho, sem barba”, tinha sua residência numa casa nobre da rua Matacavalos. Nas ruas, ele era sempre seguido de crianças e jovens que lhe “davam trotes, puxavam seu paletó” ao som de: ô Picapau! Ô Picapau! “E ele corria, saltava, voava”.

Em sua alma, porém, alguma coisa existia que contrastava-lhe com a fealdade do corpo, e com o desenvolvimento retardatário do cérebro: era um amor sincero, uma dedicação pertinaz a uma moça com a qual pretendia casar-se.<sup>283</sup>

Além de suas peculiaridades, o Picapau possuía uma tremenda fixação por uma moça, com quem parecia ter certo grau e constância de convívio em seu trabalho. Um dia, com a eminência do casamento dessa moça, ele some no meio da festa e vai ser descoberto nas primeiras horas da manhã pelos escravos dessa mulher, vestido de preto e enforcado, à sombra de um tamarineiro.<sup>284</sup>

Sobre os dois últimos personagens trazidos aqui, de um lado temos o Bolenga, um personagem que falece com mais de setenta anos de idade; de outro, o Picapau, que comete suicídio em decorrência de uma desilusão amorosa. Em ambos os casos, mesmo que seja quase inegável que houvesse algum tipo de distúrbio, desordem psíquica ou mesmo cognitiva é notório que parece haver um esforço ou sensibilização a qual produz na sociedade daquela época, de alguma forma, a possibilidade ou necessidade acolhimento desses sujeitos, mesmo que seja de forma a absorvê-los como mão-de-obra, sendo o Bolenga empregado dentro da instituição religiosa, ainda que não ocupasse a cadeira de religioso formalmente, e o Picapau

---

<sup>282</sup> MORAES FILHO, Melo J. A., O Picapau. *In*: \_\_\_\_\_. *Op. Cit.* 1901. p.479-481.

<sup>283</sup> MORAES FILHO, Melo J. A., O Picapau. *In*: \_\_\_\_\_. *Op. Cit.* 1901. p. 479.

<sup>284</sup> “E a essa hora em que as preces e os passaros voam para Deus, em que os escravos buscavam o trabalho, pendurado a uma corda presa á rama de um tamarineiro, um cadáver, vestido de preto e com a língua de fora, balançava aos tons indecisos da luz e do nevoeiro... O Picapau se havia enforcado!” MORAES FILHO, Melo J. A., O Picapau. *In*: \_\_\_\_\_. *Op. Cit.* 1901. p. 481.

empregado, ao que tudo indica, como criado ou serviçal em uma casa de aparência nobre na Rua Mata Cavalos.

No caso do Picapau, além de problemas relacionados à psique e traços de sua fisionomia como o nariz exageradamente grande ou o fato de ser muito franzino, Moraes Filho por tratá-lo como um “produto teratológico”, nos dá a entender que o Picapau também possuía alguma deformidade física. Tal deformidade pode ter, ao longo dos anos, agravado o estado de degradação psíquica desse personagem, levando, por fim, à sua morte precoce por suicídio. Em poucas palavras, o Picapau seria um dos Tipos da Rua que teria tido como lugar de repouso as valas comuns do Caju, se encaixando quase que perfeitamente na descrição do artigo introdutório à essa série de estudos.

Ainda sobre o caso do Picapau, Engel<sup>285</sup> argumenta que a associação de determinados traços físicos à “animalidade” seria uma possibilidade de reforçar, dentro da concepção popular, uma ausência, parcial ou total, de razão e, por conseguinte, atrelava as doenças mentais e psíquicas à traços físicos tornando seu “diagnostico” visível, mesmo para leigos. Não que Moraes Filho fosse leigo, pelo contrário. Silvio Romero em um estudo que foi impresso nas primeiras páginas do livro *Quadros e Crônicas*<sup>286</sup> de Moraes Filho, traça uma breve trajetória de sua formação, a qual gostaria de evidenciar momentos como a passagem pelo seminário religioso e a influência de alguns poetas românticos, que abordavam algumas temáticas relacionadas a “especificidade negra<sup>287</sup>”, como Bittencourt Sampaio e Laurindo Rabelo, que era também tocador de modinhas de lundus. Outro traço marcante de sua formação foram os estudos de medicina em Bruxelas, tendo retornado à corte após concluir o curso, o que pode ter conferido certas características ao seu texto, sobretudo no que diz respeito à possibilidade de medicalização dos sujeitos a qual sua narrativa por vezes ostenta.

Abreu aprofunda ainda mais a questão da importância da formação de Moraes Filho, trazendo também influências que o autor teria partindo também de seu pai, Alexandre José Mello Moraes (1816-1882), médico e historiador, chegando a fazer parte do IHGB. A historiadora trata que Alexandre Jose de Mello Moraes foi um historiador conceituado no IHGB contudo, ao longo do percurso das pesquisas, me deparei com um artigo e uma dissertação que

---

<sup>285</sup> ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da Razão: médicos, loucos e hospícios* (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. p. 27-30.

<sup>286</sup> ROMERO, Silvio. Mello Moraes Filho – Estudo. *In.*: MELLO MORAES FILHO, A. J. *Quadros e Chronicas*. Rio de Janeiro : B.L. Garnier, 1884. p. 10-31.

<sup>287</sup> ABREU, Martha. *Mello Moraes Filho: Festas, Tradições Populares e Identidade Nacional*. p. 182.

tratam sobre ao menos duas acusações de plágio por parte do Dr. Mello Moraes encaminhadas por outros associados do IHGB. Tais acusações tratam de um traço muito interessante tendo em vista a questão do uso de fontes em trabalhos autorais, sendo o pai de Moraes Filho acusado de plagiar a obra de um padre e de transcrever uma fonte de maneira infiel ao texto original em seu texto.

Ao ler os trabalhos de Simoneide Correia e de Pedro Afonso dos Santos<sup>288</sup> pude compreender como na verdade tais acusações trataram-se um tipo diferente de possibilidade de escrita de história e uso de fontes, uma vez que o Dr. Mello Moraes era um colecionador de documentos históricos, sobretudo ligados à história do Brasil, desde os tempos de colônia. Santos usando um trecho dos *Juízos Póstumos* de Mello Moraes<sup>289</sup>, trata que o mesmo não teria se vinculado ou associado formalmente ao IHGB pois via que, dessa forma, poderia trabalhar livremente, e “seguir desembaraçadamente seu caminho”<sup>290</sup>. Por isso, concordo com Santos e Jesus quando defendem que, dentro da possibilidade de especialização e formação dos historiadores do XIX, trata-se na verdade de uma possibilidade diferente de uso das fontes utilizadas nos estudos, uma vez que, sobre a acusação de plágio, Dr. Mello Moraes se defende argumentando ter citado de onde teria extraído certos trechos e, sobre a adulteração, afirma ter transcrito de forma plena todo o conteúdo.<sup>291</sup>

---

<sup>288</sup> Respectivamente: JESUS, Simoneide Correia Araújo de. *Mello Moraes e o modelo de escrita científica historiográfica no Brasil – Império*. Dissertação – Mestrado em história. UFAL. 2016; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão. De “Ramusio” a plagiário: apontamentos sobre a relação de Alexandre José de Melo Moraes (1816-1882) com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, ano, v. 176, p. 151-178, 2015.

<sup>289</sup> MELLO MORAIS FILHO, A. J. *O Dr. Mello Moraes: homenagens, juízos posthumos, ultimos deveres*. Rio de Janeiro: Lombaerts & Comp. 1886.

<sup>290</sup> O Dr. Mello Moraes. Homenagens – Juízos Póstumos – Últimos deveres. p. 50. *Apud*. SANTOS, Pedro Afonso Cristovão. De “Ramusio” a plagiário: apontamentos sobre a relação de Alexandre José de Melo Moraes (1816-1882) com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Op. Cit. p. 165.

<sup>291</sup> “Servindo-me da crônica do jesuíta José de Moraes, citei o seu nome em mais de um lugar, e, estando o leitor prevenido, entendi na página cem empregar a expressão continua o padre José de Moraes, etc., sem me lembrar que teria de responder ao Sr. Joaquim Norberto, por não citar o nome do jesuíta em cada linha [...]. Não me lembrei que plagiava, porque quem cita uma vez o nome da fonte donde extrai, não pode ser considerado de plagiário, e, se o Sr. Joaquim Norberto, apesar de ser membro do Instituto Histórico, tivesse conhecimento de tudo o que se tem escrito sobre o Brasil, havia de se recordar (para se não expor) [...] que Monsenhor Pizarro serve-se das Memórias, que ora possui o Instituto Histórico, e nem toca nelas etc., e nem por isso ninguém os tem censurado, porque os homens estudiosos não são embirantes, e sabem que as verdades históricas não se inventam, e podem ser reproduzidas livremente[...].” Pedro Afonso Santos, ao estudar parte da trajetória de Alexandre Jose de Mello Moraes junto ao IHGB, afirma que de em determinadas páginas Mello Moraes há expressões que remetem o leitor de onde teriam sido extraídos os relatos utilizados por ele, sem, contudo, realizar uma referência direta. Santos afirma ainda que “Mello Moraes Julga-se desculpado, entretanto, porque ‘previne’ o leitor, na página 100, de que se trata desse autor. Por várias vezes na *Corografia* seu procedimento é semelhante, sua narrativa confundindo-se com a da fonte que utiliza, mas havendo alguma citação ao original”. Ver respectivamente: MELLO MORAES, Alexandre José de. *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Tipografia Americana de José Soares de Pinho. Tomo IV, 1862. P 604-606; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão. De “Ramusio” a plagiário: apontamentos sobre a relação de Alexandre José de Melo Moraes (1816-1882) com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, ano, v. 176, p. 151-178, 2015. p. 170.

Trazendo novamente para Abreu, penso que, além do vasto acervo de documentos, a forma de escrever de Moraes Filho e a aversão ao IHGB também pode ter sido herdada de seu pai, que sucumbiu à falta de retorno financeiro para publicar suas obras<sup>292</sup>, levando à retomada da publicação do jornal *o Brasil Histórico* em 1882, junto de seu filho, para que certos conteúdos pudessem ganhar público. É conveniente lembrar ao leitor que foram nas edições de 1882 do *Brasil Histórico* que encontramos as primeiras colunas dos *Tipos da Rua*.

Levando em consideração a observação de Abreu acerca das influências de diversos fatores no processo formativo de Moraes Filho, podemos compreender certas dinâmicas de sua escrita, como a forma poética encontrada tanto nos artigos de jornal quanto em suas obras que ganham formato de livro, sem que haja perdas de um caráter descritivo e documental do texto construído. No caso dos *Tipos da Rua*, por diversas vezes não fica explícito se o conteúdo apreendido acerca do personagem ali narrado trata de algo que pode ter sido extraído de algum documento, relato, coluna de jornal ou mesmo visto em primeira pessoa<sup>293</sup>.

Compreendemos aqui o fato de tratar-se de outro tipo de escrita de história, ou mesmo de uso de fontes, o que é perfeitamente plausível e nada recriminável tendo em vista o momento histórico de organização do IHGB, tanto como instituição quanto na instituição de uma forma coesa a escrever história<sup>294</sup>. Como já dito anteriormente, trata-se de um momento na história que, mesmo a instituição a qual toma para si o dever de estruturar uma história do Brasil como uma nação em formação, não se encontra plenamente estruturada, tanto quanto instituição, quanto detentora de um modelo de escrita da história a ser seguido por seus integrantes a fim de cumprir a sua tarefa.

---

<sup>292</sup> Na introdução de *Quadros e Chronicas*, Silvio Romero afirma que “o velho Mello Moraes decaiu rapidamente de fortuna, por motivos que não vem ao caso aqui expor[...]”. Na segunda edição da reimpressão de 1882 do *Brasil Histórico*, A. J. de Mello Moraes afirma que se viu “desamparado pelo corpo legislativo” e “enganado por certos ministros, que abominam a verdade”; avançando em seu argumento, ele trata que “despendeu avultada quantia” na impressão do 1º Tomo do *Brasil Reino e Brasil Império*, pagando o 2º tomo com o valor arrecadado do primeiro. Entretanto, depois de algum tempo, após recolher o lucro da venda, mandou suspender a produção, abandonando o seu trabalho pois “não aproveitava a ninguém”. A. J. de Mello Moraes afirma que buscou outras formas de ser financiado como enviar por meio de circulares um tomo da História Moderna do Brasil (Reino) a um bom número de notáveis, estadistas e políticos, mas as respostas, segundo ele, foram que ou não tinham tempo para ler ou que o livro era caro. Um tempo depois, tentou fazer com que “notícias, e mesmo segredos de gabinete ou fatos recônditos da nossa história civil e política”, não se perdessem, buscou o jornal *Diário do Rio* para a publicação de tais apontamentos, contudo, em virtude do alcance de seu escrito, foi terminada a publicação de seus trabalhos. Ver: MELLO MORAES, A. J. Aos Futuros historiadores do Brasil. In.: *O Brasil Histórico*. Nº 2. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1882. pp.2-3.

<sup>293</sup> Uma das raras exceções a isso é o texto acerca do Barão de Schindler – O Filósofo do Cais. Nele, Moraes Filho trata que o texto teria origem partindo de um estudo realizado por seu pai, talvez explicitando outro importante vínculo entre pai e filho, a paixão em pesquisar sujeitos marginalizados de sua época e dedicar-lhes algumas páginas para, mesmo que brevemente, livrar-lhes do esquecimento.

<sup>294</sup> GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. *Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX*. Rio de Janeiro. Topoi. 2002, vol.3, n.5, pp.184-200.

Mesmo desfrutando de toda essa estrutura, segundo o que as fontes tem indicado, em nenhum momento Moraes Filho aparenta ter quisto se tornar parte da instituição, pelo contrário. Em um momento o qual havia uma grande preocupação por parte de historiadores ligados ao IHGB em historicizar grandes fatos e personagens a fim de criar uma história da nação, Moraes Filho preocupava-se com um caráter mais local, narrando e registrando as ruas do Rio de Janeiro e o cotidiano de pessoas que nela ganhavam fama<sup>295</sup>. Uma postura, para dizer o mínimo, inovadora quando tomamos em mãos o perfil de escrita da história que se desenhava naquela época.

Encaminhando para o fim dessa parte da análise, gostaria de explicitar algumas questões que podem ter sido abordadas com certa displicência da minha parte. Penso que a mais explícita pode ter sido acerca da possibilidade de caracterização de cor dos sujeitos aqui tratados. Como eu disse no início do presente trecho de análise, na ausência de descrições mais precisas acerca desses sujeitos, optei por caracterizar os sujeitos aqui analisados através da categoria “cor não identificada”. Tal movimento se deu em favor de algumas questões como: mesmo advogando em favor que dentro da cronologia que a unidade Tipos da Rua se situa ao longo do XIX, podemos certamente observar um alto grau de miscigenação na população, isso com o suporte de Moraes Filho e diversos outros autores da época. Portanto descrições como “pálido”, “claro”, “ser filho de família ilustre” ou “cor de lobisomem” não configuram através de um texto a descrição de uma cor ou etnia. Não é possível constatar que tal postura de Moraes Filho tenha se dado distraidamente, de forma proposital, jocosa ou mesmo podemos conjecturar que poderia ser uma maneira ironizar as categorias raciais presentes no censo das últimas décadas do XIX<sup>296</sup>. Simplesmente não há como construir essa ou aquela afirmativa com base nos fragmentos das fontes à disposição para este estudo.

Dessa forma, a ausência de uma caracterização específica de cor desses indivíduos pode denotar uma série de possibilidades, tais como: a extrema popularidade desses tipos dispensar apresentações nesse sentido; haver, por parte do autor, uma dificuldade de alocar tais sujeitos em categorias de cor próximas ou similares às propostas pelo censo de 1872; podemos

---

<sup>295</sup> Outras obras de Moraes Filho embasam nossa afirmação sobre um caráter mais local acerca de sua produção são: *Os Ciganos no Brasil: Contribuição etnográfica*; *Fatos e memórias: A mendicância do Rio de Janeiro, Ladrões de Rua, Quadrilhas de ciganos, Memórias da Rua do Ouvidor e Memórias do Largo do Rocio*; *Pátria selvagem: a floresta e a vida - mitos amazônicos - os escravos vermelhos*. Todas essas obras foram publicadas entre 1895 e 1904.

<sup>296</sup> No censo realizado no Império Brasileiro em 1872 as categorias presentes para tratar de raça eram: branco, pardo, preto e caboclo. Outro dado muito interessante presente nesse censo é que dentro da categoria “defeitos físicos”, além de cegos, “surdos-mudos” e aleijados, encontram-se lá também “alienados” e “dementes”. Tal dado dá a tônica de como disfunções psíquicas eram associadas à características físicas, como podemos ver em alguns trechos de Moraes Filho, nos quais traços sobretudo do rosto ou comportamento dos sujeitos em ambiente público são associados à loucura e alienação.

até mesmo dizer que Moraes Filho escolheu não tratar da cor desses sujeitos, o que também é perfeitamente plausível e não é um problema, somente desloca o sentido de interpretação dos capítulos em questão em outra direção.

Por fim, não se tratou aqui de defender uma cadeira de historiador para Moraes Filho e tornar isso um fato indiscutível. Trata-se de, partindo de uma vasta gama de fatores oferecidos pelas fontes, explicitar pontos de uma trajetória a qual nos obriga a lidar com um repertório de possibilidades que extrapola limites de debates essencializantes acerca de quem nós, enquanto historiadores, nos propomos a estudar. Essa perda de perspectiva nos faz esquecer da pluralidade dos sujeitos, de que tudo o que está ligado ao fazer humano dificilmente está dentro de somente uma possibilidade intransponível da prática cotidiana.

### **3.3 – As sombras irrequietas, vesânicas das ruas: os homens de cor**

Seguindo os estudos sobre os Tipos da Rua, nessa segunda esquina trataremos de alguns dos homens de cor, compreendendo os seguintes sujeitos de acordo com a ordem do livro: O “Estrada de Ferro”; O Padre Kelé; O Praia Grande; O Chico Cambraia; O Príncipe da Natureza; O Maia da Praia Grande; O Dr. Pomada; O Príncipe Obá.

Além de agrupar tais sujeitos segundo certas afinidades que encontrei analisando os Tipos da Rua, de forma que a escrita pode se tornar mais didática dessa forma, estabeleci um recorte dentro do campo dos homens de cor estudados por Moraes Filho. O recorte foi feito de forma a dar conta da pluralidade de sujeitos presentes nas unidades e em razão de pesquisas prévias apontarem uma maior gama de documentos, fontes e bibliografias direcionadas a certos personagens em detrimento de outros. Serão aqui privilegiados na análise os seguintes Tipos da Rua: O Príncipe Obá, O Príncipe Natureza, O Padre Kelé e o Dr. Pomada.

#### **3.3.1 – O principado Africano das Ruas do Rio de Janeiro**

Iniciarei os estudos sobre os homens de cor nos *Tipos da Rua* com o que podemos chamar de principado negro-africano, compreendendo assim o Príncipe Obá e o Príncipe da Natureza. O primeiro, Cândido da Fonseca Galvão, conhecido por Dom Obá d’África ou Príncipe Obá II d’África<sup>297</sup> tem sua origem na Bahia, de onde parte voluntariamente para a

---

<sup>297</sup> MORAES FILHO, Melo J. A., O Príncipe Obá. In: \_\_\_\_\_. *Op. Cit.* 1901. p. 533-538.

Guerra do Paraguai e retorna para o Brasil, desembarcando no Rio de Janeiro como oficial, sob as honras de alferes do exército.

Foi no tempo da guerra do Paraguai. A Bahia mandava para a porfia sangrenta falanges de bravos, tornando-se inexcedível no ardor de seu patriotismo. Por essa ocasião, chegou à capital fluminense, com destino ao sul, uma companhia de zuavos baianos, da qual fazia parte uma montanha preta, um crioulo robusto, chamado Cândido da Fonseca Galvão.<sup>298</sup>

Descrito por Moraes Filho como um “crioulo robusto”, “uma montanha preta”, um “negro de estatura colossal”, portador de um bigode espesso e cavanhaque, de voz vibrante, harmoniosa e de olhar altivo, um “Tipo de Rua mais de ver, que de descrever”. Comumente visto usando um sobretudo preto e calça larga e afunilada nos tornozelos da mesma cor, uma cartola levemente inclinada no topo de sua cabeça, luvas de algodão branco, uma bengala e monóculos em um tempo o qual a maioria da população negra não possuía nem mesmo calçados. Tal vestimenta era substituída por sua farda de gala em datas de cortejos, comemorações públicas ou mesmo nas audiências e recepções solenes oferecidas pelo Imperador no Paço da cidade, seguia à frente das turbas nos cortejos e se lançava à saudar a realeza na imagem do Imperador e da Imperatriz, beijando-lhes a mão.

Conta a tradição que em 02 de dezembro do ano em que foi proclamada a República, Dom Obá II teria ido, como de costume, visitar o Imperador para cumprimentá-lo pelo seu aniversário, dado também trazido por Moraes Filho. O que se sucede é controverso. Segundo a versão de Moraes Filho, D. Obá II ao encontrar portas fechadas teria se enfurecido e desferido diversos improperios sendo retirado do local. Outras versões do ocorrido tratam que o mesmo teria sido arrastado ou conduzido de forma abrupta por proferir tais improperios, dentre os quais “vivas” à monarquia e aos imperadores depostos pela república. Fato é que pouco tempo depois, mais precisamente em 07 de dezembro de 1889, consta o seguinte decreto no *Jornal do Comércio*:

Foi cassada, pelo seguinte decreto, a patente de alferes honorário de Cândido da Fonseca Galvão, vulgo Príncipe Obá:

‘Considerando que o alferes honorário do Exército, Cândido da Fonseca Galvão, foi, em 12 de junho de 1866 demitido do serviço do Exército, onde tinha o posto de alferes do Corpo de Zuavos, por mau comportamento habitual e desordeiro, como está publicado na ordem do dia do comando em chefe do Exército em operações na província, hoje Estado do Rio Grande do Sul, sob o n. 5.413, do mesmo mês e ano;

Considerando que ainda subsistem as causas que determinaram a sua eliminação do quadro do Exército, visto que, além de ser justo objeto de ridículo, entrega-se ao vício da embriaguez:

---

<sup>298</sup> MORAES FILHO, Melo J. A., O Príncipe Obá. Op. Cit. p. 533.

Resolve mandar cassar o decreto que concedeu-lhe as honras do referido posto de alferes de exército.

Sala das sessões do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, em 06 de dezembro de 1889 - Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório. – Benjamin Constant Botelho de Magalhães.<sup>299</sup>

Além de ser destituído de sua patente, pouco tempo depois ele também é deportado do Rio de Janeiro por “um chefe político”<sup>300</sup> e falece em julho de 1890. Moraes Filho trata que a causa de seu falecimento teria sido a série de desgostos que se sucederam com a proclamação da República.

Para Moraes Filho, o fato de Cândido da Fonseca Galvão declarar-se sucessor de um trono de África, passando a ser tratado popularmente como príncipe Obá II d’África tratava-se de uma “encenação vesânica”<sup>301</sup>, talvez pelo dado alcoolismo de Fonseca Galvão. Todavia, não justificava o fato de que, mesmo através do relato nos *Tipos da Rua*, fica explícito o fato de que diversos negros e negras, livres e escravizados, endossavam a sua ascendência real através de alguns gestos como se prostrar quando ele passava, tomar-lhe a benção ou mesmo a render-lhe tributos.

Moraes Filho afirma que Dom Obá II portava um documento de sucessão a um dos tronos de África, todavia, o referido documento tratava-se de na verdade uma forma de “certificar de sua mania” a qual, provavelmente, teria sido agravada pelo fato de que, em dada parte de sua vida, Dom Obá era visto constantemente se entregado aos excessos alcoólicos. Em suma, era reverenciado por grande parcela da população negra, liberta ou escravizada, e tido como louco pela “sociedade de bem”<sup>302</sup>.

Eduardo Silva em sua biografia sobre o Alferes Galvão, advoga em favor de sua realeza e complementa que, em decorrência da diáspora e o desenraizamento de sua família, sua autoridade “não se restringia mais ao velho império de Oyó, mas passa a abranger todas as etnias” da área que conhecemos atualmente como Pequena África na cidade do Rio de Janeiro, tornando-se Dom Obá II<sup>303</sup>. Todavia, é interessante notar, ao longo de sua obra, que ele não descarta completamente que D. Obá tenha tido ao menos “momentos de loucura” ou de “elevado desgaste psíquico”, uma vez que fez parte do pelotão de Zuavos na Guerra do

---

<sup>299</sup> “Obá II”. *Jornal do Comércio*. 07 de dezembro de 1889. p. 01.

<sup>300</sup> Cf. ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da Razão: médicos, loucos e hospícios* (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. p. 39.

<sup>301</sup> Ver: Festas e Tradições Populares do Brasil. Nova edição revista e aumentada. Prefácio de Sylvio Romero, desenhos de Flumen Junius. Rio de Janeiro, H. Garnier. 1901.

<sup>302</sup> SILVA, Eduardo. *Dom Obá II d’África: o príncipe do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 11-18.

<sup>303</sup> SILVA, Eduardo. *Dom Obá II d’África: o príncipe do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp.125-128.

Paraguai, contudo, sua loucura não descartava o fato de que ele pudesse pertencer à segunda geração da família real do reino de Oyó na África<sup>304</sup> transplantada forçosamente para o Brasil com o tráfico de escravizados de África.

Todavia, Dom Obá II d'África não era o único descendente de alguma família real africana a ser traficada para o Brasil e fazer parte dos Tipos da Rua, Moraes Filho também registrou trechos da vida de Dom Miguel Manoel Pereira da Natureza, o Príncipe Natureza<sup>305</sup>. Miguel foi um escravizado africano que foi comprado pelos frades de São Bento e ganha fama ao realizar discursos e conferências públicas que, quando rendiam algum dinheiro<sup>306</sup>, segundo Moraes Filho, a quantia era recolhida pela Sociedade Abolicionista, servindo para comprar a alforria de escravizados. O Príncipe Natureza era um

Negro de estatura regular, cheio de corpo, maior de quarenta anos, a sua cor fula harmonizava-se com os cabelos pouco carapinhados<sup>307</sup> que guarneciam-lhe a testa, separando-se em largas entradas. Usava barba cerrada, tinha as pernas um pouco bambas e arqueadas, e pés chatos, o que é comum nos indivíduos da sua raça.<sup>308</sup>

Em suas conferências, geralmente apresentava-se vestido de preto, com um colete aberto, luvas brancas de algodão e botinas largas, acalcanhadas “em luta sem trégua com a bainha das calas, pisada pelos tacões”. Sobre o seu colete aberto reluzia uma cruz de prata a qual fazia par com a abotoadura de casaca, a primeira sendo o símbolo de pertença e outra de condecoração pela ordem dos Cavaleiros da ordem de Malta, tais horarias teriam sido conferidas a ele por Dom Miguel I de Portugal, grão mestre da ordem.

Enquanto sujeito liberto e educado pelos frades de S. Bento, foi empregado como servente na marinha. Em suas horas de lazer fabricava pequenos espanadores com “lindas penas” e presenteava as famílias de oficiais, conquistando a simpatia de muitos e estabelecendo relações com diversas dessas famílias. Moraes Filho trata que “os preliminares do sucesso e a iniciação do príncipe orador” na “arte da palavra” teria ocorrido com uma “família ilustre” que residia na rua da Imperatriz<sup>309</sup>, sendo um dos lapidadores de sua oratória um oficial da marinha

---

<sup>304</sup> Atual Nigéria

<sup>305</sup> MORAES FILHO, Melo J. A., *O príncipe da Natureza*. \_\_\_\_\_, *Op. Cit.* 1901. p. 515-521

<sup>306</sup> “Apesar de ser inteiramente facultativa a contribuição, cremos que o produto excedeu e muito a soma que outra qualquer conferência possa ter obtido nesta corte”. “Conferência principesca.” *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro. Edição 145, 27 de maio de 1878. p.2.

<sup>307</sup> Sinônimo de lanoso ou muito crespo.

<sup>308</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. *O príncipe da Natureza*. \_\_\_\_\_, *Op. Cit.* 1901. p. 516

<sup>309</sup> Ou Rua do Valongo. Atualmente chama-se Rua Camerino.

da referida família que muito provavelmente teria conquistado ou estreitado laços através dos seus presentes.<sup>310</sup>

A primeira de suas notórias conferências teria ocorrido em um domingo de manhã em maio de 1879 em um teatro lotado, sendo o Príncipe Natureza ovacionado de forma estrondosa, assim, o Teatro Recreio abriu de par em par as suas portas,

[...] a música tocava lá fora, os rapazes estavam na caixa do teatro, cuja cena aberta representava uma sala, tendo a direita uma cadeira, e a esquerda uma mesa coberta com um pano verde, sobre a qual viam-se uma moringa com água, um copo de vidro e alguns cadernos de papel.  
E súbito, estrepitosamente aclamado, adianta-se no cenário o democrático *príncipe*, colocando-se entre a cadeira e a mesa, e assumindo a *pose* das inspirações excelsas.<sup>311</sup> [grifos do autor]

Embora Moraes Filho afirmasse que a primeira conferência do Príncipe da Natureza teria ocorrido em 1879 não foi possível apurar o fato relacionado a esse ano. Todavia, quando me voltei para a hemeroteca digital a fim de encontrar notícias acerca dessa conferência, uma vez que, trocando em miúdos, tratava-se de um negro liberto, que se identificava como Príncipe de um reino africano<sup>312</sup>, teria que estar em algum jornal, nem que fosse como nota. Todavia, não encontrei nada que remontasse esse início das conferências no ano de 1879.

Ao ampliar a pesquisa para o ano anterior, encontrei uma pequena nota na *Gazeta de Notícias*<sup>313</sup> em 12 de maio de 1878, sobre uma representação em desenho do Príncipe Natureza no dia anterior na *Revista Ilustrada*, a qual teria rendido um breve texto sobre a primeira de suas conferências, segue o texto da *Revista Ilustrada*:

As conferencias públicas tiveram domingo no Variedade a sua consagração. Dessa comédia que começou na Gloria, o Príncipe Natureza acaba de escrever o epílogo.  
Se não vai ter ao senado brasileiro é pela simples razão de ser príncipe africano, porque mais que ele ninguém concorrerá para tonar populares as conferencias. E a prova é que, enquanto na Gloria a vazante era desanimadora, o Teatro das Variedades regurgitava de ouvintes.  
Depois o Príncipe Natureza tem uma grande vantagem sobre os outros oradores: Não pertence a escola alguma.  
É realista, é romântico, é clássico, é socialista; é um perfeito anfíbio.  
Tudo depende das circunstâncias.  
Quando falou do “choque de pai e mãe” teve seus momentos lúcidos e quase arrancou lagrimas ao auditório.  
Respondeu a todos os apartes com todo o sangue frio.

<sup>310</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. *O príncipe da Natureza*. \_\_\_\_\_. *Op. Cit.* 1901. pp. 517-519.

<sup>311</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. *O príncipe da Natureza*. \_\_\_\_\_. *Op. Cit.* 1901. p. 519.

<sup>312</sup> O reino africano o qual podemos identificar mediante as referências “Gora Sova Vange” corresponde a uma faixa do território que hoje concebemos como Angola.

<sup>313</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS, Edição 129. 12 de maio de 1878.

Teve imagens felizes como o Sr. Correia e arrebatamentos como o Sr. Carlos Bernardino de Moura.  
Enfim o príncipe, em que pese aos nossos oradores de palco, é um verdadeiro conferente de luva de pelica.  
As nossas conferências assemelham-se portanto ao soneto de escola antiga.  
Fecharam-se com chave de ouro<sup>314</sup>.

As mencionadas “conferências públicas” referiam-se às “Conferências Populares da Glória”. Trata-se de uma série de palestras realizadas em escolas públicas da freguesia da Glória, tendo a primeira ocorrido em 23 de novembro de 1873 e considerada até mesmo pelo narrador da introdução do documento publicado em 1876 que trata sobre as Conferências como um “útil entretenimento”.<sup>315</sup> As Conferências Populares da Glória, segundo o seu idealizador o Conselheiro Correia, deveriam “ser franqueadas a todos” pois o seu principal objetivo era a instrução da população. Entretanto, ao que parece, além de um evento de divulgação de ideias para determinadas camadas da população, para outras não passava de um evento humorístico e “explorável para o ridículo”, como constata Moraes Filho:

Haviam se inaugurado as conferências da Glória, em que muitos oradores conquistaram fulgurante renome entre o seletto auditório que as frequentava.  
A rapaziada folgaza daquele tempo não as tomava ao sério, não se preocupava com elas, se não no que poderiam ministrar de explorável para o ridículo e para a pilheria.

As trilhas da estreia do Príncipe Natureza nas conferências populares estão espalhadas por diversos outros jornais da época, dentre os quais, além da *Revista Ilustrada*, gostaria de destacar as reportagens no *O Besouro: Folha Ilustrada, Humorística e Satírica*<sup>316</sup> e no jornal *O Cruzeiro*<sup>317</sup> nos confirmam as conferências mesmo trazendo alguma seriedade em sua concepção, na maioria das vezes, o tom que lhes era dado, o era por seus oradores e respectivos discursos. No caso da conferência ministrada por pelo Príncipe Natureza algumas constatações ficam explícitas através dos jornais como, de certo se tratavam de apresentações lotadas e de assuntos variados – política interna e externa, filosofia, história, religião, literatura e afins – o momento em que a coisa se torna nebulosa é acerca da perspectiva a qual seu pronunciamento podia ser contemplado pela comunidade da época.

Ao tomar o texto do jornal *O Besouro*, um jornal ilustrado de cunho satírico lemos:

Anunciaram que ele ia, e abalaram-se centenas de pessoas e foram vê-lo, ouvi-lo, aplaudi-lo.

<sup>314</sup> Revista Ilustrada. Edição 111. Ano 3. 11 de maio de 1878. p.2.

<sup>315</sup> Cf.: Introdução. *Conferências Populares* (RJ) – 1876.

<sup>316</sup> A conferência Simbólica. *O Besouro*. Rio de Janeiro. Edição 006, 11 de maio de 1878. p.4.

<sup>317</sup> Conferência principesca. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro. Edição 145, 27 de maio de 1878. p.2.

Deveria exhibir-se no palco das Variedades, o capitólio da Sta. Vicencia de Moura – coincidência. De repente correu pela assembleia um frêmito, alevantou-se um sussurro, estrondou uma gargalhada e uma salva de palmas. Tinha se apresentado o herói, O príncipe Africano, o novo orador das Turbas. Cada tese – e eram muitas – recebia uma ovação, e o orador com os olhos esbugalhados de inspiração, os gestos exagerados de entusiasmo, bebia um golinho d’água, escrevia cálculos em uma pedra e assentava datas para não fazer triste figura, disse-o ele no relevo de sua frase.  
[...] Sua Alteza teve então um assomo de modéstia; afastou delicadamente os seus entusiastas e para esquivar-se, agitando numa superexcitação de agradecimento as mãos enluvadas de cor de anil, entrou em um tilbury, - num tibre, segundo o neologismo do ilustrado conferente.  
Nunca se viu ovação maior.<sup>318</sup>

O autor do texto segue com o seu artigo e comenta sobre o esvaziamento da conferência popular da Glória em razão da falta de “alguém que pelo magnetismo da palavra, pelo prestígio do nome arraste a população até lá”. Mais adiante afirma:

Pois bem, semelhante estado só se pode adaptar ao Príncipe Natureza. Contratem-no e deem no ao povo regularmente, ao domingo, como o alimento que lhe convém.  
[...] O símbolo da nossa época está achado; é simplesmente, unicamente – o Príncipe Miguel Manoel Maria Pereira da Natureza, Sová-Gorá-Vange, do conselho de Sua Majestade o Imperador. – Viva o Príncipe Natureza.<sup>319</sup>

De certo não podemos delimitar com precisão os limites da sátira na composição do texto, todavia podemos extrair algumas informações. A primeira era a capacidade das apresentações do Príncipe Natureza em mover grande quantidade de pessoas, chegando a ser caracterizado como “novo orador das turbas”, o “símbolo de sua época”, para ser contratado e dado ao povo “regularmente, aos domingos, como o alimento que lhe convém”. Em seguida, ao final da primeira citação a sua criação de “neologismos”.

Sobre o primeiro ponto, ratificado por todas as fontes trazidas, é de fato muitíssimo curioso o fato de um negro liberto, com alguma afinidade à sociedade abolicionista<sup>320</sup>, autodeclarado Príncipe Africano possa transitar com essa facilidade e, mais do que isso, movimentar uma grande quantidade de pessoas enquanto tratava de temas diversos, como política, filosofia, história, religião, literatura<sup>321</sup>. Além disso, ao que parece, em suas primeiras

---

<sup>318</sup> A conferência Simbólica. O Besouro. Rio de Janeiro. Edição 006, 11 de maio de 1878. p.4.

<sup>319</sup> A conferência Simbólica. O Besouro. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1878. Edição 006. p.4.

<sup>320</sup> Cf.: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Cidadelas da ordem: a doença mental na República*. Editora Brasiliense, 1990. p. 9.

<sup>321</sup> “O assunto do discurso foi por extremo variado. Política interna e externa, filosofia, história, religião, narrativas, glótica, emissão do papel moeda, o Primo Basílio, etc., de tudo se ocupou o intrépido conferente com a proficiência que era de esperar, e, força é dizê-lo, sem dar a menor ofensa a seus mais exigentes ouvintes”. Conferência Princesca. O cruzeiro. Rio de Janeiro. Edição 145, 27 de maio de 1878. p.2.

apresentações chegou até mesmo a desbançar em público as já consolidadas Conferências Populares da Glória. Conseguem imaginar?

Já sobre o segundo ponto, a criação dos “neologismos”, confesso que eu não estava propenso a aprofundar ou mesmo citar esse ponto se não fosse pela insistência com que ele apareceu. Primeiro, no livro de Moraes Filho, era referido como “sua Arteza”, “Miguer Manoer”, ou em sua apresentação completa, “sua arteza o príncipe africano D. Miguer Manoer Pereira da Natureza, Sová Gora, Vange [...], subdito do Sr. D. Pedro II do Brazir, condecorado pelo Sr. D. Miguer I de Portugal, grão-cruz dos príncipes de Marta[...]”.<sup>322</sup> Além da tendência “a criar neologismos”, acabei encontrando a mesma figura do Príncipe Natureza reproduzida no livro de Moraes Filho<sup>323</sup> no jornal *O Besouro*<sup>324</sup>, a qual é assinada por Bordalo Pinheiro, famoso artista da época. A imagem do jornal é acompanhada do seguinte texto:

[Sic.] Sua Arteza falou no domingo às massas. Fazendo claros alguns pontos escuros da história e da filosofia, colocou-se Sua Arteza, não só à altura de um princípio, mas à altura de muitos. – Foi grande quando referindo-se ao *Choque de Pai e Mãe disse: Imparandô; qui é imparandô? Não é nada; terra come êre – Nu frigi di carne, se vê gordura. – Vamos embora. Abençoada democracia! Sábio, glorioso e Príncipe – três virtudes que não cabem em um saco.*<sup>325</sup>

Moraes Filho também confirma que Natureza “manifestava-se democrata” e trata que talvez fosse esse um dos traços que imprimia “sua palavra no relevo das grandes ideias”, o que parcialmente poderia também explicar as multidões movidas por seus discursos.<sup>326</sup> Por outro lado, é possível que a “criação de neologismos” fosse uma forma de marcar o território da fala do Príncipe Natureza como falas que não deveriam ser tomadas como algo sério. Esse argumento, presumidamente, poderia ser fomentado para o público por diversos fatos como: Natureza ser reconhecido como um escravizado liberto que se declarava publicamente como um príncipe africano, presumidamente um louco para seus contemporâneos.

Com efeito, é concebível que, para a sociedade da época ele fosse apenas mais um arlequim negro que falava errado<sup>327</sup>, ou mesmo um alienado qualquer a proferir discursos longos para entreter multidões. Todavia, mesmo que tais argumentos pudessem ser tomados

---

<sup>322</sup> MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro, H. Garnier. 1901. p. 518

<sup>323</sup> Sobre o desenho ver: MELLO MORAIS FILHO, A. J. \_\_\_\_\_. *Op. Cit.* 1901. p. 517

<sup>324</sup> Typos de Rua. *O Besouro*. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1878. Edição 006. p.48.

<sup>325</sup> Typos de Rua. *O Besouro*. *O Besouro*. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1878. Edição 006. p.48.

<sup>326</sup> MELLO MORAIS FILHO, A. J. \_\_\_\_\_. *Op. Cit.* 1901. p. 519.

<sup>327</sup> Nos primeiros parágrafos do capítulo sobre O Príncipe Natureza, Moraes Filho narra que Natureza seria um “Mirabeau Cassanje”. Mesmo na contemporaneidade compreendendo que Cassanje ou Cassange se tratava de um reino Africano em uma área que hoje integra o território de Angola, próxima a Luanda, ao consultar um dicionário da época, o uso dado a cassanje era de adjetivo ligado à algo pejorativo ou errado, sendo o exemplo utilizado pelo próprio dicionário o de “português *cassanje*” como um português escrito ou falado de forma errada.

pelas multidões como piadas ou desatinos de um negro, africano, liberto, não significa que as conferências públicas do Príncipe Natureza não pudessem expressar, em algum grau, ideias coesas e críticas em relação à sua realidade.

Quando tomamos Fanon<sup>328</sup> para dialogar com essa questão, o autor trata que “falar é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização”. E mais adiante, o autor complementa que “nada de mais sensacional do que um negro que se exprime corretamente, pois, na verdade, ele assume o mundo branco”. Ou seja, o negro liberto no Brasil quer falar o português pois, ainda segundo Fanon, essa é a chave para portas que outrora lhes foram interditadas. Por isso, podemos compreender os usos da língua, e de seus rudimentos, pode ser uma saída interessante para pensar também de que forma esse falar um “português cassanje”<sup>329</sup> do Príncipe Natureza pode estar carregado de outros significados, inclusive o de demarcar que ele não se tratava de mais um negro alforriado, mesmo tendo passado pela escravidão, aprendido latim e português, ele ainda conservava traços das línguas de seus territórios de origem.<sup>330</sup>

Carolina Viana Dantas<sup>331</sup> e Isabel Lustosa<sup>332</sup> através de diferentes perspectivas tratam que, essa postura de utilizar a fala de pessoas negras como um recurso humorístico pode ser vista em diversos momentos ao longo da história, como afirma Lustosa<sup>333</sup>. As principais características desse tipo de humor são, além de demarcar um lugar de subalternidade para o negro na pior realidade social possível, tornam uma das suas principais marcas, a pronúncia incorreta da língua nacional<sup>334</sup>. Mais do que isso, esse tipo de humor, apaga qualquer tipo de ascensão social dos sujeitos negros, sua ocupação, o fato de fazerem quaisquer ações importantes ou, no caso de Natureza, o fato de expressar questões políticas de importância para a época e demonstrar um conhecimento letrado bastante vasto para a época. Como afirma Dantas, tomando por base Lustosa,

[...] não importava “se um indivíduo negro havia recebido educação formal, conquistado reconhecimento público ou que fosse uma pessoa influente: era considerado, antes de tudo, negro. – anátoma da inferioridade. E se tivesse

---

<sup>328</sup> FANON, Frantz. *O Negro e a Linguagem*. In: \_\_\_\_\_. *Pele negra, máscaras brancas*. SciELO-EDUFBA, 2008. p. 33-51

<sup>329</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. *O Príncipe Natureza*. \_\_\_\_\_. *Op. Cit.* 1901. p. 515.

<sup>330</sup> Ver: LIMA, Ivana Stolze. Entre o Tupi e a “geringonça luso-africana”, eis a língua brasileira. In: \_\_\_\_\_. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 133-202.

<sup>331</sup> DANTAS, Carolina Vianna. *Monteiro Lopes (1867-1910), um líder da raça negra na capital da república*. Afro-Ásia, n. 41, p. 167-209, 2010.

<sup>332</sup> LUSTOSA, Isabel. Negro humor - A imagem do negro na tradição cultural brasileira. In: \_\_\_\_\_. *As trapaças da sorte: ensaios de história política e de história cultural*. Editora UFMG, 2004. p. 267-290.

<sup>333</sup> LUSTOSA, Isabel. *Op. Cit.* p. 283.

<sup>334</sup> LUSTOSA, Isabel. *Op. Cit.* p. 282.

alcançado destaque social ou ostentasse pose e orgulho publicamente, também era considerado fora do seu lugar<sup>335</sup>

E, portanto, fosse por quaisquer meios, sobretudo que pautassem a desmoralização desses sujeitos, eles deveriam ser postos nos seus lugares, ou ao menos lembrados de quais eram os seus lugares. Entretanto, se por um lado podemos encaminhar esse tipo de análise aos sujeitos que produzem textos para os jornais, por outro, não fica explícito o conjunto de razões as quais fazem com que as conferências do Príncipe Natureza moverem a quantidade de pessoas que moviam, segundo os relatos das fontes. Para os populares realmente, além da jocosidade, talvez houvessem outros elementos ou algum senso de identificação que os mobilizasse, contudo, apenas conjecturas.

O uso da língua falada, e aparentemente escrita, para o nosso príncipe não terminava somente na questão do comunicar-se no cotidiano e realizar suas conferências. Pelo contrário. Estava inserido em um contexto de constantes amostras de saberes diversos para um público que, em sua maioria, mesmo não o levando a sério, estava ali para vê-lo e, certamente essa popularidade lhe concedeu alguma benesse ao longo de sua vida.

O Príncipe Natureza é católico apostólico romano, reassumiu base e conhecimento, pergunta aos nobres do império e das mais nações no mesmo, e de todas as religiões, e de todos os partidos, que de todos que existem no mundo qual é que nascidos livres querem ser escravos, qual o general de mar e terra que quer ficar podre e servir a mais baixa praça do seu corpo, qual o senhor que depois quer ser escravo do seu escravo. O Príncipe Miguel da Natureza fala muito, porém não da vida privada, o maior seu inimigo roga por ele em suas orações todas as noites, de cada canto as pedras das pedreiras, e as próprias árvores, e arvoredos, pertencem aos dois povos, Portugal roubou-me, o Brasil guardou o roubo, nesses casos tanto é ladrão quem rouba como quem guarda o roubo [...] não tenho coleira de partidos, sou amigo dos liberais e conservadores, porque todos são brasileiros, tanto miguelistas e realistas por que todos são portugueses.<sup>336</sup>

Acrescentemos à leitura do Príncipe Natureza a consciência das suas múltiplas nacionalidades<sup>337</sup>. Além de “Sová, Gorá, Vange”, Príncipe africano, Miguel tinha consciência que era brasileiro e português, ainda que considerasse que o seja por conta de ser “roubado por

---

<sup>335</sup> DANTAS, Carolina Vianna. *Monteiro Lopes (1867-1910), um líder da raça negra na capital da república*. Afro-Ásia, n. 41, p. 167-209, 2010. p. 178.

<sup>336</sup> M.M.P.N. (Miguel Manoel Pereira da Natureza). *Ao público*. Gazeta de Notícias. Edição 126. 09 de maio de 1877. p.2.

<sup>337</sup> Podemos aqui trazer para perto o conceito de “dupla consciência” de DuBois e, posteriormente aprofundado por Gilroy em sua obra, *O Atlântico negro*. A dupla consciência deve ser pensada como o processo de internalização de uma identidade americana no negro africano. Ainda que o caso de Natureza traga a identidade construída sob três pilares, o luso, o africano e brasileira, considero que o processo de absorção dessas identidades esteja bastante próximo ao que Gilroy desenvolve em *O Atlântico Negro*, sobretudo ao pensar a dupla consciência como alicerçada sobre três modos de “pensar, ser e ver”. Primeiro racialmente particularista, o segundo, nacionalista e terceiro é diaspórico ou hemisférico, às vezes global e ocasionalmente universalista. Ver: GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001. Pp. 247-249.

Portugal e guardado no Brasil”, tornando então, nas suas palavras, as duas pátrias ladras, mas não menos partes de sua nacionalidade<sup>338</sup>. O texto é um tanto confuso, em certos momentos se refere ao Príncipe Natureza e às ações dele em terceira pessoa, em outros, ele parece estar narrando coisas da perspectiva do Príncipe em primeira pessoa e, ao final assina M. M. P. N., que eu acredito ser a assinatura de Miguel Manoel Pereira da Natureza, o Príncipe Natureza<sup>339</sup>.

É extremamente interessante que não parece haver por parte do Príncipe Natureza incômodo com a posição de arlequim das massas que circulava na imprensa; pelo contrário, ele parece tirar vantagem disso, estabelecendo redes de sociabilidade, convívio e dispersão de ideias. Ao que os vestígios indicam, além de ser uma figura associada à causa abolicionista, até mesmo doando as quantias arrecadadas com suas apresentações em favor da alforria de escravizados,<sup>340</sup> ele também era uma figura que poderia estar associada à causa republicana, ou ao menos democrática, mesmo se declarando príncipe africano.

Traçando paralelos com Dom Obá II, ambos sujeitos deixaram um amplo campo de pesquisa para compreender algumas ações de homens de cor em um Rio de Janeiro escravocrata das últimas décadas do XIX e, no caso de Dom Obá, se aproximando do contexto da abolição.<sup>341</sup> Ambos tem sua identidade autodeclarada de realeza africana reafirmada por diversos estamentos da sociedade, não fica explícito se por um ato de concordância ou por ser irrelevante a veracidade de sua identidade, o que cai por terra quando no relato de Obá II, há a presença de

---

<sup>338</sup> Diferentemente da citação, Moraes Filho trata que Natureza na verdade seria “inimigo intransigente e irreconciliável dos portugueses” pois estes “o haviam trazido escravo para o Brasil, privando-o de sua soberania e de seu reinado”. Ver: MORAES FILHO, Melo J. A. O Príncipe Natureza. *Op. Cit.* p. 516.

<sup>339</sup> A minha afirmativa se dá com base na imagem que retrata o Príncipe Natureza trazida posteriormente no jornal O Besouro, em 11 de maio de 1878. Na página 48 além de uma imagem do Príncipe Natureza, há a reprodução em fac-símile de uma assinatura sua, na qual se lê M. M. p. N., seguida de uma cruz de quatro pontas, tal qual representada na Gazeta de Notícias em 1877.

<sup>340</sup> Maria Clementina Pereira Cunha em *Cidadelas da Ordem*, afirma que o Príncipe Natureza teve algumas de suas conferências promovidas por estudantes de direito visando “à obtenção de fundos para A Sociedade Abolicionista”, entretanto a autora não traz para o texto onde estaria essa fonte ou dá maiores informações acerca de qual Sociedade Abolicionista poderia estar ligada à essa ação em conjunto com Príncipe Natureza. Nas pesquisas feitas, a única referência encontrada por mim que tratava da doação do que foi arrecadado por uma conferência do Príncipe Natureza, trata da “distribuição em partes iguais pelas vítimas da seca do Norte, e por uma instituição pia desta corte”. Ver respectivamente: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Cidadelas da ordem: a doença mental na República*. Editora Brasiliense, 1990. p. 9; O Príncipe Natureza realizou ontem sua segunda conferencia. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. Ed. 144. 27 de maio de 1878. p.1.

<sup>341</sup> Sobre a possibilidade de compreender os escritos de D. Obá II como parte integrante do pensamento social do negro afrodiaspórico em finais do XIX, considero importante a indicação do texto de Lilian do Rocio Borba, *Escrita e comportamento social: Dom Obá II nas páginas dos jornais cariocas do século XIX*. Nele a autora faz um breve apanhado do seu trabalho de pós-doutoramento no Instituto de Estudos da Linguagem, na UNICAMP e debate sobre o tema tomando por base escritos de Dom Obá II e escritos sobre ele. Trata-se de um trabalho importantíssimo no sentido de trazer à superfície do percurso da história escritas de sujeitos periféricos na construção de uma história a qual, por vezes, os apagava do lugar de agência. Portanto, para aprofundar o tema, fortemente recomendo a leitura de seu artigo. ROCIO BORBA DO, Lilian. *Escrita e comportamento social: Dom Obá II nas páginas dos jornais cariocas do século XIX*. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 17, n. 2, p. 447-472, 2015.

escravizados e libertos lhe rendendo tributos e suas condecorações fomentam, em tese, uma procedência mais elevada, mesmo que não de família real africana.

O caso de Natureza é um tanto diferente nesse sentido. Ele não desfrutava de status oriundo de nenhum título ligado à coroa ou ao corpo militar, como era o caso de Obá II que era Alferes do exército. Natureza tinha consigo somente o título autodeclarado de Príncipe Africano e, tomando por base os vestígios deixados pelas fontes, esse status de nobreza era evaporado quando dispersado para as massas juntamente com os conteúdos relevantes de suas palestras públicas em razão de ser um tanto prolixo, por vezes desconexo ou mesmo em razão da pronúncia do português realizada de forma muito peculiar, o que pode ser decorrente de sua origem linguística, muito provavelmente Bantu, Kimbundu ou Kinkongo.<sup>342</sup>

Ambos, Príncipe Natureza e Obá II, suscitam na população diferentes códigos ligados à questão da realeza Africana, D. Obá II está mais ligado à vida palaciana, sendo constantemente visto junto à família real Brasileira em comemorações, festejos ou em conferências oferecidas no Paço Imperial. Enquanto isso, Natureza movimentava grandes volumes de pessoas nos teatros em que se apresenta, tem pouco contato com as camadas economicamente mais elevadas, exceto pela sua formação na arte da oratória e pelo seu trabalho na marinha.

Se o Alferes Galvão desfruta de certa possibilidade de transitar livremente na sociedade pelo seu título militar, Natureza conquista através de suas falas abolicionistas, da exposição de ideias e de presentes às famílias de oficiais com pequenos espanadores artesanais, a sua possibilidade de trânsito e sua fama, ainda que esta última tenha decaído após a instauração da República e do fim do elemento servil, ao menos no papel.

Nesse sentido, é muito interessante notar que em nenhuma das narrativas, nem sobre D. Obá II, nem sobre o Príncipe Natureza, consta o ano de falecimento deles. No caso do Príncipe Obá é possível identificar pois Moraes Filho nos situa através de um acontecimento marcante na vida de D. Obá II e de todo o País: a instauração da República; além de ter morrido no ano seguinte, diversos jornais teriam emitido notas pelo falecimento ou artigos biográficos de D. Obá II. Já no estudo sobre o Príncipe Natureza, além de não constar o ano de seu falecimento, também não há marco temporal para tentar, de alguma forma, alcançá-lo. Dentre

---

<sup>342</sup> Troncos linguísticos extremamente presentes na região que hoje conhecemos como Angola.

outras coisas, esse dado abre margem para pensarmos que, muito provavelmente, Natureza não tenha falecido até o momento em que foi publicado no livro.<sup>343</sup>

Todavia, a ausência de notas de falecimento também pode significar que ele possa ter caído no esquecimento pela tradição popular, o que dá ao trabalho de Moraes Filho uma grande importância na preservação de parte da memória sobre esse personagem.

Por fim, para sanar um pouco da curiosidade que Natureza acabou por despertar ao longo da pesquisa, tratei de rastreá-lo nas páginas de jornais até aproximadamente a virada do XIX. Infelizmente o mais distante que consegui localizar para uma menção direta foi uma nota de jornal na hemeroteca digital em 1898, no *Jornal do Comércio*. A nota em questão trata do “Reestabelecimento da Ordem Honorífica da Casa Real Africana de Sová, Gorá, Vange”. O autor inicia tratando da caricatura de Bordalo Pinheiro no Jornal *O Besouro* em 1878 e traçando um breve panorama sobre a vida do Príncipe Natureza, desde a sua condição de escravizado em posse dos frades de São Bento até a sua aparição em conferência pública.

Terminada a conferência no meio de estrondosos aplausos do auditório que era, enorme, Sua Alteza declarou que ficava criada a ordem honorífica da cruz de prata do Príncipe Natureza para perpetuar a sua memória no Brasil e distinguir os arquivos da casa real de Sová, Gorá, Vange de África.

São passados vinte anos, e agora, por ocasião das solenidades da glorificação do infante D. Julio, o filho calunga do Príncipe Natureza, surge orgulhosa a corte de Sua Alteza, enfeitada com o fitão escarlata e a cruz de prata pendurada ao pescoço.

Está, portanto, reestabelecida a ordem honorífica da casa real de Sorá, Gorá, Vange de África, para a gloria do Infante herdeiro e para o reconhecimento dos arquivos do príncipe Natureza.

Jose Carlos de Carvalho, Capitão de Mar e Guerra.  
Rio, 31 de julho de 1898.  
Rua Barão de Itambi n. 8, Botafogo.<sup>344</sup>

Trouxe essa citação pois penso que futuramente pode ser, além de necessário, muito interessante pesquisar sobre a real existência desses arquivos, ou mesmo pesquisar partindo dos jornais parte da trajetória de vida e estratégias traçadas pelo nosso Príncipe para dar conta das questões de seu cotidiano. Pesquisar como, através dessa consciência de que era necessário preservar as memórias acerca de seu reino, casa real ou lugar de origem, Natureza julgava que era necessário perpetua-las para gerações vindouras e, muito provavelmente, traçar estratégias

---

<sup>343</sup> Alguns artigos como “O Príncipe Natureza”, “O Príncipe Obá”, “O castro Urso”, “O maia da Praia Grande” e “O dr. Pomada”, foram publicados primeiramente no livro *Quadros e Crônicas*, com autoria de Mello Moraes Filho e publicado pela primeira vez em 1898. Alguns anos depois ele acrescenta esses artigos aos *Tipos da Rua* já presentes nas Festas e Tradições populares do Brasil, e publica a edição definitiva de sua obra mais conhecida em 1901.

<sup>344</sup> CARVALHO, Jose Carlos de. O Príncipe Natureza: Reestabelecimento da Ordem Honorífica da Casa Real Africana de Sová, Gorá, Vange. *Jornal do Comércio*. Ed. 225, 31 de julho de 1898. p. 2.

para tanto. Tais estratégias parecem culminar com a glorificação de seu filho como herdeiro da casa real Sorá, Gorá, Vange, tendo como herança os arquivos do Príncipe Natureza.

### 3.3.2. O clérigo negro das ruas: o padre Kelé

Caminhando com os “Tipos da Rua” de Moraes Filho, temos também a presença do segundo religioso na unidade, o Sr. Claudino, conhecido como Padre Kelé<sup>345</sup>.

Era um pardo já velho, magro, corcunda, cambaio, de rosto comprido; andava apressado, suspendia o passo como quem caminha na lama ou na areia.

[...] Antes de sua extensa popularidade, o nosso aprendiz de padre chamava-se o Sr. Claudino.

Idiota de nascimento, excêntrico em seus hábitos e erótico às ocultas, essas três qualidades juntavam-se a tendências hipócritas, a religiosidades exageradas, a costumes bizarros, que tão maravilhosamente concorreram para a sua justa celebridade como Tipo de Rua.<sup>346</sup>

O velho “pardo” Kelé ficou conhecido por esse nome pois, aos sábados na igreja do Carmo, respondia as ladainhas durante a reza falando “*Kelé*”, ao invés de “*Kyre eleison*”. Moraes Filho complementa, “desde então, os moleques formavam-lhe na rua um estado-maior saltitante, atroador e festivo: ó Kelé! Ó Kelé!”. Andava velozmente nas ruas, “roçando nos transeuntes” e estendendo uma das mãos, pedindo em voz baixa e veloz: “camaradinha, me dá um vintemzinho?”, e por essa expressão tão comumente ouvida dele, Claudino também ficou conhecido como “camaradinha”.

Claudino era um avarento e sempre andava de “batina, sapato de fivela e meia preta, barrete fechado na mão e capa magna traçada”, entretanto, nem mesmo teria chegado a receber as quatro ordens menores<sup>347</sup>. Em dado momento de sua trajetória, o delegado de polícia, Dr. Cunha, por acreditar que o fato de Kelé transitar de batina pelas ruas do Rio de Janeiro seria um desagravo à batina, proibiu-lhe de usar esses tipos de vestes. No dia seguinte, Kelé passou a transitar sempre de chapéu na mão, “vestido de casaca, calça curta e muitíssimo larga, conservando unicamente sapatos baixos, meia de seda, coroa aberta e o maço de jornais sobraçado”.<sup>348</sup>

Moraes Filho afirma que, dentre os passatempos de Claudino, era do seu maior gosto “falar mal da vida alheia” e entretinha suas amizades com músicas tocadas em violão, além de

<sup>345</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. *O padre Kelé*. In: \_\_\_\_\_. *Op. Cit.* 1901. p. 483-486.

<sup>346</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. *O padre Kelé*. In: \_\_\_\_\_. *Op. Cit.* 1901. p. 483.

<sup>347</sup> Hostiário, leitor, exorcista e acólito

<sup>348</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. *O padre Kelé*. In: \_\_\_\_\_. *Op. Cit.* 1901. p. 484

cantar lundus. Chegou até mesmo a frequentar casas de pessoas conhecidas naquela época, dentre os quais um médico que residia no largo do Rocio e ficava responsável por “guardar o que recebia de esmolos”.

Segundo Moraes Filho, Kelé teria falecido em 1876, entretanto, novamente, a data encontrada nos periódicos não estava em acordo com o livro. Em nota do jornal *O Globo*, dia 31 de maio de 1875, na segunda página encontramos o seguinte texto: “anteontem à noite faleceu no Asilo de Mendigos, para onde fora removido do Hospício de Pedro II, Claudino Alves de Lima, conhecido pelo Padre Kelé.”<sup>349</sup> Tendo conhecimento da data, parti em direção a uma busca mais precisa a fim de encontrar notas em outros periódicos como foi o caso da nota encontrada no *Jornal do Comércio* em 6 de junho de 1875<sup>350</sup>:

Morreu o Kelé! Foi-se essa celebridade, que o era e das maiores e das mais incontestáveis desta cidade e do País! [...] O pobre homem! E como são as coisas deste mundo! Morreu obscuro quem viveu falado, apontado, proclamado! [...] Sequer o seu nome apareceu nos obituários das gazetas; faleceu anonimamente: sepultou-se grátis, a pior das sepulturas! Sumiu-se na terra sem uma oração, sem uma lágrima, sem um discurso[...].

O Kelé não fazia mal a ninguém, como fica dito e é sabido por todos; os peraltas, os tolos, os moleques o atacavam com [inelegível], com pedras e vinha a polícia, e, em vez de conter aqueles maus, prendia o Kelé!

[...] Curiosa coisa seria ir tirar-se dos arquivos das nossas prisões a conta do sem número de vezes que lá foi parar o infeliz[...]. Ora, tal vida, tal morte!

Quem viveu sempre atribulado, não devia encontrar o sossego sequer no leito na morte.

Disseram-me que o pobre Kelé passou os últimos dias da desditosa existência nas enxovias da polícia e de lá mandado como louco para o hospital da Misericórdia, daí, da casa de Deus! Foi atirado a rua e afinal recolhido ao Asilo dos Mendigos, onde exalou seu último suspiro!

Este último ponto que dou na fé da voz pública é da mais alta gravidade e desafia reparos e ponderações

De fato: Temos aqui em face duas instituições da mais elevada consideração: A casa da Misericórdia e o Asilo dos Mendigos.

De quem é a Casa da Misericórdia? Para quem é o Asilo dos Mendigos?

Além do desagravo expressado no fato de proporcionar a Claudino uma morte anônima, na obscuridade, mesmo sendo uma figura popular por alvo constante de piadas chacotas; temos na nota extraída do *Jornal do Comércio* um trajeto que contraria um pouco a breve nota do jornal *O Globo*, o qual aponta que Kelé teria sido rejeitado pelo Hospício Pedro II; já no *Jornal do Comércio*, além de ter sido apreendido pela polícia, passando algum tempo

<sup>349</sup> *O Kelé*. *O globo*. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1875. Ed. 148. p.2.

<sup>350</sup> Folhetim do *Jornal do comércio – A semana*. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1875. Ed. 145. p.1.

encarcerado, teria sido conduzido à Casa de Misericórdia. Em seguida, foi “atirado à rua” e recolhido pelo Asilo de Mendigos, onde deu o seu último suspiro.

O autor do texto na citação advoga que a casa da misericórdia seria para “os que carecem de misericórdia”, a casa para “os que tem fome”, “as crianças, os enfermos propriamente e os loucos”, incorrendo sobre esta as obrigações de sempre estar aberta, e que nunca faltassem lugares. A justificativa para essa última afirmação do autor se dá em razão da Casa de Misericórdia ser a “casa do povo e a casa de Deus”, onde “o porteiro digno” teria a obrigação de abrir sempre a porta aos “desvalidos que vão ali bater, os feridos e moribundos das batalhas da vida”. Em contraponto, sobre o Asilo dos Mendigos, o autor prossegue:

O Asilo dos Mendigos é a maior chaga desta cidade. Aquele imundo pardieiro está a provar miséria maior do que a dos mendigos que devem ser ali acolhidos. Já se provou e já foi confessado que ali havia troncos e neles eram martirizados os míseros!

Um que de lá saiu e que lá foi parar sem ser mendigo, mas por estar aloucado, quando de lá retirou-se mostrando as chagas que ali ganhara nas delicias dos troncos, pronunciou estas palavras diante de um grupo:

- Que casa aquela! Os que não são loucos perdem lá o juízo; mas em compensação recobram-no os que lá entraram sem ele!

Frase de lágrimas, frase úmida de sangue, palpitante de soluços e que dizia tudo!

Declarou já um ministro, interpelado nesse assunto que aquilo não passava de um ensaio!

Quem ensaiou jamais na imundice e na crueldade!

Ensaio de tronco! Era o que o Sr. Ministro intentava dizer!

E é para uma casa destas que se manda os que expelem da Santa Casa?

Quem deu direito a qualquer de qualificar os loucos de mendigos?

E há nisso bom senso e há caridade?

Pois foi para uma casa daquelas, para um horror daquela ordem, que nenhum cérebro pode sequer imaginar, que atiraram o pobre Kelé.

[...] Pediu que lhe dessem alguma coisa a comer – tinha fome! E no dia seguinte amanheceu morto! Nenhuma cruz ao peito, nenhuma oração, nem uma [ilegível].

Não importa! Afinal obtiveste a tua carta de alforria, ó escravo da desgraça!

Ao menos tens estas linhas de piedade que te deixo aqui, linhas que muitos grandes e poderosos não terão jamais.

Os trechos extraídos da nota de falecimento de Kelé abrem à nossa vista um horrendo cenário, a péssima forma como pessoas em situação de vulnerabilidade, como foi o caso de Claudino, eram tratadas pelas instituições que, se por um lado tinham, em seu bojo, a missão de auxiliar esses sujeitos em seus momentos de maior necessidade, por outro aplicavam castigos físicos em um tronco, localizado no pátio ao centro da instituição. O fato de que tal ação seja demasiadamente semelhante à forma de castigo que era aplicada em escravizados certamente não se trata de uma coincidência. Contudo, antes de entrarmos nessa seara, vale destacar alguns trechos da fonte a fim de aprofundar certos conteúdos trazidos por ela.

Sobre o primeiro trecho é quase que imprescindível ligá-lo ao trecho no qual Moraes Filho trata sobre o fim que diversos *Tipos da Rua* teriam, “os adros das igrejas e as valas comuns do Caju”.<sup>351</sup> Talvez o fim descrito por Moraes Filho fosse um dos destinos menos vis que os aguardavam. Durante a pesquisa, fica mais do que explícito que Claudino era um personagem muito popular e, aparentemente pacífico, exceto nos momentos em que sofria chiste. Esse argumento reverbera em diversas fontes como em Moraes Filho e o autor da citação do *Jornal do Comércio*. Contudo, apesar de sua popularidade, teria falecido “anônimo”, carecendo até mesmo de um enterro apropriado e, muito provavelmente, enterrado em uma cova para indigentes. Esse fato fica extremamente frisado pelo autor, denotando certa perplexidade de sua parte.

Durante a vida de Claudino, “até mesmo as pedras no caminho”, e as que atiravam nele, sabiam que ele era o Padre Kelé, “o camaradinho”, que pedia algum vintém a quem passasse por ele nas ruas. Entretanto, nos momentos que antecedem o seu falecimento e, finalmente quando ele “obteve a sua carta de alforria”, sendo levado pela morte, é tratado de forma desleixada, sendo expurgado da Casa da Misericórdia e encaminhado ao Asilo de Mendigos, um local que castigava fisicamente seus internos.

Um trecho que também salta aos olhos é o que trata sobre “quem teria o direito de qualificar loucos como mendigos”. Nesse momento, uma voz interna logo grita, “o Estado”, mas é uma resposta demasiadamente simples para uma questão que, na verdade não envolve somente o direito de qualificar determinados sujeitos como mendigos ou loucos. Trata-se de restringir caminhos que determinadas pessoas podem desfrutar ou trilhar ao longo de suas vidas e, mais que isso, a prioridade que determinadas vidas tem sobre outras. Tomando como base a nota de *O Globo* e do *Jornal do Comércio*, pude avaliar que, na verdade, a diferenciação feita não era somente entre mendigos e loucos, mas também, entre os chamados “desprovidos”. Passei a questionar isso enquanto ruminava o percurso que Kelé foi conduzido nos momentos finais de sua vida. Seriam elas respectivamente o Hospício de Pedro II, a Santa Casa de Misericórdia e, por fim o Asilo de Mendicidade.

Outro questionamento surge de pronto: que sujeitos ou que parcelas da população eram direcionadas para qual instituição? De forma muito intuitiva, logo elaboramos: para os desprovidos e necessitados a Santa Casa da Misericórdia, instituição ligada à Igreja e sustentada

---

<sup>351</sup> MELLO MORAES FILHO. *Tribuna Liberal*. Edição n. 54. Rio de Janeiro. 25 de janeiro. 1889. p.2.

pela boa vontade de pessoas quaisquer; para os mendigos o Asilo da Mendicidade<sup>352</sup> instituição ligada ao Estado mas também aberta a beneficência privada; para os enlouquecidos, o Hospício de Pedro II, outra instituição ligada ao Estado. Então, qual era o critério para ser abrigado “voluntariamente”<sup>353</sup> por uma dessas instituições ou ser conduzido à uma delas? Para responder a essa questão, é necessário que voltemos um pouco no tempo e brevemente avistemos uma breve trajetória do Asilo de Mendicidade.

Inicialmente, o Asilo ficou estabelecido no matadouro desativado próximo à praia de Santa Luzia, no ano de 1854, um lugar adaptado para abrigar, a priori, por volta de sessenta pessoas.<sup>354</sup> Entretanto, já em 1852 no jornal *Diário do Rio de Janeiro* são publicadas as cláusulas do estatuto do Asilo de Mendicidade<sup>355</sup>. Nos artigos do estatuto que constam no jornal, encontram-se as obrigações e deveres da instituição, dentre elas: aulas para os analfabetos, a necessidade da presença de um oratório ou capela no centro do edifício, a divisão em duas partes, uma para cada sexo e, o restante dos itens do primeiro capítulo do estatuto fazem referência à governança do Asilo, a sua futura construção e, por fim, o primeiro artigo que trata de quem deveria ocupa-lo: “Art. 1º - O estabelecimento denominado – Asilo de Mendicidade – tem por fim recolher todo o indivíduo que for encontrado a esmolar publicamente”.

Aproveitando o ensejo sobre o estatuto do Asilo, gostaria de abrir um breve parêntesis no texto para tratar dos “castigos dos reclusos”, que consta no capítulo catorze do referido documento. A seguir, alguns artigos do capítulo:

Art. 58. As insubordinações e faltas dos reclusos serão castigadas com trabalho de tarefa, reclusão na penitenciária, ou apartamento dos outros em seus trabalhos, comida e recreação, ficando todos os outros proibidos de lhe dirigirem a palavra, ou responder-lhe, sob pena de serem reclusos na penitenciaria. Neste último caso, o regente respectivo fará o delinquente vestir-se com a roupa para esse fim destinada, para que não se confunda com os demais.

---

<sup>352</sup> A edificação que comportava o asilo, ainda está de pé na cidade do Rio de Janeiro e está situada na Avenida Presidente Vargas, 2863, Cidade Nova. Atualmente o prédio é ocupado pelo Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis.

<sup>353</sup> Mesmo considerando como extremamente remota ou mesmo nula a possibilidade de que alguém possa ter voluntariamente se conduzido a um hospício, no período o qual fazemos referência e, ainda mais tendo em vista que a atribuição da loucura em diversos casos, mais tratava de um processo de apontamento de características físicas que eram construídas como “outras”, e eram amplamente alvo de pilhérias e trotes nas ruas. Contudo, há de se considerar a possibilidade que de fato alguma pessoa que não disfrutava de saúde mental ou gozava plenamente de suas funções cognitivas de fato tivesse dado entrada no hospício àquela época por justamente não gozar plenamente de suas funções cognitivas e, muito provavelmente buscar abrigo ou melhores condições do que as encontradas nas ruas.

<sup>354</sup> SOUZA, Eliara Beck. *Do Asilo de Mendicidade ao Hospital São Francisco de Assis: A cidade e a saúde (1876 – 1922)*. p.90

<sup>355</sup> ESTATUTOS DO ASILO DE MENDICIDADE. *In.*: *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. 9132, 20 de outubro de 1852. p. 1-2.

Art. 59. Se não quiser trabalhar estando perfeitamente são, será remetido a autoridade policial para o castigar. Os que forem doentes, não se segue que possam conservar-se ociosos, a estes se castigará com a pena do artigo 58.

Art. 60. Se o recluso for pela segunda vez recolhido ao estabelecimento, remetido pelas autoridades, por ser encontrado a esmolar a comissão que trata o artigo 47, investigará se adquiriu alguma moléstia, ou lesão; no caso que esteja perfeitamente são, como quando saiu, oficiará a C. D., para esta remetê-lo a autoridade policial, para lhe dar o destino, que a lei manda dar aos vadios

Art. 61. Se tiver vendido, ou abandonado a sua oficina, não a tendo ainda pago, no todo ou em parte, e for preso a esmolar, se procederá na forma do artigo 60, declarando neste caso as circunstâncias da venda ou abandono para a autoridade processar na forma das leis criminais.

Ao fim da leitura dos artigos notamos que, ao menos dentro do regulamento do Asilo, não há menção de castigos físicos como forma de punição. Todos os artigos tratam de fazer com que indivíduos lá abrigados, desde que fossem avaliados como “estando plenamente são”, deveriam trabalhar ou a estes seriam incumbidos trabalhos. Nos valendo do artigo 60, podemos concluir que essa metodologia, de impor trabalhos aos internos, visava tornar esses indivíduos são novamente, uma vez que somente sairiam quando “perfeitamente são”, sendo admissível que recidivasse como pedinte caso “adquirisse alguma moléstia ou lesão”, do contrário, era encaminhado à autoridade policial e processado como vadio.

O artigo referenciado nesse trecho está localizado no Capítulo IV, respectivamente nos Arts. 295 e 296 do código penal de 1830.<sup>356</sup> No primeiro artigo criminaliza-se a pessoa que não toma para si “qualquer ocupação honesta e útil”. A pena referida a esse crime era a “prisão com trabalho”, pelo período de oito a vinte e quatro dias. O segundo artigo estabelece como crime “andar mendigando” e tem quatro incisos, dentre os quais saliento aqui o segundo, “quando os que mendigarem estiverem em termos de trabalhar, ainda que nos lugares não hajam os ditos estabelecimentos”. Para esse segundo artigo, a pena era de “prisão simples ou com trabalho”. Entretanto, diferentemente da primeira, nesta é descrita a necessidade de “avaliação do estado de forças do mendigo”, inculcando sobre este uma pena de oito dias a um mês. Ora, como alguém,

---

<sup>356</sup> “**Art. 295.** Não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta, e útil, de que passa subsistir, depois de advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda suficiente. **Pena** - de prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias.

**Art. 296.** Andar mendigando: 1º Nos lugares, em que existem estabelecimentos públicos para os mendigos, ou havendo pessoa, que se ofereça a sustentá-los; 2º Quando os que mendigarem estiverem em termos de trabalhar, ainda que nos lugares não hajam os ditos estabelecimentos; 3º Quando fingirem chagas, ou outras enfermidades; 4º Quando mesmo inválidos mendigarem em reunião de quatro, ou mais, não sendo pai, e filhos, e não se incluindo também no número dos quatro as mulheres, que acompanharem seus maridos, e os moços, que guiarem os cegos.

**Penas** - de prisão simples, ou com trabalho, segundo o estado das forças do mendigo, por oito dias a um mês.” Ver: Cap. IV: Dos Vadios e Mendigos. *In.*: BRASIL, Código Penal do Império. Lei de 16 de dezembro de 1830. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1830.

sobretudo um liberto deve ter uma ocupação ou trabalho honesto e útil mesmo que lhe falte lugar para trabalhar?

Lembremos aqui que falamos das primeiras décadas da segunda metade do XIX, a população negra majoritariamente ainda se encontra escravizada, os homens livres “de cor” são minoria na sociedade e os imigrantes negros uma parcela ínfima, o mesmo contando com os negros escravizados fugidos de outras localidades e que transitavam pelas ruas do Rio de Janeiro. Leila Menzan Algranti<sup>357</sup> argumenta, que as condições materiais dos libertos eram, na maior parte dos casos, precárias. As ocupações que poderiam exercer eram demasiadamente limitadas, sobretudo se escolhessem viver além do regime escravista, ocupando o posto de capatazes e afins, restavam-lhes ofícios como os de barbeiro, parteira, artesãos, curandeira(o)s vendedores de ervas ou encaminhar-se para a mendicância ou prostituição. Em poucas palavras, nesse contexto, ainda que, pudéssemos ver negros e/ou homens de cor livres com acesso à renda e exercendo alguma forma de “ocupação honesta e útil”, se tratam de exceções. E mesmo essas exceções, segundo Lúcio Ronaldo Pereira Ribeiro, poderiam a qualquer momento, ser caracterizadas como vadios e/ou mendigos pela força policial e encaminhados ou a prisão ou ao Asilo.

Desdobrando este argumento, Lúcio Ronaldo Pereira Ribeiro, em seu estudo sobre a vadiagem no âmbito jurídico, argumenta que o conjunto de leis sobre o tema teve implicações diretas para sujeitos de classes sociais e raça bastante específicas:

[...] os sujeitos passivos deste ilícito eram os escravos, ou seja, os negros, mulatos e brancos de situação menos remediada. Todavia, não somente os escravos e libertos, mas todos aqueles que não se enquadrassem na relação senhor-escravo. [...] este mecanismo de controle, sem dúvida, também era um mecanismo bastante qualificado para o controle sobre a força de trabalho das minorias pobres, notadamente, negros, mulatos, mestiços, cafusos, mamelucos e estrangeiros pobres.<sup>358</sup>

Ainda segundo o autor, a tipificação de vadiagem na lei não dá margem de considerar a possibilidade do desemprego, pelo contrário, o criminaliza. Essa tipificação também gera outras questões-problema. Uma vez que o enquadramento de sujeitos nessa lei era realizado pela polícia, esta, por sua vez, acaba acumulando ainda mais poder sobre a vida dos indivíduos, sobretudo trabalhadores de cor e brancos pobres. Nas palavras de Ribeiro, a polícia passa a ter

---

<sup>357</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Vozes, 1988. P 123.

<sup>358</sup> RIBEIRO, Lúcio Ronaldo Pereira. *Vadiagem*. Âmbito jurídico, v. 1, n. 0, 2000. p. 3.

um poder crescente de “restringir no cotidiano a liberdade da pessoa”.<sup>359</sup> O que fica explícito nos artigos do Asilo quando se referência a autoridade policial ora como possível condutora de indivíduos para a instituição ou como a provedora de soluções em caso de falha no processo de “redenção pelo trabalho” que o Asilo provia aos internos.

Com esse contexto em mãos, penso ser um momento fortuito para retornarmos à questão dos castigos físicos e ao “ensaio de tronco”. Já podemos aqui afirmar, com algum grau de certeza, algumas coisas. Primeiro, a população de internos do Asilo de Mendicidade era composta majoritariamente por homens e mulheres de cor e/ou negros e negras, libertos ou não<sup>360</sup>. Segundo, é perfeitamente plausível que, em vista do contexto anterior a abolição da escravidão, tais sujeitos sejam frequentemente associados ao escravismo, sobretudo em razão da cor de sua pele, por parte das pessoas que lá trabalharam. O movimento de associar esses sujeitos a escravos ou a escravidão pode, portanto, ser o motivador dos castigos físicos, sobretudo do “ensaio de tronco”, um castigo físico típico de senhores/feitores contra escravizados insubmissos.

O Asilo de Mendicidade, portanto, era uma instituição de filantropia que, além de trabalhar acima de sua capacidade, como veremos mais à diante, estava associada ao Estado não somente por receber recursos deste ou como instituição criada para auxiliar os desprovidos. Essa associação ao Estado também se dava de forma a produzir e reproduzir de modos de controle e submissão das populações negras e/ou de cor, e outros empobrecidos, através de uma violência de cunho senhorial.<sup>361</sup>

Retomando as questões do estabelecimento do Asilo, as justificativas para utilizar o matadouro desativado estão na sucessão de ofícios encaminhados à Câmara Municipal pelo

---

<sup>359</sup> RIBEIRO, Lúcio Ronaldo Pereira. *Vadiagem. Idem.*

<sup>360</sup> Ainda que nas “Disposições Gerais” do Asilo de Mendicidade, em seu artigo 83º fique estabelecido que não seriam admitidos escravos, não fica explícito se a proibição se trata da admissão como mão de obra ou como interno. Infelizmente a parte onde estaria escrito, encontra-se ilegível por más condições de conservação do material digitalizado para a hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

<sup>361</sup> Sobre a possibilidade do uso do alienismo como ferramenta disciplinar e punitiva de insurgentes ver: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O outro lado do espelho: Juqueri, a história de um asilo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. pp. 13-16; sobre um breve histórico dos castigos físicos aplicados em “pessoas de cor”, escravizados ou não, ver: GRINBERG, Keila. Castigos físicos e legislação. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos.* São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 144-148; sobre a persistência dos castigos físicos contra “pessoas de cor” após a abolição da escravidão e da criação do código penal de 1890 ver: CONRAD, Robert Edgar. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975; MATHEUS, Marcelo Santos; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Processo e estrutura: o fim da escravidão e a persistência dos castigos físicos* (Rio Grande do Sul, final do século XIX). *História Unisinos*, v. 24, n. 2, p. 269-281, 2020; NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *“Sou escravo de oficiais da Marinha”*: a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910). *Revista Brasileira de História*, v. 36, n. 72, p. 151-172, 2016.

chefe de polícia do município da corte<sup>362</sup>, Alexandre Joaquim de Siqueira. Em um dos ofícios, encaminhados em 1854 ele tratava que seria urgente a criação de um abrigo, mesmo que provisório, para acolher a crescente quantidade de mendigos que transitavam pela cidade e sugere como local provisório o antigo matadouro da Praia de Santa Luiza, e enfatiza que, sendo os mendigos sujeitos desvalidos, seria obrigação do Estado prestar-lhes socorro.

Logo que o local provisório do Asilo da Mendicidade é instituído, ainda em 1854, ele passa a receber indivíduos considerados mendigos, “cegos, aleijados e inválidos”, os que fossem encontrados sem rumo “nas ruas, praças públicas e adros das igrejas”.<sup>363</sup> Deveriam ali ganhar abrigo também os “indesejados na Santa Casa de Misericórdia”, como aparenta ter sido o caso de Kelé, os alienados rejeitados pelo Hospício Pedro II, para não falar dos que para lá fossem conduzidos pela polícia. Tão logo fossem avaliados, os que tinham “condições de trabalhar”, estes deveriam ser “encaminhados à Casa de Correção”.<sup>364</sup>

Com a epidemia de Cólera que ocorre no Rio de Janeiro em 1855, o público alvo do Asilo da Mendicidade aumenta, passando a “contemplar” também os “acometidos de moléstias incuráveis”.<sup>365</sup> Em suma, as pessoas que poderiam ser alvo do Asilo da Mendicidade eram na verdade todos os públicos rejeitados das outras instituições de auxílio à população desprovida, os vadios, cegos, com alguma limitação física, amputados, alienados, doentes e também os mendigos e pedintes.

A sede definitiva do Asilo de Mendicidade teve sua pedra fundamental lançada somente em 6 de agosto de 1876, sendo inaugurado, sem que a obra fosse totalmente concluída, somente em 1879.<sup>366</sup> Foram transferidas cerca de duzentas e sessenta pessoas que estavam abrigadas na sede provisória, a qual havia sido pensada para abrigar sessenta leitos. Outro detalhe é que a parte já construída fornecia somente cento e vinte vagas. Isso significa que, já enquanto ocupava sua edificação temporária, o Asilo funcionava com mais do que o quádruplo de sua capacidade.<sup>367</sup> E a situação não melhora ao longo do tempo:

---

<sup>362</sup> Cf. SOUZA, Eliara Beck. *Do Asilo de Mendicidade ao Hospital São Francisco de Assis: A cidade e a saúde (1876 – 1922)*. p.90

<sup>363</sup> Cf. PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Assistência pública e privada no Rio de Janeiro (Brasil): História e Estatística*. 1922. p. 448-449.

<sup>364</sup> Cf. PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Assistência pública e privada no Rio de Janeiro (Brasil): História e Estatística*. 1922. p. 447-449.

<sup>365</sup> PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Op. Cit.* 1922. p. 449.

<sup>366</sup> BRASIL Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª sessão da 18ª legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884. p. 157.

<sup>367</sup> PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Op. Cit.* 1922. p. 449-450.

[...] Nem se pode conceber que entre nós exista estabelecimento tão degradante, tão deprimente do nosso adiantamento social, e de mais a mais – criado pelos nossos governos e administrados por nossas autoridades; um estabelecimento que o médico, a que nos referimos, denomina – a antecâmara dos cemitérios, e que nós francamente denominamos: – o matadouro dos alienados.

Um traço final para a exposição deste quadro lúgubre e profundamente lamentável: a mortalidade no Asilo de mendicidade é enorme: de 400 reclusos ali faleceram em um ano – 134 homens e 87 mulheres! Efetivamente admira que daqueles 400 não morressem – 400! Dos mortos, a que se refere a estatística, 15 sucumbiram... a inanição!<sup>368</sup>

A citação acima foi extraída da *Gazeta de Notícias* no ano de 1886, e retrata o péssimo estado em que o Asilo funcionava, já em sua sede definitiva. Além da alcunha de “matadouro de alienados”, justificada pela alarmante taxa de mortalidade dos internos e, em um espaço inferior a uma década após sua inauguração, a superlotação havia persistido e agravado consideravelmente, levando seus internos a morrer até mesmo de fome.

Tendo em vista o exposto até aqui, teoricamente, já dispomos de uma resposta menos intuitiva e mais embasada para a pergunta sobre a categorização de loucos em mendigos e etc. Foi deixado à cargo do Estado Monárquico, mais especificamente da equipe de Ministros do Império criar os critérios que, através de normativas e decretos, produziam as diretrizes de encaminhamento às instituições, incluindo aí o Asilo da Mendicidade<sup>369</sup>. Compreendemos logo no primeiro artigo do Estatuto que mesmo seu nome colocando como alvo a população de mendigos, na prática, o que acaba ocorrendo é que toda pessoa pobre e/ou enlouquecida poderia ser conduzida, voluntariamente ou não, ao Asilo.<sup>370</sup> Destaco aqui também a ação da polícia como agente da seleção e da condução desses sujeitos à essas instituições

Todavia, complementando o pensamento presente na nota de falecimento de Kelé, temos as Badaladas da *Semana Ilustrada*:

O célebre estribilho: *dá cá um vintém camaradinha*, era mais popular que os títulos de umas quadrilhas recentes sobre chaves guardadas no baú. Era mania

---

<sup>368</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS. *Os alienados no Brasil*. Rio de Janeiro, 26 dez. 1886. Edição: 360. p. 1.

<sup>369</sup> Segundo o documento sobre a assistência pública e privada no Rio de Janeiro, uma vez criadas as instituições e estabelecimentos de caridade e assistência por indicação do conselheiro Antonio Ferreira Vianna, Ministro do Império, foi também criado um “Conselho de Assistência”, com a finalidade de fiscalizar e que fossem propostos e empregados melhoramentos dos serviços filantrópicos na Capital do Império. Posteriormente, com a inauguração do Asilo, havia a ideia de que, somado a esse conselho, as instituições fossem dirigidas ou administradas pelo Chefe de Polícia da Corte, sendo, segundo o documento, a gestão policial “nenhuma prosperidade conseguiu” para o albergue dos mendigos. PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Assistência pública e privada no Rio de Janeiro (Brasil)*: História e Estatística. 1922. p. 3.

<sup>370</sup> Segundo consta no documento sobre a assistência pública e privada no Rio de Janeiro, em 1893 o Asilo da Mendicidade, mesmo que “não estivesse materialmente na altura dos fins a que se destinava”, operava como “instituto orfanológico, hospital, manicômio, hospício de velhos, casa de mendigos e depósito de ébrios e vagabundos”, em decorrência do que o autor chama de “ausência de uma diretriz bem fixada”, fazendo com que a polícia conduzisse de forma compulsória toda sorte de pessoas para lá. PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Assistência pública e privada no Rio de Janeiro (Brasil)*: História e Estatística. 1922. p. 3.

do Kelé pedir um vintém, Era só mania ou necessidade? Não sei; ele não trajava como os mendigos; não direi que fosse um milagre de elegância; mas andava acciado.<sup>371</sup> [grifo do autor]

Essa nota confirma que, além de ser extremamente popular, Kelé, mesmo sendo um pedinte ou “doudo”, não andava maltrapilho e o que mais lhe caracterizava, sua mania de pedir “um vintém” a um “camaradinho” qualquer na rua, fica incerto se era por “necessidade ou mania”. Contudo,

Os moleques davam-lhe vaias. A polícia não intervinha, e fazia mal, por que não sei que haja nada mais repugnante do que dar surriadas a um doudo. Eram crianças; às vezes crianças de barbas. O pobre Kelé irritava-se, gritava, investia contra os seus perseguidores; a plateia estourava de riso.<sup>372</sup>

A citação trata dos momentos em que Kelé rompia gritos e desagravos em direção aos seus perseguidores. Vale ressaltar que nessa citação o autor além de tratar que o público que perseguia Claudino não era só de infantes, também constavam nele adultos. O autor trata também da não intervenção da polícia para cessar a situação. Ao contrário do que é dito na citação do *Jornal do Comércio* a qual fala que a polícia somente intervinha para prender Kelé, mesmo sendo ele o alvo das perturbações por parte da população.

Penso que, nos momentos próximos à sua morte, pode ter ocorrido, se não a mesma situação, algo bastante semelhante. Nesse ínterim, através dos indícios disponíveis, permanece a incógnita acerca do motivo que teria levado Kelé a ser conduzido primeiramente à polícia e posto à rua, segundo o *Jornal do Comércio*, recolhido pela Casa de Misericórdia da qual foi brevemente jogado novamente na rua e, em seguida, abrigado pelo Asilo de Mendicidade. Curiosamente, ainda levando em conta a narrativa construída pela nota de falecimento de Kelé no *Jornal do Comércio*, mesmo sendo tratado socialmente como “doudo”, “alienado”, Claudino não parece ser conduzido pela polícia para dar entrada no Hospício de Pedro II. Caso levemos em consideração como verdade as notas tanto de *O Globo* quanto do *Jornal do Comércio*, é somente no final de sua vida, após ser posto na rua pela polícia e expurgado de todas as outras instituições de auxílio aos desprovidos, que ele tem seu abrigo no Asilo de Mendicidade.

Ou seja, ao mesmo tempo em que não houve “qualificação” alguma de Kelé como mendigo, como propõe o autor da nota de falecimento do *Jornal do Comércio*, há por parte das instituições e sujeitos envolvidos uma possível tentativa de não serem responsabilizados pelo

---

<sup>371</sup> BADALADAS, *In*. A Semana Ilustrada. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1875. Ed. 756. p. 2.

<sup>372</sup> BADALADAS, *In*. A Semana Ilustrada. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1875. Ed. 756. p. 2.

quadro que Kelé apresentava.<sup>373</sup> Já seria visível que, ao menos fisicamente, não se tratava de uma pessoa saudável e o único lugar o qual foi possível encontrar abrigo para ele foi o Matadouro dos Alienados. Em contrapartida, defendo que não necessariamente houve uma qualificação como mendigo nos últimos momentos de Claudino, o trato dado a ele, explicitamente, pode ser visto como a capacidade do Estado de, através das ações de instituições ligadas ele, decidir e eleger quais vidas tem prioridade de seguir ou não, em suma um braço da necropolítica do Estado<sup>374</sup> já se desenhando desde as últimas décadas do XIX.

Outras incógnitas também ficam por conta do motivo de expulsão tanto do hospício quanto da Casa de Misericórdia e onde Claudino teria sido encontrado para ser recolhido para o Asilo. Infelizmente não consegui acesso aos livros de entrada de pacientes no Asilo, contudo, tenho dúvidas se de fato estaria ali apontada a entrada de Kelé tendo em vista a possível falta de organização decorrente da superlotação.<sup>375</sup> Além do mais, segundo indica a citação do *Jornal do Comércio*, sua estadia lá teria sido extremamente rápida pois teria falecido no dia seguinte à sua entrada.

Um dado que merece certa atenção é a possibilidade que Kelé possa ter morrido em decorrência de inanição, ou por um conjunto de condições precárias de alimentação desenvolvidas por muito tempo, o que confirmaria a hipótese de pedir “um vintém” aos que passavam por ele, como uma *necessidade*, não necessariamente mania ou alienação. Podemos fomentar tal possibilidade também através das características físicas narradas por Moraes Filho, magro e corcunda<sup>376</sup>, características que podem ser percebidas em pessoas que passam fome ou

---

<sup>373</sup> Aqui considerando o quadro de inanição ou de qualquer outra doença ou quadro clínico que muitas pessoas apresentam nos momentos que antecedem a sua morte que descaracterizam fisicamente as pessoas.

<sup>374</sup> Trata-se de um conceito criado partindo de um pensamento foucaultiano, o qual traduz que o estado tem o poder de decidir sobre a vida e morte das pessoas que dele fazem parte. Tal poder do estado é exercido através de suas instituições, sobretudo com ligação a saúde e segurança. Para melhor compreender esse conceito, torna-se necessária uma compreensão do que o autor trata como o “biopoder”, para isso recomendo as seguintes leituras: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992; \_\_\_\_\_, *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

<sup>375</sup> No capítulo 12 dos Estatutos do Asilo de Mendicidade publicados no Diário do Rio de Janeiro é tratada a admissão de sujeitos no Asilo. Em seu Artigo 49 é dito que a matrícula se dará quando declarado: 1º nome, nacionalidade, estado e idade; 2º Se foi voluntariamente ou remetido por autoridade; 3º Se sabe ler ou escrever; 4º Se tem ofício, ou mais instrução que as primeiras letras; 5º qual a moléstia ou lesão; 6º se foi encontrado algum objeto de valor; 7º dia, mês e ano. Constituiria fonte riquíssima caso tenha sido de fato implementado, contudo, até no momento não obtive resposta da instituição em relação à possibilidade de acesso a essas fontes.

<sup>376</sup> Na figura de Padre Kelé exibida no livro não notamos a corcunda a qual Moraes Filho faz referência, nela vemos um homem adulto, esguio, de cabelos curtos, rosto comprido, sem barba, somente com bigode, nariz protuberante e pontudo. Usando uma blusa branca por dentro de um colete preto e com uma casaca preta semelhante à de um terno de gala o qual estendia somente a sua parte de trás até a altura dos joelhos. Uma calça que termina acima dos tornozelos, meias e sapatos pretos de frade, com o que parece ser uma abotoadura em outra cor mais clara. Em sua mão direita uma cartola alta e de baixo do braço no mesmo lado um papel ou jornal, a outra mão aberta na mesma direção que seu rosto aponta, como quem está pedindo algo, no caso o seu vintém. Analisando por esse lado, a cartola parece ter a mesma função da mão estendida em diagonal em relação ao seu corpo para armazenar alguns trocados que viesse a ganhar. Ver: MORAES FILHO, Melo J. A. *O padre Kelé*. \_\_\_\_\_. *Op. Cit.* 1901. p. 485.

se encontram em situação de vulnerabilidade alimentar extrema e, dessa forma, tornar mais plausível a tese que Kelé possa ter morrido de inanição.

A possibilidade de que Claudino tenha morrido de fome não descarta que ele pudesse em algum grau ser um enlouquecido, mas pode querer dizer que pode ter tido a sua psique desequilibrada em virtude das necessidades que passou ao longo da vida. Esse último ponto é extremamente curioso pois Moraes Filho narra que Kelé entregava o resultado de seu dia de pedinte a um médico, que parece tê-lo abandonado à própria sorte no fim de sua vida. Ou o contrário, talvez fosse a ligação com esse médico a qual afastava Claudino do Hospício de Pedro II, mas também revela uma outra possibilidade cruel. Uma vez que Kelé não é mais profícuo para esse médico, a proteção e “cuidado” oferecidos por este médico cessam e ele é deixado para morrer na obscuridade do Asilo de Mendicidade.

Parte historiografia que trata sobre os escravizados ao ganho ou ganhadores<sup>377</sup> na segunda metade do XIX convergem em direção aos mesmos pontos quando interrogados sobre os escravos sendo postos a esmolar na rua para os seus senhores. Desde os tempos da colônia, esmolar era prática extremamente comum, e mesmo quando já haviam leis e decretos o criminalizando o ato, era socialmente aceito em vista de existirem estruturas precárias e insuficientes para prestar auxílio ao enorme quantitativo de “indigentes, inválidos e enfermos” que transitavam pelas ruas do Rio de Janeiro.<sup>378</sup> Haviam ainda outros tipos de casos, como registra Walter Fraga Filho, que mesmo tendo profissão, declaravam precisar do auxílio oriundo da esmola para vestir-se ou alimentar-se.<sup>379</sup>

Essa mesma historiografia trata que, em dado momento, além da grande quantidade de desprovidos a esmolar, diversos escravizados eram postos nas ruas para este fim por seus senhores. O perfil traçado para grande parte desses sujeitos trata de sujeitos que em sua maioria eram escravos libertos, idosos, demasiadamente incapacitados para trabalhar, cegos, “inválidos e enfermos” em estágio terminal, sendo alguns deles até mesmo alugados para esmolar, como

---

<sup>377</sup> Tomo aqui como base os textos de Luis Carlos Soares: *Slaves and Begging*. In.: *Urban slavery in nineteenth-century Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. University College London (University of London). 1988. p. 263-271; Wilson Roberto de Mattos: *Trabalhadores urbanos: um retrato de uma cidade negra*. In.: *Negros contra a ordem: Astúcias, resistências e liberdades possíveis* (Salvador, 1850 - 1888). Salvador: EDUNEB, EDUFBA, 2008. p. 43-89; ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Vozes, 1988; Walter Fraga Filho. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. Editora Hucitec, 1996.

<sup>378</sup> SOARES, Luis Carlos. *Slaves and Begging*. In.: *Urban slavery in nineteenth-century Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. University College London (University of London). 1988. p. 264-266.

<sup>379</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. Editora Hucitec, 1996. p. 26.

constata Luis Carlos Soares<sup>380</sup>. Outra possibilidade dada pelo autor para a massa de escravizados idosos era a libertação tardia destes os quais, uma vez que não sabiam, não conseguiam ou não podiam exercer determinados ofícios, sobretudo em decorrência de suas condições físicas ou doenças, portanto, sendo destinados a se tornarem pedintes.

Ainda segundo o autor, diversos desses escravizados ao ganho eram obrigados a ceder parcial ou totalmente o fruto de suas esmolas para os seus senhores<sup>381</sup>, como parece ter sido o caso de Kelé na narrativa de Moraes Filho<sup>382</sup>. Mesmo os que diziam entregar completamente o que ganharam com as esmolas não escapam a possibilidade de que guardassem algum dinheiro, subvertendo para si ou para outros escravizados a renda oriunda dos breves períodos de liberdade, visando compra-la definitivamente. Realidade de alguns, sonho de muitos. No caso de Kelé, como narra o autor da nota de falecimento no *Jornal do Comércio*, sua “carta de alforria” somente lhe foi dada pela morte.

Além de ser diversas vezes preso por ser alvo de chacotas, pedradas e trotes de crianças e adultos na rua, no final de sua vida Kelé foi jogado de um lugar para o outro, de forma descuidada, sem nenhuma preocupação com o estado apresentado por ele, até mesmo passando fome, como podemos conjecturar com o depoimento enfatizando a questão de Kelé pedir comida. Lamentavelmente não conseguimos preencher todos os vazios deixados por uma vida de chacotas, esmolas e trânsito pelas ruas, mas já considero enorme vitória retirar seu nome das sombras e lhe garantir a possibilidade de que, parafraseando respectivamente Fanon<sup>383</sup> e o autor da nota de falecimento de Claudino, “mesmo morrendo em qualquer parte, não se sabendo nunca de que”, “ao menos tens estas linhas de piedade que te deixo aqui, linhas que muitos grandes e poderosos não terão jamais”.<sup>384</sup>

---

<sup>380</sup> SOARES, Luis Carlos. Slaves and Begging. In.: \_\_\_\_\_. *Urban slavery in nineteenth-century Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. University College London (University of London). 1988. p. 269-270.

<sup>381</sup> FRAGA FILHO, Walter. Op. Cit. 270-271.

<sup>382</sup> “O padre Kelé tocava violão e cantava lundus em casas conhecidas, gostava de falar mal da vida alheia, era avarento, e entretinha relações de amizade com um distinto médico residente no largo do Rocio, a quem dava a guardar o que recebia de esmolas”. Ver: MORAES FILHO, Melo J. A. *O padre Kelé*. \_\_\_\_\_. Op. Cit. 1901. p. 485.

<sup>383</sup> FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: UFJF, 2005. p.34

<sup>384</sup> Folhetim do Jornal do comércio – *A semana*. Jornal do Comércio. Rio de Janeiro: Ed. 145, 6 de junho de 1875. p.1.

### 3.3.3 – Louco, assassino ou curandeiro perseguido? O Dr. Pomada.

Existe na penitenciária de Niterói um velho sentenciado, cujo nome nos escapa, lembrando apenas do seu número da matrícula. É ele o 123, conhecido outrora, em várias localidades da província do Rio de Janeiro, pelo Dr. Pomada.<sup>385</sup>

O drama que envolve a vida do Dr. Pomada talvez seja um dos que mais falam sobre o tempo em que vivem os protagonistas de causos como este do que propriamente do acontecido ou do personagem. À época da publicação do livro, Moraes Filho narra a sua história no tempo presente, insinuando que o personagem ainda estivesse vivo, mas, novamente, ele não explicita o ano em que elabora o estudo.

Dr. Pomada era um “mulato de mais de setenta anos, de estatura mediana, reforçado, de cabelos grisalhos”<sup>386</sup> e fala gentil. Seu apelido tem origem no fato de que, antes de ser preso, ele vendia e fabricava pomadas em várias localidades, dentro e fora do município da corte e do distrito do Rio de Janeiro. Um fato curioso que Moraes Filho acrescenta à narrativa é que Dr. Pomada lhe relatou que chegou a fazer parte da comitiva que foi a Nápoles em 1843 buscar a Imperatriz Tereza Cristina, como “prático de farmácia”. Essa informação o coloca no mesmo lugar que Capitão Nabuco, uma vez que, este último, teria também feito parte dessa comitiva enquanto oficial da marinha de guerra. Não sabemos se chegaram a se conhecer, mas é possível imaginar que alguns desses indivíduos, dos Tipos da Rua, tenham interagido entre si.

Moraes Filho relata que Dr. Pomada exercia diversas ocupações, dentre elas a de cirurgião, médico, curandeiro, fabricante de pomadas e linguças. Em dado momento, sua fama no exercício da medicina teria lhe conferido oportunidades de aprofundar os conhecimentos na área com médicos famosos da época que trabalhavam no hospital da Santa Casa de Misericórdia. Além disso, também levava às áreas mais afastadas do município da Corte<sup>387</sup> suas práticas curativas e de medicina, nos dizeres do Dr., “seus curativos foram sem número e maravilhosos”<sup>388</sup>.

Descrito como um “tipo tradicional de curandeiro roça”, ele preparava remédios, benzia, “curava espinhela caída, buxo virado, sol na cabeça” e “diversas outras moléstias”. Para

---

<sup>385</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. O Dr. Pomada. *In.*: \_\_\_\_\_. *Op. Cit.* 1901. p. 528.

<sup>386</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. O Dr. Pomada. *Idem.* p. 528

<sup>387</sup> Moraes Filho relata que o suposto paradeiro de Dr. Pomada, antes de ser preso, era a cidade de Maricá, onde teria se estabelecido e constituído família.

<sup>388</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. O Dr. Pomada. *Op. Cit.* p. 528

Moraes Filho, o exercício dessas profissões, sobretudo da medicina dava-se para o Dr. Pomada tanto por hábito quanto por mania.<sup>389</sup>

Sobre o “tipo tradicional de curandeiro da roça”, é intrigante que, apesar das atribuições de seu trabalho com médicos em locais respeitados, reproduzidas em seu texto, Moraes Filho parece não corroborar com esse trecho da história de Dr. Pomada. Chama-lo de “curandeiro da roça”, parece ser uma tentativa de situá-lo no lugar que lhe é devido. Não é seguro afirmar que essa ação tem por finalidade colocar o Dr. Pomada em um lugar de inferioridade, uma vez que ao longo do XIX houve grande perseguição às práticas e aos praticantes informais de medicina e de práticas de cura que pudessem se sobrepor a esta, o que seria na verdade um posicionamento muito interessante de ser percebido na fala de Moraes Filho, uma vez que ele também era médico.

André Luís Nogueira<sup>390</sup>, através do seu estudo sobre práticas de cura e medicina em Minas Gerais, constrói uma pequena hierarquia entre os que exerciam algum tipo de prática curativa na população. No topo desta, o autor afirma que estavam os médicos, em sua grande maioria ligados à medicina oficial, incluídos aí não somente os que estudavam medicina, mas também físicos e professores.

Abaixo dos médicos, Nogueira traz os cirurgiões e boticários, tidos como “profissionais mecânicos da medicina”, os primeiros responsáveis por suturar feridas, remendar ossos quebrados, administrar sangrias e vender remédios prescritos pelos físicos. Os boticários, por sua vez, lidavam com outro lado dos trabalhos manuais na arte da cura, eram conhecidos como os “cozinheiros dos médicos”, sendo postos dentro desse segundo lugar na hierarquia construída por Nogueira, num lugar de subalternidade e desvalorização em relação aos demais, mesmo dentro desse segundo lugar.

Ao fim, ou na base dessa hierarquia, estariam os curandeiros, parteiras, barbeiros/sangradores e os aplicadores de ventosas, sanguessugas e pequenas escarificações chamadas de sarjamentos<sup>391</sup>. Esse último grupo de indivíduos era composto sobretudo de africanos e seus descendentes. Possuíam conhecimento prático, “aprendidos em geral com um

---

<sup>389</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. O Dr. Pomada. *Op. Cit.* p. 527

<sup>390</sup> NOGUEIRA, André Luís Lima. *Entre cirurgiões, tambores e ervas: calunzeiros e curadores ilegais em ação nas Minas Gerais (século XVIII)*. Editora Garamond, 2018. pp. 157-159.

<sup>391</sup> Cf. NOGUEIRA, André Luís Lima. Sangrias, ventosas e sarjamentos. *In.: \_\_\_\_\_, Entre cirurgiões, tambores e ervas: calunzeiros e curadores ilegais em ação nas Minas Gerais (século XVIII)*. Editora Garamond, 2018

mestre já licenciado ou em hospitais régios”. O autor também trata que, a fim de exercer tais ocupações de maneira oficial, existiam licenças específicas destinadas a esses indivíduos. Estas eram concedidas por “funcionários e organismos régios, como o físico-mor, cirurgião-mor, o Protomedicato, além das câmaras municipais e, em alguns casos, a própria igreja”.<sup>392</sup> Tais licenças definiam os limites das ações desses profissionais e colocavam essas pessoas no mapa das práticas médicas legais ou oficiais, entretanto, quando transgredidas e noticiadas por alguém que reportasse aos órgãos licenciadores, os transgressores corriam sérios riscos de serem perseguidos como “marginais”.

O exercício dessas profissões também revela outras dinâmicas muito interessantes dentro da sociedade, mas sobretudo dentro da questão racial daquela época. Tais ofícios oferecem a possibilidade de que sejam traçadas redes através dos atestados concedidos pelos mestres e mestras sangradores, curandeiros, curandeiras e parteiras aos seus e suas aprendizes. Além do apadrinhamento oferecido por esse tipo de rede, é importante ressaltar, além do caráter formativo dessas redes, o caráter de legitimidade oferecido aos escravizados ou libertos em exercer tais ofícios, uma vez que, no Rio de Janeiro, segundo Tânia Salgado Pimenta, médicos e cirurgiões rechaçavam e perseguiam “terapeutas não autorizados atuando pela cidade”.<sup>393</sup>

Anteriormente, o fato de utilizar a palavra “base” para tratar deste último estamento, não foi de forma ingênua. Estes sujeitos, os curandeiros, parteiras e outros do último estamento, também representavam a possibilidade das camadas mais populares da sociedade do XIX terem acesso a uma série de cuidados com a saúde, incluindo aí o uso de medicamentos, pomadas ou as sangrias, ervas, tratamento utilizando ventosas ou sanguessugas e etc.

Dessa forma, podemos supor que o fato de Moraes Filho tratar Dr. Pomada como um “tradicional curandeiro da roça” pode além de localizar sua área geográfica de atuação, majoritariamente fora do município da Corte, também pode sinalizar que suas práticas de cura poderiam ocorrer fora de uma “legalidade”, o que faz encaminhar certas dúvidas ao texto. Uma vez que, à exemplo de outros negros e “pessoas de cor” que exerciam o ofício de cura, de forma autorizada ou não, Pomada teve seus períodos de experiências em lugares como o hospital da Santa Casa de Misericórdia, chegando a fazer parte até mesmo da comitiva que foi à Nápoles

---

<sup>392</sup> NOGUEIRA, André Luís Lima. *Entre cirurgiões, tambores e ervas: calunzeiros e curadores ilegais em ação nas Minas Gerais (século XVIII)*. Editora Garamond, 2018. p. 158.

<sup>393</sup> PIMENTA, T. S. “Curandeiro, parteira e sangrador: ofícios de cura no início do oitocentos na corte imperial”. *Khronos, Revista de História da Ciência*, nº6, pp. 59 - 64. 2018. p.61.

trazer a futura imperatriz, como já narrado anteriormente. Ou seja, tanto através de seus esforços e também, muito possivelmente, valendo-se das suas redes, seus caminhos foram conduzidos à lugares de destaque em meio àquele contexto histórico. Entretanto, em nenhum momento, segundo a fonte, fica explícito o que pode ter ocorrido para que ele possa ter quisto sair desse lugar de destaque e ocupar a roça, ou talvez levar medicina para essa localidade afastada. Talvez a reposta possa emergir durante a análise do restante da unidade.

Seguindo com a fonte, gostaria de resgatar um trecho que, lhes adianto, mais parece um conto de terror:

Obedecendo à mania sugestiva, a ocasião apresentou-se em que ele, voltando-se para o passado, ruminou uma ideia, concebeu um plano, que tinha pressa de realizar...

Sua mulher, adoentada, dormia... grávida de sete meses, a proeminência do ventre tentava-o... E o Dr. Pomada refletiu, depois ergueu-se, depois parou!

A noite ia adiantada, e a luz de uma lamparina, acesa sobre um banco, batia, esbrazeada e tímida, na face trigueira de seu filhinho que ressonava a um lado. Mais um rumor, e sua mulher despertou...

Nisso, o Dr. Pomada aproxima-se, consola a enferma, e a convence de que morreria, sem o recurso que a arte lhe aconselhava; que era urgente submeter-se a uma operação, no que ela, amedrontada, consentiu.

Só, tendo por testemunha seu filho que dormia, o infeliz alienado incisou-lhe com violência o abdome, extraiu a criança, vindo a primeira claridade da manhã encontra-lo entra a inocência que soluçava e dois cadáveres que nem pediam justiça.

Corre na tradição do lugar que Dr. Pomada os enterrara ao pé de uma mangueira vizinha, afirmando também pessoas da redondeza que as carnes foram por ele aproveitadas para linguiças.

A fonte nos traz um episódio um bocado macabro. Um homem que exercia práticas de cura, à época do ocorrido muito provavelmente fora da formalidade ou registro do ofício, “obedecendo à sua mania sugestiva” faz uma operação no abdome de sua companheira, e mãe de seus filhos, retirando o bebê de seu ventre que falece junto a mãe durante o processo. Além de ocultar os cadáveres, enterrando-os sob uma árvore, não fica explícito o destino do outro filho já nascido, Dr. Pomada teria usado as carnes dos cadáveres para a fabricação de suas linguiças. Ao longo do processo de análise, uma possibilidade interessante de adensar o conteúdo das unidades tem sido retirar esses sujeitos do prisma da loucura e da alienação. Penso que aqui não poderia ser diferente. Com isso em pauta, sigamos com a análise.

Na citação, Moraes Filho elabora uma narrativa de forma a nos inserir na cena do crime que Dr. Pomada teria cometido. É fascinante como somos arrastados, ainda que de forma involuntária para a cena, de forma que demoramos a questionar de onde parte essa visão que ele narra, a qual, já adianto ao leitor, não fica explícita em nenhum momento da narrativa. Longe

de ser um problema, lembrando aqui que mesmo tratando Moraes Filho como um historiador, falamos de uma época a qual, mesmo dentro do IHGB, não havia consensos sobre “como escrever história” e, como memorialista ou mesmo um cronista, havia pouco ou nenhum compromisso de tratar de fontes ou cronologias de fatos e acontecimentos.

Após o episódio, Dr. Pomada foi processado e preso numa penitenciária em Niterói. Em dado momento, Moraes Filho resolve deixar transparecer o ponto de vista acerca do ocorrido no que parece ter sido uma conversa direta dentro da penitenciária com Dr. Pomada quando esse é encaminhado para uma consulta. Desta, gostaria de destacar o seguinte trecho: Sabe qual o motivo de sua prisão? Interroga Moraes Filho. Pomada responde: Inveja... calúnias! Disseram que eu matei minha mulher e que a enterrei debaixo de uma mangueira. É falso: eu curo com ervas e pomadas. Moraes Filho segue: Conte-me, 123, por que o chamam de Dr. Pomada? E ele então replica que fazia grande negócio em pomadas e era o médico mais procurado.<sup>394</sup> Em momentos anteriores, quando questionado se ele seria médico, Dr. Pomada responde que o máximo que chegara era o posto de ajudante no hospital da Misericórdia e se descrevendo como sabedor de “muitas receitas e rezas”, além de “já ter tido muita clínica e tratado de muita gente”.

Sobre os métodos de cura de Dr. Pomada, há uma divergência muito intrigante e que pode nos ajudar a compreender certas dinâmicas do texto. Moraes Filho ao nos apresentar o Dr., trata que entre as possibilidades de cura oferecidas por ele, eventualmente estava a cirurgia<sup>395</sup>, tomando para si a afirmativa e atribuindo-a à fama e à tradição popular, de onde extrairia parte da trajetória de Dr. Pomada. Contudo, em dois momentos fica explicitado no texto que na verdade, o Dr. Só curaria pelas ervas e rezas. O primeiro quando Moraes Filho transcreve que no interrogatório enquanto processado pelo crime, Dr. Pomada alega que “jamais recorria ao auxílio de instrumentos cirúrgicos” e somente “fazia as suas curas por meio de rezas e ervas”<sup>396</sup>. O segundo momento é quando, numa transcrição de um diálogo que teria tido com o Dr. Pomada, onde ele novamente afirma que cura com ervas, mas, ao invés das rezas, fala das pomadas e não fala de ministrar cirurgias.

---

<sup>394</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. O Dr. Pomada. In: \_\_\_\_\_ *Festas e tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro, H. Garnier. 1901. p. 531

<sup>395</sup> “Preso e processado, o inconsciente velho pareceu estranho ao crime, quando interrogado, confirmando unicamente que fazia as suas curas por meio de ervas e rezas, jamais recorrendo ao auxílio de instrumentos cirúrgicos”. MORAES FILHO, Melo J. A. O Dr. Pomada. In: \_\_\_\_\_ *Festas e tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro, H. Garnier. 1901. p. 528.

<sup>396</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. O Dr. Pomada. In: \_\_\_\_\_. *Op. Cit.* 1901. p. 530.

Segundo a categorização estabelecida por Nogueira, pelas atribuições de rezador e fabricante de pomadas, o nosso Dr. ocuparia a última categoria de profissionais da cura. Contudo, caso performasse cirurgias, estaria atrelado à segunda categoria proposta por Nogueira a qual tratava de boticários e cirurgiões. Ora, se pela cor, rezas e afins logo associamos Dr. Pomada à categoria de base dos profissionais de cura no Rio de Janeiro do XIX, pelo exercício das cirurgias e pelo fabrico de pomadas e unguentos, ele também estaria associado aos boticários e cirurgiões. Nesse ponto torna-se inevitável que nos questionemos acerca do tipo de licença que Dr. Pomada teria, ou mesmo se teria alguma licença para exercer o tipo de ocupação que tinha.

Essa última questão é muito importante pois pode indicar que, tendo consciência que exercia determinadas práticas curativas sem licença, ele omitiria o fato de realiza-las, como pode ter sido o caso da cirurgia, para que além da pena por homicídio, esta não fosse comutada por exercer profissão sem licença. O fato de ele “ilegalmente” realizar cirurgias pode justificar a ida de Dr. Pomada para um local tão distante de onde costumava exercer suas práticas, “muito provavelmente Maricá”. Sobre a perseguição e o afastamento dos grandes centros por parte dos que exerciam ofícios de cura, seguem trechos de uma crônica da série Bons Dias, de Machado de Assis, publicada em 14 de junho de 1889:

Bons dias!

Ó doce, ó longa, ó inexprimível melancolia dos jornais velhos! Conhece-se um homem diante de um deles. Pessoa que não sentir alguma coisa ao ler folhas de meio século, bem pode crer que não terá nunca uma das mais profundas sensações da vida. – igual ou quase igual à que dá a vista das ruínas de uma civilização. Não é a saudade piegas, mas a recomposição do extinto, a revivescência do passado, a maneira de Ebers, a alucinação erudita da vida e do movimento que parou.

[...]Curandeiros, por exemplo. Há agora uma verdadeira perseguição deles. Imprensa, política, particulares, todos parecem haver jurado a exterminação dessa classe interessante. O que lhes vale ainda um pouco é não terem perdido o governo da multidão. Escondem-se, vão por noite negra e vias escuras levar a droga ao enfermo, e, com ela a consolação. São pegados, é certo; mas por um curandeiro aniquilado, escapam quatro e cinco. [...].

Temos aqui o Jornal do Comércio de 10 de setembro de 1841[...]. Era assim, os curandeiros anunciavam livremente, não se iam esconder em Niterói, como o célebre caboclo, ninguém os ia buscar nem prender; punham na imprensa o nome da pessoa, o número da casa, o remédio e a aplicação.

Às vezes, o curandeiro, em vez de chamar, era chamado, como se vê nessas linhas da mesma data [10 de setembro de 1841]:

Roga-se ao senhor que cura erisipelas, feridas, etc., de aparecer na Rua do Valongo nº147.

[...]De volta com os curandeiros e suas drogas, tínhamos uma infinidade de remédios estrangeiros, sem contas as famosas pílulas vegetais americanas. Que direi de um óleo Jacoris Asseti, eficaz para reumatismo, não menos que o

bálsamo homogêneo simpático, sem nome de autor nem indicações de moléstias, mas não menos poderoso e buscado? [...]Tempo virá em que o quinino, tão valente agora, envelheça e expire. Nesse sentido é que se pode comparar um jornal antigo ao cemitério, mas ao cemitério de Constantinopla, onde a gente passeia, conversa e ri.

Plínio, falando da medicina em Roma, afirma que bastava alguém dizer-se médico para ser imediatamente crido e aceito; e suas drogas eram logo como bebidas, ‘tão doce é a esperança!’, conclui ele. O Defunto Antônio Gomes [*curandeiro*] e os seus atuais colegas bem poderiam ter vivido em Roma; seriam lá como aqui verdadeiramente adorados. Bons curandeiros! Tudo passa com os anos, tudo, a proteção romana e a tolerância carioca; tudo passa com os anos ... ó doce, ó longa, ó inexprimível melancolia dos jornais velhos!

Boas Noites. [*Acréscimos meus*]

No livro *Cidade Febril*, Sidney Chalhoub sublinha o caráter nostálgico que caminha junto do sentimento de perda relativa ao paulatino desaparecimento dos curandeiros, expressados por Machado através de Policarpo Quaresma, o ex-relojoeiro criado para narrar essa série de crônicas – Bons dias/Boas noites. Apesar do desaparecimento paulatino em razão da perseguição dos curandeiros, sobretudo pela imprensa e política de que trata Machado, fica explícito que, apesar destas, seu desaparecimento somente não ocorreria em razão do “governo da multidão” que os curandeiros, mesmo perseguidos, ainda exerciam em 1889. Em outras palavras, a influência que esses profissionais mantinham sobre grande parte da população de forma a, ainda que perseguidos, encontrarem lugares ou mesmo serem solicitados à exercer suas práticas curativas numa parcela da população a qual era alvo das políticas dos higienistas, é a marca de uma prática que encontrava seus espaços e formas de se perpetuar e multiplicar.

Ao analisar a crônica partindo de uma análise de contextualização de Policarpo enquanto personagem criado para um determinado fim, Chalhoub afirma que, no campo subjetivo, a finalidade da crônica seria noticiar que, apesar dos diversos revezes e da perseguição exacerbada, o curandeirismo como prática de sobrevivência cultural de um passado que tentava ser suprimido através do processo de civilização, que mais era um processo de pareamento cultural com alguns países da Europa e de supressão das “formas de morar, de vestir, de trabalhar, de se divertir, de curar etc.,” as quais, se tornavam “mais abomináveis” porque eram “manifestações das raízes culturais negras disseminadas nas classes populares”.<sup>397</sup>

Quando Policarpo, em seu rompante nostálgico, recupera um anúncio do *Jornal do Comércio* de 10 de setembro de 1841, finalmente chegamos ao ponto de maior pertinência da fonte para o nosso estudo: a “fuga” de curandeiros para áreas isoladas, como Niterói e muito

---

<sup>397</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. Editora Companhia das Letras, 2018. p.179-181.

provavelmente Maricá, a fim de evitar as perseguições. Machado nos escreve que próximo à metade do XIX, curandeiros anunciavam suas práticas e remédios livremente nos jornais, passando a ser buscados para prender ou a frequentar becos e ruas escuras a fim de entregar ou desempenhar suas medicinas curativas com o mínimo de preocupação com autoridades.

Segundo Chalholub, tratava-se de um projeto de dominação social o qual, através de políticas higienistas, provocava o aumento da intolerância do poder público para com as práticas e culturas populares. Dentro da ótica higienista, tais práticas, sobretudo quando associadas às raízes negras da população, quando não reprimidas, caracterizavam um sinal de fraqueza de ordem política do regime monárquico.<sup>398</sup> Portanto, convinha reprimir os batuques, a capoeira, os candomblés, os cucumbis e curandeirismos, e com força, uma vez que, ao longo do XIX, diversos eventos paulatinamente enfraquecem a centralidade do poder monárquico. Nesse ponto, já podemos compreender alguns motivos os quais justificariam a ida de Dr. Pomada supostamente para Maricá, tendo ficado preso em Niterói, uma cidade vizinha.

Na categorização de Nogueira, as referidas práticas estariam em patamares diferentes de especialização e formação, essa constatação nos dá margem para compreender o que seria o fato de que passaria a “a tolerância carioca”, referenciada na crônica. Talvez, a tolerância carioca estivesse chegando ao fim, conforme trata a crônica, para os curandeiros autointitulados e/ou fajutos, daí talvez também tenha surgido a necessidade de que, os sujeitos a desempenhar os ofícios de cura que não os médicos portassem uma carta ou documento de registro, atestando que estariam aptos e tinham uma formação para desempenhar os ofícios que exerciam e também identificar de onde pode ter partido a necessidade de delimitar as fronteiras dos ofícios de cura. Desse ponto, avalio que se trata de um momento oportuno para retornar para o estudo de Dr. Pomada.

Um dado interessante que aparece na entrevista ou conversa entre Pomada e Moraes Filho é o de que, mesmo não se caracterizando como médico, falando que tinha vasto conhecimento de “receitas e rezas”, Pomada afirma para Moraes Filho que seria um “*científico*”, tendo estudado patologias, além de ter auxiliado em operações no hospital da Santa Casa de Misericórdia. Em outras palavras, segundo a ótica do Dr. Pomada, a perspectiva

---

<sup>398</sup> CHALHOUB, Sidney. *Idem*. 2018. p.182.

que ele tinha sobre si era a de que os conhecimentos de reza, ervas, receitas e patologias, faziam dele um “*científico*”, figura hoje semelhante ao cientista.

Todavia, devido à dificuldade de encontrar um nexos entre as visitas de Moraes Filho ao Dr. Pomada e trechos da biografia dele que pudessem indicar ou circunscrever um período de tempo em que Moraes Filho tivesse trabalhado em alguma penitenciária, sobretudo em Niterói, ou mesmo atestar a existência do prisioneiro 123, penso ser interessante não descartar completamente nenhuma possibilidade. Visando ainda dar conta desse problema, mais uma solução pensada por mim seria localizar os arquivos das penitenciárias que em Niterói tivessem mais de cem anos e localizar nas últimas décadas do XIX, algum preso 123 com as características citadas por Moraes Filho, uma vez que a tentativa de identificar o crime como narrado por Moraes Filho ou termos chave em jornais da época falhou<sup>399</sup>. No entanto, entre transferências de um lugar para o outro e arquivamentos, tais registros de presos parecem ter desaparecido dos arquivos públicos.

Mesmo compreendendo a narrativa literária como, de alguma forma, alicerçada na realidade de quem escreve as obras, elas fazem sentido dentro de um contexto social, geográfico e histórico específico. Portanto, o papel do historiador quando se depara com essa obra é extrair essa série de contextos, aprofundá-los e trabalhar a fonte partindo dos vestígios deixados pelo autor ao longo de sua escrita. O mesmo tipo de análise deve incorrer texto de Moraes Filho, ainda que não se trate um texto literário, na ausência de outras fontes para trazer informações complementares, cabe aprofundar a análise dos vestígios avistados na fonte, visando captar até mesmo os testemunhos históricos involuntários que ela possa nos prover.<sup>400</sup>

---

<sup>399</sup> Foram pesquisadas na hemeroteca digital os seguintes termos da narrativa “Dr. Pomada” e “penitenciária de Nictheroy” todos entre aspas e dentro do recorte temporal de 1870 a 1899, no Jornal do Commercio e na Gazeta de Notícias. Para o primeiro termo, somados os dois jornais, foram encontradas precisamente 6.070 (seis mil e setenta) referências, após prosseguir com as duas primeiras décadas do recorte proposto e verificar que grande parte dos termos encontrados por “Dr. Pomada” faziam referência à venda de pomada por sujeitos e farmácias diferentes, julguei ser infrutífero prosseguir com a busca pautada nesse termo. Seguindo para o segundo termo, “penitenciária de Nictheroy”, no recorte temporal e jornais especificados foram encontradas ao todo 238 (duzentas e trinta e oito) referências, das quais menos de 50 (cinquenta) de fato estavam associadas ao termo “penitenciária de Nictheroy” não fragmentado, mesmo entre aspas. Das 50 (cinquenta) referências, nenhuma tratava de algum preso sendo conduzido para lá. Como uma última tentativa, resolvi ampliar o volume de jornais e incluir nas buscas a expressão “prisioneiro 123”, novamente, os resultados foram inconclusivos. Em poucas palavras, não foi possível encontrar Dr. Pomada nos jornais das últimas décadas do XIX.

<sup>400</sup> Ao ler o texto sob a ótica das categorias propostas por Ginzburg, o “verdadeiro, falso e fictício”, podemos desenvolver contextos históricos complexos, mesmo através de fontes que apontam fatos fictícios ou falsos. Contudo, devemos lembrar que, até o fato verdadeiro ainda é passível de ser contextualizado e assim, embora partindo dos fragmentos do verdadeiro, podem ser reveladas tramas pautadas nas categorias do falso e fictício. GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros: Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Retornando ao caso do Dr. Pomada, ele relata que o real motivo de sua prisão não teria sido o homicídio, mas “inveja e calúnias”, as quais, por conseguinte, teriam gerado o rumor que Moraes Filho atribui à tradição popular de que, além de matar e enterrar sua mulher, teria aproveitado sua carne para fabricar linguças. Mesmo na penitenciária, o autor trata que Dr. Pomada, além de preservar parte de suas práticas de cura, seria ainda mestre de reza e utilizava seus talentos para fins medicinais, chegando a ser “reverenciado como entidade sobrenatural”<sup>401</sup>. No que parece ser outro momento de encontro com o Dr. Pomada, durante uma “revista às prisões” Moraes Filho narra que foi convidado pelo Dr. à entrar em sua cela, segue na íntegra o que o autor nos apresenta sobre o encontro:

Uma vez, passávamos revista às prisões, e o Pomada que estava na formatura com os outros presos, chamou-nos, convidando-nos a entrar em sua célula. Apenas entramos, correu ele o grosso ferrolho da porta e ficamos a sós. E diz o Pomada  
- Exm<sup>o</sup>. Sr. Eu não nasci para preso, nem V. Ex. para diretor de penitenciária. Consiga a minha liberdade e, com alguma coisa que possuo lá fora, estabeleceremos uma farmácia, no que faremos fortuna.  
E o pobre 123 tinha razão... Ele era um louco, e eu um espírito que a todo instante se revoltava das injustiças dos homens.  
Os criminosos não estavam lá dentro!

Em uma ação demasiadamente ousada para um detento, Dr. Pomada além de convidar Moraes Filho para um momento à sós na cela, aparentemente, o faz de forma a provocar se não certa intimidação, algum constrangimento para que, talvez, seu visitante embarcasse em suas propostas de tirá-lo da condição que sem encontrava e fazer fortuna fabricando e vendendo pomadas. Além da tentativa de constrangimento, há um ponto que muito me chama a atenção pela sua ambivalência. Quando Moraes Filho trata ao fim de seu estudo que Dr. Pomada seria um louco e “os criminosos não estavam lá dentro”, ele estaria absolvendo o Dr. Pomada de um homicídio em favor de sua loucura ou advogando que por ser louco foi tomado por culpado sem que de fato o fosse e, nessa última proposição, quem seriam os criminosos?

Refletindo sobre o que temos apresentado de Moraes Filho até aqui, muito provavelmente se trata de uma ambivalência intencional no texto, uma possibilidade de mesmo contando uma história a qual tenha braços na realidade, indica ao leitor a possibilidade de atribuir algum sentido final, ou mesmo aumentar a curiosidade, sobre o caso exposto. Quem seriam os criminosos lá fora?

---

<sup>401</sup> MORAES FILHO, Melo J. A. O Dr. Pomada. *Op. Cit.* p. 530.

Inevitavelmente, logo me recordei de uma reclamação semelhante, feita na nota de falecimento de Kelé, publicada no *Jornal do Comércio*.<sup>402</sup> Nela, o autor da nota reclama abertamente que determinados tipos de sujeitos, sobretudo os loucos não deveriam ter lugar nas cadeias, prisões, ou como foi o caso de Dr. Pomada, nos presídios. Ele trata que existiam algumas instituições que dariam melhor assistência aos sujeitos nesse estado, dentre elas o Hospício de Pedro II ou mesmo, para casos mais tranquilos, a Santa Casa de Misericórdia. Teria sido então o crime dos que “não estavam lá dentro”, terem prendido alguém que deveria ter outro tipo de tratamento? Ou, finalmente, seria uma crítica ao próprio processo de criminalização dessas práticas?

Nos atendo aos fatos e tomando por base o contexto histórico, além de deixar de lado a possibilidade de insanidade ou alienação do Dr. Pomada, é possível que, em razão de alguma complicação no parto de sua segunda prole e, com uma possível tentativa cirúrgica de salvar sua companheira ou à sua prole, ambos teriam falecido em suas mãos. Isso gera um problema gravíssimo, como ele explicaria o fracasso da intervenção cirúrgica que ele ministrou, sendo que, ao que tudo indica, ele não teria licença para realizar operações? Sendo assim, ele deve ter pensado sobre todo o trâmite legal que incorreria sobre ele, caso fosse julgado por exercer uma parte da medicina a qual não tinha licença e, então toma o caminho que deve ter julgado ser mais fácil, simplesmente enterrar os corpos de sua companheira e de seu filho morto, torcendo para que ninguém reclamasse seus corpos ou mesmo lembrasse deles, o que não parece ter ocorrido. Nesse contexto, muito provavelmente foi tarjado como louco pela indiferença ou perícia a qual pode ter se desfeito dos corpos.

Finalmente, é interessante lembrar ao leitor que, boa parte da análise desempenhada sobre o capítulo de Dr. Pomada só foi possível mediante o exercício da fabulação crítica<sup>403</sup>, partindo de fragmentos apresentados pela fonte e historiografia. Tal metodologia, partindo do que Saidiya Hartman chama de “passado irrecuperável”<sup>404</sup>, o qual parte da morte física, social e acrescentaria epistêmica do sujeito, por vezes, pode tornar o texto um pouco impreciso e muito mais aberto ao campo das possibilidades do que de fato algo mais amarrado. Entretanto gostaria

---

<sup>402</sup> *O Kelé*. O globo. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1875. Ed. 148. p.2.

<sup>403</sup> O conceito de “*critical fabulation*” é inaugurado pela intelectual estadunidense Saidiya Hartman em seu artigo *Venus in Two acts*. A autora afirma que o principal intuito dessa prática não é necessariamente dar voz a sujeitos que os documentos históricos não dão conta, mas partindo de certas lacunas dos documentos e da historiografia disponível, imaginar e escrever o que não pode ser plenamente verificado, mas podemos, através de outros elementos não ditos pelos arquivos e registros, elaborar uma narrativa acerca do que poderia ou deveria ter sido aquele momento ao qual se propõe realizar a fabulação crítica. Ver: HARTMAN, Saidiya. *Venus in Two Acts*. Small Axe, v. 12, n. 2, p. 1-14, 2008.

<sup>404</sup> HARTMAN, Saidiya. *Venus in Two Acts*. Small Axe, v. 12, n. 2, p. 1-14, 2008. p. 12

de grifar o imenso avanço que foi desempenhado em favor de um sujeito que, até estudos mais recentes<sup>405</sup> foi simplesmente encapsulado como louco sem que o mínimo de esforço fosse empreendido na direção de recuperar sua trajetória ou ao menos fragmentos dela fora da obra de Moraes Filho.

Esse trabalho deve ser visto como algo que se desenvolve partindo de um esforço em direção a humanizar a trajetória de alguns dos sujeitos que tiveram trechos de suas vidas retratados em *Festas e Tradições* como Tipos da Rua. Entendo que parte da historiografia que se encaminhou em direção a pensar e usar esses sujeitos tinha outros objetivos de pesquisa que não pensar suas trajetórias. Além disso, os pesquisadores partiam de outras premissas de pesquisa, de outros lugares enquanto sujeitos na sociedade a qual vivemos. Isso dito, é notório que, mesmo com os avanços da historiografia nas últimas décadas, sobretudo com o aumento de pessoas mais diversas, mais coloridas à romper os muros da academia, ainda há um hiato na produção sobre sujeitos negros e marginalizados ao longo da história do Brasil, sendo necessários muitos e muitos anos de trabalho imparável e incansável, para não falar de um processo ainda maior de democratização de acesso do espaço da academia e do conhecimento que ela insiste em reter.

Recobrar o sentido de sujeitos históricos, à essas pessoas, certamente não é um trabalho simples ou preciso. Entretanto, do lugar de tantas Marias, Príncipes, Doutores, Padres e intelectuais negros, africanos, escravizados ou não, que tiveram sua morte física datada, por vezes, há mais de um século e continuar a morrer, repetidas vezes através das narrativas históricas que não os privilegiavam nem mesmo como seres humanos, também não deve ser fácil. Perder a sua humanidade pelas mãos de outrem nunca o é.

### **Considerações Finais:**

Há um ponto que merece ser questionado, e que muito me inquieta. Para Mello Moraes Filho, a possibilidade de fluir entre diversos campos de análise é o que caracterizaria essas pessoas como passíveis de serem eternizadas dentro do projeto de festas e tradições populares do Brasil, de serem patrimônios culturais de seu tempo? Ou na verdade essas pessoas são alegorias de questões que ele buscava explicitar como um problema dentro de seu contexto

---

<sup>405</sup> ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da Razão: médicos, loucos e hospícios* (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

histórico? Não sei se terei condições de responder à essas questões, contudo, são questionamentos demasiadamente importantes.

Mesmo à essa altura do texto, confesso que, enquanto escrevo essas linhas, mais restam dúvidas do que certezas e penso que esse, talvez, tenha sido o meu maior ponto de motivação no processo de escrita, os desdobramentos possíveis de entendimento de cada ideia no texto de Moraes Filho, cada descoberta ou lacuna documental acerca de sua trajetória, de sua escrita que mais deixa dúvidas do que afirmações, e, como eu já disse, foi muito instigante, observar essa pluralidade, essa polissemia. A coisa se aguçava ainda mais quando eu notava essas possibilidades vertidas na escrita dos sujeitos nos Tipos da Rua.

Ainda sobre o ponto de reflexão que iniciei no parágrafo anterior, pensando *Festas e Tradições populares do Brasil* como um todo, a impressão que fica é a de que parecem haver na obra dois tipos de sujeitos, os agentes e os clientes das celebrações, das chamadas tradições, celebrações e afins. Os primeiros são as pessoas que organizam, que criam as estruturas das festas populares, cívicas e/ou religiosas. São os detentores do que esses costumes representam, sejam eles os organizadores do bloco de carnaval, os noivos e suas famílias em um casamento ou os governantes em festas cívicas. Já os clientes, por assim dizer, são a população em geral que se aglomera em torno dessas celebrações, nas ruas, nas igrejas, praças e afins. E, do outro lado, não tenho certeza se oposto, temos os Tipos da Rua.

Caracterizando-os pelas suas negativas segundo a ótica de Moraes Filho, não são os clientes ou agentes das festas e celebrações religiosas, populares ou cívicas. Num primeiro plano, não são detentores de costumes peculiares ou ligados à um aspecto naturalista da tradição brasileira, não são artesãos reconhecidos pela comunidade ou artistas populares. Pelo contrário. São narrados como loucos, como pessoas que ocupam a margem da sociedade daquela época, como pessoas “entre-lugares”. Entretanto, numa perspectiva voltada para pensar a obra, ocupam uma volumosa parcela de um livro pensado para ser um apanhado de tradições e costumes que, aparentemente, visavam remontar um passado que despertava uma paixão, um saudosismo no autor.

Ao mesmo tempo, a narrativa da obra nos conduz para o que parece ser um projeto de tradições e costumes nacionais que contemplam festas, tradições mestiças e sujeitos que estão fora da normativa social, que não estão dentro do espectro das tradições do Norte, tão pesquisadas pelos folcloristas do XIX. Então, onde eles estão, onde eles são, onde eles existem?

Em uma palavra? Nas ruas! Por isso que, ao longo da narrativa que busquei elaborar, tive certa preocupação em também pensar o contexto da rua associada a esses sujeitos e associando seus contextos históricos.

Por um lado, Moraes Filho traz algo que parece ser impensável para boa parte dos seus coetâneos, eternizar pessoas comuns, figuras que tiveram sua popularidade alicerçada nas ruas do Rio de Janeiro. Dentre eles capoeiristas, viúvas, padres, vendedores de bilhetes da loteria, Príncipes e Reis Africanos... todos tinham como registro mor de suas vidas as ruas e vielas do Rio de Janeiro. Por outro, é inegável que mesmo esses avanços que Moraes Filho retrata em sua obra, são seguidos muito de perto pelas questões sociais e históricas que ele estava inserido e, em alguma medida, compactua.

O que me interessou aqui, portanto, foi retomar a investigação sobre lugar ocupado pela população à margem da sociedade nesse projeto de tradições populares brasileiras proposto por Moraes Filho. Se por um lado essa população ganha o status de ser parte da tradição do que seria o “popular brasileiro”, por outro lado, esses sujeitos somente ocupam esse lugar na estante das tradições em razão de serem construídos justamente como “os outros” de uma sociedade que, em textos, se ocupava de *mens sana in corpore sano*, contudo à exemplo de Capitão Nabuco, em suas práticas quotidianas eram a imagem de um processo civilizatório incompleto, comportamento vicioso e autodestrutivo.

Sim, tal qual Moraes Filho digo incompleto pois, nada que é “civilizado” deveria ser construído ou alicerçado em violência ou barbarismos de quaisquer espécies. Entretanto é exatamente essa a marca da exploração colonial do continente africano ao longo de ao menos trezentos anos pelas potências europeias do XVIII e XIX. Essa marca é perpetuada sobretudo nos sujeitos de cor transplantados forçadamente para outros continentes e cujos corpos, ao chegarem lá, sofrem a violência, tanto na forma de castigos físicos como sendo postos para trabalhar indefinidamente até sua exaustão, enlouquecimento ou morte, ao longo dos processos coloniais nas Américas e no continente Africano, isso para não falar da violência que foi perder seus referenciais culturais, filosóficos, simbólicos e afins.

Concordando com Fanon em *Os condenados da terra*, um dos traços mais marcantes do colonialismo é a negação sistemática do *outro*, privando-o de quaisquer atributos que o

coloquem na qualidade de humano.<sup>406</sup> Essa outra forma de violência, em conjunto com as demais, que irão ser a base dos problemas psíquicos da população colonizada e, por conseguinte, são também a base da necessidade da criação de locais para tratar das pessoas com problemas psiquiátricos. Daí a importância da exaustiva investigação da trajetória dos últimos momentos de Claudino Alves de Lima, o padre Kelé. Pensar como a sociedade lida com os momentos finais dessas pessoas que, aparentemente eram tão conhecidas pela população, mas que, ainda sim, ao final de suas vidas ganharam os adros das igrejas e as valas comuns do Cajú. Nesse sentido, diferente do que alguns teóricos podem afirmar, nem mesmo na morte certos corpos negros ganham relevância.

Torna-se importante salientar que, eventuais desvios entre uma história urbana e uma história biográfica, se tratam de desvios intencionais. Talvez “desvio” não seja a melhor palavra, mas a ampliação do campo possa melhor servir à construção do argumento. Essa ampliação de campo serve basicamente à dois propósitos, o primeiro é inaugurar, ainda que brevemente, pesquisas de história social sobre alguns dos Tipos da Rua. O segundo foi tentar reconhecer as escolhas narrativas de Moraes Filho para com os Tipos da Rua para encontrar elementos que pudessem dar subsídios ao processo de análise. Partindo dos fragmentos de fatos apreendidos através de outras fontes, busquei identificar o processo de construção da representação que Moraes Filho faz acerca desses sujeitos e, partindo disso, como se encaixavam em seu projeto de costumes nacionais, como esses sujeitos se ligam a um projeto de costumes e tradições nacionais, o que fica evidente no terceiro capítulo.

Daí temos mais uma dúvida, antes de ser compilado em seu formato final o projeto existia? A construção desse projeto de tradições foi algo feito propositalmente ou algo que somente pôde ser visto por nós, pessoas de outro tempo? Quais as consequências de ambas as proposições dentro da análise?

Se por um lado vejo como algo indiscutível o fato que toda escrita obedece a um projeto, por outro lado me questiono sobre o fato de nós, enquanto autores de diversas áreas, mas sobretudo das ciências humanas, estarmos plenamente de acordo com todas as interpretações dadas aos nossos textos. Mais que isso. Nós, enquanto autores de fato temos pleno controle do que pode ser observado nas entrelinhas dos textos que escrevemos? De que

---

<sup>406</sup> FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: UFJF, 2005. pp. 262-263.

forma, mesmo propondo enfrentamento à discussões sensíveis ao nosso tempo, nossos textos não serão julgados no futuro como ainda alicerçados em coisas que hoje criticamos?

Não se trata de defender Moraes Filho, de forma alguma. Penso que, de fato, há uma série de avanços significativos no trato e registro da história da população negra, de sua vinda para o Brasil, seus costumes e tudo mais. Entretanto, ainda há traços muito emblemáticos em sua trajetória que, futuramente quando elucidados, podem alterar certos sentidos que hoje lemos as suas obras. Por exemplo, como vimos no primeiro capítulo, a dedicatória a um defensor da escravidão, ao mesmo tempo em que agradece aos amigos defensores da república e da abolição ou o fato de publicar textos em um jornal defensor da monarquia poucos anos antes de ser empregado por um republicano em um cargo de chefia no que posteriormente se tornou o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro até se aposentar. Isso tudo para dizer que ainda há muito o que ser estudado, tanto sobre Moraes Filho quanto sobre as suas obras e os sujeitos nela.

Sobre os estudos de caso, brevemente gostaria de explicitar alguns pontos. Além de adensarem de matéria histórica à trajetória desses sujeitos e problematizar o contexto histórico os quais eles estão inseridos, eles cumprem um breve conjunto de funções na análise. De um lado servem como formas de adentrar nesse universo simbólico proclamado por Moraes Filho de pensar esses *Tipos* como partes, traços de uma cultura nacional, ou consequência dela. De outro, refletir como esses sujeitos, que não são parte das festas populares, religiosas, cívicas e das tradições, são representados nesse projeto de cultura nacional e, de que forma se relacionam com essa possibilidade de estarem conectados às margens de uma sociedade que está em processo de construção de sua cultura nacional, que o tempo todo é bombardeada por conceitos, formas e fórmulas importadas da Europa. Fez sentido, portanto, refletir sobre os paradigmas de cor, gênero e classe a fim de melhor compreender essas relações, que se desenham em vias de mão dupla, contudo, o meu referencial foi partir desses sujeitos aqui estudados.

Deixo aqui o aviso aos historiadores do futuro. Caso deseje seguir a trajetória dos sujeitos estudados por Moraes Filho ou a dele próprio, esteja preparado para enfrentar todas as encruzilhadas que, ao meu ver, ele preparou cuidadosamente para nós, historiadores de gerações posteriores. Mas lhes digo, traz uma motivação ímpar ser instigado da forma a qual você é convidado ao analisar suas obras.

Por último, tal qual no início desse trabalho, peço educadamente que me permitam conduzi-los uma última vez numa estória, dessa vez, com os Tipos da Rua. Imaginem, Dr. Pomada, ainda não tão cinzento e Capitão Nabuco em seu auge, se encontrando na viagem que trouxe Tereza Cristina para casar-se com D. Pedro II. Durante uma de suas voltas a testar sua força descomunal pelas ruas do Rio de Janeiro, ou após uma de suas bebedeiras, Nabuco atravessa o caminho de padre Kelé, que de imediato lhe pede "um vintém, um vintezinho escasso," ao camaradinha que ainda desfilava com a sua farda, perfumada de ópio e absinto. Ao receber seu vintém e seguindo o seu caminho, indo falar com o médico que guardava seus ganhos do dia, ao longe, num sobrado do outro lado da rua, vê Maria, "a douda", esbravejando com um senhor de uma escravizada que a agredia, protegendo-a e sendo temida pela voracidade que defendia "negras e negrinhas" quotidianamente naquele pedaço da cidade.

Sentada na escada de uma casa a qual teria encontrado gentil abrigo para aquela noite, ainda vestida com suas quase intermináveis camadas de roupa e com seu pacote de fumo à tiracolo, vê a movimentação em direção ao teatro próximo e, após enrolar calmamente o seu fumo, acompanha a multidão. Logo nota aquele homem alto, bem vestido, de pele retinta, sendo conduzido pela multidão.

Castro Urso, um popular poeta, carrancudo, de baixa estatura e de pés enormes, o qual inspirou várias gerações de máscaras de carnaval, está lá, na porta do teatro, aguardando a chegada do público e vendendo os ingressos para mais uma conferência. A estrela dessa noite na célebre conferência popular, estava lá se encaminhando para o palco. Usando um terno preto, meio batido, mas bem alinhado, camisa de um branco impecável por baixo do terno e do colete, uma cruz da ordem dos cavaleiros de malta em sua gravata, era Miguel Manoel Pereira da Natureza, o Príncipe Africano. Escravizado pelos portugueses, liberto após servir aos franciscanos e, por eles, ser alfabetizado em solo brasileiro. Era sua majestade, Sobá, Gorá, Vange, o locutor das massas, quem se encaminhava para mais uma de suas palestras que tinham a capacidade de lotar qualquer teatro.

Logo na primeira fileira encontrava-se outro Príncipe Africano, Dom Obá d'Africa II, apreciando as teses de Miguel. Já desgastado da guerra do Paraguai, Dom Obá não deixava cair sua majestade, exceto nas noites de bebedeira as quais, em alguma delas, certamente já esbarrara com capitão Nabuco e seus companheiros capoeiras. Dizem até que um dos companheiros de Nabuco, um capoeira conhecido com Manduca da Praia teria dado umas boas

bordoadas em ninguém mais, ninguém menos que Floriano Peixoto, que na época ainda não era marechal, era só um cadete engomadinho da escola militar. Dizem ainda que mesmo sendo exímio capoeira, Floriano teria perdido a contenda e sendo, ao final da noite de pernadas e pontapés, recolhido pelos companheiros de volta ao dormitório cheio de hematomas... Mas isso são outras histórias.

O sol nasce e arrasta mais um dia de calor na Corte. Com ele a nuvem de moleques de todas as cores e idades a provocar uma velha senhora negra que empunhava um longa vara de marmelo, a Forte-lida. De olhar cabisbaixo e de feição emburrada, a pobre e irritada senhora era chamada de Manta de Fogo, saía da rua Mata Cavalos em direção ao tesouro para receber a pensão que o falecido marido lhe deixara. Sua vestimenta era característica, muito parecida com as Baianas de Acarajé que se vêem pelas praças, mas, diferente delas, portava uma manta de cores vivas e andava acompanhada de uma escravizada, outra provável herança de seu falecido marido.

Ao longe já no entardecer escutamos a cacofonia da serenata de Policarpo pelas ruas. Até hoje não sabemos se era pela má vontade, pela falta de ensaio ou para atormentar al\_g\_uém, fato é que o músico da capela imperial tocava suas sinfonias desafinadas de uma forma perturbadora para a vizinhança, ao ponto que constantemente chamavam a polícia para recolhê-lo ou pedir que cessasse a cantoria. Acho que das outras vezes não deu muito certo, não é?

Quando chega no Largo do Rocio, atual Praça Tiradentes, estão todos lá dançando ao som da música de Policarpo, Claudino, Nabuco, Maria, Forte-Lida, o Dr. Pomada, Dom Obá II e tantos outros lá festejando alegres, em tempos diferentes, celebrando os que vieram antes e os que virão depois. Mas... lá, ainda à sombra, dessa vez dos prédios na calçada, porcamente iluminados pelos postes recém trocados, está Alexandre José de Mello Moraes Filho, registrando toda essa festa da forma mais poética a qual conse\_g\_u e tomar nota.

## Fontes

CARVALHO, Jose Carlos de. O Príncipe Natureza: Reestabelecimento da Ordem Honorífica da Casa Real Africana de Sová, Gorá, Vange. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Ed. 225, 31 de julho de 1898. p. 2

Código Criminal do Império do Brasil. Decreto Lei de 16 de dezembro de 1830. Cap. IV. Art. 295 e 296.

Código Penal de 1890, [sic.] Estados Unidos do Brazil; Livro I, Dos Crimes e das Penas. CAPÍTULO XIII: Dos Vadios e capoeiras. In: DECRETO N. 847. DE 11 DE OUTUBRO DE 1890, CAP. XIII

Conferências populares (RJ) 1876.

MELLO MORAES FILHO, A. J *Curso de Litteratura brasileira, ou Escolha de vários trechos em prosa e verso de autores nacionaes antigos e modernos*. Rio de Janeiro, 2. ed. consideravelmente melhorada. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1882.

MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Quadros e chronicas*. Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro, 1885.

MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Festas Populares do Brasil: Tradicionalismo*. Rio de Janeiro, Gamier, 1888.

MELLO MORAIS FILHO, A. J. *O Dr. Mello Moraes: homenagens. juizos posthumos, últimos deveres*. Rio de Janeiro : Lombaerts & Comp. 1886.

MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Notas de um Cronista A rua do Ouvidor*. *Tribuna Liberal* – Rio de Janeiro. Edição n. 14 de 25 de janeiro. 1889. P.: 02.

MELLO MORAIS FILHO, A. J. *Festas e tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro Fauchon & Cia, 1895.

MELLO MORAIS FILHO, A. J *Festas e tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro, Gamier, 1901.

MELLO MORAIS FILHO, A. J. *A Mendicidade do Rio de Janeiro*. In: \_\_\_\_\_. *Factos e Memórias*. Paris: H. Garnier Livreiro - Editor Rio de Janeiro, 1904.

MELLO MORAIS FILHO, A. J *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. 2002.

MM.PN (Miguel Manoel Pereira da Natureza). *Ao público*. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Ed. 126, 09 de maio de 18 77. P .2.

*O Kelé*. *O globo*. Rio de Janeiro. 31 de maio de 1875. P. 2.

*Os alienados no Brasil*. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro:. Ed. 360, 26 dez. 1886, p. 1.

O Brasil Historico. Jornal Historico, Politico, Litterario, Scientifico e de Propaganda Homoeopathica. Rio de Janeiro.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL Assistência pública e privada no Rio de Janeiro (Brasil): História e Estatística. 1922.

ROMERO, Silvio. Mello Moraes Filho Estudo. *In.*: MELLO MORAES FILHO, A J. Quadros e Chronicas. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1884. P. 10-31.

SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa*. Editora - Empreza Litteraria Fluminense, Rio de Janeiro. 8<sup>o</sup> Ed. Vol. 3. 1890

THADEU. *Tipos e Costumes*. O Brasil Ilustrado - Arquivo de conhecimentos úteis. Rio de Janeiro: 1887. Edição: 08. P. 16.

Tipos da Rua. O Brasil Histórico. Ano V. Edição número 001, 5 Série. Rio de Janeiro. 05 de Fevereiro de 1882.

Tribuna Liberal. Edição n. 54 de 25 de janeiro. 1889.

### **Bibliografia:**

ABREU, Martha. *O império do divino*. festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro 1830-1900. 1996. 2v. Tese (doutorado) - UNICAMP, IFCH. SP.

ABREU, Martha. *Festas e Cultura Popular na Formação do Povo Brasileiro*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, PUC/SP -São Paulo, v.16, p. 143-167, 1996.

ABREU, Martha. *Mello Moraes Filho: Festas, Tradições Populares e Identidade Nacional*. *In.*: CHALHOUB, Sidey, PEREIRA, L. A. M. (orgs). *A História Contada*. Capítulos de História Social da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

ABREU, Martha e Soihet, Rachel. *Ensino de História, Conceitos, Temáticas e Metodologias*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003

ABREU, Martha *Cultura Popular, Um Conceito e Várias Histórias*. *In.*: \_\_\_\_ e SOIHET, Rachel, *Ensino de História, Conceitos, Temáticas e Metodologias*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003.

ALONSO, Ângela. *Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 15, n.44, p. 35-55, 2000.

ALONSO, Ângela. Apropriação de Ideias no Segundo Reinado. *I.*: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (Org.). O Brasil Imperial. Volume III (1870-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 83-118.

ANDRADE, Vanessa de Araújo. *A reforma Pereira Passos, a memória da escravidão e algumas implicações sociais e raciais*. Mosaico, v. 9, n. 15, p. 86-104, 2018.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *Memórias ancoradas em corpos negros*. São Paulo: EDUC, 2013.

AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. Editora Perspectiva, 1971.

BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. *Luiz Edmundo e a boemia do Rio de Janeiro do seu tempo*. Maracanã, v 12, p. 167-183, 2015.

BARROSO, Eloisa Pereira. *A alma encantadora das ruas do Rio de Janeiro*. Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade, n. 9, 2012.

BELOCH, Israel, ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Rio de Janeiro, CPDOCFGV. 2014

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1989

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes*. São Paulo. Humanitas/ FFLCH/USP, 1999

CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2002.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: 2000.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney, PEREIRA, L. A. M. (orgs). *A História Contada. Capítulos de História Social da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *A Força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. *Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico*. Revista Estudos Históricos, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995

CHAUÍ, Marilena. *O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira*. Seminários. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHAVES, Fábio César. *Crime e loucura: as relações entre medicina e justiça penal no Rio de Janeiro*. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

CRISTOVÃO DOS SANTOS, P. A *Compilação e plágio: Abreu e Lima e Melo Moraes lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 6, n. 13, p. 45-62, 3 set. 2013.

CUNHA, Marco Antonio. *A chama da nacionalidade ecos da guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; coleção General Benício, 2000.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Folcloristas e Historiadores no Brasil: Pontos para um debate*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 16, 1998.

DEL PRIORE, Mary. *O Castelo de Papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d'Eu*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

DANTAS, Carolina Vianna. *O Brasil café com leite: história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos (Rio de Janeiro, 1903-1914)*. Niterói: UFF, 2007.

DANTAS, Carolina Vianna. *Monteiro Lopes (1867-1910), um “líder da raça negra” na capital da república*. Afro-Ásia, n. 41, p. 167-209, 2010.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ENGEL, Magali Gouveia. *As fronteiras da anormalidade: psiquiatria e controle social*. História, Ciências, Saúde -Manguinhos, V(3): 547-63, nov. 1998-fev. 1999.

ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da Razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FANON, Frantz. *Racismo e Cultura*. In.: \_\_\_\_\_. Em defesa da revolução africana. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Maria Celia. *Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro: a travessia da “arca grande e boa” na história carioca*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: Verdadeiro. falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. *A nova “velha” República: um pouco de história e historiografia*. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 13, p. 11-24, 2009.

GOMES, Angela de Castro. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Editora José Olympio, 2016.

GOMES, Flávio, DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da raça. Experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. Selo Negro, 2014.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. Revista Estudos Históricos, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

GURGEL, Vitor. *“Um remédio contra os capoeiras”*: Uma breve análise da atuação dos capoeiras cariocas na política da segunda metade do século XIX sob o olhar de um a crônica Machadiana. Seropédica: UFRRJ/ICHS, 2016.

HARTMAN, Saidiya. *Venus in Two Acts*. Small Axe, v. 12, n. 2, p. 1-14, 2008.

JESUS, Simoneide Correia Araújo de. *Mello Moraes e o modelo de escrita científica historiográfica no Brasil Império*. Dissertação Mestrado em história UFAL. 2016

KRAA Y. Hendrik. *Os companheiros de dom Obá os zuavos baianos e outras companhias negras na Guerra do Paraguai*. Afro-Asia, n. 46, p. 121-161, 2012.

LEENHARDT, Jacques; PESA VENTO, Sandra Jatahy. *Discurso histórico e narrativa literária* Centro de Memória Unicamp, 1998.

LIMA, Ivana Stolze. Entre o Tupi e a “geringonça luso-africana”, eis a língua brasileira. In: \_\_\_\_\_. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2003. P. 133-202.

LUCA, Tania Regina de. *Brasil Ilustrado (1877 e 1878) e Félix Ferreira*. Revista de História, n. 179, p 01-62, 2020.

LUSTOSA, Isabel. Negro humor - A imagem do negro na tradição cultural brasileira. In: \_\_\_\_\_. *As trapaças da sorte: ensaios de história política e de história cultural*. Editora UFMG, 2004. P. 267-290.

MACHADO, Roberto et. al. *Danação da norma; a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MATHEUS, Marcelo Santos; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Processo e estrutura: o fim da escravidão e a persistência dos castigos físicos (Rio Grande do Sul, final do século XIX)*. História Unisinos, v. 24, n 2, p 269-281, 2020.

MATTOS, Hebe. *Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil*. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (Org.). *O Brasil Imperial*. Volume III (1870-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 15-38.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. 1.ed. Rio de Janeiro: FGV/Edur/anpuh, 2007.

MENDES, Maria Lúcia Dias. *No limiar da história e da memória: um estudo de Mes mémoires, de Alexandre Dumas*. 2007. Tese (Doutorado em Letras Modernas) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. P.36-39. Disponível em. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8146/tde-Q1112007-143905/pt-br.php>

MOLINA, Matias M. *Um choque de renovação*. Entre Aspas. Ed. 644. Observatório da Imprensa. 30 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/um-choque-de-renovacao>>. Acesso em: 12 de março de 2021.

MORRISON, Toni. *A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NACHTIGALL, Lucas Suzigan. *“Mas, e depois?”: o Terceiro Reinado nos horizontes de expectativa do final do Império (1888-1893)*. São Paulo, UNESP, 2015.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *“Sou escravo de oficiais da Marinha”*: a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910). *Revista Brasileira de História*, v. 36, n. 72, p. 151-172, 2016.

NASCIMENTO, L. S; DOS SANTOS, M. *A Linguagem da Mulher Negra*. Vozes que transcendem o Silenciamento. *Revista Água Viva*, v. 3, n. 3, 31 dez 2018.

NOGUEIRA, André Luis Lima. *Entre cirurgiões, tambores e ervas: calunzeiros e curadores ilegais em ação nas Minas Gerais (século XVIII)*. Editora Garamond, 2018.

OLIVEIRA, Klebson; LOBO, Tânia Conceição Freire. *África à vista*. Dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do séc. XIX. Salvador: EDUFBA; 2009.

ORTIZ, Renato. *Cultura Popular: Românticos e Folcloristas*. Editora olho d'agua. São Paulo, 1992.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORTIZ, Renato. *Românticos e folcloristas: cultura popular*. Olho d'água, 1992.

PESA VENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

PEREIRA, Leonardo A. M. *O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

PEREIRA, L. A. M.. *A realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do Império. I*: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (Org.). O Brasil Imperial. Volume III (1870-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P. 273-312

PIMENTA, T. S. “*Curandeiro, parteira e sangrador: ofícios de cura no início do oitocentos na corte imperial*”. Khronos, Revista de História da Ciência, n.6, pp. 59 - 64. 2018. Disponível em: [http://revistas\\_usp.br/khronos](http://revistas_usp.br/khronos).

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *História e crônica: “Balas de Estalo” e as questões políticas e sociais de seu tempo*. IFCH/UNICAMP, 2001

\_\_\_\_\_. *Política e humor nos últimos anos da Monarquia*. A série “Balas de Estalo”. In. CHALHOUB, S., NEVES, M. S., PEREIRA, L. A. M.(orgs). *Historia em Cousas Midas: Capítulos de História Social da Crônica No Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

RIBEIRO, C. B. *Alexandre José de Melo Morais Filho (1844-1919)*. a prioridade da contribuição africana na formação da literatura e da cultura brasileiras. Remate de Males, Campinas, SP, v. 39, n. 1, p. 423-439, 2019

RICOEUR, P. Representação historiadora. In: *A memória, a história, o esquecimento*. Unicamp, 2007. P. 247-288

ROCIO BORBA DO, Lilian. *Escrita e comportamento social: Dom Oba II nas páginas dos jornais cariocas do século XIX*. Filologia e Linguística Portuguesa, v. 17, n. 2, p. 447-472, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n.79, p.71-94, Nov. 2007.

SANTOS, P. A. C. *De 'Ramusio' a plagiário: apontamentos sobre a relação de Alexandre José de Melo Morais (1816-1882) com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 176, 2015. p. 151-178.

SILVA, Eduardo. *Slaves, freedmen and free men of colour in the transition from slavery in Brazil*. A case study: The life, times and ideas of Dom Oba II d'Africa, Prince of the People c.1845-1890.

SILVA, Eduardo. *Dom Oba II d'África: o príncipe do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOUZA, Eliara Beck. *Do Asilo de Mendicidade ao Hospital São Francisco de Assis: A cidade e a saúde (1876-1922)*. Dissertação do mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura. Linha de pesquisa Pensamento, História e Crítica da Arquitetura. Rio de Janeiro. 2015.

XAVIER, Giovana. *Entre personagens, tipologias e rótulos da “diferença”: a mulher escrava na ficção do Rio de Janeiro no século XIX*. In: Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro, p. 67-83, 2012.

## Anexos: Galeria dos Tipos da Rua

### A Forte-Lida ou Manta de Fogo



A Forte-Lida.

Imagem 1: A Forte-Lida/Manta de Fogo. Ilustração de Flumen Junius, pseudônimo de Ernesto Augusto de Souza e Silva reproduzida na edição de 1901 de Festas e Tradições Populares do Brasil de Moraes Filho. Na imagem notamos uma senhora de cor, de vestes escuras segurando em uma de suas mãos uma vara pontiaguda para, segundo Moraes Filho, fazer frente aos seus perseguidores, e na outra, à tira-colo, uma bolsa de pano claro aparentemente amarrada pela mesma corda que sai de sua cintura. Na cabeça de Forte-Lida podemos ver um pano de cor difusa que parece cumprir o papel de um chapéu, ou mesmo pode ser um chapéu já maltrapilho, e vemos também o que parece ser o seu cabelo, aparentemente grisalho, saindo em direção ao rosto. Sob o ombro do braço que segura a vara pontiaguda, notamos uma manta que, aparentemente, foi ilustrada, pensando em retratar ou a textura do pano ou a forma a qual foi bordado. O pano que está sob o seu ombro também é o que lhe confere um dos nomes aos quais era chamada nas ruas “Manta de Fogo”, em virtude das narradas cores vivas do referido pano.

## Sr. Claudino Alves de Lima – O padre Kelé



Imagem 2: Claudino Alves de Lima – Padre Kelé. Ilustração de Flumen Junius, pseudônimo de Ernesto Augusto de Souza e Silva reproduzida na edição de 1901 de Festas e Tradições Populares do Brasil de Moraes Filho. Na imagem não notamos a corcunda a qual Moraes Filho faz referência, nela vemos um homem adulto, esguio, de cabelos curtos, rosto comprido, sem barba, somente com bigode, nariz protuberante e pontudo. Usando uma blusa branca por dentro de um colete preto e com uma casaca preta semelhante à de um terno de gala o qual estendia somente a sua parte de trás até a altura dos joelhos. Uma calça que termina acima dos tornozelos, meias e sapatos pretos de frade, com o que parece ser uma abotoadura em outra cor mais clara. Em uma das mãos, uma cartola alta de cor preta e, de baixo do braço no mesmo lado da cartola, um papel ou jornal. A mão oposta à cartola está aberta na mesma direção que seu rosto aponta, como quem está pedindo algo, talvez o seu vintém aos camaradinhas que passavam ao seu redor. Pensando por esse lado, a cartola parece cumprir a mesma função da mão estendida em diagonal em relação ao seu corpo para armazenar alguns trocados que viesse a ganhar.

### Miguel Manoel Pereira da Natureza – O Príncipe Natureza



Imagem 3: Miguel Manoel Pereira da Natureza – Príncipe Natureza. Ilustração de Rafael Bordalo Pinheiro e reproduzida na edição de 1901 de *Festas e Tradições Populares do Brasil* de Moraes Filho por Flumen Junius, pseudônimo de Ernesto Augusto de Souza e Silva. A ilustração de Bordalo Pinheiro foi publicada inicialmente na folha ilustrada, "O Besouro" edição 006 de 11 de maio de 1878, página dez (10). O título da ilustração era "Typos da Rua: Sua arteza, o Príncipe Africano, D. Míguer Manoer Pereira da Natureza - Sová Gorá Vange". Quando reproduzida por Flumen Junius na edição de 1901 de *Festas e Tradições Populares do Brasil*, a imagem perdeu alguns elementos da ilustração de Bordalo Pinheiro como os pontos mais categóricos da apresentação do Príncipe Natureza e também a descrição do "Choque de pai e mãe", os gritos do teatro "beba água". Houve também a perda da moringa que ficava ao lado do braço erguido do Príncipe. Na ilustração vemos o Príncipe Natureza de pé, vestido com traje de passeio durante uma de suas conferências públicas, ao lado de uma cadeira, na qual ele está apoiado e deixou a sua cartola. Sobre o colete vemos a cruz da ordem dos cavaleiros de malta, um crucifixo preso à gola e uma abotoadura na gola de seu paletó que parece ser uma condecoração militar.

## Dom Obá d'África II – Cândido Fonseca Galvão



**O príncipe Obá.**

Imagem 4: Dom Obá d'África II – Cândido Fonseca Galvão. Reproduzido na edição de 1901 de Festas e Tradições Populares do Brasil de Moraes Filho por Flumen Junius, pseudônimo de Ernesto Augusto de Souza e Silva. Vemos aqui a ilustração de um homem negro, de semblante sério, de porte robusto, aparência elegante e traje de passeio completo de cor escura, incluindo bengala, cartola e um monóculo de lente dupla. Segundo Moraes Filho, o Príncipe Obá era um negro de estatura colossal, que usava sua carapinha empinada, bigode espesso e cavanhaque. Sua voz era vibrante e harmoniosa, além de um olhar altivo e dominante.

## Prisioneiro 123 – O Dr. Pomada



**O Dr. Pomada.**

Imagem 5: Desenho de Fernand Besnier. Reproduzido na edição de 1901 de Festas e Tradições Populares do Brasil de Moraes Filho por Flumen Junius, pseudônimo de Ernesto Augusto de Souza e Silva. Na ilustração podemos ver um detento retratado sentado e de braços cruzados no que parece ser um banco de madeira, com o uniforme de cor clara com o que parece ser uma cruz no peito, à nossa direita, e uma cinta de número 123. O homem retratado aparenta ser de meia idade, negro, de cabelos pretos, com olhar triste e apreensivo.